

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



Relatório do Reitor 2019/2020

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL

Índice

Introdução.....	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação	7
1.1. Cursos conferentes de grau	7
1.1.1. Evolução global do número de estudantes relativamente ao último ano letivo.....	7
1.1.1.1. Eficiência formativa.....	21
1.1.1.2. Licenciaturas.....	24
1.1.1.3. Mestrado Integrado de Arquitetura	30
1.1.1.4. Mestrados.....	31
1.1.1.5. Doutoramentos.....	34
1.1.2. Cursos não conferentes de grau	36
1.1.3. O papel do Conselho Científico	40
1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico	43
1.1.5. O Provedor do Estudante	46
1.1.6. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão	47
1.2. As atividades de Investigação.....	50
1.3. O corpo docente.....	63
1.3.1. Caracterização do Corpo Docente	68
1.3.2. Avaliação dos docentes pelos estudantes.....	73
1.3.3. Atividades de investigação e outras não docentes.....	81
2. Representação da UAL	95
3. A internacionalização da UAL.....	104
4. A inserção dos estudantes da UAL na sociedade	117
5. Avaliação/Acreditação	126
6. Reflexão estratégica.....	139
6.1. Enquadramento	139

6.2. A Área Europeia de Ensino Superior	142
6.3. A Governação da UAL	151
6.4. Os desafios da transformação digital	156
6.5. Entretanto	160
Anexo 1 – Cursos que conferem grau	A-1
Anexo 2 - Cursos não conferentes grau	A-19
Anexo 3 – Relatório de Atividades do Conselho Científico	A-37
Anexo 4 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico	A-45
Anexo 5 - Relatório de atividades do Provedor do Estudante	A-51
Anexo 6 – Relatório das atividades da Biblioteca	A-55
Anexo 7 – Relatório de Atividades dos Serviços Editoriais e atividades de extensão	A-61
Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D.....	A-67
Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída	A-79
Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações	A-91
Anexo 11 – Representações do Reitor	A-129
Anexo 12 – Protocolos, convénios e parcerias	A-133
Anexo 13 – Doutoramentos na UAL (2019/2020)	A-139
Anexo 14 – Relatório de Atividades do GRI Gab. de Relações Internacionais	A-143
Anexo 15 – Relatório de Atividades do Gabinete de Inserção Profissional ...	A-151
Anexo 16 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2019/2020....	A-161
Anexo 17 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2019/2020	A-167

Introdução

No relatório relativo ao ano precedente já se deu conta do potencial efeito e consequentes desafios que a eclosão da Pandemia COVID19 trouxe ao funcionamento das atividades da universidade. Tendo em atenção a altura em que o relatório foi concluído e, propositadamente estendido no tempo para perspetivar o ano letivo seguinte, ou seja, aquele a que se reporta o presente relatório, este surge também um ano depois e, embora em termos formais incorpore as informações e análises específicas do ano letivo 2019/2020, está naturalmente envolvido pelo que se passa no ano letivo 2020/2021, quase sendo difícil "cortar" a dinâmica temporal de avaliação do que se passa na universidade pelo simples critério do calendário.

O leitor, pela natureza das atividades em que tem de se envolver, e naquelas que a pandemia, inesperadamente, suscitou, sente que os dois anos letivos se misturam numa "nuvem pandémica" que, para além de não permitir distinguir, claramente, o que se passou em cada um dos anos letivos, como que lhe impõe uma linha de observação estratégica quase contínua.

A monotonia do seu local de trabalho – quase sempre a "pantalha" e os constantes "zooms", "teams" ou "webexes" - interpenetram-se, tendo sempre como pano de fundo os "altos" e "baixos" da evolução da pandemia, as expectativas e as desilusões que se sucederam (e sucedem) relativamente à estabilização da pandemia e, depois, à sua superação, de tal modo que não é desajustado dizer que este é o relatório de uma "universidade em pandemia".

Recentemente, no âmbito da EUA (European Universities Association), num inquérito que é feito aos mais de 200 reitores de várias universidades europeias, à pergunta de se os reitores esperavam voltar à estrutura e funcionamento anteriores, a esmagadora maioria deu resposta negativa.

E esta é a primeira constatação de um relatório de "uma universidade em pandemia".

Só que, e esse foi um desafio que, em permanência, o Reitor defrontou para dar corpo a este relatório, o que é pedido não é que se compare o "antes" com o "depois" da pandemia, mas sim o que se passou "dentro" da pandemia, daí resultando necessariamente, o sentimento de "fusão" dos dois anos letivos.

No meio desta "nuvem" há algo que o Reitor quer destacar: a capacidade de adaptação, primeiro, e de resiliência, na continuidade, que a CEU/UAL demonstrou. É que, se é sempre difícil separar, pela natureza da instituição, a Entidade Instituidora da UAL, aqui, mais que nunca, essa separação não faz sentido, nem existiu.

A rápida tomada de decisão perante a ocorrência da pandemia por parte da Administração da CEU, com total apoio da Reitoria, no início da pandemia, antecipando as férias da Páscoa, estendendo, assim, a sua duração, por "troca" com um deslocamento do calendário escolar, estendendo-o para compensar as "férias" antecipadas, permitiram uma programação da passagem do ensino presencial ao ensino on-line (e à respetiva avaliação que não foi problema menor) que permitiu a conclusão do ano letivo em condições novas, defrontando uma situação difícil, superada com alguns inconvenientes, mas trazendo, também, soluções inovadoras que são para perdurar, que não podem ser esquecidas.

Este sucesso, porque o é, é uma prova da vitalidade da Comunidade CEU/UAL, e o Reitor quer agradecer a todos: Conselho de Administração da CEU, Conselho Científico, Conselho Pedagógico, Departamentos e Coordenações de Cursos, a todos os Serviços Administrativos, Informáticos e de Apoio às atividades universitárias e, não menos relevante, a todos os docentes e estudantes, os esforços de adaptação, o empenho em resolver as situações difíceis e a aceitação, bem difícil nas circunstâncias em que se viveu, de algumas eventuais falhas.

Foi tudo bom? Claro que não, nem seria legítimo esperarmos que o fosse, mas, dado o inesperado da situação e o manifesto desconhecimento científico de como combater este inesperado "inimigo", "passámos ainda além da Trapobana". A todos muito obrigado em meu nome pessoal e da UAL,

Mas o Reitor tinha que fazer o seu relatório, em condições adversas, e o encontro “pessoa a pessoa”, “grupo a grupo” fez tanta falta, mas teve que se adaptar à situação. Esperaria, antes da eclosão da pandemia, que este relatório pudesse ser bem diferente dos anteriores (de algum modo já o é, mas não no sentido esperado), perspetivando um Sistema de Garantia da Qualidade já em funcionamento, do qual decorreriam as informações, já institucionalmente descentralizadas, prevendo-se uma lógica de síntese como bem caberia a um Relatório do Reitor, a partir, designadamente, dos relatórios dos diversos departamentos, sendo estes também uma síntese específica buscada nos relatórios dos coordenadores de cursos que, por sua vez, recolheriam a informação básica a partir das fichas dos docentes e dos dados específicos sobre alunos.

Tal como sabemos, e a pandemia teve aí um efeito negativo, mas não explica só por si algumas indisponibilidades de informação, não foi possível concretizar este desiderato, pelo que, em devido tempo, o Reitor teve de optar por, com algumas alterações inevitáveis, estruturar o relatório com base nos relatórios precedentes. E, ao fazê-lo, tem, desde já, de reconhecer um défice de capacidade de conseguir introduzir no relatório informações específicas que muito o valorizariam, proporcionadas pelos relatórios pedidos aos coordenadores dos diversos ciclos de estudos e que, embora em prazo dilatado nalguns casos, responderam à solicitação.

Assim, o facto de ser necessário estruturar o conteúdo do relatório, antes de o começar a escrever, foi incompatível com as datas de disponibilização desses relatórios (não de todos, mas de parte relevante) a que acresceu, depois, numa tentativa posterior de eventual adaptação à estrutura, já em andamento, do Relatório do Reitor, que se revelou inconsequente, dada a heterogeneidade de abordagens que os relatórios de coordenação revelaram.

Mas o Reitor quer deixar bem explícito o seu agradecimento a todos os Coordenadores pelo esforço e, também, pelo conteúdo dos seus relatórios, lamentando e pedindo desculpa de, neste relatório, não ter sido capaz de incorporar, dentro das linhas previamente traçadas, toda a riqueza da informação que esses relatórios, embora

diferenciados, evidenciam. Através deles, e mesmo a partir do relatório já escrito, o Reitor pode acrescentar algumas das informações que não passaria por leitura dos dados gerais da UAL, bem como corrigir outras interpretações que as disponibilidades de dados desses relatórios proporcionaram ou mesmo exigiram.

De qualquer modo, as informações, os comentários e as sugestões que eles contêm, em particular nas cuidadas análises de SWOT constantes de alguns desses relatórios, serviram de alimento às reflexões estratégicas que constam do capítulo final deste relatório.

Antes de, sinteticamente, apresentar o conteúdo final deste relatório, muito na linha dos anteriores, queria chamar a atenção para que algumas análises extensivas feitas, oportunamente, em particular no relatório relativo ao ano letivo precedente, com particular ênfase no capítulo das avaliações/acreditações, bem como no da investigação, não estão repetidos neste relatório. Contudo, a sua pertinência e influência na evolução do ano letivo de 2019/2020 não pode ser esquecida, nem minorizada, pelo que não deixámos de abordar essas questões, embora partindo já do que está escrito no relatório anterior.

Feitas estas observações, salientamos que o relatório tem o que podemos considerar “temas” estruturantes, embora perfeitamente imbricados: um primeiro, composto por um extenso capítulo que faz a análise do que se passou no ano letivo 2019/2020 no campo das “atividades pedagógicas, científicas e de investigação”, que incorporam caracterizações dos estudantes e dos docentes, descrevem e analisam os cursos conferentes de grau e as “performances” obtidas nesses cursos, os cursos não conferentes de grau, pelo papel crescente que têm na via da “aprendizagem contínua” e na reciclagem de conhecimentos, as atividades de investigação e o funcionamento dos órgãos académicos que as suportam, como são o Conselho Científico, o Conselho pedagógico e o Provedor do Estudante.

O segundo “tema” está mais ligado a uma outra função não negligenciável da universidade, que é a sua ligação ao exterior, nesta designação se incluindo a inserção

na vida da sociedade, mas também, e não menos relevantemente, nas conexões ao meio académico nacional e internacional.

Daí que nesse "tema" se incluam a representação da Universidade, que é uma das principais obrigações e atividades do Reitor, os aspetos de internacionalização, nas suas diversas componentes, a menor das quais não deve ser o aprofundamento da mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores da UAL, embora logicamente prejudicadas pela pandemia, a inserção dos estudantes na sociedade e o problema da qualidade/avaliação/acreditação, como resposta às exigências impostas ao funcionamento da UAL e às respostas que ela dá a essas exigências.

O terceiro e último tema é, obviamente, de natureza prospetiva e procura, com base nos desafios "normais", agora perturbados e postos em causa pela pandemia e pelos novos e diferentes caminhos que exige, ou pode exigir, conduzir uma inevitável e desafiadora "reflexão estratégica", sem perder de vista a necessidade de refletir em assuntos permanentes, destacando o equilíbrio entre a autonomia universitária, a legislação vigente e, sobretudo, os processos de avaliação/acreditação que, tantas vezes, comprometem essa autonomia. A este tema há que agregar a governação da UAL, a digitalização do ensino superior e da sociedade em geral, que a pandemia acelerou, e o modo de encarar a aprendizagem ao longo da vida, a estratégia de inserção no Espaço Europeu do Ensino Superior e na EUA, sem esquecer a estratégia da UAL fora a Europa, esta última crucial para uma instituição que tem profundas ligações à área lusófona.

Finalmente, o tema central a que, desde a criação do Espaço Europeu do ensino Superior e do seu desenvolvimento ao longo das linhas do "processo de Bolonha" é mister dar crescente atenção: o estudante como centro do processo "ensino/aprendizagem", ou mesmo, como se refere nalguns documentos, "o estudante como "centro" da universidade".

Se estes assuntos e objetivos são permanentes, assumem agora novos contornos em termos de potenciais organizações e logísticas alternativas, híbridas ou mesmo complementares, ao mesmo tempo que, no campo da competição interuniversitária,

se transforma muito significativamente quer o "mercado geográfico", quer o "mercado do produto", apelando, por certo, à conjugação de jogos "cooperativos" com jogos "competitivos", numa lógica que nem sempre é fácil de apreender e, muito menos, de aplicar às situações reais.

Uma palavra final para expressar, uma vez mais, a dívida de gratidão para com a Anabela Cunha que, vistas bem as coisas, é quase coautora deste relatório.

.....

1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

1.1. Cursos conferentes de grau

1.1.1. Evolução global do número de estudantes relativamente ao último ano letivo

Como se tem referido em anos precedentes, não faz sentido avaliar a situação de frequência e da estrutura de cursos da UAL sem referência à história e, particularmente ao ano letivo precedente que, convém relembrar, foi o ano de maior frequência do último quinquénio, numa recuperação assinalável, como pode ser verificado nos relatórios precedentes.

Daí a apresentação da situação global de 2019/2020 ir ser apresentada sempre em referência a 2018/2019 (ter em atenção o Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2019/2020) do Anexo 1).

Globalmente, a frequência da UAL nos cursos conferentes de grau foi de 3268 estudantes, correspondendo a um acréscimo de 17,6% relativamente ao ano precedente.

Este crescimento não foi totalmente homogéneo entre os 3 ciclos de estudos, sendo relevante o crescimento dos mestrados (incluindo o Mestrado Integrado de Arquitetura, com o crescimento de 28,3%, com as licenciaturas (15,3%) e doutoramentos (14,4%) a crescerem também, mas a uma taxa bem menor.

Este crescimento, avaliado consistentemente no devido enquadramento dinâmico é, no entanto, algo equívoco.

De facto, quando se tem em atenção o fluxo de entradas e saídas, não estarão, é claro, em causa os valores absolutos apresentados, mas está seguramente em causa a ideia de um dinamismo de crescimento, o que pode ser estrategicamente enganador.

Assim, se atendermos ao número de estudantes entrados diretamente para os primeiros anos dos terceiros ciclos de estudo, verificamos uma acentuada queda da ordem de 14,6%, queda apenas ligeiramente atenuada quando se comparam os

números de todos os estudantes inscritos pela primeira vez nos anos diferentes dos primeiros, já que essa queda passa a ser inferior a 10% (9,8%), o que significa que o número de estudantes que se inscreveu em anos posteriores aos primeiros cresceu relativamente ao ano precedente.

Esta situação, aparentemente paradoxal, tem uma explicação que assenta fundamentalmente na estabilização do funcionamento do novo quarto ano do curso de Direito, que só agora tem plena expressão, após decisão, há três anos atrás, de passar o primeiro ciclo de três para quatro anos.

Efetivamente, se compararmos o crescimento do número de estudantes inscritos na licenciatura em Direito, verificamos que há mais 156 estudantes que no ano precedente, o que supera claramente a diferença entre os estudantes inscritos pela primeira vez no ano precedente e no presente ano letivo (91).

Mas esta só é explicação suficiente para o crescimento do número de estudantes que frequentam o ano letivo de 2019/2020 se atendermos que em lugar de haver uma saída de estudantes no final do terceiro ano de Direito, como em anos anteriores esse número permanece na UAL para frequentar o quarto ano, diminuindo assim o número de estudantes que saiu da UAL no ano letivo em causa.

Para além da já assinalada heterogeneidade de crescimento entre os ciclos, há que salientar ainda que também houve variações muito diferenciadas da evolução do número de estudantes nos três ciclos de estudos.

Assim, no primeiro ciclo, para além do óbvio maior crescimento do primeiro ciclo de Direito, há que assinalar também o crescimento significativo do número de estudantes em Gestão do Desporto (28,7%) e uma subida generalizada dos diversos cursos, embora a uma taxa obviamente menor.

Contudo há cursos que estabilizaram o seu número, como é o caso de História, e outros que baixaram ligeiramente, como é o caso de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, Engenharia Informática e Informática de Gestão, sendo preocupante, designadamente no que toca ao primeiro destes, que continua a não se afirmar, como é desejável, numa área tecnológica que é vital fortalecer na UAL.

No contexto dos mestrados, há uma subida generalizada em todos os cursos deste ciclo de estudos, com a exceção do de Estudos de Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, uma queda que já vem sendo sentida nos últimos anos.

Em termos de crescimento e até em números absolutos há que dar relevo aos mestrados em Direito (em número absoluto) e ao de Gestão de Empresas, quer em número absoluto quer, ainda, na taxa de crescimento (28,6%), embora o maior crescimento tenha sido o da Psicologia Clínica e de Aconselhamento (53,8%).

Uma nota menos otimista para o número relativamente baixo, embora não decrescente, de muitos dos outros mestrados,

Finalmente, no que diz respeito aos doutoramentos que se mantêm em funcionamento, há que ressaltar que o crescimento total do número de estudantes esconde a realidade do quadro destes terceiros ciclos. Assim, se atendermos a que mais de metade dos estudantes dos terceiros ciclos são do Doutoramento em Direito, ao qual corresponde, ainda por cima, cerca de dois terços dos novos estudantes inscritos, o que evidencia a baixa frequência dos outros dois (História e Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) é preocupante, como se discutirá mais adiante noutro ponto do relatório, a decisão de não acreditação desse doutoramento, ocorrida em pleno ano letivo, que imporá a sua descontinuação, sem embargo de os estudantes já inscritos poderem terminar o ciclo de estudos, embora em prazos que exigem um esforço adicional face ao que é prática corrente neste ciclo.

Por outro lado, esta decisão abre a porta a um enfraquecimento geral, em número de estudantes desta área de estudos

No que toca à estrutura dos estudantes da UAL relativa ao género, verifica-se (Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2019-2020) do Anexo 1) que 1682 são do género feminino (51,5%), e 1586 do género masculino (48,5%), confirmando-se o equilíbrio entre os dois géneros, com ligeira preponderância do feminino.

Contudo essa prevalência não é homogénea entre os três ciclos de estudos, nem dentro dos diversos cursos dentro de cada ciclo de estudos, como era de esperar.

Assim, enquanto o equilíbrio se mantém, embora com um ligeiro aumento de prevalência do género feminino nas licenciaturas (51,7% no género feminino e 48,3% no masculino) e uma diferença ainda um pouco maior nos mestrados (53,6% no género feminino e 46,4% no masculino), a situação inverte-se radicalmente nos doutoramentos, onde a presença masculina (64,6%) é manifestamente maior que a feminina (35,4%), ou seja, a masculina quase duplica a feminina, sendo interessante tentar perceber a razão desta diferença, em particular se é uma expressão do que se passa na sociedade portuguesa, ou se é uma deficiência de capacidade de atração da UAL.

É que, dada a natureza das áreas de doutoramento da UAL, como se verifica pela presença dos dois géneros nos outros ciclos, não haveria, sem ser por outras causas, razão para esta reversão.

No que respeita a cada um dos três ciclos, nas licenciaturas é flagrante a presença claramente mais diminuta do género feminino, sem surpresa, aliás, nos cursos de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (só 2 estudantes em 27 no total e apenas no terceiro ano, o que significa que não há qualquer estudante do género feminino nos 2 primeiros anos do curso). Na mesma linha, mas com menor diferenciação, aparece o curso de Engenharia Informática, em que só 11,9% são estudantes do género feminino, com uma repartição quase equilibrada pelos 3 anos do curso, tal como, naturalmente, Informática de Gestão, com apenas 21,8%, também com um equilíbrio razoável na repartição entre os 3 anos do curso.

Ainda neste grupo, também dentro das expectativas aturais, a presença na Gestão do Desporto é diminuta (17%), também sem grandes hiatos na distribuição pelos anos do curso.

Em sentido contrário, isto é, com prevalência clara do género feminino aparece, claramente, a Psicologia com 76,4%, com posições bastante próximas, logo a seguir das Ciências da Comunicação (70%) e da Administração de Unidades de Saúde (69,8%), com equilíbrio entre os vários anos dos ciclos de estudos, como acontece na generalidade.

A situação, eventualmente, mais surpreendente, é a do Direito, onde a componente feminina atinge 61,4%, o que quer dizer que o número de estudantes desse género excede em cerca de 60% o número de estudantes do género masculino, uma tendência que se mantém em todos os anos, mas que aumenta no quarto ano, sugerindo, porventura, além de uma maior presença, um maior nível de aproveitamento.

Nos cursos mais típicos e clássicos da área de Ciências Económicas e Empresariais é interessante a quase paridade dos géneros, embora com ligeira predominância do género masculino (52,3% em Gestão e 53,3% em Economia).

Nos outros cursos há um relativo equilíbrio, em consonância com a média geral.

Quantos aos cursos de mestrado, como era de esperar, é diminuta (4 em 26) a presença feminina no de Engenharia Informática e de Telecomunicações, tal como no de Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (3 em 12).

Em sentido contrário é flagrante a predominância feminina, em consonância com o que se passa nas licenciaturas, aparecendo a Psicologia Clínica e de Aconselhamento com 84,8% e a Comunicação Aplicada com 72,7%.

A alteração mais significativa em relação às licenciaturas é em Direito, onde a percentagem do género feminino é inferior à do masculino (47% para 53%), ao passo que a quase igualdade se mantém em Gestão (49% do género feminino).

Finalmente, nos doutoramentos, onde a presença feminina, como já se referiu, é significativamente menor, há que assinalar o caso singular de História, em que o seu número (14) excede o de estudantes do género masculino (11).

Em Direito acentua-se a tendência já encontrada com a subida de ciclo, com o número de estudantes do género masculino a duplicar os de género feminino, enquanto no doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia – essa relação ainda é maior, com o número de estudantes do género masculino a ser praticamente triplo do feminino. No entanto, há, neste caso, uma nota diferenciadora: é que mais de metade das estudantes está a realizar a dissertação, o que pode ser fruto, simultâneo, de duas razões: uma diminuição relativa nas entradas do género feminino e um maior ritmo de evolução dos que entraram no curso.

Outra das caracterizações importantes, até pelas exigências pedagógicas que reclama, quer pelo nível potencial dos estudantes, quer ainda pelas condições exatáveis de disponibilidade para uma frequência com plena disponibilidade é a composição demográfica dos estudantes.

O Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2019-2020) do Anexo 1 permite-nos verificar que 14,3% dos estudantes têm idades até 20 anos, 30,1% entre 20-23 anos, 15,9% entre 24-27 anos e 39,8% 28 ou mais anos.

Estes dados escondem a heterogeneidade de situações existentes quer, naturalmente, pelas diferenças existentes entre os três ciclos, quer pela existência de dois turnos, em que o pós-laboral terá, por certo, uma média etária mais elevada do que a dos estudantes que frequentam os cursos diurnos.

Naturalmente, todos os estudantes na faixa etária “até 20 anos” se concentram nas licenciaturas e no Mestrado Integrado em Arquitetura, atingindo a percentagem de 14,3% no conjunto dos estudantes da UAL, mas 18,4% nas licenciaturas, o que significa que cerca de 1 em cada 5 estudantes dos primeiros ciclos de estudos caem nessa faixa etária, subindo em percentagem face ao ano precedente e, ainda, mais significativamente, no número total de alunos dessa faixa etária (aumento de cerca de 22%).

Confirma-se assim uma diminuição do nível etário dos estudantes destes ciclos, já assinalada em anos mais recentes, que traduzem, afinal, um acesso à UAL de entradas diretas de estudantes que terminam o ensino secundário.

A indicação do valor absoluto de entradas nessa gama etária (467) é mais relevante que a percentagem que lhe corresponde, porque essa será sempre dependente da relação das frequências dos cursos diurnos com os de pós-laboral.

O Quadro 3 do Anexo 1 mostra que a moda da distribuição etária se concentra na gama 20-23 anos (cerca de 36%), caindo para cerca de 15% na gama 24-27 anos e voltando a subir para cerca de 30% na gama dos mais de 28 anos, traduzindo esta última a presença maioritária, ou mesmo exclusiva, dos estudantes dos cursos pós-laborais.

Há, no entanto, um dado que não pode deixar de ser assinalado: a presença de 59 (cerca de 10%) estudantes na faixa etária dos 20-23 anos no conjunto dos mestrados, com saliência para Psicologia Clínica e de Aconselhamento (24 estudantes) e, embora já distante, Gestão (13 estudantes). Este é mais um sinal do aumento de estudantes mais jovens e, ao mesmo tempo, um possível sinal de melhor nível de aproveitamento nos ciclos precedentes.

A presença de um Mestrado Integrado (Arquitetura), perturba, de algum modo, a avaliação em termos absolutos e relativos do que se passa neste ciclo. Por exemplo, há 12 estudantes deste mestrado integrado com idades até 20 anos (o que é um indicador bem positivo face a anos precedentes), mas estão, naturalmente, no equivalente a um primeiro ciclo de um mestrado integrado. Do mesmo modo, na faixa etária dos 20-23 anos há 27 estudantes, mas verifica-se que todos eles estão ainda no primeiro ciclo do mestrado integrado, pelo que não faz sentido incorporá-los nos 59 estudantes atrás assinalados, já que esses se inserem, verdadeiramente, na lecionação de mestrados.

Aliás, no conjunto dos mestrados, não considerando o Mestrado Integrado em Arquitetura, só cerca de 18% se encontram na faixa dos 24-27 anos, estando os restantes (71,8%) na faixa dos 28 ou mais anos.

Este resultado não poderia ser considerado surpreendente na medida em que, em princípio, na medida em que a informação “histórica” aponta para que os mestrados sejam, em geral, frequentados em cursos pós-laborais, mas o Quadro 11 do Anexo 1, põe esta hipótese em causa, pois o número de estudantes dos segundos ciclos frequentando o curso diurno é um pouco inferior aos que frequentam o pós-laboral nos primeiros anos do ciclo, mas superior nos segundos anos. De tal modo que no conjunto, o número de estudantes frequentando os cursos diurnos excede ligeiramente (cerca de mais 5,6%) o do pós-laboral.

A explicação para este facto reside, provavelmente, também neste ciclo, na diminuição de idade dos estudantes, bem como da presença de estudantes estrangeiros que frequentam preferencialmente esses ciclos. Isso é particularmente sensível no

Mestrado Integrado de Arquitetura, em que todos os cinco anos do curso funcionam apenas no regime diurno. Muitos dos estrangeiros neste curso vêm diretamente para a frequência do mestrado, como é bem visível pelo número de estudantes dos últimos dois anos. Contudo, em sentido contrário e podendo justificar a maior presença relativa de estudantes em faixas etárias mais avançadas, vai o reconhecido facto de os estudantes deixarem, frequentemente, resvalar a apresentação da dissertação (ou prova alternativa), o que determina até a maior concentração de estudantes no segundo ano, que é o ano destinado à concretização da dissertação.

Finalmente, no que toca aos doutoramentos, dado o eu pequeno número, como se verifica nesse quadro, dos 113 estudantes, só 1 não está na faixa dos 28 ou mais anos. Isso é resultado normal de um terceiro ciclo que se concretiza com a defesa final de uma tese que raramente se conclui entro dos 3 anos, tempo mínimo para se conseguir tal objetivo. Isso não invalida que não se deixe de salientar que são muito raros os estudantes que se matriculam nos terceiros ciclos após a concretização de um mestrado, particularmente entre os estudantes de melhor aproveitamento que estariam em condições de escolher entrar num processo de doutoramento em idades na faixa dos 24-27 anos.

Não deixa, no entanto, de ser interpelativa e significativa a presença de estudantes de doutoramento no turno diurno nos dois primeiros anos do terceiro ciclo, ao contrário do que sucede nos anos subsequentes, admitindo-se razões de disponibilidade (estrangeiros) e de situações profissionais.

Numa nota mais específica sobre os diversos cursos dos diversos ciclos, há que salientar, sobretudo nas licenciaturas, que a maior juventude dos estudantes, em termos relativos, é, curiosamente, em Gestão do Desporto (32,8% do total de estudantes), que, provavelmente é resultado de ser um curso recente e que, de facto, tem atraído estudantes jovens. Contudo, não se pode confundir o peso relativo dentro do curso com o peso relativo no conjunto das licenciaturas, já que esse cabe, por força do grande número de alunos que o frequentam, o direito (30,1%), seguido, a grande distância, pelo segundo curso de maior dimensão – Gestão – com 17,4%. Também, naturalmente, estes dois cursos têm a maior percentagem na faixa etária com

maiores idades, em ambos os casos com percentagens quase iguais às de faixas etárias mais baixas, superando-as até (32,7% para Direito e 20,6% para Gestão).

Contudo, a saliência maior neste campo vai para Ciências da Comunicação, que apenas com 12,4% dos estudantes dos primeiros ciclos (contra 30,8% em Direito e 19,0% em Gestão) tem 16,0% dos estudantes da faixa etária mais baixa, a que acresce a clara predominância, na sua estrutura etária interna, da faixa de idades mais baixas (23,9%) face à faixa dos estudantes com 28 ou mais anos (13,4%), o que é ainda mais bem visível por, esta faixa, no conjunto de todos os estudantes, apresentar apenas 5,5% de estudantes de Ciências da Comunicação.

O facto de se ter relevado a licenciatura em Ciências da Comunicação não resulta, como se pode verificar no Quadro 3 do Anexo 1, de ser o curso globalmente mais jovem, que esse é o de Gestão do Desporto, só que este não tem ainda uma demografia estabilizada, tendo muito menos estudantes. No entanto, confirma-se a atração deste curso para gente jovem.

Os cursos frequentados maioritariamente por estudantes de 28 ou mais anos (todos os que esta faixa etária é superior a 50%) são Administração de Unidades de Saúde, História e Informática de Gestão, com Engenharia Electrónica e de Telecomunicações muito perto (48%). A nota comum a estes quatro cursos é o seu pequeno número de estudantes, sendo, exatamente, os quatro cursos de menor frequência, estando a idade eventualmente ligada, em muitos deles, a trabalhadores-estudantes e no turno pós-laboral.

Estes dados devem ser confrontados, designadamente no que toca aos primeiros anos dos cursos, são relevantes para determinar o nível etário dos estudantes das licenciaturas da UAL.

O Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2019/2020) do Anexo 1 dá indicações importantes a esse respeito. Assim, incluindo as entradas para o Mestrado Integrado de Arquitetura, matricularam-se pela primeira vez (não necessariamente nos primeiros anos) em resultado dos diversos concursos/regimes 676 novos alunos,

dos quais 519 (76,7%) matriculados pela primeira vez nos primeiros anos. Desses, 440 entraram diretamente através do concurso institucional.

De notar (Quadro 6 do Anexo 1) que, globalmente, para esse ciclo, incluindo o Mestrado Integrado de Arquitetura, havia 865 vagas em aberto, tendo-se candidatado 1010, havendo ainda a salientar a entrada de 167 para outros anos que não os primeiros.

É de notar que (Quadro 7 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado integrado em Arquitetura (2019/2020) do Anexo 1) as entradas para além do concurso institucional, largamente maioritário no total dos inscritos, há a considerar 79 alunos internacionais, 78 provenientes dos concursos para maiores de 23 anos, dos quais 18 para outros anos que não os primeiros, 25 titulares de outros cursos superiores (metade para os primeiros anos e outra metade para anos posteriores), 54 por mudança de par/instituição, 35 dos quais para os primeiros anos e 53 estudantes que reingressaram na UAL.

Estes dados, distinguindo os estudantes que entraram pelo concurso institucional, dos outros, em princípio com idades maiores (com eventual exceção dos estudantes internacionais) são importantes para explicar a presença dos diversos níveis etários neste ciclo de estudos.

Nesta avaliação há duas notas que não podem deixar de ser feitas: a primeira diz respeito ao número de estudantes internacionais. A realidade de "internacionais" no sentido de "não portugueses" é radicalmente diferente no contexto das licenciaturas da UAL e mais ainda nos outros ciclos, como é patente no Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2019/2020) do Anexo 1, que será analisado mais adiante, A segunda nota vai para a variação muito significativa da estrutura das diversas vias de entrada na UAL em 2019/2020 e no ano letivo precedente.

Em termos globais inscreveram-se pela primeira vez na UAL mais alunos no ano precedente, 773 (mais cerca de 13,5%) e só 80 em anos posteriores aos primeiros anos (89,7% nos primeiros anos contra 76,8% no ano letivo em avaliação - 2019/2020).

Este resultado sugeriria que a média etária do ano precedente teria caído mais que a de 2019/2020.

Mas é agora que a alteração da estrutura já referida emerge com forte efeito. Assim, das 773 novas entradas, 368 entraram pelo concurso institucional, enquanto 310 entraram por via dos maiores de 23, ainda por cima, praticamente todos para os primeiros anos (apenas 10 não o fizeram).

Quer isto dizer que enquanto no ano letivo 2019/2020, os maiores de 23 representaram 17,7% dos estudantes que entraram através do concurso institucional, no ano precedente essa percentagem foi de 80,3% (!). Acresce, também, que o número de estudantes (440) que em 2019/2020 entraram através do concurso institucional excedeu em cerca de 14% o número de estudantes que por essa via entraram no ano precedente, isto apesar do número global de estudantes que entraram para os primeiros anos ter sido maior nesse ano.

Esta análise mais fina da estrutura de entrada aponta, por isso, para uma potencial descida do nível etário dos estudantes da UAL.

No mesmo sentido vai a queda verificada no número de trabalhadores estudantes (cerca de 12,5%) entre o ano letivo precedente e o de 2019/2020 (Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2019/2020 do Anexo 1).

Também o enorme aumento relativo do número de estudantes internacionais (de 10 para 79) entre os dois anos poderá, eventualmente, influenciar os níveis etários, tal como, e em maior grau, porque em maior número, o de estudantes "não portugueses" o que, como se verá, representam cerca de um quarto de todos os estudantes da UAL, tendo no ano letivo de 2019/2020 atingido os 27,8%.

Mas há que ter em atenção esta participação dos estudantes "não portugueses", bem visível no Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2019/2020 do Anexo 1 - que mostra bem que, globalmente, dos 3268 estudantes que frequentaram os cursos conferentes de grau, são os estudantes de língua portuguesa em número de 855, ou seja, representando 94,1% de todos os estudantes "não portugueses". Ou

seja, apenas pouco mais de 5% (não contando com os estudantes estrangeiros participantes do ERASMUS+ que serão tratados autonomamente) vem de países que estão fora da CPLP. Neste sentido, pode dizer-se que a UAL tem atraído quase exclusivamente estudantes da área da lusofonia, estando ainda bastante longe de receber um número apreciável de estudantes de outros países. O cotejo com anos precedentes mostra alguma evolução, mas é ainda bastante reduzido o seu número, com a particularidade de uma grande dispersão (17 países para além dos países da CPLP).

Entre estes é de salientar a presença de estudantes da China (3), da Federação Russa (1), da Moldávia (1), Turquia (1), da Ucrânia (3), do Canadá (2), do Bangladesh (1), do Senegal (1), da África do Sul (1), da Colômbia (2), do Perú (1) e do Uruguai (1).

Esta descrição, que evidencia a presença (“simbólica” na maioria dos casos) dos vários países, resultará de situações singulares ou conjunturais e serve para evidenciar, por esta via, a pouca presença de estudantes europeus, particularmente dos mais próximos.

De facto, Espanha com apenas 6 estudantes e a França (apesar da enorme presença portuguesa nesse país) apenas com 3, aparecendo ainda, no contexto da União Europeia, a Letónia (1) e, com um número mais “vistoso” a Roménia (4).

Há que ressaltar a posição singular da Itália, com 20 estudantes, um número bem distante de todos os outros apresentados neste grupo, em resultado da singular e sustentada relação com o Mestrado Integrado de Arquitetura, presente com 15 estudantes.

É certo que esta “falta” é relativamente atenuada pelo aproveitamento dos estudantes dos países da União Europeia do ERASMUS+, mas a presença de estudantes europeus, designadamente de espanhóis, é ainda diminuta.

Mas também no que toca aos países lusófonos, é gritante a heterogeneidade das presenças dos diversos países, sendo certo que a enorme diferença entre a dimensão populacional explica, embora em parte, mas não completamente, esses valores.

A primeira nota é a enorme concentração em dois países: Brasil (437 estudantes) e Angola (377), o que significa que, em conjunto, representam 95,2% do conjunto dos países de língua portuguesa (e 89,5% do conjunto de estudantes "não portugueses", não considerando os estudantes ERASMUS+).

Daqui decorre a relativamente pequena presença dos outros países, sendo de assinalar, o que vem sendo constantemente assinalado, a pequeníssima presença de estudantes de Moçambique, algo a que é preciso dar resposta consistente.

Mas se o Brasil e Angola são a grande presença na UAL, há que evidenciar que há uma radical diferença na sua distribuição por ciclos de estudos. Assim, a presença no conjunto dos primeiros ciclos é claramente maior de estudantes angolanos que mais que triplicam a presença de brasileiros (273 contra 80), representando os estudantes angolanos cerca de 11,1% de todos os estudantes dos primeiros ciclos.

Propositadamente isolámos o Mestrado Integrado de Arquitetura, pois aí a presença de estudantes angolanos e brasileiros (18 vs. 20) quase se iguala, com ligeira vantagem do número de estudantes brasileiros.

Estes dados já revelam a tendência claramente marcada para a grande presença de estudantes brasileiros nos segundos ciclos (294), quase quadruplicando o número de estudantes angolanos nesses ciclos. Aliás, esse número de estudantes brasileiros é mesmo superior ao dos portugueses nesses ciclos, com particular incidência no Mestrado de Direito e, em menor grau, no de Gestão. Estas duas áreas, mas com números absolutos bem mais baixos, são também as áreas privilegiadas de presença de estudantes angolanos neste ciclo de estudos, confirmando o que se passa no caso dos cursos do primeiro ciclo em que, como decore dos dados atrás apresentados, a situação no que respeita aos valores absolutos de estudantes angolanos, são bastante superiores aos dos brasileiros.

Finalmente, no Doutoramentos a presença de brasileiros é claramente dominante, sendo mais de cinco vezes o número de angolanos e representando uma parte relevante do número total (quase 40%) dos estudantes desse ciclo de estudos.

Este desequilíbrio leva, obviamente, a uma diferente percentagem de estudantes “não portugueses” pelos 3 ciclos, representando 22% do total dos primeiros ciclos, 67,6% do dos segundos ciclos e 46% do dos terceiros ciclos.

Em termos relativos, é, pois, claríssimo a dependência da frequência de alunos “não portugueses” nos segundos e terceiros ciclos, em que constituem uma maioria clara.

Este peso relativo dos segundos ciclos no conjunto total de estudantes estrangeiros, tendo em atenção a dimensão relativa dos terceiros ciclos, é também bem visível na repartição dos estudantes “não portugueses” pelos 3 ciclos, com 51,1% nos primeiros ciclos, 43% nos segundos ciclos e 5,7% nos terceiros ciclos.

De facto, comparando com a estrutura dos 3 ciclos no conjunto de todos os estudantes da UAL, em que 78,9% frequentam os primeiros ciclos (incluindo aí o Mestrado Integrado de Arquitetura), 17,7% nos segundos ciclos, e 3,5% nos terceiros ciclos, vê-se bem a relevância dos “não portugueses” nos segundos e terceiros ciclos, em particular nos segundos ciclos.

Há, por isso, que não ignorar a dependência dos países da CPLP na frequência da UAL, em particular nos mestrados e doutoramentos, com especial relevo para o Brasil e Angola. Basta verificar (Quadro 10 do Anexo 1) que nos doutoramentos “não portugueses” são brasileiros, angolanos e um moçambicano. Por seu lado, nos mestrados apenas 10 estudantes não são de países da CPLP, enquanto nos primeiros ciclos (e Mestrado Integrado de Arquitetura) são 41.

Esta “especialização” em duas grandes áreas geográficas e/ou populacionais (Angola e Brasil) faz sentido como aposta no aproveitamento da língua portuguesa, mas restringe a capacidade de atração de outras áreas geográficas e da Europa, sendo, ainda por cima, certo que há, no conjunto do Ensino Superior em Portugal, uma forte concorrência para atração de estudantes dos países em que se concentra a frequência da UAL. Além disso, se essa é uma aposta estratégica para manter, sem pôr outras em causa, então há que, como já se referiu, pensar como tratar Moçambique, embora se reconheça um maior distanciamento desse país.

1.1.1.1. Eficiência formativa

Não faz sentido um Relatório do Reitor de uma universidade que não procure avaliar o papel dessa universidade na evolução dos conhecimentos, capacidades metodológicas, aplicação dos conhecimentos e, em particular, evidências de inovação dos estudantes que a integram.

A escolha da palavra “evolução” em vez de “nível atingido” é propositada, já que não faz sentido comparar níveis atingidos em certos momentos entre duas situações com nível de partida desiguais. Importa sim verificar como variou o nível de cada situação entre o “ponto de partida” e o “ponto de chegada”, já que a educação é um processo dinâmico cujo sucesso depende, em muito, da adequada metodologia às situações de partida existentes.

O termo “educação” foi, também, usado propositadamente e sugere, com veemência, o processo (cá está o dinamismo) ensino/aprendizagem, bem distante da tradicional e, claramente ultrapassada, visão de que o professor “ensina” e o aluno “aprende”, ou seja, incorpora em si o que o professor transmite. Este termo “transmite” sugere um canal de comunicação, e o canal não pode ser usado num só sentido, ou seja, o sentido “aluno-professor” tem de estar também aberto à comunicação e ser utilizado.

É claro que essa utilização também deve ser encarada dinamicamente, quer na evolução da frequência, quer, sobretudo, da qualidade da informação contida nessa comunicação, sendo natural, portanto, uma distinção entre a conjugação ensino/aprendizagem e a comunicação que lhe corresponde entre os 3 ciclos de estudos, razão pela qual neste ponto separaremos estes ciclos, incluindo no segundo o Mestrado Integrado de Arquitetura.

Voltando às “condições de partida”, não é despiciendo salientar que, tanto ou mais que a qualidade (qualquer que seja o modo por que a definimos), importa o grau de heterogeneidade dos estudantes que, em cada disciplina, se inscrevem.

É evidente que, e sendo repetitivo em relação a relatórios precedentes, não abduco de o recordar, se uma dada instituição só recebe (ou só aceita!) estudantes que no percurso pré-entrada na universidade, vêm com uma formação do mesmo tipo e com

uma avaliação muito boa ou excelente nesse percurso atingirão, naturalmente, um nível na “chegada” que dificilmente pode ser atingido por uma outra instituição que recebe estudantes com formações muito diferenciadas, com níveis etários diferentes e frequentando as aulas em turnos diferenciados.

A primeira das instituições referidas é classificada como “Muito Boa” ou “Excelente” e a segunda corre o risco de ser apenas “Suficiente”, “Razoável” ou, no máximo “Boa”, quando não mesmo “Fracas”.

Comparar níveis de chegada, que é o que se faz permanentemente nos tão decantados “rankings”, aliena completamente esta realidade. Dirão a primeira das instituições que têm os melhores estudantes porque os bons estudantes preferem as melhores instituições (e os empregadores também, porque é a “imagem” ou a “fama” da instituição que conta, bem mais do que o percurso de um estudante nessa instituição). E a situação tem continuado, infelizmente, a perpetuar-se. Mas, a certa altura, não é legítima a interrogação: “A instituição é excelente porque transforma esses estudantes em alunos excelentes ou é excelente porque os estudantes que recebe já o são?”

Por outras palavras, qual o “grau de transformação” que, em método e conhecimentos, foi conseguido nessa instituição, definindo-se o “grau de transformação” por similitude com a sua aplicação à obtenção de um produto, entre as competências e os resultados obtidos pelos estudantes à “entrada” e os que já possuíam à “entrada”?

E esse “grau de transformação” foi conseguido pelo mérito das metodologias e do nível de entrosamento professor/estudante (ensino/aprendizagem) ou mais pela capacidade intrínseca dos estudantes?

Se isto, reconhecidamente, é difícil de avaliar, não deve deixar de ser posto como “questão de investigação”, sobretudo quando se teima em fazer comparações, sem definir claramente os objetivos gerais da educação.

Quando se olha para a “educação” como meio de um estudante atingir o “melhor” e o “mais bem remunerado” emprego, numa situação em que o “nome” da instituição é que vale, é evidente que a pergunta é despropositada.

Mas quando, como se escreve na generalidade das publicações de educação, designadamente as respeitantes ao Ensino Superior, se traça como objetivo mudar o nível de conhecimentos de todos os cidadãos, com a aprendizagem ao longo da vida, recuperação dos que não tiveram “condições de entrada”, por qualquer circunstância, com isso valorizando todos os indivíduos com vista à construção de uma melhor sociedade, a pergunta não faz sentido?

É que, se faz, e é aí que o Reitor se situa, então a instituição deve ser medida pelo tal “grau de transformação” que conseguiu em cada estudante, grau esse que depende, naturalmente, das capacidades, do empenho e da inserção social do estudante, bem como das capacidades dos professores serem capazes de se adaptar a cada uma das situações e o “processo de fabrico”, ou seja, as metodologias, serem diferenciadas e adequadas às várias situações, não homogéneas nem “normalizadas”.

Por isso mesmo, é sempre muito difícil fazer comparações deste tipo e até identificar este “grau de transformação” e, ainda mais, as suas forças transformadoras, no conjunto de uma instituição e mesmo nas diversas áreas que a compõem.

Um processo dinâmico como o é o “ensino/aprendizagem” impõem uma avaliação intertemporal, em que se compara a instituição consigo mesma ao longo do tempo, tendo sempre em atenção as “condições de entrada”, o modo como, e se modificaram, e o contexto social em que a instituição evoluiu.

É uma tarefa impossível de concretizar, apenas sendo possível procurar uns indicadores que permitam traçar uma “caricatura”, nunca o “retrato”, da evolução real e completa. É por isso que se chamam “indicadores” e não “elementos” de um “todo” identificável.

Só que, para complicar, não é fácil definir os indicadores adequados e, por maioria de razão, dentro dos adequados, encontrar os possíveis de apontar, com alguma segurança, para as características que se procuram descrever.

Se tudo isto já é difícil de concretizar, num cenário de normalidade, que dizer da situação vivida no ano letivo de 2019/2020 onde, de súbito, todo o processo existente foi alterado, apelando a novas formas, porventura mal dominadas, exigindo também condições tecnológicas e de acesso social que agravaram as assimetrias já existentes. E é neste cenário que se tem de fazer a avaliação da eficiência, numa trajetória dinâmica claramente corrompida na sua tendência natural, implicando, por isso, que estes "indicadores" ainda tenham de ser interpretados com um grau de desconfiança superior àquele que a sua natureza já impõe.

Os indicadores que acabamos por escolher são os que resultam das disponibilidades da recolha estatística existente e que tem sido aumentada todos os anos, graças à atenção e à preocupação da Dra. Ana Matos, que é credora dos meus agradecimentos pela construção do Anexo 1 – Cursos que conferem grau, fundamental para a construção deste relatório.

Esses indicadores são as médias dos diplomados dos três ciclos, o tempo de conclusão dos cursos tendo como referência o tempo previsto para o caso de não haver fracasso em qualquer dos anos ou das atividades previstas para o percurso de obtenção de cada diploma, acrescido, quando possível, pelas informações sobre "abandono" e "desistência" que constam dos Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2019/2020 versus abandono e Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2019/2020 do Anexo 1.

1.1.1.2. Licenciaturas

Com base nas classificações que constam do Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclo no ano letivo 2019/2020, distribuídos pelas respetivas classificações do Anexo 1 é interessante começar por verificar que, quando se comparam os diversos departamentos, a estrutura dos diplomados tem algumas diferenças de estrutura dos estudantes que frequentam o conjunto dos cursos de licenciatura, o que denota, desde logo, uma dinâmica de aproveitamento com alguma heterogeneidade, que, aliá, não pode surpreender dada a enorme diferença entre os estudantes e as suas condições, já sobejamente assinaladas.

Assim, a maior percentagem de diplomados é do curso de Gestão (27,8%), bem distante de Direito (18,9%), o que poderia sugerir uma menor eficiência formativa em Direito, mas cuja conclusão seria precipitada, porque os estudantes do terceiro ano de Direito do ano letivo precedente não eram já finalistas, como anteriormente, transitando para o quarto ano, ao contrário do que sucede com Gestão e à generalidade das licenciaturas. Nestas, é de salientar o peso dos licenciados em Ciências da Comunicação (14,5%) que reflete, em simultâneo, a dimensão que o curso já tem na UAL, mas também uma potencial indicação de boa eficiência de formação.

Passando, agora, ao indicador das classificações finais, verifica-se que a média global final dos licenciados do ano letivo 2019/2020 foi de 13,2 (12,9 no ano letivo precedente), sendo Psicologia a que apresenta maior média (14,9), tal como no ano passado (14,5), sendo a mais baixa, como no ano precedente, a de Direito (12,4), mesmo assim ligeiramente superior à do ano precedente, seguida de História com 14,4.

Esta subida das médias em relação ao ano precedente é quase geral em todas as áreas, com exceção de Ciências da Comunicação, com uma pequena descida de 13,7 para 13,6, Economia, com uma descida mais sensível, de 13,5 para 12,8 e Engenharia Electrónica e de Telecomunicações com uma descida de 13,0 para 12,7.

Tendo em atenção as diferentes condições em que ocorreu a leccionação nestes dois anos letivos, esta comparação, que hesitei em fazer, tem de ser encarada com toda a cautela, tanto mais que esses cursos com um menor número de diplomados, como é o caso de Engenharia Electrónica e de Telecomunicações (6) e mesmo Informática de Gestão (11) e Administração de Unidades de Saúde (14), não permite comparações com um mínimo de significância estatística, pois essas médias são muito sensíveis a qualquer diferença existente entre os estudantes dos dois anos em cotejo.

De qualquer modo, não pode deixar de se assinalar que para além da subida da média global e da maioria dos cursos de licenciatura, bem como, e sobretudo, significativas subidas como é o caso de Engenharia Informática, de 13,0 para 14,3 ou de Relações Internacionais de 12,7 para 13,8.

Uma conclusão factual é inevitável: as condições inesperadas e, em princípio, desfavoráveis que perturbaram o funcionamento de boa parte do ano letivo de 2019/2020, não contribuíram para o abaixamento da média dos cursos, antes pelo contrário.

Esta conclusão, de algum modo surpreendente, tem de ser relevada neste relatório, deixando aos Diretores de Departamento e aos Coordenadores de Curso uma análise mais aprofundada desta constatação. Estão em jogo importantes questões pedagógicas, como a vantagem ou desvantagem, que pode naturalmente variar com a natureza dos cursos, do ensino on-line ou híbrido, o nível de reprovações que, a ser mais elevado, pode melhorar as médias, designadamente por bom aproveitamento dos novos meios de ensino/aprendizagem diferenciado entre os estudantes, sem falar na variabilidade das metodologias de avaliação e consequente nível de exigência.

Recentrando-nos nas classificações do ano letivo em análise, há que referir ainda a dispersão das classificações entre os alunos do conjunto das licenciaturas.

No conjunto de todos os cursos as médias variaram entre 11 valores (6,6% do total) e 19 (0,2%), sendo este um caso singular, de um estudante de Engenharia Informática, licenciatura em que houve um diplomado ainda com 18 valores e 2 com 17, sendo a “moda” 14 valores.

No entanto, dada a menor dispersão e, sobretudo, de um claramente mais baixo peso relativo de médias inferiores (11 e 12), Psicologia, como já se referiu, teve uma média superior, com dois diplomados com 18 valores e 7 diplomados com 17 valores. Estes dois cursos quase “esgotaram” essas classificações, pois só Administração de Unidades de Saúde (1 diplomado) e Ciências da Comunicação (2 diplomados) tiveram estudantes com 17 valores. Em todos os outros cursos, o limite superior de variação foi 16 ou inferior (14 em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e 15 em Gestão do Desporto, ainda aí com enorme preponderância de Psicologia (14) e Engenharia Informática (12) que, em conjunto, representam 60% do total deste nível de classificação). O limite inferior foi 11 em 7 cursos (com Direito e Gestão a contribuírem

com 69% do conjunto destas médias), sendo 12 os limites dos restantes cursos, exceto Informática de Gestão em que foi 13.

É uma dispersão assinalável entre os cursos que também merece uma análise cuidada.

Passamos a referir outro nível de análise que releva não tanto a "qualidade" (se a média do curso for a melhor medida da qualidade da evolução do estudante ao longo da licenciatura), mas a eficácia com que o estudante frequentou o seu curso, estimada, como já se referiu, pelo número de anos que o estudante demorou a concluir o seu curso, tendo como referência a duração formal do curso. Do Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2019/2020 do Anexo 1 é possível concluir que, globalmente, cerca de 89% dos estudantes concluíram as suas licenciaturas, dentro da duração formal, um resultado que tem de ser considerado muito bom, com uma taxa de insucesso neste indicador de apenas 11%.

Como é natural, este valor global é atingido com dispersão de resultados entre os diversos cursos. O maior valor (100%) ocorreu em dois cursos com reduzida dimensão: Informática de Gestão (11 estudantes e apenas 1, 9% dos que concluíram na duração formal) e Gestão do Desporto (19 estudantes e apenas 3,3% dos que concluíram, na duração formal).

No extremo oposto¹ aparece o curso de Engenharia Informática (78% (e 8,1% de todos os diplomados que concluíram nos 3 anos correspondentes à duração formal da licenciatura), com Administração de Unidades de Saúde muito perto (78,6%, mas apenas 1,9% dos estudantes nessas condições).

Nos quatro cursos (Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, Economia, Gestão e História) o indicador ficou entre 80% e 90% e em outros quatro cursos (Direito, Psicologia, Ciências da Comunicação e Relações Internacionais) ficaram acima dos 90%.

¹ No Quadro 4 do Anexo 1 o valor mais baixo (60%) diz respeito a um diploma de estudos em Arquitetura (com apenas 56 diplomados) mas entendemos que o que importa avaliar é o Mestrado Integrado de Arquitetura.

Entrando dentro destes dois grupos verifica-se que 6 deles ficaram entre 85% e 95%, com as exceções de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (83,3%, pois, tendo só 6 diplomados, só 1 não terminou nos 3 anos) e Relações Internacionais que, em sentido contrário, atingiu 96,7%, já que em 30 diplomados, apenas 1 não concluiu em 3 anos.

Globalmente, 6,6% dos estudantes concluíram em mais um ano, 2,8% em mais dois anos e 1,6% em mais três ou mais anos. Os estudantes que integram este último grupo de diplomados são em número de 9, sendo 1 em cada um dos cursos de Administração e Gestão de Empresas, História e Psicologia e 2 em cada um dos cursos de Ciências da Comunicação, Engenharia Informática e Gestão.

Propositadamente, e dadas as já mais que suficientes referências às cautelas a ter com comparações entre dois anos letivos que ocorreram em circunstâncias bem diversas, não foram sendo feita comparações com o ano letivo precedente.

Contudo, face aos resultados atrás descritos, não era possível fazer, com todas as cautelas, essas comparações, pelo menos em termos gerais. E a razão é simples: elas confirmam, talvez ainda com mais clareza, melhores resultados em 2019/2020 que no ano precedente.

Efetivamente, enquanto a percentagem de estudantes que, globalmente, concluiu as suas licenciaturas no número de anos formal foi de quase 90% (89%). Esta percentagem no ano precedente, como aliás no ano letivo 2017/2018, foi de 79% (menos 10% que em 2019/2020!!!). Acresce que, além disso, enquanto em 2019/2020 apenas 4,4% dos diplomados concluíram os seus cursos em mais 2 ou mais anos, no ano precedente esta percentagem foi mais do dobro, ultrapassando mesmo os 10% (10,2%).

Como estamos a falar de valores globais, estas diferenças são, sem qualquer dúvida, muito significativas em termos estatísticos e, tal como já se referiu a propósito das médias, também agora, e com mais veemência, o Reitor entende que é fundamental que cada departamento se debruce sobre estes resultados globais, que não deixam de surpreender.

Por último, o Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2019/2020 do Anexo 1 indica o número de desistências durante o ano letivo de 2019/2020 que, no caso das licenciaturas, foi de 140, com 39% a ocorrerem, como é natural nos cursos maiores - Direito e Economia. Só que estes dois cursos têm inscritos quase 50% do conjunto dos estudantes de licenciatura, pelo que, em termos relativos, as desistências nessas duas licenciaturas ficaram claramente abaixo da média global.

De facto, Direito tem uma taxa de desistências de 4,2% e Gestão de 4,7%, sendo a média global de 5,6%.

Isto significa grande variabilidade nas taxas de desistência, sendo, nos cursos de menor dimensão que essas taxas apresentam valores mais elevados, o que não deve deixar de ser preocupante. De facto, nos cursos de maior dimensão, além de Direito e Gestão, apenas Psicologia apresentou uma taxa de desistência (6%) superior, ainda que ligeiramente à média (5,6%), já que quer Ciências da Comunicação (3,3%), quer Engenharia Informática (4,2%) apresentaram taxas claramente inferiores à média.

Dos cursos de menor dimensão só Economia (taxa de 2,6%) e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, sem qualquer desistência (é certo que o número de inscritos é baixo, 25) não apresentaram valores superiores à média. Particularmente preocupante, com taxas de desistência bem acima dos 10%, são História (16,7%), Relações Internacionais (15,6%) e Gestão do Desporto (12,5%).

Ao contrário do que se referiu para as médias dos cursos e dos tempos de conclusão das licenciaturas, a alteração da situação em 2019/2020 face ao ano precedente, com todas as consequências sociais, embora ainda mitigadas, pois só uma parte do ano letivo foi atingida pelas alterações, pelo que as expectativas de superação e, sobretudo, o peso dos impactes negativos ainda ter sido relativamente reduzido face ao que veio a verificar-se nos tempos seguintes, justificaria sempre uma comparação deste indicador com o do ano precedente.

E a primeira conclusão, clara, é que globalmente 2019/2020 não foi mais afetado pelas desistências, já que a taxa global de desistência no ano anterior foi de 6,4%, portanto um pouco superior à do ano letivo em análise.

Curiosamente, o padrão referido para 2019/2020, particularmente, as relativamente menores taxas de desistência nas licenciaturas com maior número de estudantes inscritos, manteve-se embora a dispersão das taxas no ano precedente tenha sido claramente menor. Com efeito, as taxas das licenciaturas de menor dimensão, embora menores que a média, estão mais próximas dela, com exceção de Ciências da Comunicação que teve, ainda, uma diferença maior e Psicologia que, sendo a única das 5 licenciaturas com mais estudantes, com uma taxa ligeiramente acima da média, mostra, apesar disso, uma melhor posição que no ano precedente, pois a taxa de desistências nesse ano foi bem maior (9,4%).

As diferenças maiores entre os dois anos estão em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e Economia que no ano precedente tiveram elevadas taxas de desistência (24,1% e 14,9%), enquanto Relações Internacionais e História (9,4% e 9,5%) já estavam acima da média no ano precedente, tendo apenas agravado a situação em 2019/2020.

Sendo certo que houve alterações, designadamente ao nível dos diversos cursos, elas não são claramente significativas para alterarem, em termos de eficiência formativa, nada do que atrás fica dito sobre a surpreendente diferença dos resultados.

1.1.1.3. Mestrado Integrado de Arquitetura

A primeira nota é a enorme queda no número de diplomados que foi apenas de 8, enquanto nos anos precedentes foram 25 e 23. Um resultado positivo é que 7 dos 8 diplomados obtiveram esse diploma nos 5 anos de duração do curso, mas, em termos de percentagem, a subida em relação ao ano precedente, com quase o triplo de diplomados, não é muito significativa (87,5% contra 82,6%). Por outro lado, também à semelhança do ano precedente, o diplomado que não conseguiu terminar nos 5 anos demorou 3 ou mais anos ainda a obter o diploma.

Estes resultados nos dois anos em análise parecem evidenciar uma dualidade de comportamento que, no entanto, por ser tão assimétrica, não parece ser sinal de preocupação. Com efeito, o que há a assinalar é uma boa "performance" neste

indicador, verificando-se, no entanto, situações singulares, que devem ser estudadas individualmente.

A média global foi 15,5, superior à do ano precedente (14,7), com a mesma moda (15). Esta subida da média e igualdade da moda resulta no facto de no ano precedente ter havido grande concentração de classificações em torno da média, enquanto no ano letivo de 2018/2019, 2 dos 8 diplomados (25%) obtiveram a classificação de 18 valores.

Parece claro que o problema central deste curso pode ser o número de estudantes que concluem o curso. No entanto, comparando os dados do Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2019/2020) do Anexo 1 dos dois anos, a preocupação é completamente desviada para outro lado. É que em 2018/2019 estavam inscritos no quinto ano 40 estudantes e 39 no ano letivo de 2019/2020. A semelhança entre o número de alunos em ano terminal, que não é grandemente alterada pelo número de desistências (12 em 2018/2019 e 7 em 2019/2020) mostra uma eficiência muito mais clara no ano precedente (uma medida diferente da usada, pois compara o número de diplomados com o número de inscritos no último ano do curso) do que no ano letivo 2019/2020, o que pode revelar um efeito de situação existente na conclusão dos cursos dos estudantes. Aliás, a natureza do curso de Arquitetura, em que o ensino presencial é crucial e o acompanhamento final também, pode ter tido uma influência decisiva neste baixo número de diplomados. É um assunto que, obviamente, a Direção do Departamento deve analisar.

1.1.1.4. Mestrados

Tendo em atenção o que atrás foi referido para o Mestrado Integrado em Arquitetura, a primeira preocupação foi verificar se em 2019/2020 aconteceu algo de semelhante na generalidade de todos os outros mestrados.

Parece que a conclusão é que, pelo menos em termos globais, tal não foi sentido, já que se diplomaram 124 mestres, enquanto no ano precedente se haviam diplomado 80, o que significa um aumento de 55%.

É certo que também o número de estudantes, teoricamente em condições de terminar o mestrado, também aumentou, pois em 2018/2019 estavam inscritos, só para produção da dissertação, 281 estudantes, enquanto em 2019/2020 esse número subiu para 331, isto é, uma subida de "apenas" 17,8%. Não se incluem neste número os estudantes inscritos pela primeira vez na dissertação (154 em 2021 e 223 em 2019/2020 - uma subida de 44,8%) admitindo que a possibilidade de conclusão da dissertação era claramente menor).

Também as desistências não aprecem estar ligadas à situação particular do ano letivo de 2019/2020, já que foram referenciadas 15 desistências, enquanto no ano precedente foram 18.

Antes de prosseguir a análise dos níveis de eficiência de formação utilizando os indicadores que temos vindo a usar, é mister relevar uma conclusão que, porventura, não tem sido devidamente evidenciada, mas a natureza e o processo de concretização dos mestrados (e, por maioria de razão dos doutoramentos), fazem ressaltar, bem mais do que nas licenciaturas. É a tal taxa diferente (já referida para o Mestrado Integrado de Arquitetura) entre o número dos que concluem os seus cursos e o número dos que, em princípio, poderiam estar em condições de o concluir que, relativamente às licenciaturas, apresenta uma "novidade" que perturba as comparações, razão, afinal, para, neste ponto, termos separado os diversos ciclos de estudo. E essa "novidade" é a realização das dissertações (e das teses de doutoramento) que, não tendo a rigidez dos calendários letivos, é relativamente menos "imperativa", pelo menos em ritmo de avaliações obrigatórias, dando azo a diferentes abordagens por parte dos estudantes, sendo estas muito sensíveis à sua própria situação, designadamente profissional. No fundo é isso que explicará a elevada taxa de estudantes que não concretizam os seus cursos no número de anos formalmente previsto.

Isto tem como consequência que, em particular nos mestrados, o tal indicador de duração temporal de obtenção do diploma que estamos a usar, ter apenas como "universo" o conjunto de estudantes que terminam os seus cursos, olvidando todos os outros que, em princípio, poderiam ter terminado e não o fizeram. E este não é um

problema menor, designadamente nos mestrados e doutoramentos, pela sobrecarga que podem vir a impor aos orientadores e coorientadores.

É um assunto que deve ser refletido em cada departamento, generalizando-o mesmo, às licenciaturas, embora em termos diferentes, pois aí o que poderia ser comparado era o número de estudantes que completaram os cursos com o número de inscritos no último ano dos respetivos cursos. É que o regulamento e o desejo de "passar de ano", leva-os a inscreverem-se no "ano seguinte", mesmo que o "ano corrente" não tenha sido minimamente concretizado, com consequências desagradáveis no futuro.

Este facto evidencia claramente que alguns (muitos?) dos estudantes inscritos no último ano não estão em condições minimamente credíveis de concluir o curso nesse ano. Por isso essa taxa seria bem enganadora.

Feita esta observação, retoma-se a análise dos indicadores para 2019/2020. Assim, dos 124 estudantes que concluíram o mestrado, 51 (41,1%) concluíram-no no tempo formalmente previsto, 32,3% demoraram mais um ano a obter o diploma, 17,7% mais dois anos e 8,9% (11 estudantes) demoraram mais 3 ou mais anos.

Comparando com o ano precedente e, corroborando o sentido já indicado pelo assinalado aumento do número de diplomados, os resultados obtidos são, em geral, melhores que no ano precedente. De facto, no ano precedente apenas 30% tinham concluído os seus mestrados no tempo previsto formalmente, e 47,5% demoraram mais um ano. Este aumento muito sensível dos que demoraram mais um ano fez baixar as percentagens dos que demoraram mais dois anos (12,5%), mas não a dos que demoraram mais 3 ou mais anos a concluir curso (10%).

Passando às classificações obtidas, verifica-se que a média de 15,2 observada em 2018/2019, sobe no ano de 2019/2020 para 15,4, uma subida ligeira, mas que evidencia, ainda que, de modo menos claro, um efeito positivo (garantidamente não negativo) da situação vivida nesse ano.

Como Direito (média de 15,5) representa 71,9% dos diplomados deste ano letivo, a média é fortemente influenciada por esta média, apenas ligeiramente "temperada" por Gestão de Empresas (14,9) que, é a segunda, bem distante, com pouco mais de

12% do total de mestrados. Tirando o mestrado na área de História com um só diplomado com a classificação de 14 valores, as médias são bastante concentradas já que Gestão (14,9) é o valor mais baixo, sendo a média mais elevada (15,7) obtida em Engenharia Informática e de Telecomunicações, Psicologia Clínica e de Aconselhamento e Relações Internacionais.

Acresce ainda que as classificações inferiores a “Bom” (14 valores) foram ainda de 9,7%, ainda assim uma percentagem inferior à do ano precedente (12,3%). Acresce que a moda (15) em 2018/2019 também subiu em 2019/2020, situando-se, claramente, em 16, classificação obtida por quase 40% dos diplomados.

O intervalo de variação foi muito grande [11, 18], embora só haja um diplomado no extremo inferior do intervalo, ao contrário do superior cuja classificação foi obtida por 6 diplomados (4 em Direito, 1 em Gestão de Empresas e 1 em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações).

Como nota final a chamada de atenção para o tempo que os estudantes demoram a concluir as suas dissertações, bem como ainda aparecerem Mestres com classificações inferiores a “Bom” e, por último, mas não menos importante, a necessidade de, em cada departamento, se analisar os resultados de 2019/2020 que, confirmadamente, foram melhores que no ano precedente.

1.1.1.5. Doutoramentos

A situação dos doutoramentos em 2019/2020 foi muito singular, para além do que a pandemia explicaria, pois dos 3 doutoramentos em funcionamento (Direito, História e Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) com 113 doutorandos inscritos, apenas se concretizou um doutoramento. Foi um doutoramento em História, feito por meios telemáticos.

A classificação final foi de 19 valores, mas a candidata concluiu-o em 3 ou mais anos do que a duração formal.

Um caso avulso não pode permitir qualquer comparação com os resultados dos anos precedentes, exceto observar que a classificação obtida não põe em causa, antes pelo

contrário, a verificação de que os resultados finais, pelo menos no que respeita às classificações obtidas não foram prejudicados pela situação de pandemia que se viveu em boa parte do ano letivo.

Todavia, existem outros dados que podem dar indicações sobre os efeitos negativos da pandemia no desenvolvimento e consequente concretização das teses de doutoramento.

É que estavam inscritos nos doutoramentos da UAL, no ano letivo 2019/2020, 113 doutorandos, não havendo, para além disso, qualquer indicação de desistência dos programas, 42 dos quais inscritos na fase de produção da tese, em consonância com as indicações do Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2019/2020) do Anexo 1, provavelmente alguns dos doutorandos, designadamente os que frequentaram, desde o início, o curso de doutoramento, já além dos 4 anos.

Com os dados disponíveis não é possível saber o número de doutorandos nessa posição que, obviamente, condiciona todas as observações que seguem.

Mas o Reitor não pode deixar de as fazer, mesmo com algumas incertezas sobre a dimensão do problema, tendo em atenção a outra singularidade do ano, traduzida na não acreditação do doutoramento em Direito que, obviamente, lança enorme pressão sobre a necessidade de conclusão das teses em tempo, designadamente os prazos constantes do Artigo 35º do RGMD como limite superior, já que a A3ES poderá definir um prazo ainda mais curto que fará maior pressão sobretudo para os doutorandos inscritos em 2019/2020 nos dois primeiros anos do curso de doutoramento.

Tendo em atenção que dos 113 doutorandos inscritos, mais de metade (61) são do curso agora não acreditado, com 27 nos dois primeiros anos e 20 inscritos para a tese, a situação pode vir a ser muito delicada e há que procurar prevenir desde já. A melhor das prevenções é, sem qualquer dúvida, para além de uma óbvia tentativa de conseguir, em termos legais, a manutenção das condições do Artigo 35º (não nos parece que se possa ir mais longe), uma aplicação mais consequente dos doutorandos e dos orientadores na concretização das teses que, com ou sem pandemia, se têm, quase por sistema, demorado mais que o desejável.

Sendo certo que esta pressão é mais evidente no caso do doutoramento em Direito, convém não deixar de chamar a atenção para a demora de concretização das teses aos outros dois doutoramentos, já que em História existem 13 doutorandos já na fase de produção da tese e em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia há 9 doutorandos nessas condições.

Na perspetiva da UAL a situação é preocupante, pois não é "saudável", do ponto de vista da manutenção e acreditação de doutoramentos, designadamente quanto ao seu mérito e à sua efetividade, que haja frequência sem resultados razoáveis obtidos em períodos também eles razoáveis, o que nem sempre tem sido o caso.

Esta preocupação de eficiência no campo dos doutoramentos, sem os quais uma instituição de ensino superior não pode ostentar a designação de universidade, é aqui posta com veemência, tanto mais justificada quanto é certo que a CEU e as autoridades académicas têm feito grandes esforços no sentido de consolidar a universidade, através de novas candidaturas à acreditação de cursos de doutoramento, de novo na área do Direito, mas também noutras áreas como "Business Economics", Arquitetura, Psicologia e Engenharia Informática e de Telecomunicações, todas apresentadas no final do ano letivo à A3ES.

1.1.2. Cursos não conferentes de grau

Sendo os cursos não conferentes de grau ministrados por uma entidade – a Autónoma Academy – hierárquica e formalmente separada da UAL – Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões – não é possível, nem desejável, não lhe dar no Relatório do Reitor uma referência muito particular, como sempre tem sido feito, com base na ligação que entre ambas existe no campo da docência, pela presença significativa de docentes da UAL nos cursos da Autónoma Academy, e no campo científico, pelo facto de, cumpridas as devidas exigências, poderem ser atribuídos ECTS no âmbito desses cursos, desde que validados pelo Conselho Científico da UAL.

Esta referência, no presente relatório relativo ao ano letivo 2019/2020, deve ainda ser reforçada pelas consequências que a pandemia COVID19 criou em todos o sistema de

ensino. E esse reforço tem duas vertentes que o Reitor não quer deixar de assinalar. A primeira é a notável adaptação que a Autónoma Academy conseguiu à nova situação em que, ainda se está a viver, fruto, como se pode ver no seu relatório que figura no Anexo 2 - Cursos não conferentes grau, da sua antecipação estratégica da assunção mais aprofundada do papel da digitalização e da internet na comunicação e na lecionação de cursos, com efeitos sinérgicos na UAL, que não podem ser ignorados. A segunda, e não menos relevante, designadamente numa perspetiva de futuro, pelo crescente reconhecimento internacional das mais diversas instâncias ligadas ao ensino superior, nomeadamente no chamado Espaço Europeu do Ensino Superior, do papel crescente do ensino superior, em particular da universidade, na formação contínua, com cursos de baixa duração, indo até à concessão dos designados microcréditos, reforçando-se também a ligação às atividades profissionais e ao sistema empresarial.

Esta mudança, a que não é alheio o processo de financiamento das universidades, ultrapassa em muito a visão da universidade como fornecedora de diplomas de graduação (concedentes de grau), devendo, por isso, conjugar a sua abordagem clássica com as novas exigências sociais.

Espera-se, e deseja-se até, que possa haver enriquecimento para a universidade como ator fundamental da sociedade.

A descrição e a avaliação das atividades da Autónoma Academy, descritas, como se referiu, no Anexo 2, é suficientemente elucidativa da sua importância no contexto do grupo em que se insere a UAL, mas o Reitor não pode deixar de salientar alguns aspetos que maior impacte têm quer na UAL quer na CEU.

A primeira e inescapável nota, que evidencia bem o mérito da sua atuação, é o de, neste tempo de pandemia, ter conseguido aumentar todos os indicadores de atividade. Assim, o número de alunos subiu 12% em relação ao ano letivo precedente, o volume de negócio 22% e o contributo para os resultados da CEU, 50%.

Tudo isso só foi possível pela já assinalada transformação digital e por um assinalável espírito de equipa, com uma adaptação às anormais circunstâncias, respondendo às

dificuldades com o aproveitamento de novas oportunidades. Por isso, o Reitor não pode deixar de felicitar o Professor Doutor Eduardo Cardadeiro e a Dra. Celina Luís pela sua capacidade de criação e inovação e, sobretudo, pela capacidade de concitar e entusiasmar a pequena equipa que lideram, também ela de parabéns, pois sem uma resposta adequada os resultados não poderiam ter surgido.

Para além de uma estratégia de desenvolvimento que já vinha sendo seguida há alguns anos com bons resultados, foi, como já se indicou, intuído que este tipo de atividades, tendo em atenção o tipo de alunos a atingir, teria de ter grande flexibilidade e versatilidade de adaptação e inovação, sendo a utilização dos meios digitais um veículo imprescindível para essa adaptação.

Nesse sentido, a construção de um website próprio, com grande “performance” (sempre “score” A, segundo a GT Matrix) que proporcionou a utilização de diferentes ferramentas, adequadamente descritas no Anexo 2, sendo concretizados 32 cursos distintos e diminuindo muito sensivelmente os que se projetaram lançar e, por não se ter atingido o número mínimo de alunos que garantisse o “break-even”, não se realizaram.

Foi também possível criar novos e mais eficazes processos de comunicação que, aproveitando todas as potencialidades do novo *website*, permitiram a realização de novos cursos, com o MBA em Gestão de Projetos ou a extensão de outros como a Pós-graduação em Direito de Migrações.

Uma outra característica de atuação, desde o início presente, mas agora mais facilmente reforçada, é a procura de parcerias para a realização de cursos, ou outros eventos, respondendo a necessidades específicas dos parceiros.

Todos estes desenvolvimentos são sempre acompanhados por uma avaliação da qualidade do desempenho das diversas ações. Em particular, no que respeita aos cursos, avalia-se sempre, com plena aceitação de alunos e professores, o par professor/módulo, o que tem levado a sensíveis melhorias nos conteúdos e processos de ensino, incluindo, nalguns casos, a mudança da sua estrutura ou até a equipa docente de alguns cursos.

Esta preocupação não foi alienada perante as dificuldades impostas pela pandemia, tendo-se adaptado o processo de avaliação ao modo não presencial, para que a garantia da qualidade não seja beliscada.

Para além destas melhorias na abordagem e concretização das atividades mais “correntes”, da área de cursos não conferentes de grau, o Reitor quer fazer ressaltar a novidade, também ela proporcionada pelas novas capacidades digitais, que é o lançamento de vários tipos de atividades, como sejam, conferências, aulas abertas, webinars e outros tipos de eventos, atingindo-se a participação de cerca de 1400 participantes e outros cerca de quatro mil nos webinars no âmbito do curso de pós-graduação em Tradução.

Importa salientar ainda que esse conjunto de eventos abriu as portas à concretização de novos cursos, o que põe em evidência a existência e uma “cadeia” de processos e conteúdos de aprendizagem, em que cada “elo” é capaz de suscitar o interesse pela ligação a outros “elos” dessa cadeia, numa lógica, também de dimensão temporal que a aprendizagem contínua pressupõe.

Afinal esta é mais uma amostra não despreciada da necessidade de aprofundamento e congregação dos diversos níveis e tipos de ensino/aprendizagem no universo CEU/UAL.

Com esta perspetiva, seja permitido ao Reitor da UAL uma última observação que é, em simultâneo, a manifestação de satisfação e de surpresa. Satisfação porque verificou que os cursos da Autónoma Academy se situaram no âmbito de, praticamente, todos os departamentos da UAL, com exceção da Arquitetura (embora atenuado, de algum modo, pela integração do Instituto de Artes e Ofícios) e do Departamento de Ciências e Tecnologias. E esta é a surpresa que o Reitor quer transformar em desafio. Não há qualquer dúvida que foi o “input” desta área que esteve na base da capacidade de adaptação e sucesso da Autónoma Academy, mas terá chegado a altura de se lançarem cursos de pós-graduação nas áreas desse departamento, ou será que entendem não ter condições apelativas e competitivas para

os realizar, atendendo à concorrência existente neste campo que é, indiscutivelmente, de grande procura?

Por último, e tendo, uma vez mais, em atenção, o conteúdo do Anexo 2, há que chamar a atenção para a parte final em que se abordam as “Perspetivas para o ano letivo 2020-2021”.

Essa abordagem é estimulante pelas novidades que evidencia e que mostram, uma vez mais, as ligações entre os vários níveis da “cadeia” de ensino/aprendizagem.

Este relatório retomará este assunto no seu capítulo final, que tem um conteúdo do mesmo tipo, naturalmente em âmbito mais alargado.

1.1.3. O papel do Conselho Científico

Ao atuais Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões, consagram, especificamente, ao Conselho Científico (um dos três órgãos de governo da UAL – Artigo 14º dos Estatutos) a Secção III que inclui os Artigos 21º (Constituição), 22º (Competências) e 23º (Reuniões).

Por isso, como órgão de governo que é e tem relações de coordenação, acompanhamento e participação em decisões em várias matérias relevantes, algumas das quais, pela natureza da UAL, são da competência da Entidade Instituidora, como é claramente estabelecido no Artigo 15º, que especifica que “Os órgãos da UAL exercem as suas atribuições em estreita colaboração com a Entidade Instituidora”.

Neste campo, dever-se-á destacar o Artigo 8º (Criação de Ciclos de Estudos), que evidencia a cooperação de todos os órgãos de governo da UAL com a CEU que tem a competência para a sua criação, em que (alínea d) do Artigo 22º compete ao Conselho Científico a aprovação do plano de estudos no contexto da sua obrigatória pronúncia sobre a criação desses ciclos.

No plano mais específico das competências da UAL são evidentes as cooperações trilaterais ou bilaterais que os estatutos incluem. Naturalmente, o Relatório do Reitor privilegiará, neste capítulo, as relações específicas do Conselho Científico com o

Reitor, no âmbito mais alargado da análise de todas as atividades do Conselho Científico.

Neste caso, como é bem patente no Anexo 3 – Relatório de Atividades do Conselho Científico, em que o Exm^o Presidente do Conselho Científico, Professor Doutor José Subtil, apresenta um completo e pormenorizado relatório das suas atividades, a tarefa do Reitor está facilitada, cabendo-lhe, quase só, chamar a atenção para a leitura desse relatório.

Contudo, fazer só isso seria uma indicação de que o Reitor não valorizaria, ou melhor, não destacaria, como se impõe, alguns pontos desse relatório que, pela sua relevância ou singularidade, mais que um mero destaque, se impõe a sua referência no corpo deste relatório, pelo que significam para a UAL, para o seu funcionamento e para a sua afirmação.

Mas, antes de tudo isso, o Reitor tem todo o gosto em confirmar a contínua e profícua colaboração com o Conselho Científico e, em particular, com o seu Presidente, a quem vivamente agradece, tal como quer relevar os desempenhos do Secretário do Conselho Científico, Doutor Bruno Maia, bem como da Dra. Helena Silva, Secretária de Apoio ao Conselho Científico, a quem cabe, em particular, a gestão da plataforma RENATES, em que devem ser registados todos os projetos de tese aprovados pelo Conselho Científico, bem como os orientadores, igualmente após aprovação.

É fácil reconhecer, pela leitura do Anexo 3, que as competências e responsabilidades do Conselho Científico constantes da Secção III dos Estatutos foram adequadamente cumpridas, sendo de salientar que tal foi conseguido no difícil contexto da pandemia que se vive.

Daí que só 5 das 13 reuniões realizadas durante o período descrito (que excede o ano letivo 2019/2020, pois contém a descrição e análise de atividades até ao final do ano civil 2020) tenham sido realizadas. Isso não impediu nem o pronto cumprimento das competências correntes e de imprescindível decisão para o regular e atempado funcionamento da UAL, em particular, todas as que se referem à aprovação de júris de provas públicas e de orientadores e coorientadores, teses de mestrado e, ainda,

decisões sobre a admissão de candidatos a provas de mestrado e de doutoramento, em situações especiais e a solicitação dos interessados.

Neste difícil contexto, o Reitor tem de, com muita satisfação, assinalar que a média real da presença dos conselheiros que foi de 90%, manifestando a todos os agradecimentos e as contribuições para o bom funcionamento do Conselho Científico.

Relativamente a anos precedentes e, finalmente, respondendo à preocupação de completar a composição do Conselho Científico, por incorporação (nº 2 do Artigo 22º dos Estatutos da UAL) através de “dois membros convidados, escolhidos entre professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência no âmbito da missão da UAL”.

A escolha dessas personalidades teve em atenção resposta a reais ou potenciais desenvolvimentos estratégicos da UAL que, contudo, ainda não teve efetiva concretização, já que os convidados ainda não compareceram a qualquer reunião. Espera-se que a superação da pandemia venha a possibilitar uma adequada e útil integração dos convidados.

Na mesma lógica de abertura ao exterior foi aprovada a reunião de Conselhos Científicos da Universidade Autónoma de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca, Universidade de Francisco de Vitoria de Madrid e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade o Algarve, numa diversidade ibérica que convém robustecer e da qual sen esperam maiores resultados de efetiva cooperação.

Dentro das suas competências são ainda de assinalar a preocupação de reflexão estratégica nos campos da investigação, do desenvolvimento da UAL, bem como contribuições importantes para a potencial revisão de regulamentos e estatutos.

Por último, mas não com menor importância, o Reitor quer dar ênfase à participação do Conselho Científico, nos termos dos Estatutos, na aprovação de várias propostas de doutoramentos, essenciais para a afirmação, estabilização e robustecimento da UAL, em áreas de grande presença da UAL, bem como em novas áreas que, estrategicamente, urge estimular.

Mas mais do que essa participação institucional, e exatamente no que toca à estrita cooperação com o Reitor e também com a CEU, a quem compete a decisão sobre a apresentação de novos cursos à acreditação, não pode deixar de agradecer e dar conta da estrita cooperação entre o Presidente do Conselho Científico e o Reitor, designadamente em áreas mais sensíveis, em todo o processo de preparação de propostas para acreditação, incluindo a seleção de novos docentes/investigadores.

Uma nota final sobre a necessidade de alicerçar a eficiência do Conselho Científico num adequado funcionamento das Comissões Científicas dos Departamentos.

Tendo em atenção a natureza e a composição do Conselho Científico, é necessário que as decisões que se baseiem em prévias propostas das Comissões Científicas tenham as adequadas condições para serem discutidas.

É assunto que o Reitor retomará noutro ponto do relatório.

1.1.4. O papel do Conselho Pedagógico

Como habitualmente, o Presidente do Conselho Pedagógico envia para o Reitor, no final de cada ano letivo, um relatório de atividades, que se apresenta no Anexo 4 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico.

Ao Reitor compete estimular a leitura desse anexo e, naturalmente, chamar a atenção para os pontos que considera mais importantes desse relatório e de eventuais comentários que o funcionamento do Conselho suscite.

Em primeiro lugar, e atentas as condições em que em grande parte do ano letivo 2019/2020, a universidade funcionou, o Reitor quer agradecer e felicitar o Conselho Pedagógico pelo modo como se empenhou na resolução dos problemas surgidos como consequência da COVID19, em particular a disponibilidade do seu Presidente, Professor Doutor João Hipólito, e a sempre inestimável contribuição da Mestre Telma Ruas. Do mesmo modo quer agradecer a disponibilidade para aceitação do prolongamento do mandato por mais um ano, dadas as reconhecidas dificuldades em, de um modo regular, concretizar atempadamente as necessárias eleições.

Não será, por isso, surpreendente, que se salientem as condições especiais em que o Conselho Pedagógico tem de funcionar, adaptando-se às novas circunstâncias e ultrapassando em muito a mera realização de uma reunião trimestral durante o ano letivo, como está estabelecido nos Estatutos da UAL.

O conselho interpretou, com rigor, o nº 1 do Artigo 26º (Reuniões do Conselho Pedagógico) que, para além das reuniões trimestrais, abre a porta à realização de reuniões extraordinárias. E, de facto, em situação extraordinária como a que ocorreu a partir do meio do ano letivo, impõem-se reuniões extraordinárias para fazer face aos novos desafios, quer na resolução dos problemas que surgem, quer na escolha e adaptação de novos esquemas de reunião do conselho.

Daí a necessária referência à utilização eficaz de meios telemáticos, designadamente a utilização da plataforma de teleconferências e de *e-learning*.

Como se lê no Anexo 4, o Reitor teve o privilégio de, a convite do Presidente, ter reuniões por zoom, na época mais intensa de resolução e adaptação às novas condições (abril e maio), em que foram abordadas as questões sensíveis das avaliações dos estudantes, particularmente das avaliações finais, “tendo, finalmente, sido elaboradas diretivas para o bom funcionamento das avaliações nesta situação de crise pandémica e de ensino quase totalmente à distância.”

Dessa participação o Reitor recolheu, com enorme satisfação, a contribuição interessada, sensata e inovadora, de representantes dos estudantes que fizeram jus à lógica subjacente ao nº 1 do Artigo 24º (Constituição do Conselho Pedagógico) que estabelece a paridade entre representantes do corpo docente e dos estudantes.

A este propósito, o Reitor volta a invocar a nota de, pela primeira vez, a nível nacional e internacional, os aspetos pedagógicos do ensino superior terem tido predominância nos desafios provocados pela pandemia, dando-lhe o lugar que merece e que tem sido sistematicamente minorizado no problema da avaliação quer dos cursos, quer das próprias instituições de ensino superior. Acresce que, mesmo antes da pandemia, as deliberações do Grupo de Bolonha chamavam a atenção para o processo ensino/aprendizagem (e a paridade dos estatutos configura este processo biunívoco)

e, muito em particular, para o fortalecimento da presença dos estudantes em órgãos dos estabelecimentos de ensino superior, participando das decisões, designadamente no campo pedagógico e de avaliação da qualidade.

A experiência vivida pelo Reitor nessas reuniões deu-lhe a certeza do mérito destas colaborações, desse que esteja adequadamente assegurada a participação dos representantes dos estudantes, verdadeiramente interessados em levantar, com consistência, os problemas que defrontam, como foi o caso em apreço.

Uma nota, ainda, para o modo como os quase inexistentes, quase arriscaria a dizer “singulares”, casos de menor transparência na avaliação foram cuidadosamente avaliados pelo Presidente do Conselho Pedagógico, pela Administração da CEU, pelo Provedor do Estudante e pelo Reitor, com as conseqüentes decisões que, basicamente, procuraram assegurar o rigor e a equidade dos processos de avaliação.

De entre os outros pontos salientados no relatório do Anexo 4, o Reitor quer felicitar o conselho pela “Análise para a situação de fragilidade socioeconómica, psicológica e académica dos discentes”, um problema social e grande relevância, para cuja identificação muito podem, também, contribuir, os representantes dos estudantes.

A Universidade, dentro das suas possibilidades, deve procurar minorar estes problemas, tendo sempre em atenção a busca de uma equidade de tratamento desses casos.

“As excelentes relações e colaboração com o Provedor do Estudante, assim como a sua presença nos trabalhos do Conselho, sempre que lhe foi possível”, como se assinala no relatório, são garante que esses problemas receberão o adequado acompanhamento.

Uma palavra final para as lições a tirar, da experiência que ainda se vive, relativamente ao papel do Conselho Pedagógico, da sua constituição e ao seu modo de funcionamento.

De tudo o que atrás se refere se conclui com facilidade que, designadamente no desenvolvimento de propostas para o Espaço Europeu do Ensino Superior, o processo ensino/aprendizagem exige uma investigação crescente na área pedagógica quer nos

conteúdos, quer nos processos de inter-relação estudante/docente que a pandemia criou, ou veio por em evidência, algo que não estava devidamente equacionado.

Neste contexto, é crucial rever a estrutura, a composição e o funcionamento do Conselho Pedagógico, dentro, aliás, de uma revisão integrada dos Estatutos da UAL face aos desafios do presente e, mais ainda, do futuro.

O Reitor procurará aflorar algumas contribuições para este problema no ponto final deste relatório.

1.1.5. O Provedor do Estudante

O papel do Provedor do Estudante, cuja relevância é bem visível no conteúdo dos artigos 50º e 51º dos Estatutos da UAL, tenderá a ser cada vez mais expressivo se, como se espera e é objetivo central e de insistência permanente do Espaço Europeu do Ensino Superior, for dado aos estudantes e às suas associações um papel crescente no funcionamento e até na gestão universitária e, obviamente, esse papel for assumido com disponibilidade e competência.

Estamos ainda longe dessa situação, que urge melhorar, como mostra o habitual relatório do Exmº Senhor Provedor do Estudante, apresentado no Anexo 5 - Relatório de atividades do Provedor do Estudante, sem embargo de reconhecer que o Senhor Provedor, pelas relações que estabelece com os estudantes e com a Associação dos Estudantes, bem como com o Conselho Pedagógico, cumprindo-se o nº 3 do Artigo 50º dos Estatutos da UAL, possa ser um elo importante na concretização do aprofundamento e participação dos estudantes.

O relatório dá conta da diferença de situações entre os dois semestres, sendo também claro que os problemas aí referidos são mais de potencial natureza disciplinar que de outro âmbito, sendo que o nº 2 do Artigo 51º dos Estatutos da UAL, que trata da competência do Provedor do Estudante, referem que “o Provedor do Estudante elabora uma recomendação dirigida à Entidade Instituidora, quando se trate do âmbito disciplinar, ou ao Reitor nos demais casos”.

A leitura das ocorrências e recomendações, constante no Anexo 5, mostram que, formalmente, poucas foram as situações em que o Reitor teve de assumir uma decisão ou uma recomendação.

Esta leitura pode induzir em erro no que toca à relação do Senhor Provedor com o Reitor, pois a verdade é que o Senhor Provedor dá conhecimento de todas as situações ao Reitor e, muitas delas, de âmbito mais académico, são decididas sem processo formal, pela boa cooperação entre o Reitor e o Senhor Provedor.

Aliás, isso é fruto de uma permanente preocupação de, com prudência, resolver os casos com pedagogia, diálogo e incentivo ao reconhecimento das faltas e à mudança de comportamento, evitando-se processos morosos e frequentemente sem resultados, que conduzem a melhorias de comportamento.

Por último, não pode deixar de se salientar que, no segundo semestre, apesar da pandemia, não houve um número sensível de problemas, embora um deles, como está descrito com o humor e a transparência a que o Senhor Provedor nos habituou, tenha sido relevante, levando, inclusivamente, à participação na sua resolução, de várias entidades académicas e de responsáveis da CEU, num espírito de cooperação que é de louvar.

O Reitor agradece ao Senhor Provedor todo o trabalho desenvolvido, com muita dedicação, mas sempre com a devida ponderação das razões e das consequências potenciais que as alternativas de decisão poderiam conduzir.

1.1.6. A Biblioteca, Serviços Editoriais e Atividade de Extensão

Se estes serviços são sempre fundamentais no funcionamento de uma universidade, os desafios que tiveram de defrontar e superar no ano letivo 2019-2020 são ainda evidência maior da relevância do pessoal não docente e dos serviços que prestam.

Por isso mesmo o Reitor quer deixar bem expresso o seu apreço aos serviços da Biblioteca e, naturalmente, à sua Diretora, Dra. Catarina Figueirinha Lopes, bem como à Mestre Madalena Mira que, como é bem visível para toda a comunidade da UAL, tem

uma tarefa versátil, evidenciando uma disponibilidade que vai bem para além dos Serviços Editoriais.

Os relatórios de atividades que apresentam nos Anexo 6 – Relatório das atividades da Bibliotecas e Anexo 7 – Relatório de Atividades dos Serviços Editoriais e atividades de extensão, são uma boa síntese de todas as atividades desenvolvidas nessas áreas, pelo que o Reitor remete, para os mais interessados, a leitura desses anexos.

Mas, como é evidente, então num ano letivo tão diferente do habitual, ainda por cima em consequência de algo inesperado e, sobretudo, com consequências e duração imprevisíveis, há que pôr em evidência certos pontos que os relatórios referem e que merecem a devida saliência.

A primeira nota diferencial vai para o relatório da Biblioteca que, como se pode verificar pelo seu cotejo com o ano precedente, tem um conteúdo muito mais sintético, de natureza mais qualitativa que quantitativa, estando esta quase ausente.

Esse tipo de abordagem é logo visível na primeira e curta frase do relatório: “No final do ano letivo 2019-2020 podemos dizer **missão cumprida**”.

E é, de facto, o que o conteúdo do relatório é, fundamentalmente, a descrição das ações que justificam o cumprimento da missão fundamental de uma Biblioteca.

Não é de mais evidenciar que, depois de uma profunda remodelação da Biblioteca em anos precedentes, esta foi confrontada com um novo desafio, já que “A Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa fechou as portas à comunidade académica no início de março de 2020”.

É óbvio que, então, a missão era “abrir novas portas” para que o encerramento das portas físicas não impedisse o acesso da comunidade académica aos serviços essenciais da Biblioteca. E foi o que se fez! A leitura do sucinto relatório sugere que o “confinamento” foi transformado em “oportunidade” que, e é bom não esquecer, só foi bem concretizada porque “fruto do trabalho de formação dos recursos humanos, da promoção dos recursos eletrónicos e do acesso remoto realizado nos últimos anos”.

Foi, assim, possível realizar tarefas de recuperação e atualização do seu acervo, ao mesmo tempo que, por meios eletrónicos, se promoveu um *webinar* que acabou por ter “um grande impacto na consulta e *download* de artigos, *e-books*, dissertações/teses, cujo número triplicou em relação ao ano anterior”, sem que tenha sido descurada a utilização “física”, através da “reabertura de serviços de empréstimo domiciliário em regime de *take away*”.

Incrementou-se também os serviços de empréstimo interbibliotecas, reforçando-se, assim, o apoio à investigação, bem como a criação de DOI “serviço que a Biblioteca desempenha no apoio aos Serviços Editoriais”.

Estes, por sua vez, como se vê no Anexo 7, viram-se confrontados com a falta de pessoal disponível para a tarefa editorial específica, dado que a generalidade dos recursos teve de ser desviada para a urgente necessidade de “assegurar o funcionamento do ano letivo na vertente ensino-aprendizagem”.

Mas isso não impediu que, no seguimento da substituição de uma editora por serviços editoriais, mantendo-se a chancela da UAL, estes serviços não tivessem respondido aos seus objetivos essenciais, isto é, o papel de facilitar na relação autor-editora comercial, designadamente para a publicação em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU, e o fomento da edição em acesso aberto, através do repositório institucional. A isso acresceu o apoio para contactos com autores e tradutores, revisão e edição de texto, entre outras atividades ancilares.

Ainda neste contexto editorial, é de salientar a presença da gestora destes serviços em todos os conselhos editoriais de todas as publicações da UAL, designadamente as ligadas aos centros de investigação, bem como à plataforma *on-line*, com relevo para o apoio à estruturação do *site* do Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais, bem como à criação, no contexto desse centro, da Revista ERBE “European Review of Business Economics”, e ainda o apoio a outros centros e à produção de *e-books*.

Apesar da pandemia, há sete edições em curso, algumas em parceria com outras entidades, tendo sido concluídas três, com saliência para um *e-book* do Professor

Onésimo Teotónio Pereira "O futuro já não é o que era, mas terá de ser melhor do que promete".

A versatilidade da Mestre Madalena Mira evidencia-se, também, no apoio personalizado a docentes, designadamente no aconselhamento editorial em acesso aberto.

A sua ação estende-se às representações externas, sendo Secretária da Direção da Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior, para além da sua relação com a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, já que as publicações periódicas da UAL estão abrangidas pela tutela dessa entidade.

Uma referência final para a apresentação da Biblioteca e dos Serviços Editoriais, nos respetivos anexos, dos planos de desenvolvimento para o ano letivo 2020-2021, que serão abordados no capítulo final deste relatório.

1.2. As atividades de Investigação

Como se tem continuamente referido em relatórios precedentes, a Investigação é algo de fundamental no funcionamento e desenvolvimento de uma universidade, mas, devido às condições específicas em que o ensino superior privado e cooperativo nasceu e, durante os dois primeiros decénios cresceu e se desenvolveu, mantiveram-no algo alienado desta relevante função.

Essa concentração na atividade pedagógica foi abalada pelas aplicações rigorosas da legislação, pelo desenvolvimento do processo de Bolonha e, sobretudo, pela criação da Agência de Avaliação e Acreditação que, com toda a legitimidade, alertaram para a necessidade de as instituições de ensino superior privado e cooperativo assumirem integralmente todas as funções que se exigem, particularmente às universidades.

As universidades procuraram responder a esse desafio, mas há que ter em atenção que a abordagem à investigação exige tempo e financiamento, o que apela, obviamente, a um processo em gradual, mas contínuo, desenvolvimento.

Não cabe neste relatório repetir o que se tem referido quanto às condicionantes que têm perturbado o que deveria ser um desenvolvimento estruturado e coerente, mas vale a pena ainda retomar os termos “tempo” e “financiamento” atrás referidos.

O fator “tempo” tem de ser encarado devidamente, para que a condição de gradualidade possa ser respeitada. Efetivamente, a passagem, devidamente estruturada, de uma instituição inteiramente dedicada ao ensino para um estágio mais evoluído que inclua a atividade de investigação, é demorada e complexa. É que não se trata de adicionar Investigação ao Ensino, e muito menos (ia a acrescentar “obviamente”, mas hesitei porque como se evidenciará no ponto da Avaliação e Acreditação, esta afirmação não parece tão óbvia) transformá-la numa instituição de investigação.

É que o desafio é estruturar a universidade de modo a que os conteúdos de ensino e, sobretudo, o modo de, criticamente, os transmitir, o que exige um processo de ensino/aprendizagem ativo, repassado por um espírito de investigação, com diferentes graus de formulação e de intensidade adequados a cada um dos ciclos e estudos. Por outro lado, assumir a integração (não adição) da investigação na universidade, impõe-lhe, do mesmo passo, um maior aprofundamento e permanente atualização dos conhecimentos por via da investigação de base (e também investigação pedagógica, bastante esquecida, mas que a pandemia ressuscitou), bem como uma capacidade de investigação ligada às questões essenciais da sociedade, originando-se um diálogo constante com ela.

Por outro lado, o “nascimento” da investigação numa instituição, tem raízes nas apetências e capacidades individuais dos docentes pela natureza da sua ligação à instituição e pela sua própria motivação e gosto pela investigação. Daí os primeiros resultados serem de natureza individual, espalhados heterogeneamente pelas diversas áreas científicas, sendo também relevante para o seu desenvolvimento a “dimensão” de cada área científica e também, globalmente, a da instituição.

Daí que o passo seguinte tenha sido o desenvolvimento nalgumas áreas científicas de núcleos de investigação que, na maioria dos casos, deram origem à atual configuração

de vários centros de investigação, de diferentes dimensões, muitos deles sem a desejada massa crítica que, na generalidade, não proporcionam a desejada interdisciplinaridade que hoje se reconhece como inalienável no campo da investigação científica, designadamente na que se dirige à busca de soluções para problemas defrontados pela sociedade. Esta descrição, quase linear, omite, no entanto, um passo que anteciparia esta busca da interdisciplinaridade, já que pouco depois do início do presente século, foi traçada uma estratégia em que se optou por procurar aglutinar os docentes/investigadores que, obviamente, eram em número relativamente reduzido, numa instalação comum, com equipamentos comuns, num único centro de investigação integrado de todas as áreas científicas existentes na altura.

Só que a entrada em força do processo de avaliação e de acreditação dos vários ciclos de estudos universitários acabou por pôr em causa essa experiência que quase não foi testada, pois a investigação considerada elemento essencial da avaliação e consequente acreditação, se centrou exclusivamente na apreciação exclusiva da existência e qualidade dos centros de estudos que podemos designar por “monodisciplinares”, autênticos silos, isolados do nível global da investigação no contexto da universidade, não valorizando a existência (ou falta dele) de um espírito de investigação na universidade. Na linha de relatórios anteriores, este assunto será retomado no ponto relativo à Avaliação e Acreditação.

Se a evolução temporal e as discontinuidades estratégicas a que obrigou explica em parte a situação, é bom que não se esqueça o papel fundamental do financiamento.

Há que não esquecer que uma instituição de ensino privado vive, fundamentalmente, das propinas dos seus estudantes, enquanto a de ensino público vive fundamentalmente do Orçamento do Estado, sem embargo de se reconhecer que em anos mais recentes os montantes pedidos aos estudantes têm crescido de importância, designadamente nos segundos e terceiros ciclos. Por outro lado, existem instituições estatais de apoio à investigação que apoiam basicamente as instituições públicas, com flagrante discriminação das privadas, situação que, dadas as atuais condições legais que condicionam a acreditação de ciclos de estudo, a um nível

designado por “muito bom” de investigação na área específica (já se avança o admitir, em sentido que se aprecia, mais do que uma área) tornam essa situação de funcionamento particularmente grave.

É óbvio que este assunto faz mais sentido ser tratado no ponto relativo à Avaliação e Acreditação, mas que, em particular no ano letivo de 2019/2020, ano a que se reporta este relatório, teve episódios que dão claros indícios (para não dizer provas) dessa discriminação e, o que não é menos importante, de uma total ausência de critérios dinâmicos de avaliação, num desrespeito claro pela lógica da gradualidade.

Assim, a última avaliação da FCT do OBSERVARE, o Centro de Estudos de Relações Internacionais, porventura o centro com característica mais multidisciplinar da UAL – como imporá a investigação em Relações Internacionais – que suporta os doutoramentos em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia e, também, o de Sociedades Mediáticas de Língua Portuguesa – atribui a este centro a classificação de “Weak”.

Ora este mesmo centro de investigação, no ciclo de avaliações precedente, tinha sido classificado com Bom (um “Good” que, dadas as classificações parcelares, também poderia ser um “Very Good”) e, depois dessa avaliação, o OBSERVARE desenvolveu-se com naturalidade e reconhecimento nacional e internacional. Como é possível passar de “Good” (quase “Very Good”) a “Weak”? Qual a consistência dinâmica do processo de avaliação científica de um centro de investigação?

Centrando-me, apenas, no problema do financiamento (deixando a questão da ligação à avaliação dos ciclos de estudo para o ponto específico deste relatório), qual a segurança de funcionamento quando a decisão de financiamento não tem em atenção a evolução do centro, a sua história e se limita, com critérios muito discutíveis, a uma observação pontual, conjuntural?

Com a classificação de “Weak” deixa de haver financiamento enquanto centros da mesma área científica, com claramente menor reconhecimento nacional e internacional, tiveram classificações bem mais elevadas?

Uma avaliação dinamicamente consistente só poderia passar de “Good” a “Weak” com prova cabal de que o nível do centro tinha caído muito sensivelmente, pois isso significa abandonar o financiamento de um centro de investigação financiado até aí, apostado em crescer, investindo nesse sentido.

Onde está essa prova cabal? E mesmo admitindo, sem conceder, que a avaliação é “avulsa” e não dinâmica e há um financiamento global a distribuir, onde está feito o cotejo com os outros centros da mesma área?

Mas se é grave esta inconsistência, mais grave é, ainda nos termos estritos do financiamento, a atribuição de verbas logo que foram divulgadas as classificações atribuídas pelas Comissões de Avaliação, antes de qualquer contraditório que integra, regularmente, o processo de avaliação. Como é possível alterar as verbas atribuídas se, entretanto, os resultados do contraditório levassem, como é possível e até normal, a alterações de algumas classificações?

É altura de invocar o esforço feito pela CEU, Entidade Instituidora da UAL, no apoio financeiro aos centros de estudos bem como às atividades de investigação de docentes que, com algumas contribuições do Fundo de Financiamento à Investigação, permitiram chegar à situação que atrás, de um modo muito esquemático, foi descrita.

Acresce que o respeito da gradualidade impõe, numa perspetiva dinâmica consistente, que se leve em conta na avaliação não só o “estado” em cada momento da avaliação também e principalmente, a evolução e a capacidade de crescimento qualitativo que um dado centro de investigação apresenta. Caso contrário, impedir-se-á o aparecimento de novos centros e acabar-se-á com os novos, de qualidade, que já estão em plena evolução, aumentando-se o financiamento aos já instalados que, assim, terão ainda condições reforçadas para, em avaliação subjacente, terem direito a maior financiamento.

Pode-se, então, a certa altura, com legitimidade, admitir que um centro é “Excelente” porque teve um financiamento “Excelente”, ao longo de vários ciclos de avaliação, fortalecendo-se posições adquiridas, mesmo que com mérito inicial.

Tendo em atenção o que se referiu sobre a evolução da investigação nas universidades privadas e as desfavoráveis condições de financiamento, seria razoável não as discriminar como tem acontecido na distribuição de fundos, tanto mais, e este é um problema recorrente, que grande parte dos fundos têm origem na União Europeia e, portanto, são apoios a Portugal e não só às universidades públicas do país.

Estas considerações foram sugeridas pela evolução das condições de investigação na UAL e pelos condicionamentos que a afetaram que, infelizmente, são bastante maiores do que os que a apoiaram, designadamente do ponto de vista das entidades públicas.

É por isso que uma descrição integrada do estado atual das atividades de investigação não é fácil, tendo em atenção alguma dispersão que já está suficientemente justificada.

Contudo, o Relatório de Atividades do Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID), que se apresenta no Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D, consegue superar em alto grau esta dispersão, graças à atividade da Dra. Cristina Dias, a quem manifesto o meu apreço e os meus agradecimentos.

O relatório consegue evidenciar e integrar a grande maioria das atividades de investigação e a sua interligação com a universidade e com entidades externas ao mesmo tempo que revela bem todo o trabalho logístico e de apoio sem o qual essas atividades não seriam possíveis ou não teriam a expressão que já é visível.

Assim, antes de referir, em síntese, as atividades especificamente de investigação, importa salientar aquelas que as suportam e que foram desenvolvidas no âmbito do GAID.

Entre elas há a destacar:

- Acompanhamento dos vários tipos de atividades desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades dos Centros de Investigação.
- Acompanhamento dos procedimentos necessários para a submissão dos diversos tipos de candidaturas a concursos feitos pelas unidades de I&D da UAL.

- Ligações com a FCT, designadamente na gestão do financiamento do CIP (Centro de Investigação em Psicologia), o único dos três centros avaliados pela FCT que manteve algum financiamento, em virtude dos resultados dessa avaliação já atrás referidos.

A estas ações mais claramente ligadas ao funcionamento das unidades de investigação, acrescem atividades de natureza mais formal ou burocrática, como a resposta ao "Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional", os procedimentos concursais para dois bolseiros de investigação para o CIP e o Inquérito à Produção Científica dos Docentes.

A leitura da participação da CEU/UAL em concursos promovidos pela FCT comparada com a participação da CEU/UAL em concursos promovidos por outras entidades públicas, que o relatório descreve cuidadosamente, é mais uma amostra flagrante da discriminação da FCT.

Assim, às 8 candidaturas, individuais ou coletivas, submetidas e já decididas, nenhuma foi selecionada para financiamento, enquanto os dois projetos apresentados, um ao Camões - Instituto de Cooperação e da Língua Portuguesa, I.P. e outro a um concurso promovido pelo Ministério da Defesa Nacional, foram ambos aprovados para cofinanciamento.

Esta comparação é particularmente oportuna para uma melhor demonstração da legítima contestação da decisão da FCT sobre o OBSERVARE. É que ambos os projetos foram apresentados no âmbito do OBSERVARE, sendo o primeiro citado, o apoio ao IV Congresso Internacional do OBSERVARE.

A realização sistemática deste congresso, de periodicidade bienal, com grande participação de investigadores internacionais de várias nacionalidades de reconhecidas universidades e instituições de investigação, a par da edição da revista bianual Janus.net, indexada na SCOPUS, evidenciam bem a já referida notoriedade internacional do OBSERVARE e o reconhecido mérito da sua atividade, exceto, é claro, para a FCT.

E parece que a CEU/UAL é para a FCT um perigoso "contaminante", pois mesmo quando vai em parceria com parceiros de reconhecida notoriedade, vê os projetos, embora com boa pontuação, não serem selecionados para financiamento.

Como é evidente com a classificação de "Weak", mesmo sendo objetivamente reconhecido o mérito da investigação da CEU/UAL e, neste caso, em particular do OBSERVARE, tornar-se-á, formalmente, um obstáculo à sua participação em projetos com outras instituições, pondo em causa, como já referimos, de algum modo, a sua reputação e credibilidade, designadamente para quem olha só para os resultados da FCT. Não sendo o Relatório do Reitor o local mais indicado para fazer humor (e muito menos "humor negro", como é o caso) a atitude e, sobretudo, as consequências que dela resultam em termos de futuro, lembram a conhecida anedota do "homem que matava o pai e depois queixava-se de ser órfão".

Finalmente, no que se refere ao relatório apresentado pelo GAID, há que salientar a sua parte mais substancial que resume as atividades das várias unidades de investigação da CEU/UAL.

Não se justifica, dado o conteúdo do relatório do Anexo 8, transcrever neste relatório o que se escreve relativamente a cada uma dessas unidades, mas antes fazer uma reflexão sobre o conjunto, eventualmente salientando uma ou outra atividade ou evento que seja justificado destacar, por diferentes razões.

A primeira nota é evidenciar a realidade da descrição feita no início deste ponto do relatório, em que se dava nota de como a evolução natural do processo de investigação na UAL conduziu, após tentativa estratégica frustrada pelo modo vigente de avaliação, a uma relativa pulverização dos centros pelos vários departamentos, com natural défice de dimensão da maioria dessas unidades. Mas esta constatação não pode ser vista como uma crítica, atentos o processo de desenvolvimento da investigação na UAL, a sua relativa juventude e a inflexão estratégica que se viu obrigada a fazer. Pelo contrário, há que salientar que a motivação para a investigação está já completamente difundida por todos os departamentos, pois todos os oito departamentos têm unidades

de investigação associadas, embora, como seria de esperar, com diferentes níveis de desenvolvimento.

As três unidades de maior visibilidade, sobretudo pelo facto de já se terem submetido a dois ciclos de avaliação da FCT são o OBSERVARE, o CIP e o Ratio Legis.

Esses três centros de investigação foram financiados no anterior ciclo de avaliações, mas após o recente ciclo, como já foi referido, apenas o CIP manteve o financiamento.

Entre as várias atividades do OBSERVARE, obviamente prejudicadas, como as de todas as outras unidades, pelo aparecimento e desenvolvimento em vagas sucessivas de pandemia, saliência para a coorganização da "7th International Conference on Eurasian Politics and Society (IEPAS 2020)" em formato on-line, bem como uma parceria com a TVI num programa semanal sobre a atualidade internacional.

O CIP procurou a consolidação do Centro e das atividades e publicações dos seus investigadores, estimulando e ampliando colaborações com investigadores em universidades estrangeiras, nomeadamente na copublicação de artigos.

Do Ratio Legis há a dar relevo a sua participação no VI Congresso Internacional "Criminalidade Organizada Transnacional – Una Amenaza a la Seguridad de los Derechos Democraticos" realizada na Universidade de Salamanca. Esta área da criminalidade teve uma atividade mais visível com vários estudos e publicações em livros, havendo mesmo um plano para a constituição de uma rede internacional com centros de I&D e instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras que já têm ou estão a desenvolver linhas de investigação nessa área.

Um centro de investigação com tradição na UAL – o CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas, teve uma evolução muito significativa, desenvolvendo quatro linhas de investigação, num espectro bem alargado: História da Arte e do Urbanismo; História e Cultura das Organizações: Passado, Presente e Futuro; História e Sociedade (séculos XIV-XVIII).

Este amplo espectro é particularmente relevante para o enquadramento de mestrado e, sobretudo, de doutoramentos, já que o Departamento de História, Artes e

Humanidades tem um doutoramento acreditado, de grande importância na consolidação da UAL.

No relatório apresentado no Anexo 8 salienta-se a publicação de 4 obras que manifestam essa capacidade de diferenciação, bem como a participação em várias conferências, webinars e a realização de exposições.

Pelo seu significado na atenção aos eventos com peso na tradição histórica de Portugal e cooperação com entidades exteriores à UAL, salientam-se a realização, na UAL, do colóquio "Imprensa nacional - 250 anos de história, O livro, os saberes e o Estado".

Noutro registo, pelo que reflete da relação com a comunidade científica, é de referir a publicação do estudo "Humanos modernos chegaram à Zona onde hoje é Portugal 5000 anos antes do que se pensava", na revista "Proceedings of National Academy of Sciences".

Outro centro de investigação – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território - tem consolidado a sua relação à "cidade", com atividades e publicações que conseguem olhar para ela como a integração dos objetivos de estudo do Centro, ou seja, arquitetura, cidade e território. Ora a concretização destes objetivos impõe uma presença física contínua que foi, naturalmente, muito prejudicada pela pandemia.

Daí que projetos importantes como os "100 anos da Cova do Vapor", o projeto ASSIM – Activity Service - Sharing at Intermunicipal Scale, e o projeto de nova edição de "Bairros de Lisboa" tenham sido perturbados.

Mesmo assim foi possível concretizar a publicação do "Atlas Almirante Reis" que retrata o eixo da Avenida almirante Reis, correspondente a uma área de expansão da cidade do século XX, para além da continuidade do projeto de Arte Pública Colaborativa no Lousal.

As unidades mais recentes são o Autónoma Techlab - Centro de Investigação em Tecnologias, o NIP@COM - Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas Digitais e, mais recentemente, o CICEE – Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais, ligados, respetivamente, aos Departamentos de

Ciências e Tecnologias e Departamento de Ciências da Comunicação e Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, que foram, também, afetados no seu desenvolvimento ou arranque inicial pela pandemia.

Apesar disso, o Autónoma Techlab estabeleceu as suas linhas de investigação: Big Data e Programação e Tecnologias Web; Sistemas Autónomos e Inteligência Artificial; Redes de Comunicação e Internet das Coisas. Foram desenvolvidos vários seminários e conferências com essas temáticas, aproveitando para a divulgação de “working papers” com os resultados da investigação realizada.

Por seu lado, o NIP@COM tem projetos ligados a países lusófonos, que são ligações com pleno sentido, dada a existência, no âmbito do Departamento, do Doutoramento em “Media e Sociedades no contexto da Comunidade de Língua Portuguesa”. Referem-se, a esse propósito, o projeto “Práticas, consumos e riscos dos jovens de Angola”, na linha de investigação “Práticas e competências mediáticas digitais”, tal como o projeto “Práticas, consumos e riscos digitais dos jovens de Moçambique”, este último em resultado de contactos com um professor da Universidade Eduardo Mondlane.

Por sua vez o CIEEE desenvolveu a sua estruturação, criando o seu website, com vista à divulgação das atividades distintas, eventos e outputs, ao mesmo tempo que integrava os seus investigadores, produzindo vários “working papers”, tendo como objetivo a difusão dos resultados subjacentes aos vários projetos de I&D que estão em curso no centro.

Na sua lógica de desenvolvimento, procurou ligações a outras universidades, apresentando a concurso projetos comuns, designadamente com a Universidade Católica no Porto, bem como outras formas de colaboração com investigadores de universidades estrangeiras, incluindo a participação na Unidade de Acompanhamento do Centro.

A estruturação passou também pela criação de uma revista científica on-line, ERBE - European Review of Business Economics, com o objetivo, entre outros, de promover

as publicações, nomeadamente as que decorrem da investigação desenvolvida no âmbito do centro.

Finalmente há que referir um centro - o CARS, com vários anos de atividade, de características muito especiais, com um número de investigadores reduzido, mas focado numa área muito específica e, também, com uma grande preocupação de investigação pedagógica, que o Reitor aprecia e saúda, que tem conduzido à publicação de vários livros e à realização de várias conferências e, também, a muitas aulas abertas, com a presença de reconhecidos especialistas convidados para a apresentação e discussão de temas específicos.

O CARS – Centro de Análise Económica da Autorregulação Social – sua principal linha de investigação - lançou várias segundas edições de livros, fundamentalmente ligados à microeconomia, tendo os seus investigadores apresentado várias comunicações em conferências, das quais resultaram artigos publicados em revistas referenciadas.

Esta digressão sintética pela atividade das unidades de investigação não reflete adequadamente todas as atividades, pelo que uma visão mais integrada só se conseguirá pela leitura do Anexo 8, pelas publicações dos docentes e, também e não menos relevantemente, pela consulta dos diversos websites.

Não se infira daqui que se considera o nível de investigação o desejável numa universidade, mas sim que se tem feito um caminho de progresso que não pode deixar de ser assinalado, tendo em particular atenção a evolução da constituição de um corpo docente próprio e conseqüente integração dos docentes nas unidades de I&D e as dificuldades de financiamento.

Por isso, o Reitor quer deixar bem expresso o seu apreço e o seu agradecimento aos diretores das diversas unidades de I&D da UAL, bem como a todos os seus colaboradores, lutando, muitas vezes, com obstáculos que só a persistência e o espírito de investigação e de organização têm permitido ultrapassar ou, às vezes, só contornar.

A avaliação das atividades de investigação não ficaria completa sem a referência a três temas que a integram ou a ela se ligam.

O primeiro, já referenciado a propósito da discussão sobre a posição da FCT face ao OBSERVARE, é a ligação entre a avaliação das unidades de I&D e a acreditação de ciclos de estudos, com particular relevância para os terceiros ciclos. Esse tema será retomado no ponto relativo à avaliação.

O segundo, que, como se verá, não é completamente desligado do primeiro, tem a ver com a dimensão das unidades, seus objetivos específicos e desenvolvimento, admitindo a integração de alguns e abrindo portas à ligação a centros de investigação exteriores à UAL. A ligação com o primeiro ponto decorre da aceitação por parte da A3ES da crescente tendência de cursos inter ou multidisciplinares que assim podem ter as suas raízes de investigação numa unidade de I&D não dedicada a uma área científica específica. Este tema terá uma abordagem quer no ponto da avaliação quer, sobretudo, no capítulo conclusivo.

O terceiro ponto tem a ver com a existência de revistas próprias das unidades de investigação, incluindo os seus objetivos específicos e o modo como se desenvolvem.

Vale a pena, para uma análise mais objetiva do problema, lembrar que na UAL existem várias revistas:

- Janus.net, no OBSERVARE
- PSIQUE, revista on-line no CIP
- Estudo Prévio, revista on-line no CEACTION
- ERBE, revista on-line no CICEE
- Galileu, revista on-line no Ratio Legis

A referência à "Galileu" em último lugar resulta apenas de ser a revista mais antiga das universidades privadas que ainda tem na sua designação "Revista de Direito e Economia", portanto multidisciplinar, revista editada em papel, durante muitos anos, com vicissitudes várias que acaba por ficar integrada, mais recentemente, no Ratio Legis, como revista on-line.

Não pode o Reitor deixar de fazer esta referência já que entende que há um problema de continuidade histórica que não deve perder-se e que deve ser devidamente

assinalada na revista e, por outro lado, evidenciar bem que essa primeira revista tinha assumido uma visão multidisciplinar.

Tem-se procurado a indexação das revistas em várias bases, sendo, como já foi feito, de destacar a indexação da revista do OBSERVARE na Scopus.

A busca de indexação e conseqüente tentativa de maior visibilidade e valorização internacional de uma revista (exceto, pelos vistos, para a FCT) conjugado com o legítimo interesse de os investigadores da UAL almejarem publicar em revistas de grande visibilidade (o que não é irrelevante também para a acreditação dos cursos da UAL) levanta um problema de compromisso (“trade-off”) que não é fácil de gerir, nem institucionalmente, nem individualmente.

Ao lançar-se e desenvolver-se uma revista própria (e não importa, para esta discussão, se é especializada ou multidisciplinar) dá-se espaço à publicação dos investigadores da própria instituição, o que é um bom ponto de partida (como o são os “working papers” em fase de pré-publicação). Só que, nas avaliações curriculares, à partida, e independentemente do mérito real do conteúdo do artigo, o formalismo vai, por certo, desvalorizar ou valorizar pouco essa publicação. Isso não é bom nem para o investigador, nem para a universidade. Um primeiro passo no lançamento da revista é garantir a presença de revisão por pares e conseguir entre os “refrees” e, sobretudo, nos editores e conselhos editoriais, investigadores de reconhecido mérito, em condições de dar credibilidade à revista e até em promover a sua visibilidade, publicando também nessa revista, sem “sacrificar” o seu prestígio.

É um desafio estratégico que não pode deixar de ser assinalado pela necessidade de valorizar a investigação feita na UAL e, conseqüentemente, consolidar os terceiros ciclos.

1.3. O corpo docente

Não tem sentido repetir à exaustão o que se tem referido sobre as necessárias características do corpo docente de uma universidade, nem sobre as condicionantes

legais que lhes dizem respeito e que têm influência decisiva no sistema de acreditação dos cursos e na atribuição do estatuto de universidade a uma instituição de ensino superior.

No entanto, vale sempre a pena não esquecer que aos docentes universitários é exigida uma multiplicidade de competências e de tarefas que não têm a adequada valorização, emergindo quase sempre como critério fundamental de acreditação o número e o nível de publicações científicas em revistas indexadas. Assim sendo, são minorizadas, em termos relativos, a atividade pedagógica, que deve ter incoativos uma constante investigação pedagógica e o acompanhamento dos estudantes, sendo o nível de acompanhamento e a intensidade de investigação associada dependentes do ciclo em que se integra o docente.

Acrescem ainda tarefas, cada vez mais exigentes, de gestão universitária e, ainda, a participação na sociedade, designadamente em estreita ligação com as atividades de inovação, empresariais, culturais e de apoio social.

Se são estas as tarefas que se pedem a um docente universitário, faz sentido a utilização maioritária, quando não exclusiva, de critérios de publicação, cujo nível é aferido pela indexação em revistas internacionais a que nem sempre corresponde ao mérito, ao empenho e até aos resultados, designadamente no campo da inovação, em ligação com a sociedade civil?

Não é altura de distinguir claramente, neste campo, os tipos e a qualificação de exigências para os dois primeiros ciclos (crescem cada vez mais, até por necessidade de adaptação profissional os mestrados integrados) dos terceiros ciclos, distinção essa que seria bem clara se se concretizassem efetivamente as Escolas Doutorais?

Não se pode deixar de referir, também na continuidade do relatório relativo ao ano letivo precedente, a criação dos designados “professores de carreira” com uma indefinida caracterização, em particular no que toca ao ensino superior privado e cooperativo.

Repare-se que o Artigo 3º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, republicado como anexo ao Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, em que são definidos os

conceitos, aparece na sua alínea k) não o conceito de "professor de carreira", mas de "corpo docente de carreira", separando em duas subalíneas diferentes a "definição" desse corpo docente das instituições de ensino superior públicas da dos estabelecimentos de ensino superior privado.

Nesta descrição vale a pena observar com atenção as palavras atrás sublinhadas, que levam à conclusão de que, subliminarmente pelo menos, no espírito do legislador (e não só!) o ensino superior público é dado em "instituições" e o privado e cooperativo em "estabelecimentos". Qual a razão para esta distinção?

A consulta dos "Grande Dicionário da Língua Portuguesa" e do "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa", ambos da autoria de José Pedro Machado e a edição da Sociedade de Língua Portuguesa mostram que os étimos são diferentes ("institucion" e "stabliscere") tendo como primeiras traduções, respetivamente "acto ou efeito de instituir" e "acto ou efeito de estabelecer" sendo que "estabelecer" é "fazer uma coisa com carácter firme e estável".

Mas, também é certo que, na língua portuguesa, por vezes, as duas palavras são assumidas como sinónimos. Mas se são sinónimos, porque não se usou a mesma palavra? A menos que se queira mesmo diferenciar. E essa diferenciação não vem certamente da significação de estabelecimento que acima figura, sendo legítimo admitir que o que poderia estar incoativo no espírito do legislador era a segunda expressão que define (ou apenas descreve?) "estabelecimento", ou seja, "casa comercial". Esta justificaria toda a diferença como até poderia justificar a descrição do que é o "corpo docente de carreira" do ensino superior privado e cooperativo (subalínea ii) da alínea k): "Nos estabelecimentos de ensino superior privado e cooperativo o conjunto de docentes que integra as categorias de carreira estabelecidas pelo regime jurídico previsto no artigo 53º da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro".

O que diz esse artigo? "O regime do pessoal docente e de investigação das instituições privadas é aprovado por decreto-lei". Quer dizer que a autonomia universitária não é

respeitada, porque se o fosse, o conteúdo do Artigo 52º desse mesmo decreto-lei seria suficiente para garantir as exigências de qualidade.

“Artigo 52º Corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior privados

1 — Aos docentes do ensino superior privado deve ser assegurada, no âmbito dos estabelecimentos de ensino em que prestam serviço, uma carreira paralela à dos docentes do ensino superior público.

2 — O pessoal docente dos estabelecimentos de ensino superior privados deve possuir as habilitações e os graus legalmente exigidos para o exercício de funções da categoria respectiva no ensino superior público.”

Para além do enigma que resulta do adjetivo “paralela” (e “paralela” não quer dizer “coincidente” pois “coincidência é o limite do paralelismo”), tirando a indicação de terem direções semelhantes ou análogas, mas não, necessariamente, iguais. E esta afirmação é que configuraria ter em atenção a autonomia do “Estabelecimento de Ensino Superior Privado”.

Mas a falta de definição e a conseqüente confusão não fica por aqui por duas razões, a primeira das quais é que tal decreto-lei, que o Artigo 53º regularia, nunca foi publicado, deixando um “vazio legal”, que também se estende aos “Estabelecimentos” de Ensino Superior Cooperativo, uma vez que estes dois artigos (52º e 53º), tanto quanto conseguimos apurar, não foram modificados, nem sequer numa proposta de lei do PCP de 2015 para o que é referido como “primeira alteração à Lei nº 62/2007”.

Esta “estranha” digressão para um Relatório do Reitor encontra o seu fundamento nas exigências feitas ao “corpo docente” para que os cursos ministrados na universidade sejam acreditados, porque o Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, altera (ou “institui”?) substancialmente, as condições de acreditação, determinando logo no preâmbulo que “o corpo docente próprio para efeitos de acreditação é o corpo docente ou investigador de carreira e já não os docentes em tempo integral” acrescentando “o que estimula o recrutamento para posições de carreira”.

Acrescem níveis de exigência semelhantes para os diversos ciclos de estudos, bem como percentagens mínimas das categorias de professores catedráticos e associados.

E embora se afirme que a aplicação é gradual, os prazos previstos são muito apertados, pelo que se justificaria uma absoluta clarificação de “professores de carreira”. A ideia que surge, até através da palavra “posição” é de alguma inflexibilidade, no momento em que se reconhece que deve haver maior permeabilidade entre o ensino superior e as empresas e outras organizações, designadamente centros de investigação independentes, mas o assunto será retomado quer nas questões da investigação, quer nas de avaliação/acreditação.

Neste ponto, este assunto é invocado porque tem de ser caracterizado o “corpo docente” da UAL pelas diversas categorias e não é possível definir, com rigor, o que é “professor de carreira!”.

Contudo, dentro da lógica de gradual preparação para as exigências futuras, a CEU, Entidade Instituidora da UAL, tem feito grandes esforços no tal sentido de fixar mais docentes na universidade, distinguindo docentes “em tempo completo” de docentes “em tempo integral”, considerando que aquela designação antecipa e configura o “docente de carreira”.

Retomando as funções que são exigidas aos docentes e a sua consequência no campo da acreditação, cujas condições são radicalmente alteradas também no campo da investigação (problema que será abordado no ponto relativo à investigação) e que robustecem a afirmação que esta tem um peso desproporcional e até descentrado formalmente num modelo consistente de avaliação (o que será tratado no ponto relativo à avaliação/acreditação).

Por outro lado, como já se evidenciou no relatório relativo ao ano precedente, este peso da investigação, designadamente na acreditação dos dois primeiros ciclos, não é consistente com a preocupação crescente dos objetivos da Área Europeia de Educação Superior (EHEA) que elegeu o “teaching and learning” como um dos objetivos fundamentais das instituições de ensino superior, pugnando pelo desenvolvimento da investigação pedagógica, designadamente através da utilização dos meios digitais.

Fê-lo antes da pandemia, mas esta veio ainda dar mais força e relevância à concretização deste objetivo.

A pandemia tem posto à prova o Ensino Superior que, pela primeira vez, e isso é confirmado pelos assuntos e métodos abordados pelos diversos "webinares" internacionais tanto da European Universities Association (EUA), como em muitas universidades americanas e várias agências internacionais, onde o tema foi "ensino/aprendizagem" que, pela primeira vez em anos recentes, teve muito maior atenção que a investigação que, entretanto, parece seguir um caminho cada vez mais autónomo.

O Ensino Superior foi surpreendido e teve de recriar, à pressa, para defrontar novos desafios pedagógicos onde cada vez foi mais evidente que o processo "ensino/aprendizagem" é um e um só.

É esta a altura de o Reitor manifestar todo o apreço e agradecimento pelo modo como os docentes da UAL procuraram readaptar-se, criativamente, ultrapassando problemas todos os dias, respondendo bem à liderança institucional que a Administração da CEU soube assumir com grande eficácia.

Neste ponto do relatório, tal como se depreende do que é referido na Introdução, abordar-se-ão apenas globalmente as características e o funcionamento do "corpo docente" e não o que acontece em cada um dos cursos e departamentos, que terão tratamento diferenciado.

Assim, no primeiro ponto, o corpo docente será caracterizado através das suas categorias universitárias e pelo regime de ligação à UAL; no segundo ponto abordar-se-á o modo como, globalmente, os docentes foram avaliados pelos estudantes, num ano singular, ainda por cima com dois semestres vividos em situações completamente díspares; finalmente, no terceiro ponto, far-se-á uma caracterização geral das atividades não docentes realizadas pelos docentes, designadamente as ligadas à investigação.

1.3.1 Caracterização do Corpo Docente

Neste ponto procura dar-se uma visão geral da constituição do corpo docente, tendo em atenção as características que são relevantes para a avaliação da sua distribuição

por categorias e da relação funcional com a UAL, não esquecendo a identificação de alguns rácios que devem ser cotejados com os que ora se exigem para as creditações dos cursos, mas também, e sobretudo, para, em sentido dinâmico, podermos visualizar o caminho já andado e o que está ainda por fazer no que toca às exigências já referidas constantes do Decreto-Lei nº 65/2018.

Assim, no ano letivo 2019/2020, o número de docentes com carga horária atribuída foi de 219 (mais 12,9% que no ano letivo precedente), dos quais 151 (68,9%) com o grau de doutor (mais 15,3% que no ano precedente), o que conduziu a um aumento ligeiro da percentagem de doutorados no conjunto do corpo docente, já que este era de 67,5% no ano letivo precedente.

Globalmente, e sem fazer qualquer distinção entre ciclos de estudos, o rácio número de estudantes por docente foi de cerca de 15 estudantes/docente.

A repartição dos docentes pelos departamentos a que pertencem é a seguinte (ver Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída):

Arquitetura	10%
Ciências da Comunicação	11,4%
Ciências e Tecnologias	10,5%
Ciências Económicas e Empresariais	28,3%
Direito	14,6%
História	8,7%
Psicologia	10,0%
Relações Internacionais	6,4%

O confronto desta estrutura de distribuição com o número de estudantes que estão inscritos nos diversos cursos mostra, de imediato, que a tal média do número de estudantes/docente esconde uma grande variância entre os diversos departamentos, por várias razões que são fáceis de antecipar: dimensões dos cursos em número de alunos, número de cursos em cada departamento, em particular a sua repartição pelos três ciclos de estudos, existência ou não de dois turnos (diurno e pós-laboral), número de turmas em cada curso, sendo esta divisão de cursos condicionada pela sua natureza e, ainda, a natural presença de docentes de um dado departamento na

docência de disciplinas de cursos de outros departamentos, já que, com o óbvio, a interseção dos conjuntos das disciplinas dos cursos dos vários departamentos, designadamente quando cotejados por grupos de pares, não é nula. Ainda aí, a natureza mais específica dos cursos dos departamentos tem menor possibilidade de ter sinergias com outros que compreendem disciplinas de formação mais transversal.

Estas questões serão, naturalmente, abordadas a propósito de cada um dos cursos, não podendo, contudo, em termos globais, deixar de assinalar a completa inversão da posição dos dois maiores departamentos em número de alunos, com o de Ciências Económicas e Empresariais com um número de docentes que quase duplica o de Direito. Um dos motivos é o maior número de cursos no Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, ainda por cima com um número de alunos relativamente reduzido e com especialidades bem diferenciadas.

Tendo em atenção os objetivos referidos, importa também ter uma ideia da percentagem de doutorados em cada departamento, como primeira indicação dessa percentagem em cada curso, já que este é o indicador relativo para a acreditação, o que será feito também na descrição dos cursos.

Essa estrutura de distribuição por departamento é a seguinte:

Arquitetura	36,4%
Ciências da Comunicação	64%
Ciências e Tecnologias	69,6%
Ciências Económicas e Empresariais	67,7%
Direito	78,1%
História	84,2%
Psicologia	86,4%
Relações Internacionais	64,3%

Como era de esperar, a variância é, neste caso, algo menor, mas não deixa de ser assinalável, até porque alguns dos valores apontam para algumas situações que merecem atenção, dado o peso decisivo deste indicador no processo de acreditação. Também se reconhece que estas percentagens, pelo menos em termos de exigência de cumprimento dos critérios, atuais e futuros, de acreditação, não podem ser desligados dos ciclos de estudo presentes em cada um dos departamentos, sendo este indicador particularmente sensível nos terceiros e segundos ciclos.

Neste contexto, não é surpreendente que História e Direito tenham percentagens superiores à média, devendo, no entanto, saudar-se como muito positiva a percentagem em Psicologia (a maior de todas) já na perspetiva da acreditação dos três ciclos de estudos.

Em contrapartida, tendo em atenção a presença de terceiros ciclos, surpreende, de algum modo, o valor, abaixo da média, de Relações Internacionais, bem como o de Ciências da Comunicação, embora neste último caso, a natureza das disciplinas que aí se lecionam, muitas delas de "construção" muito recente, possam justificar esse valor.

No conjunto ressalta, no entanto, um valor claramente singular e pouco superior a metade da média, no Departamento de Arquitetura.

Apesar de tudo e conhecendo bem a evolução histórica do ensino da Arquitetura, esse valor não é surpreendente. A aceleração da obtenção do grau de Doutor nesta área tem sido muito sensível nos últimos anos, até em virtude de disposições legais que, acertada e oportunamente, permitiram a obtenção desse grau em que as teses podem ser desenvolvidas a partir da "obra feita".

Formalmente esse processo está em vigor, mas os contactos com os arquitetos que mais rapidamente responderam a esta possibilidade mostra que encontraram algumas dificuldades em superar visões clássicas de Doutoramento, ainda muito entranhadas nos júris que defrontaram.

Espera-se mais rápida superação dessa dificuldade, dado o objetivo de concretização de um terceiro ciclo nesse departamento.

Como já se referiu, uma outra característica relevante para a acreditação é a repartição dos docentes por tipo de regime de ligação à UAL. Tendo em atenção as observações anteriores, essa repartição foi, no ano letivo 2019/2020, a seguinte (Anexo 9):

Tempo integral	29,7%
Tempo parcial	37,9%
Tempo completo	30,2%
Colaboração	2,3%

De notar que estas percentagens são praticamente iguais às do ano letivo precedente, não tendo havido um crescimento sensível do "tempo completo" justificável quer em termos das indefinições existentes, quer pelo funcionamento singular do ano letivo em que os objetivos estratégicos que não foram abandonados, antes pelo contrário, em termos de preparação de projetos, não puderam ter a concretização desejada.

A primeira nota que sai destas percentagens é a dos quase equilíbrio dos três regimes relevantes, ainda assim com um peso maior dos docentes em tempo integral. Este dado sugere, de algum modo, uma baixa integração de mais de um terço do corpo docente na universidade, mas há que reconhecer, designadamente nos cursos do primeiro ciclo, que certas disciplinas, pela sua especificidade, exigem o recurso a especialistas exteriores, podendo ser até um sinal de uma ligação desejável a empresas e outras instituições que trazem para essas disciplinas um conhecimento prático, sem esquecer a reflexão teórica que esses conhecimentos sempre podem proporcionar.

No que diz respeito ao regime de "tempo integral", que até ao aparecimento do Decreto-Lei nº 65/2018, era a referência fundamental para acreditação neste ponto, os maiores valores são de Ciências e Tecnologias (52,2%) e Arquitetura (50%), sendo de salientar, pela sua singularidade, que no Departamento de Relações Internacionais, não há qualquer docente nesse regime, o que justifica que o regime de "tempo completo" (assimilando o conceito de "docente de carreira") já ultrapasse os 70% (71,4%).

Em contrapartida, e como era de esperar, Arquitetura apenas apresenta 9,1% em "tempo completo", ao passo que História (42,1%) e Psicologia (40,9%), enquanto todos os outros estão apenas ligeiramente abaixo da média, com valores entre 25% e 28%.

Esta especificação de informações é, contudo, insuficiente para responder às condições de acreditação. Em particular, as exigências sobre percentagens de doutorados não são suficientes, já que têm de ser conjugadas com os regimes em que se encontrem. Deste modo, e na lógica já assumida neste ponto do relatório, em termos globais, verifica-se que, praticamente (64 em 65) todos os docentes em regime

de “tempo completo” são doutorados, mas o mesmo já não acontece aos do regime de “tempo integral” (só 63,1%) e, ainda menos, com os de tempo parcial (55,4%). Se, globalmente, estes valores respondem às condições que presidiram à acreditação dos cursos em funcionamento, estão ainda algo longe de poder satisfazer todas as condições que venham a vigorar quando as datas-limite constantes do Decreto-Lei nº 65/2018 forem atingidas. Naturalmente estes valores globais escondem marcadas heterogeneidades entre os diversos departamentos e respetivos cursos, como será assinalado no capítulo relativo à discriminação desses cursos.

Continuando a abordagem das exigências da acreditação futura no que diz respeito ao corpo docente, há novos critérios que se aplicarão às categorias dos docentes, com limites mínimos para as percentagens de Associados e Catedráticos.

Com as mesmas condicionantes evidenciadas nos parágrafos anteriores, há que salientar que, globalmente, essas percentagens são atualmente muito baixas, impondo-se um processo de aceleração no ritmo do aumento de docentes dessas categorias, quer por promoção interna, quer por contratação ao exterior de novos docentes, estratégias que já estão em andamento.

Note-se, contudo, que as promoções internas, naturalmente através de concursos, exigem a colaboração de docentes com categorias superiores, na generalidade deles, catedráticos, sem o que que esses concursos não se poderão concretizar. O Reitor da UAL, como presidente desses concursos tem encontrado grande disponibilidade por parte dos colegas das outras instituições de ensino superior, a quem quero manifestar um grande agradecimento e um grande apreço por essa disponibilidade, que acarreta um esforço e um trabalho exigente que não tem, no campo académico, a valorização que lhe é devida.

1.3.2 Avaliação dos docentes pelos estudantes

De entre as várias funções dos docentes a relação fundamental com os estudantes situa-se na vertente pedagógica, razão deste ponto, deixando para outro ponto a apreciação das outras vertentes funcionais dos docentes.

Estas avaliações são sempre subjetivas e, o que é mais sensível, conjunturais, pois não estão imunes ao momento em que as avaliações são feitas, as condições em que são feitas nem, sobretudo, às condições e ao resultado da avaliação dos alunos que respondem.

Se estas condições já são uma séria limitação ao rigor e à legitimidade de extração de conclusões a partir das respostas dos alunos aos inquéritos realizados, então no que concerne ao ano letivo 2019/2020 essa avaliação é, em muito, condicionada pela presença da epidemia, criando, também, uma assimetria de condições de funcionamento entre os dois semestres letivos. Isto é tanto mais sensível quanto é certo que o sistema de avaliação se baseia em dois inquéritos semestrais, o que, naturalmente, poderá ter conduzido a um ano híbrido, em que a comparação entre os dois semestres pode vir prejudicada.

Tudo isto tem, contudo, uma aleatoriedade que, em boa parte, com exceção da metodologia de realização dos inquéritos, escapa às possibilidades de atuação da universidade.

Mas há uma delas, ligada à aplicação concreta dos inquéritos e à motivação para os preencher, que não pode deixar de ser relevada e que, indubitavelmente, põe sérias reservas às conclusões que, em muitos casos, haverá tentação de retirar. O Reitor não pode fugir à interpretação desses resultados, mas deixá-los-á, salvo em casos estatisticamente muito significativos, que serão poucos, como observações, quiçá hipóteses explicativas, mas dificilmente conclusões seguras.

Dada a abordagem assumida na formatação deste relatório, neste ponto referir-se-ão apenas as observações relativas ao conjunto de todas as atividades dos três ciclos de estudos, sem embargo de assinalar, desde já, um ou outro caso que, por razões positivas, ou de preocupação, justifique que não se omita.

Assim, o Reitor interroga-se sobre se as diversas perturbações que ocorreram durante o ano letivo podem justificar que a taxa global de respostas aos inquéritos tenha sido, no primeiro semestre, apenas de 15,7%, quando no ano precedente tinha sido de 24,7%, valor na altura já criticado, pois esse valor também não permite

conclusões seguras, porque embora em termos de uma putativa amostra estatística teríamos a satisfação de uma amostra representativa, a aleatoriedade subjacente ao preenchimento do inquérito não é uma "tiragem à sorte", mas apenas determinada pela vontade de responder ou não responder ao inquérito.

Daí que as conclusões são válidas, sim, para o conjunto daqueles quase 25% (no ano precedente) e cerca de 16% que responderam. O problema é, e bem, dada a necessidade de anonimato da resposta, não sabermos quem integra esse conjunto e, em particular, como seria importante, se esse conjunto é verdadeiramente representativo dos estudantes da UAL nesse ano (ou semestre) letivo.

Estes inquéritos são um elemento essencial de avaliação dos docentes e também de credibilização do Sistema de Qualidade na UAL. Sem embargo de esta questão do Sistema de Qualidade vir a ser abordada noutro ponto do relatório, não é possível deixar de aqui referir já algumas questões que, especificamente, se levantaram neste ano letivo.

Uma coisa é certa, não é possível avaliar a qualidade da docência e, em particular, a relação aluno/docente (e até "turma"/docente), que é a que mais genuinamente reflete o processo "ensino/aprendizagem", sem que estes inquéritos sejam credíveis e isso exige uma participação massiva, para a qual há que encontrar os meios e os incentivos adequados.

Se o processo é "ensino/aprendizagem" a responsabilidade pela concretização do preenchimento dos inquéritos, que são instrumento de análise da qualidade desse processo, não é só dos estudantes, mas também dos docentes, para além dos méritos do processo formal de criação e disponibilização que é, obviamente, condição necessária, mas nunca suficiente. Essa condição está nas "mãos" dos estudantes e dos professores e é aí que se impõe uma clara atuação que só será profícua se forem sensíveis para a comunidade académica, os efeitos de melhoria que daí se devem retirar.

Assumidas estas precauções e preocupações, o Reitor chama a atenção para um esforço de adaptação, bem-sucedido, que o Gabinete da Qualidade fez para que, no

segundo semestre, o modelo do inquérito já tivesse adaptações às circunstâncias específicas de funcionamento desse semestre, não sendo por aí que as taxas de respostas são baixas.

Em termos globais, atendendo às diferenças sensíveis de funcionamento entre os dois semestres, não se pode dizer que os resultados dos inquéritos, no que respeita à avaliação dos docentes (os outros temas abordados pelos inquéritos serão considerados noutros pontos), tenham conduzido a resultados substancialmente diferentes.

De facto, a taxa de preenchimento dos inquéritos no segundo semestre foi apenas ligeiramente inferior à do primeiro semestre (14,8% contra 15,7%) e muito mais próxima da verificada no segundo semestre do ano precedente (16,8%) do que no caso do primeiro semestre em que a diferença (15,7% para 24,7%) foi francamente mais “gritante”.

Este resultado deve levar-nos a procurar entender bem os efeitos relativos, neste campo, do ensino presencial versus o ensino “on-line”, já que, à primeira vista, haverá argumentos (o afastamento físico, por exemplo e conseqüente potencial menor proximidade) que poderiam desfavorecer o preenchimento enquanto outros, como o preenchimento “on-line”, que se tem usado, favoreceria eventualmente um maior grau de preenchimento, pela “habituação” a esse meio, como meio natural e contínuo de funcionamento.

Como o inquérito contém uma autoavaliação dos estudantes, há, dentro das limitações referidas, algumas observações interessantes.

Por exemplo, no que respeita às classificações atribuídas pelos estudantes na sua autoavaliação, as modas e as médias não são inferiores, globalmente, às do primeiro semestre, com as modas (incluindo a autoavaliação global do estudante) a assumirem o valor 4, com exceção da assiduidade a que foi atribuída a moda 5 (que também se repete no primeiro semestre), mas enquanto no primeiro semestre todas as modas são 4, com exceção dessa, no segundo semestre, sendo a moda igual também no que respeita à atitude nas sessões de contacto, mesmo remotas, tal como o que respeita

à preparação das aulas (bibliografia e investigação), a moda sobe para 5 na participação em discussões ou trabalhos de grupo, sendo ainda de 5 nas questões especificamente criadas pelo ensino remoto, como seja a facilidade de adaptação a esse ensino e ao acesso e bibliografia necessários à UC, enquanto a eficácia na gestão do tempo de estudo teve a moda 4.

Esta leitura parece indicar que os estudantes sentiram responder às exigências de estudo tão bem, quando não melhor, que ao ensino presencial.

Nesse outro plano, o das instalações, que no ensino presencial teve em todos os itens moda 4, mas médias ligeiramente mais baixas, em particular na facilidade do mobiliário e do equipamento, no segundo semestre, em ensino remoto, apesar de as modas também serem todas 4, as médias estão mais perto de 4 que as obtidas no ensino presencial do primeiro semestre, com boa apreciação da plataforma de apoio, da qualidade da infraestrutura de acesso, com o apoio prestado pelo Centro de Informática, com o grau de eficiência da comunicação entre o docente e o estudante e entre os próprios estudantes, com uma menor valorização média no grau de eficácia da comunicação entre a UAL e a comunidade estudantil, isto consistentemente, com uma menor média (a mais afastada negativamente da moda) no que diz respeito ao funcionamento dos serviços académicos (secretaria) e outros serviços de apoio. Em contrapartida, o item mais valorizado foi o acesso, uso e conteúdos, do e-learning.

Parece, pois, observar-se uma maior satisfação dos estudantes com a situação do ensino remoto do que com a do presencial, tanto mais que a apreciação dos docentes pelos estudantes, incluindo aí o modo como avaliaram, globalmente, as disciplinas. Assim, em ambos os semestres, a moda de todos os itens relativos à avaliação das disciplinas foi 5, incluindo a avaliação global, bem como em todos os itens relativos à avaliação dos docentes.

Ainda aí, e em ambos os semestres, as médias, entre 4 e 5, estiveram, no que toca às disciplinas, com grande igualdade de distribuição, muito ligeiramente acima de 4, com uma diferença positiva mais sensível para o cumprimento dos programas.

Em ambos os semestres também, mas com algumas naturais diferenças, as médias também se situaram ente 4 e 5, mas com maior afastamento positivo de 4 no caso dos itens relativos às disciplinas.

De salientar, em particular, a semelhança nos dois semestres de as maiores médias (mais próximas de cinco) terem sido atribuídas à disponibilidade do docente para o apoio presencial ou remoto fora das horas de contacto. A adequação do regime de avaliação e a apreciação global dos docentes tiveram, em ambos os semestres, médias praticamente iguais e mais próximas de 4.

Embora com médias ligeiramente melhores que os itens anteriores, é de notar, em ambos os semestres, um valor no cuidado na preparação das aulas que é algo inferior à assiduidade, pontualidade e, ainda, ao que os estudantes consideraram domínio das matérias lecionadas.

Esta diferença parece correlacionada com uma média muito próxima de 4, em ambos os semestres, que se atribuí à eficácia da comunicação dos docentes, o que é, de algum modo, consistente com o item “especial” criado para o segundo semestre – a adaptação das sessões de contacto pelo docente ao contexto do ensino remoto – que teve uma avaliação apenas ligeiramente superior à avaliação feita a propósito do cuidado de preparação das aulas e ao nível de comunicação do docente.

Independentemente de todas as condicionantes que lançam dúvidas sobre a legitimidade de extrair conclusões sobre estes dados, não há dúvida que as observações feitas e descritas levam à consideração de uma boa ou muito boa prestação dos docentes, designadamente no desafiante segundo semestre, relevando a boa adaptação dos estudantes e dos docentes aos desafios colocados pela diferente modalidade de ensino.

É com satisfação e apreço que o Reitor observa este comportamento e “performance” dos docentes e dos alunos, em termos globais, mas há que, sempre numa abordagem crítica com o exclusivo objetivo de melhoria contínua, nos interrogarmos sobre estes resultados.

Um dos resultados que não permite por em causa o que foi retirado das observações é, globalmente, a taxa de resposta ao inquérito nos dois semestres, já que a pequena diferença entre as taxas não permite atribuir a esse facto qualquer influência significativa no que respeita à semelhança (e até à ligeira "superioridade") dos resultados do segundo semestre.

Neste campo, a única razão para que pudesse existir tal efeito era a verificação de que, em parte significativa estatisticamente, os estudantes que responderam aos inquéritos do primeiro semestre foram diferentes dos que responderam aos inquéritos do segundo semestre.

Calculando as percentagens das respostas em cada um dos departamentos, atribuindo cada departamento os cursos que aí estão sediados, verificam-se, de facto, algumas diferenças de comportamento entre os dois semestres.

Não contando com os doutoramentos, que são pouco significativos em número de respostas, e muito significativos na ausência delas, o valor mais baixo de respostas é o de Arquitetura, embora consistente nos dois semestres (8,5% no primeiro semestre e 8,1% no segundo semestre). Mas, de um modo geral, as percentagens caíram no segundo semestre, com exceção de Psicologia, com uma subida com algum peso (de 18,4% para 23,8%) e, sobretudo, História (de 11,5% para 14,5%, no segundo semestre), sendo a ênfase subjacente ao uso de "sobretudo" não por ser a maior subida da taxa (pois essa é a que se verifica em Psicologia) mas pelo número de respostas a mais que a taxa verificada em Direito significa, já que é um departamento com número muito elevado de alunos.

Efetivamente, deve-se a estes dois departamentos o facto de a taxa global de respostas no segundo semestre ter sido pouco inferior à do primeiro semestre, apesar da queda dessa taxa de respostas em 75% dos departamentos da UAL.

As quedas mais elevadas foram no Departamento de Ciências da Comunicação (de 17,1% para 11,3%) e em Ciências Económicas e Empresariais (de 17,3% para 13,3%), sendo esta, no entanto, mais significativa e, portanto, responsável por maior queda, dado o maior número de estudantes desse departamento.

A maior taxa de respostas no conjunto dos dois semestres foi em História (que, no entanto, só apresentou resultados para as licenciaturas) com 25,5% de respostas no primeiro semestre e 23,3%, uma ligeira queda, no segundo semestre, apenas superada pela já referida taxa de respostas no Departamento de Psicologia.

Estes resultados apontam para uma eventual diferença na estrutura do conjunto de estudantes que responderam aos inquéritos, uma circunstância que deverá ser mais bem avaliada, tendo em atenção que, em alguns departamentos, há uma sensível variação de taxas de respostas entre os cursos neles inseridos.

Efetivamente, calculando o coeficiente de correlação entre as taxas médias de respostas por departamentos entre os dois semestres obtém-se o valor de 0,7897 que já evidencia uma diferença não negligenciável, embora com um número de observações que, estatisticamente, deixam a desejar.

Contudo esta correlação entre as taxas médias esconde claras variações dentro dos departamentos. Assim, se eliminarmos as fronteiras entre departamentos e fizermos a comparação entre as taxas de resposta de todos os cursos, o coeficiente de correlação cai para 0,078, o que evidencia uma grande diferença na estrutura das taxas de resposta entre os dois semestres, já com um número de observações com algum significado estatístico.

Abusando, de novo, um pouco das estatísticas, sobretudo atendendo ao reduzido número de respostas por curso dentro de cada departamento, calculámos os coeficientes de correlação dos 2 departamentos com mais cursos em que houve respostas ao inquérito: o Departamento de Ciências Económicas e Empresariais (9) e Ciências e Tecnologia (7).

Para o primeiro obtivemos uma correlação de 0,163 e para o segundo um coeficiente de correlação inclusivamente negativo (-0,699).

Sem nunca ser demais lembrar que estes cálculos são mais exercícios de observação que conclusão, porque as exigências de significância estatística não são, em geral, cumpridas, não há, de qualquer modo, dúvidas de que é legítimo pôr uma hipótese forte de que as duas amostras recolhidas nos dois semestres nas respostas

aos inquéritos têm uma estrutura de respondentes bem diferenciada, o que, desde logo, põe em causas a expectativa e a utilidade de estudar as eventuais diferenças na avaliação dos docentes em situação de regime presencial e regime on-line.

É que a diferença de acesso dos estudantes aos meios telemáticos, a diferente capacidade da sua utilização, mesmo com acesso igual e, sobretudo, as diferenças de potencialidades de mais fácil adaptação dos diferentes cursos em conseguir "emular" os cursos presenciais pelos cursos on-line são, por certo, decisivos nesta alteração da "amostra" de respostas recolhidas no segundo semestre.

No entanto, mesmo com estas observações, justifica-se uma análise mais pormenorizada para cada um dos cursos em cada um dos departamentos.

De tudo o que foi dito ressalta, sem dúvida, a necessidade de garantir um número e uma qualidade de respostas que proporcionem uma avaliação mais segura e, portanto, mais útil para a gestão universitária, por parte dos estudantes, sabendo também que o aumento da sua envolvimento não depende só deles.

1.3.3. Atividades de investigação e outras não docentes

Neste ponto procura-se descrever o conjunto de atividades que não sejam de natureza puramente letiva, numa divisão que a própria avaliação dos docentes, designadamente nos concursos a que se submetem para evolução na carreira, impõe, mas que, de algum modo, como já se relevou e será tratado no capítulo final deste relatório, corresponde a uma indesejável desconexão entre a função pedagógica e as funções de investigação, ligadas à sociedade e cooperação com a gestão universitária. Acresce que esta descrição individual (ver Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações) não pode ser descontextualizada do conjunto de toda a atividade universitária e, particularmente neste relatório, dos pontos especificamente votados à investigação, com ênfase particular na inserção dos docentes em centros de investigação e, ainda, no capítulo dedicado mais especificamente aos departamentos e aos cursos que os integram.

Importa salientar que, ao contrário do que aconteceu nos relatórios relativos aos anos precedentes, o Anexo 10 tem uma construção híbrida em que a parte da investigação foi construída, por um processo de recolha e de adequação exaustivo, a partir das informações dadas pelos docentes ao GAID, os dados sobre participação em júris de mestrados e doutoramentos realizados na UAL, recolhidos a partir do GAMD e só as outras informações que constam do Anexo 10, incluindo a participação em júris fora da UAL, foram obtidos por pedido direto da Reitoria.

A referência específica à participação em júris de mestrado e doutoramento, com particular ênfase nas orientações de doutoramento, decorrem do facto de o Reitor considerar essas atividades, de novo com ênfase nos doutoramentos, como atividades que aliam a componente pedagógica à da investigação, prevalecendo até nas participações ativas em júris de doutoramento, designadamente nas orientações, a vertente de investigação. De facto, como é possível orientar uma investigação sem ser participante dessa investigação? E com o é possível arguir uma tese de doutoramento, que é um fruto de investigação, sem investigar?

Esta posição, que o Reitor sempre assumiu, evidenciando em todos os júris o seu apreço pelos seus membros, serve também para, mais uma vez, chamar a atenção para a menorização que é dada a estas atividades dos docentes, aquando da sua avaliação, criando um insustentável desincentivo à participação, pela falta de reconhecimento que é dada a essa atividade.

Globalmente, obtiveram-se informações sobre 114 docentes (52,1%) do total, o que significa que metade dos docentes não indicou (ou não praticou) qualquer outra atividade, a não ser a lecionação, o que não pode deixar de ser referido como preocupante, no que respeita à "qualidade" global das participações dos docentes, no conjunto de todas as atividades que definem uma universidade. Daí que seja legítimo afirmar que a boa, ou muito boa "performance" pedagógica da UAL não é ainda acompanhada noutros campos relevantes que a universidade deve assumir.

Com tudo, esta impressão inicial, deve ser temperada por uma leitura da evolução histórica das universidades privadas e, obviamente, em particular da UAL, bem como a conjuntura em que ano letivo decorreu.

Em primeiro lugar, convém lembrar que o corpo docente da UAL tem evoluído no sentido de uma maior e melhor adequação às valências que uma universidade exige, tendo de reconhecer que o ano letivo 2019/2020, pelas condições que se viveram, não foi propício a tomadas de decisão que permitissem alterações significativas, pois as exigências de adaptação a uma situação absolutamente inesperada e desconhecida, obrigam a operações de "sobrevivência" e, portanto, de curto prazo.

Lembremos, entretanto, que a existência de 37,9% de docentes em tempo parcial poderá explicar, em boa parte, a tal quase metade de docentes que não deram qualquer informação, já que esses docentes, em princípio, estão contratados pela sua valência pedagógica, que se estiver ligada também a experiência profissional, é importante do ponto de vista da lógica da empregabilidade que também se exige às universidades e que não é considerada nas atividades relevadas no Anexo 10, mas que, provavelmente, está na boa avaliação que os alunos fazem de muitos desses docentes.

Todavia, uma leitura mais aprofundada revela que quase um quarto desses docentes constam dos 114 sobre os quais há informações, o que remete para quase cerca de 57% os docentes em tempo integral ou tempo completo em que não se identificou qualquer informação em qualquer das atividades referidas no Anexo 10.

E esse, sim, é um resultado que não pode considerar-se aceitável, mesmo que isso traduza não a não participação de alguns desses docentes, mas sim da falta de informação que deveria ter sido fornecida por esses docentes, o que, também, não é obviamente, aceitável. Esta falta de informação verifica-se sobretudo nos docentes em tempo integral, pois nos de tempo completo, atendendo a que uns poucos estão em lugares de gestão universitária, apenas dois não reportaram qualquer atividade.

Vale a pena, todavia, verificar o que se passa com os doutorados, já que eles serão a principal referência nesta área, em relação aos quais a percentagem de informação é de cerca de 75%. É certo que há 40 doutorados em tempo parcial, mas se se atender

a que a generalidade dos docentes em tempo parcial que deram informações é doutorada, cerca de um quarto de doutorados em tempo integral (uma vez que são negligenciáveis os que estão em tempo completo) não tiveram qualquer atividade reportada, o que também não é muito aceitável, embora informalmente seja possível identificar que, embora poucos, alguns não deram as devidas informações.

Finalmente, de salientar uma sensível variação de respostas dos docentes dos diversos departamentos, com Relações Internacionais a apresentar a maior percentagem de docentes com informação (85,7%) e o Departamento de Ciências da Comunicação a menor (36,0%). Significativamente abaixo da média (52,1%) estão ainda Arquitetura (40,9%) e Ciências Económicas e Empresariais (41,9%) e, bem acima da média, Direito (68,8%) e, ainda acima, Psicologia (59,1%) e História (57,9%), com Ciências e Tecnologias a situar-se na média 52,1%].

Com os devidos cuidados de interpretação estatística, cruzando estas informações com as percentagens dos vários regimes de docência (Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída) confirma-se, com grande segurança, as hipóteses que vinha, sendo feitas na leitura dos números de participação dos docentes nos vários regimes de ligação à UAL. De facto, os coeficientes de correlação entre as percentagens de docentes que em cada departamento responderam e a percentagem de docentes em tempo parcial, a percentagem de docentes em tempo completo e a percentagem de docentes em tempo integral foram, respetivamente, de 0,095, 0,769 e -0,868, cuja diferença ultrapassa, por certo, todas as cautelas a ter com a significância estatística, já no caso dos docentes em tempo parcial está próximo de zero (0), ou seja, a percentagem de respostas não tem relação com os docentes em tempo parcial; em contrapartida, ele é, como era de esperar, bem positivo no que toca aos docentes em tempo completo e, preocupantemente, como já se tinha assinalado, bem negativo quando está em causa o tempo integral. Este resultado não pode deixar de ser levado em conta, independentemente do nível de significância estatística, evidenciando até uma tendência clara a uma participação dos departamentos na resposta aos inquéritos contrária ao peso dos docentes em tempo integral nos departamentos.

Estas indicações quase legitimam a hipótese de que, globalmente, os docentes em tempo parcial estão mais “integrados” no conjunto das atividades universitárias que os docentes em tempo integral, o que pode parecer um contrassenso, mas que, eventualmente, pode ser explicado pela necessidade de preencher rácios que, no entanto, sem comprometer, como se vê, a qualidade pedagógica, fica longe de satisfazer os objetivos e atividades que uma universidade deve desenvolver.

Todavia, não será demais chamar a atenção para a grande heterogeneidade de conteúdos das informações ligadas a cada docente, já que os números que foram tratados até agora são de natureza “binária”, isto é, só distingue quem respondeu de quem não respondeu, obnubilando radicalmente a verdadeira contribuição dos docentes de cada departamento para as várias atividades universitárias não diretamente letivas, quer quantitativa, quer qualitativamente. No fundo, o que deve estar a ser avaliado é a resposta a perguntas “Fez o quê?”, “Quantas vezes?”, “Com que relevância?”, só para dar alguns critérios que permitem ilustrar as especificidades e, conseqüentes, heterogeneidades que a homogeneização do “Sim” ou “Não” esconde.

É um desafio a que os Diretores de Departamento podem tentar responder, tendo em atenção os Relatórios de Coordenação dos respetivos cursos e as informações mais pormenorizadas do Anexo 9.

Sem prejuízo de neste relatório se voltar ao assunto no ponto de avaliação específica de cada curso (não devendo, entretanto, esquecer que há docentes que lecionam cursos em diferentes departamentos), ainda nesta abordagem global dessas atividades, haverá que entrar nessas especificações, pelos menos a nível agregado.

Assim, globalmente, nas áreas de mestrado e doutoramento, assinalam-se participações em 268 dissertações de mestrado, com uma média de cerca de 2,4 dissertações por docente que respondeu, que, de novo, esconde a heterogeneidade de presenças entre os diversos docentes que responderam e os diversos departamentos, o que, também, é muito explicável pelas significativas diferenças entre o número de mestrados por departamento e, sobretudo, pelo muito diferente número de mestrados

nos diversos cursos, que são, afinal, os mais produtores de dissertações. É certo que também há potenciais participações em júris de mestrado noutras instituições de ensino superior, mas é cada vez mais normal que os júris de mestrado sejam exclusivamente constituídos por docentes da própria instituição e até do próprio departamento. Esta situação é completamente diferente do que se passa em júris de doutoramento, em que a presença de doutorados não pertencentes à instituição em que o doutoramento é outorgado é obrigatória, mais uma clara evidência das diferenças entre mestrados e doutoramentos, que a legislação e a atuação da A3ES, que a tem de cumprir, ainda não conseguiram integrar.

No sentido de desagregar um pouco essas médias globais, para evidenciar assimetrias entre departamentos e entre docentes, basta verificar que dos 114, apenas 73 tiveram participação em júris de mestrado (o que eleva a média por participante para 3,67, o que, não atendendo à “qualidade” da participação, ainda não mostra com clareza as diferenças existentes. Um meio de evidenciar, embora com algum hibridismo, pois nem sempre os júris são constituídos apenas por docentes do departamento, a média de Direito é de 6,8 e a de Arquitetura é 4,6, enquanto a de Ciências e Tecnologias é de 1,5 e a de Ciências da Comunicação e de Relações Internacionais é de 2. Não sendo a única explicação, o número de mestrados por departamento e a sua natureza são a variável essencial. Basta ver que a presença em júris de Direito é quase metade (48,1%) do total de presenças manifestadas e Arquitetura, não tendo muitos alunos, tem um Mestrado Integrado que é obrigatório para a obtenção de um diploma, o que é um incentivo claro à sua concretização.

Deixando de lado, ainda, o nível de concentração de presenças em poucos docentes, que é muito significativa e um dado a repensar por parte dos departamentos em que isso é mais evidente, há que não esquecer que, do ponto de vista da “qualidade” da presença é crucial distinguir as participações como orientador ou coorientador das de arguente e de presidente, pelo nível de “empenhamento” que cada um dos tipos de participação implica.

Globalmente, verificamos 99 (36,9%) de orientações ou coorientações, 88 (32,8%) de presidências e 28,3% de arguências.

Uma última nota relativa à presença em júris fora da UAL. Foram 31 (11,6% do total), sendo 2 em universidades brasileiras. Cerca de metade (15) concentraram-se nos departamentos de Ciências da Comunicação e de Relações Internacionais, sendo algumas dessas participações feitas no âmbito de protocolos assinados com outras instituições.

A participação em júris de doutoramento foi, ainda, muito diminuta, já que só houve um doutoramento na UAL no ano letivo em causa e as presenças em instituições fora da UAL são ainda reduzidas.

Assim, registaram-se 12 presenças, 8 (três quartos do total) como arguente, 2 como orientador, 1 como coorientador e 1 como vogal.

Do facto de haver um só doutoramento e ele ter sido realizado em História, concentra aí uma parte das participações, embora, como já se referiu, os júris de doutoramentos terem sempre uma percentagem não despreciable de membros de instituições exteriores. Daí ressalta a presença em instituições fora da UAL de 8 das 12 referências, sendo uma delas como orientador, bem como três presenças em universidades estrangeiras (Valência, Ferrara e Porto Alegre), com História a representar, no conjunto, mais de metade (7) das participações em júris de doutoramento.

Esta pequena e simples descrição evidencia bem os passos que ainda há a dar no campo dos doutoramentos e, obviamente, na investigação no interior da Universidade Autónoma de Lisboa, para que se estabilize como universidade de parte inteira, sendo, no entanto, de reconhecer que, apesar da pandemia, muitos passos foram dados no sentido de um rápido crescimento, tendo a CEU investido muito para a concretização desse objetivo, com o necessário acompanhamento dos responsáveis pelos departamentos e dos Conselhos Científico e Pedagógico.

Num contexto híbrido de Pós-Graduação e Investigação há referência a 39 participações em cursos da Autónoma Academy ou em projetos de investigação.

É, obviamente, um número reduzido face ao número total de docentes da UAL (não chega a 20%) e muito mais preocupante quando se procuram distinguir os dois tipos de atividades.

Em parte específica do relatório dá-se suficiente relevo à atividade da Autónoma Academy e com o seu desenvolvimento se pode integrar naquilo que já hoje é cada vez mais aceite, e que a pandemia robusteceu, aprendizagem/ensino ao longo da vida, de minicursos e outros tipos de atividades, em que, obviamente, se espera que os docentes da UAL se integrem. O número de referência que aparece no Anexo 10 parece indicar haver uma ligação muito ténue dos docentes da UAL à Autónoma Academy, o que, do ponto de vista estratégico, não parece ser conveniente.

Há que investigar a causa dessa alienação, sem embargo de se poder admitir que alguns docentes da UAL que participam em atividades da Autónoma Academy não tenham respondido ao inquérito feito.

Quanto ao nível de projetos, muito baixo, está em consonância com o desenvolvimento da investigação e, pelo menos no que foi informado, da falta de cooperação com outras instituições.

Outras vertentes relevantes são a participação na gestão universitária, designadamente nos Conselhos Científicos e Pedagógico, nas Comissões Científicas e nos Conselhos Escolares dos departamentos e, ainda, com não menos relevância individual de participação, nas direções de departamentos e na coordenação de cursos nos três ciclos de estudos.

Globalmente, 42 dos 114 docentes que responderam ao inquérito (pouco mais do que um terço) deram indicação de participação em órgãos da UAL. Contudo, a análise detalhada das respostas evidencia uma heterogeneidade de referências e de participações, bem como uma não negligenciável concentração de referências de participações em relativamente poucos docentes, o que não permite qualquer conclusão devidamente sustentada.

Podemos, no entanto, concluir, sem grande perigo de errar, que o modo como se entende a participação em órgãos da UAL é muito diferenciada, indo desde a

participação no Conselho Científico até Coordenadores de linhas de investigação em centros de investigação, passando pela pertença a Comissões Científicas ou Conselhos Escolares.

De facto, não tendo sido definido no questionário, com rigor, o que se entendia por "órgãos da UAL" e dado o manifesto desconhecimento dos Estatutos da UAL por parte de muitos docentes, estas diferenças não são surpreendentes.

O que é surpreendente, isso sim, é que, apesar de uma tão alargada interpretação de órgãos da UAL, o número de respostas a este ponto tenha sido tão diminuto.

O conhecimento dos estatutos permitiria, por exemplo, perceber que as situações de inerência não devem ser referidas, pois constituem uma das funções do docente contratado, pelo menos para o conjunto dos doutorados. Assim, não fará sentido referir que se pertence a uma dada comissão científica ou a um conselho escolar quando se é doutorado.

Importa, isso sim, relevar as participações em que se é eleito ou nomeado especificamente, como será o caso dos conselhos científico e pedagógico, das direções dos departamentos ou coordenações de curso, de presidentes ou diretores de centros de investigação, para além de outras atividades de nomeação específica.

Esta referência evidencia bem que as respostas recolhidas não permitem tirar grandes conclusões. De facto, houve um número não despidendo de indicações de inerências e uma falta de indicação de efetiva participação em órgãos da UAL (incluindo não só os órgãos de governo, mas também as unidades orgânicas e as de investigação, para além de outras de nomeação ou eleição dentro de alguns desses órgãos ou unidades) por parte de docentes que responderam ao questionário.

Estas indicações podem ter a utilidade de chamar a atenção para a necessidade e a vantagem de cada participante da universidade conhecer, com um mínimo de profundidade, as instituições, os diversos órgãos, serviços e funções, para melhor se enquadrar na dinâmica da instituição.

Uma outra conclusão diz respeito ao efetivo nível e qualidade de respostas ao questionário. para isso, basta adicionar o número de elementos dos conselhos

científico e pedagógico, dos diretores dos departamentos, centros de investigação e coordenadores de curso, sem contar com outros casos mais específicos que, facilmente, atingiremos um número que quase duplica o número de docentes que responderam a este pondo do questionário, sabendo ainda que uma boa parte dessas respostas não se enquadrava em nenhuma das situações “elegíveis” para uma resposta afirmativa a este ponto.

No campo da atividade mais ligada à investigação e relações com outras instituições, há que referir as participações em congressos/seminário e outros, destacando, naturalmente, a situação de organização desse tipo de eventos. Assim, no que toca à participação, dos 114 docentes que responderam ao questionário, 56 (49,1%) referiram pelo menos uma participação, sem embargo de se verificar heterogeneidade no tipo de participações e concentração em alguns docentes. De facto, o número total de participações indicadas (227) conduz a uma média de participações de 4 por cada um dos docentes que indicaram qualquer participação.

Independentemente do tipo de participação e como ilustração da variação de concentração dos diversos departamentos, é de relevar que, em situações extremas, estão Direito (16,1% dos participantes, mas 30,4% das participações) e Ciências Económicas e Empresariais (21,4% dos participantes e apenas 12,3% das participações), com Relações Internacionais no mesmo sentido de Direito (17,6%/14,3%) e Ciências da Comunicação (12,5%/17%) e Psicologia (12,5%/8,4%) no mesmo sentido de Ciências Económicas e Empresariais, embora com diferenças mais atenuadas.

Estes dados globais escondem, contudo, heterogeneidades internas a cada departamento, quer quanto à participação quer quanto ao tipo de qualidade de cada participação, que as direções dos departamentos podem e devem analisar, para melhor compreensão da qualidade dessas participações e consequentes critérios de eventuais escolhas de participação.

No que respeita à organização deste tipo de eventos, tendo mesmo assim em atenção que a situação de pandemia não foi o ambiente mais propício, foram indicados 22, com

10 participantes, sendo de notar a ausência de referência de organizações deste tipo de eventos nos departamentos de Ciências e Tecnologias, Ciências Económicas e Empresariais e Psicologia, com Direito, Ciências da Comunicação e Relações Internacionais com 6 organizações cada, os departamentos mais envolvidos, embora com níveis de concentração entre os organizadores muito variados.

De notar que esta ausência de referências de alguns departamentos não significam uma falta de atividades internas e até abertas ao exterior, que, em consequência da pandemia, se tornaram de mais lógica realização on-line que, por sua vez, potencia uma maior abertura externa.

Numa linha crescente de leitura da investigação foram referidos 129 projetos de investigação, distribuídos com bastante homogeneidade entre os diversos departamentos (com exceção de Ciências da Comunicação, com uma muito baixa referência de participação e Direito, ainda fugindo a essa homogeneidade), rompendo-se essa homogeneidade quando se tem em conta os participantes desses projetos. Aparecem de facto dois grupos, de estrutura bastante homogénea internamente, mas bem diferenciados no número e na percentagem de participantes. Assim, Ciências Económicas e Empresariais (21,7%), Psicologia (19,6%) e Relações Internacionais (19,6%) distinguem-se claramente de História (10,9%), Direito (8,7%) e Ciências da Comunicação (8,7%), cabendo a Arquitetura (4,5%) e, naturalmente, a Ciências e Tecnologias (4,3%) os menores valores.

Nesta área, como nas precedentes, a variabilidade do tipo de referências apresentadas vai na mesma linha de heterogeneidade que, como se verá a seguir, tem ainda maior expressão na referência às publicações.

De facto, as referências a projetos de investigação refletem uma interpretação muito alargada de projeto de investigação, sendo de salientar a ainda relativamente baixa expressão de projetos verdadeiramente internacionais.

Num relatório sobre uma universidade não cabe, naturalmente, uma análise pormenorizada das atividades do conjunto de todos os departamentos e centros de investigação, designadamente, no caso dos docentes e das participações individuais.

Caberá, portanto, aos diretores de departamento e aos diretores/presidentes dos centros de investigação, avaliar as informações que constam do Anexo 10 deste relatório.

Finalmente, na área das publicações referenciadas pelos docentes, foram identificadas 409, o que equivale a uma média ligeiramente inferior a 4 por cada um dos docentes que responderam ao questionário, mas de cerca de 6, por todos os que referenciaram publicações (68). Desde logo, é de notar, com preocupação, que só cerca de 60% dos docentes que responderam ao questionário participaram uma publicação de qualquer natureza, percentagem que cairá para 31% (menos de um terço) se considerarmos todos os docentes da UAL, o que dá um panorama revelador do ainda incipiente nível de publicação (uma das medidas essenciais, embora não exclusivas) da atividade de investigação da generalidade dos docentes da UAL, situação que há que continuar a combater sem hesitações.

Com base na referência do número de publicações apresentados no questionário, há que salientar que Ciências Económicas e Empresariais apresenta a maior participação (22,7%), seguida de Psicologia (19,1%) e Direito (16,6%). No extremo oposto (e surpreendentemente, dada a atividade do OBSERVARE e o número de investigadores integrados) está Relações Internacionais (4,6%), Arquitetura (5,6% e Ciências e Tecnologias (5,9%). Curiosamente, quando passamos à análise dos docentes envolvidos, verificamos que um quarto pertence a Ciências Económicas e Empresariais, enquanto Direito, Psicologia e Relações Internacionais apresentam igual percentagem (13,2%), com uma diferença muito significativa. É que estes dados indiciam, globalmente, maior concentração de publicações referenciadas por docentes em Direito e Psicologia, ao contrário das Ciências Económicas e Empresariais e, sobretudo, Relações Internacionais, muito mais consistente com o que é esperado do departamento. Não é de excluir que a noção de publicação dos docentes dos diferentes departamentos tenha uma influência não negligenciável sobre estes resultados pouco consistentes.

Para dar uma ideia da variedade de publicações referenciadas basta referir além das óbvias publicações em revistas (aqui ainda nacionais e internacionais, com ou sem

“referee”, indexadas ou não, incluindo já a “Web of Science”), livros e capítulos de e livros, “proceedings”, aparecem referências a relatórios, traduções, “working papers”, “posters”, manuais e livros de exercícios, webinars e até coordenação de estudos.

Esta variedade apela, naturalmente, a uma análise criteriosa do tipo de investigação e dos resultados obtidos, começando pela clara definição do que é uma publicação tradutora de resultados de investigação, em particular os reconhecidos pela existência de “referees” e de indexação.

Não que as outras publicações, designadamente livros temáticos e capítulos e livros e “proceedings”, por exemplo, não sejam relevantes, até pela tradição diferenciada de publicação nos diferentes ramos científicos. Por exemplo, é bem claro que as publicações na área do Direito são, fundamentalmente, livros e capítulos de livros, começando a emergir, ainda que em número baixo, artigos em revistas, incluindo revistas indexadas.

Como já se referiu, não cabe neste relatório o estudo específico de cada área científica e, muito menos, um escarpelizar da profusão de referências que constam do Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.

Mas cabem, por certo, estas observações globais que deverão ser um ponto de partida para, ao nível de cada área científica, se analisar com pormenor o que se passa com a quantidade e, sobretudo, a qualidade das publicações.

Genericamente, o Anexo 10 evidencia que cerca de 20% das publicações são indexadas ou são internacionais com “referee”, percentagem que sobe para cerca de 30% quando aí se incluem as indexadas na “Web of Science” e as incluídas em “proceedings”, embora, nestas últimas, não se especifique a conferência/seminário a que os “proceedings” se referem tiveram ou não “referee”, o que é, obviamente, relevante.

Estes valores estão reconhecidamente abaixo do desejável, ainda mais quando se observa que, sobretudo nas publicações em revistas indexadas e internacionais com “referee”, vários docentes da UAL são coautores de uma mesma publicação. Não está

em causa, é claro, bem ao contrário, o reconhecimento e o apoio a grupos de investigação capaz de publicar em conjunto, mas é evidente que esse facto diminui o número real de publicações, pois são citadas por cada um dos coautores.

Apesar destas notas mais críticas, o Reitor quer deixar bem expresso o seu reconhecimento a todos os que se empenham na produção pedagógica e científica, salientando que, apesar de estarmos longe do desejável, já há caminho feito quando comparamos com situações anteriores. É a percorrer esse caminho com mais exigência e empenho que o Reitor apela, pedindo às várias áreas científicas, não isoladas entre si, que procurem analisar, em maior profundidade o que se passa nestas matérias.

2. Representação da UAL

O nº 1 do Artigo 16º dos Estatutos da UAL “define” o Reitor como sendo “o órgão de representação externa da UAL e de coordenação geral as atividades dos restantes órgãos académicos”.

Por sua vez, o Artigo 17º - Competência do Reitor - confere ao Reitor, através do seu nº 1, um conjunto alargado de competências, surgindo o seu papel de representação apenas nas alíneas c) “Representar a UAL junto de quaisquer organismos ou instituições, académicas ou outras, para os quais tenha sido mandatado pela Entidade Instituidora” e j) “Outorgar, no âmbito académico, acordos ou protocolos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, em articulação com a Entidade Instituidora”. Todas as restantes alíneas dizem respeito a questões da área académica, incluindo, obviamente, a coordenação académica especificada anteriormente.

Por outro lado, a alínea i) do nº 1 do Artigo 17º tem como competência, que é obrigação, “Elaborar o plano e relatório anuais de atividades da UAL, submetendo-os à aprovação da Entidade Instituidora”.

É isso que, como se refere na Introdução, se faz neste relatório que, no seu conjunto, procura apresentar e comentar o modo como decorreram as atividades da UAL e a participação do Reitor nessas atividades.

Neste com texto, este ponto do relatório deveria limitar-se às duas alíneas relativas à representação e às ligações externas.

Só que, em boa verdade, muitas das atividades internas à UAL reclamam a presença do Reitor, numa lógica de representação, designadamente em realizações específicas dos vários departamentos, centros de investigação e organizações estudantis abertas ao exterior e em que é pedida, habitualmente, a presença do Reitor, mais numa lógica de representação do que de participação ativa.

Por outro lado, as atividades académicas exigem relações com entidades exteriores, designadamente a A3ES e a FCT que, pela sua influência na definição do estatuto de universidade da UAL, merecem aqui particular atenção, emergindo, nesse contexto, a acreditação e o funcionamento dos doutoramentos, justificando-se aqui uma descrição e avaliação dessa área relevante.

Assim, as Representações do Reitor relativas à já referida alínea c) do nº 1 do Artigo 17º apresentam-se no Anexo 11 – Representações do Reitor, enquanto os Protocolos, Convénios e Parcerias, relativos à competência especificada na alínea j), se apresentam no Anexo 12 – Protocolos, convénios e parcerias.

Como é evidente, algumas dessas atividades, nomeadamente as de Representação, estiveram algo condicionadas a partir de março de 2020, devido à pandemia, embora muitas delas se tivessem concretizado utilizando a via telemática.

Essas representações abrangeram vários aspetos da vida académica e das necessárias relações com a sociedade civil, salientando-se as presenças nas comemorações específicas de universidades nacionais, as celebrações de dias nacionais em embaixadas, sendo de evidenciar, pelas relações existentes com a UAL, as de Espanha e da República da Coreia do Sul e, ainda, o Congresso Anual da CIP sobre o tema “Portugal: Crescimento ou Estagnação?” e a cerimónia comemorativa do 30º aniversário da ANACOM.

Ainda no contexto de relações com universidades e entidades exteriores à UAL, um relevo particular para a “Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE 2019), realizada na Fundação Calouste Gulbenkian.

Esta referência procura dar ênfase ao empenhamento do Reitor em procurar valorizar a presença das suas línguas ibéricas, no âmbito académico e científico, em ligação com entidades espanholas e, em particular, com a Universidade de Nebrija, com a qual tem desenvolvido realizações comuns, designadamente no Fórum Luso-Espanhol para a Internacionalização. Este tem tido realizações anuais, alternadamente em Lisboa e Madrid, que, no ano letivo de 2019-2020, não teve lugar devido à pandemia. mas, por iniciativa da Cátedra Santander da Universidade de Nebrija e com a

colaboração do Reitor da UAL, está em desenvolvimento uma série de estudos nessas áreas, que serão, oportunamente, apresentados num colóquio e produzidas publicações com os respetivos conteúdos.

Noutro plano, mas com relevância que não pode ser ignorada, designadamente peros desafios ao funcionamento que a COVID19 põe, participou, por convite da Universidade Católica Portuguesa, no Seminário “Escutar o Impacto – Economia do Papa Francisco”.

Já no período da pandemia, o Reitor participou em vários *webinars* da Universidade de Harvard relativos aos desafios que a COVID19 pôs ao ensino superior e a conseqüente busca de decisões para resposta imediata, através do ensino *on-line* e, sobretudo, numa discussão das perspetivas futuras do ensino universitário, em que a temática constante, analisada sob vários ângulos e com várias participações foi “Surviving the disruption and uncertainty in higher education”.

Com a mesma temática e as mesmas preocupações e no contexto da EUA (European Universities Association), que a UAL integra, participou no webinar “Towards the Bologna Process Ministerial Meeting”.

Ainda no âmbito das relações com o exterior, há a salientar a presença do Reitor no Conselho de Administração da Universia, ligada ao banco Santander, em particular, na presença em atividades desenvolvidas por essa entidade. Cita-se, pelo seu significado e pela implicação que isso tem no desenvolvimento da responsabilização social dos estudantes universitários, a presença do Reitor na cerimónia de entrega dos Prémios Santander Voluntariado 2019, numa área que, em estrita colaboração com a Associação de Estudantes é fundamental dar novo fôlego.

Ainda no contexto das cooperações com entidades exteriores à UAL, a presença na apresentação da obra “Contributos para a história da regulação das comunicações em Portugal”, resultante de uma parceria da ANACOM com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), nas instalações desta última.

Aliás, a cooperação com a INCM teve também expressão com a realização na UAL colóquio “Imprensa Nacional: 250 anos de história - o livro, os saberes e o Estado”.

Não pode deixar de se dar nota, dada a grande presença de estudantes de países de língua portuguesa na UAL, a presença do Reitor na sessão solene de apresentação e abertura do 3º ciclo do novo doutoramento da UAL, com o tema “Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos países de Língua Portuguesa” e, noutro contexto, não menos relevante, a intervenção do Reitor, como habitualmente, na “Tarde Africana!”, organizada pela Associação dos Estudantes Africanos. Finalmente, é de salientar a participação do Reitor no Conselho Coordenador do Ensino Superior e na Comissão de Acompanhamento dos EEA-Grants, em representação da APESP.

No que respeita à assinatura de protocolos, convénios e parcerias, há que salientar e saudar os acordos de cooperação no âmbito da Psicologia que abrem as portas aos estudantes da UAL para estágios relevantes e aos seus docentes para melhor cooperação em projetos de relevância social. É, por isso, que o Reitor também saúda a assinatura de protocolos na área da licenciatura em Administração de Unidades de Saúde com o Hospital Garcia da Orta e com o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, quer para a realização dos importantes estágios quer para cooperação de carácter científico, técnico e pedagógico.

Pelo seu significado no desenvolvimento das Tecnologias e Ciências da Comunicação, é de ressaltar o protocolo do Departamento de Ciências da Comunicação com a Altice, e os protocolos assinados pelo Departamento de Ciências Tecnologias com empresas da sua área de estudos, quer para estágios quer para importante articulação do ensino com a aprendizagem no exercício de atividades profissionais, bem como na área da investigação.

Também o Departamento de História, Artes e Humanidades continuou as suas ligações a entidades exteriores, procurando apoio para publicações de reconhecido mérito e interesse nacional.

É neste contexto que foi constituída uma parceria com a Direção-Geral do Património que conduziu à publicação, em edição bilingue, português e inglês, da obra “Dissertação sobre a renovação de Lisboa”, de Manuel da Maia.

Na área dos departamentos, de assinalar, ainda, um acordo do Departamento de Direito com o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, para ações de formação complementar para alunos de Direito.

Finalmente, a nível global da UAL, são de assinalar um acordo com a Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Concurso Academias Gulbenkian do Conhecimento tendo em vista a promoção de competências sociais e emocionais em crianças e jovens, com o Instituto Cervantes, na cooperação bilateral, muito na lógica do aumento da presença das duas línguas ibéricas no ensino e na investigação, o protocolo com o Plano Nacional de Leitura 2017-2027 e com a Agência Nacional de Inovação na concretização conjunta da iniciativa “Born from Knowledge – BFK Ideas”.

Entretanto, não é de mais lembrar que estas referências estão longe de representar o que, em termos de acordos de cooperação, se tem feito, pois muitos protocolos e acordos e convénios, assinados em anos precedentes, tiveram desenvolvimentos em 2019-2020.

Sem ser exaustivo e apenas a título de exemplo, usando as informações presentes nos anexos indicados, mencionam-se, no âmbito do Departamento de Relações Internacionais, a Conferência “Terrorismo e Novas Ameaças”, em que o Reitor participou, intervindo, ainda, já com o uso de meios telemáticos, na segunda edição do *webinar*, em parceria com o ISCIIP, “A dimensão externa da segurança interna” e ainda na abertura e no encerramento da 7th International Conference on Eurasian and Politics (IEPAS 2020).

Contudo, esta invocação de protocolos, convénios e parcerias, assinados em anos precedentes, impõe que se reconheça que alguns deles não têm concretização adequada, impondo-se uma revisão profunda de todos esses acordos firmados, pondo-os em verdadeira execução quando houver condições para o fazer ou tendo a coragem para os denunciar e descontinuar quando, manifestamente, se confirmar que, por vezes, não passaram de boas intenções ou, o que é mais preocupante, fruto de meras conjunturas ou interesses específicos alienados da sua real viabilidade e do necessário enquadramento na estratégia institucional.

Uma das atividades e preocupações que mais ocuparam o Reitor no ano letivo de 2019-2020 relacionaram-se com os doutoramentos pelo seu significado no âmbito universitário.

Como se tem, referido nos relatórios precedentes, o Reitor tem presidido aos júris de todos os doutoramentos realizados na UAL, desde que tomou posse, tendo sempre realizado uma reunião prévia às provas públicas para concretizar as condições em que o candidato em que o candidato é admitido a provas públicas e distribuir os diversos papéis entre os membros do júri. Esta referência específica justifica-se pelos ensinamentos que tem trazido relativamente às condições de orientação e à qualidade das teses que vão ser admitidas a provas públicas.

Como habitualmente, existe um anexo, o Anexo 13 – Doutoramentos na UAL (2019/2020), que dá conta dos doutoramentos concluídos durante o ano letivo a que se reporta o Relatório do Reitor.

Só que, quando o leitor do relatório for ler esse anexo ficará surpreendido por encontrar um só doutoramento, em claro contraste com anos precedentes.

A primeira ideia que surge para essa situação singular é ser mais uma consequência da COVID19. É evidente que a pandemia não foi favorável ao desenvolvimento e concretização de teses na medida em que, de algum modo, pode ter dificultado o acesso a fontes essenciais de informação e, sobretudo, aos contactos ao vivo com os orientadores, cujo papel é essencial na concretização das teses.

Contudo, há que reconhecer que os meios alternativos de comunicação e de informação e as tecnologias disponíveis diminuíram acentuadamente estas contrariedades.

Aliás, há que salientar que o único doutoramento realizado foi por via telemática, sem quaisquer dificuldades relevantes, designadamente durante a prova pública, sendo até interessante o elevado número de assistentes, bem superior ao normalmente verificado quando as provas são presenciais, o que, de algum modo, faz mesmos jus de designar por pública a prova realizada.

De facto, o processo de funcionamento das provas públicas é particularmente propício a esta utilização telemática, já que as intervenções que se verificam são sempre lineares, isto é, entre o membro do júri que tem a palavra e o candidato, não havendo perturbação por qualquer outro elemento, o que não acontece, por exemplo, numa aula presencial.

Esta é uma experiência importante quando se tenta tirar lições para um potencial e futuro ensino híbrido, mas pode haver problemas aquando a reunião do júri, pois aí tem de haver interação entre todos os membros, podendo surgir dificuldades na ausência de um razoável nível de consenso entre todos os membros.

Da experiência recolhida, o Reitor crê que isso pode ser muito minorado na reunião prévia do júri que, obviamente, poderá sofrer os mesmos condicionamentos.

Muitas dessas dificuldades resultarão, na opinião do Reitor, do nível de exigência implícito no critério de classificação, quer qualitativo (Suficiente, Satisfaz, Bom, Muito Bom, Excelente) e, também, no quantitativo (10 a 20) para aprovação.

Isso facilita, de algum modo, considerar que a tese tem condições mínimas para ir a provas públicas e ser aprovada, mas em cada membro do júri, intuitivamente, há uma sensação de que um Suficiente ou Satisfaz nas provas públicas não é o reconhecimento real de que essa tese tem mérito suficiente para um doutoramento.

Note-se, desde já, e a consulta do anexo tirará qualquer dúvida nesta matéria, que esta abordagem não é suscitada pelo modo como correu o doutoramento realizado em 2019-2020, mas antes pela experiência de quase 7 anos em que surgiram casos (demasiados casos!) em que o “desconforto” da aprovação no doutoramento foi claro entre membros dos júris.

Este facto sugere, ou exige mesmo, um repensar desta escala e das condições do que é mínimo para admissão às provas públicas.

Esta “dispersão” pela experiência suscitada pela COVID19 não deve fazer esquecer que as causas de ter havido um só doutoramento não é só, nem principalmente, a pandemia.

A causa principal é haver poucos doutoramentos na UAL e cada um deles tem relativamente poucos estudantes, a que acresce uma demasiada extensão do processo de concretização da tese por parte dos estudantes.

Assim, é bom recordar que uma universidade para manter esse estatuto tem, pelas condições legais existentes, de possuir, no mínimo, três doutoramentos, situação essa que é cumprida na UAL neste ano letivo com os doutoramentos em História, Relações Internacionais - Geopolítica e Geoeconomia e Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Só que o de Relações Internacionais é relativamente recente e o último citado só agora começou a funcionar, o que nos deixaria apenas com História que, como é natural, tem poucos estudantes de doutoramento.

Esta quebra de doutorados é, pois, resultado da não acreditação, já há mais anos, do doutoramento em Economia e, mais recentemente, em Direito, que era o mais frequentado, este último em consequência de um conturbado processo de avaliação/acreditação discutido, em tempo oportuno, com o Presidente da A3ES.

Daí resultou o compromisso de a UAL apresentar um novo doutoramento à A3ES durante 2019/2020, impondo-se também o fortalecimento do corpo docente.

Essa foi uma tarefa em que o Reitor, em estreita colaboração com o Conselho de Administração da CEU e com o Presidente do Conselho Científico, se empenhou, incluindo a realização de um concurso para recrutar docentes, muito concorrido, que conduziu, finalmente, após longas reuniões em tempo de COVID19, à apresentação de um novo doutoramento em Direito à A3ES, esperando-se a recuperação desse doutoramento numa área de grande importância dentro da UAL.

Só que o esforço de desenvolvimento de doutoramentos na UAL foi intensificado em várias áreas, sendo de salientar que, finalmente, se concretizou a apresentação à acreditação do Doutoramento em “Business Economics”, também crucial, não só pela inovação que encerra, mas também por completar os ciclos de estudo do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, em constante crescimento.

O Doutoramento em Psicologia, sempre ambicionado, também foi alvo de uma nova proposta, procurando-se nela ultrapassar as limitações atribuídas a outras propostas. Finalmente, Arquitetura, com o prestígio atingido, lançou-se também numa proposta de doutoramento, cuidadosamente preparada e o Departamento de Ciências e Tecnologias arriscou, dada a sua "juventude", também uma proposta de doutoramento.

Estes desenvolvimentos são cruciais para a UAL alcançar não só uma estabilidade institucional, mas também condições de investigação que também devem ter características de uma universidade que se quer afirmar.

O Reitor, empenhado neste desiderato, quer deixar bem explícito todo o esforço financeiro e de acompanhamento constante do Conselho de Administração da Entidade Instituidora para que a UAL se consolide numa transversalidade de áreas científicas.

3. A internacionalização da UAL

Não se justifica que, em cada ano, o Reitor no seu relatório faça largas considerações sobre o que é a internacionalização da sua universidade, nem sobre os critérios utilizados para “medir” o nível de internacionalização.

Chama-se, por isso, a atenção para uma reflexão feita este propósito, no relatório relativo ao ano letivo precedente, 2018/2019, destacando, em particular, o inaceitável critério de uma quase exclusiva utilização das publicações e até do uso da língua inglesa na generalidade dos encontros internacionais, designadamente em áreas ligadas às ciências sociais e humanas, em que a língua como expressão cultural é fundamental, acrescentando a isso que as relações pessoais e institucionais são de diferente natureza, ao mesmo tempo que, incoerentemente, se defende o valor da diferenciação e da diversificação.

Neste aspeto, não deixa de ser significativo uma análise de “The Economist” (11-02-2020) que chama a atenção (pág. 68) para aquilo que designa por “the problem of favoritism” e a enorme prevalência da língua inglesa em que, numa extensa amostra estatística de cerca de 900.000 artigos em revistas ligadas à economia, cerca de 90% no final do século XX, cerca de 90% estavam escritas em língua inglesa, reconhecendo, entretanto, que esta situação se está a alterar em consequência do desenvolvimento de outras áreas do globo em países fora da área da língua inglesa. É que, para além do uso da língua inglesa, ou talvez por esse facto, cerca de dois terços desses artigos focavam-se nos temas dos países ricos de língua inglesa, designadamente EUA, Austrália, Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia. A presença das outras áreas era ainda diminuta e, como se vê, para ser editada era ainda, na maior parte, subsidiária da língua inglesa. A ilustração mais flagrante deste “favoritismo” (para repetir a expressão que “The Economist” usou) é que a pouquíssima atenção dada a África até essa altura, mostrava que a grande maioria dos artigos publicados sobre esse continente se focavam, exatamente, em 5 países de língua inglesa (Quênia, África do Sul, Gana, Uganda e Malawi).

Contudo, ao invocar esta citação não está em causa apenas pôr em causa o quase "monopólio" a língua inglesa nas publicações que têm a chancela de "internacionais", mas também, e principalmente, a concentração dessas publicações nos assuntos que mais interessam aos países maiores e mais ricos, deixando de lado os problemas reais defrontados por larga maioria dos países e da população mundial, como, já há anos se alertava na Declaração de S. Francisco.

E "The Economist" retoma, implicitamente, esta linha ao referir em título "Starving for Knowledge", com o ilustrativo subtítulo "Economists look at more than GDP when choosing countries to study", mas em que o peso da língua inglesa continua bem visível.

É certo que nos estamos a referir a temas de natureza económica, mas a economia é uma ciência social, quer se queira quer não, em que os comportamentos das pessoas e das instituições são muito relevantes, não podendo deixar ao tão decantado sistema mecanicista do mercado o seu funcionamento quanto está em causa, como deve estar, o bem-estar das populações, de todas as populações.

Este enfoque no problema da assimetria de possibilidades de participação no domínio das designadas publicações "internacionais" que "afoga" os incentivos aos investigadores de grande parte dos países se dedicarem a investigar os problemas específicos que condicionam o desenvolvimento nacional e até local, porque, mesmo se escrito em inglês, não terá acolhimento fácil nessas revistas.

É que, na generalidade, por terem um conteúdo sem grande "expressão internacional" não são aceites, posição esta que dá cada vez mais força e poder a quem o já tem, sendo esse reforço não tanto o resultado dos méritos, mas das barreiras criadas ao desenvolvimento diversificado que se defende nos grandes areópagos internacionais, mas apenas por ser "politicamente correto". E mais do que isso, estimula os investigadores mais capazes a tratarem dos problemas que interessam às grandes potências mundiais, ou, o que é ainda mais comum, emigrando para esses espaços, num terrível "brain drain" que é, por certo, um dos maiores travões ao desenvolvimento de muitos países, intensificando as desigualdades internacionais,

num processo eticamente censurável, já que os custos de formação (o investimento) cabe ao país de origem e os resultados desse investimento são apropriados pelo país de destino. Só não é assim quando, em certas áreas de natureza verdadeiramente internacional, como é o caso das ciências naturais, ciências da vida e outras ciências em que a tecnologia tem peso, essa emigração seja transitória, no sentido em que os emigrantes regressem ao seu país para contribuir para o seu desenvolvimento.

Finalmente, duas notas que estão na base deste conjunto de considerações, quiçá, ultrapassando a lógica de um relatório desta natureza.

A primeira é fruto de uma situação que prejudica claramente a UAL, designadamente na área do Direito. As avaliações dos cursos e das publicações pelas Comissões de Avaliação quer da A3ES, quer da FCT, durante este ano letivo, invocaram, para assumir decisões desfavoráveis, o fraco, ou quase inexistente, número de publicações em língua inglesa. Mas, com exceção de algumas áreas em que o Direito tem de ter expressão internacional, os problemas são de natureza nacional, em que as tradições e a cultura tradicionais têm papel relevante.

Que revista internacional aceitaria uma investigação de reconhecida qualidade, por exemplo, da evolução do sistema constitucional português, ou da evolução do sistema tributário, exceto talvez em questões de estudos de comparação internacional?

Como respeitar o objetivo, tão reclamado, de inserção da universidade nos problemas dos seus países, quando os incentivos são perversos e assumidos como critério pelas próprias entidades nacionais?

A segunda é de natureza conjuntural (será?) e mundial: a pandemia do COVID19 que evidenciou bem a necessidade de conciliar o aprofundamento da solidariedade internacional com as necessidades específicas de cada país, que tem tido de contar sobretudo com as suas próprias "forças".

Se internacionalizar é, sobretudo, estabelecer relações entre países, há que explorar todas essas relações, sem que seja legítimo considerar que umas são mais relevantes que outras, impondo-se, assim, critérios de "neocolonialismo" no campo científico e cultural, para além do económico-financeiro.

E é neste contexto que me permito citar algo escrito no relatório relativo do ano anterior, neste mesmo ponto da “internacionalização”:

“É, por isso, a esta luz que a internacionalização de uma universidade deve ser lida, antes de tudo, não esquecendo a sua localização e cultura específicas”.

E retomando o notável livro de Rosabeth Moss Kanter¹, já em 1995, cujo título é, por si mesmo, ilustrativo da abordagem para que aqui se aponta “World Class - Thriving Locally in the Global Economy”, em que distingue “cosmopolitas” (cuja visão é exclusivamente global, sem ligação específica a um país) de “locais”, distinguindo entre estes os “locais” e (voltando a citar o relatório) “Só que ao referir, por contraposição os “locais” , distingue os que são “simply stuck” dos que “are rooted in their communities but remain open to global thinking and opportunities”. Não levar, do ponto de vista universitário, o papel destes últimos “locals” na internacionalização é uma clara amputação do papel integrador da universidade”.

E a pandemia veio mostrar, ainda com maior ênfase, através da difusão crescente dos meios telemáticos, que este papel pode ser assumido com maior diferenciação.

Contudo, é bom esclarecer, desde já, que nada disto se destina a “disfarçar” um menos bom desempenho da UAL neste tema que é cada vez mais valorizado.

Aliás, tal como acontece no plano da investigação que está informalmente ligado ao da internacionalização, nem outra coisa se pode esperar de uma universidade privada, já que o Ensino Superior Privado, nasceu e consolidou-se, numa primeira fase, numa vertente quase só de ensino, numa perspetiva muito centrada no contexto nacional, sem uma estruturação institucional que refletisse uma configuração em que a investigação e a internacionalização fossem objetivo declarado, o que durante bastante tempo ocorreu de positivo neste âmbito, e que nunca é de minimizar, foi fruto de ações pessoais ou de circunstâncias que proporcionaram contactos internacionais de natureza diversa.

¹ Kanter, Rosabeth Moss, “World Class-Thriving Locally in the Global Economy”, Simon & Shuster, New York, 1995.

Mas há que reconhecer que a generalidade do Ensino Superior Privado nos últimos anos, também em consequência do Sistema de Acreditação e, não menos relevantemente, da preocupação de “conquistar” estudantes, tem dado passos muito significativos neste campo, devendo, por isso mesmo, esse tema ser avaliado em termos dinâmicos e de evolução gradual e não tanto pela situação atual, que é essa que, naturalmente, pode justificar a referência ao “menos bom” feito atrás.

Daí que valha a pena, antes de olhar só para a UAL, dar uma nota sobre o que se passa no Ensino Superior Privado, designadamente a nível europeu. E as evidências são óbvias de que, na generalidade (com exceção, talvez, do Reino Unido e da Irlanda, pela ligação Estados Unidos da América) o Ensino Superior na Europa é de natureza pública-estatal, tendo sido as instituições privadas consideradas subsidiárias, quando existem. E isso, obviamente, é um obstáculo à própria internacionalização. É que as próprias instituições europeias, nomeadamente universitárias, como é o caso da EUA (European Universities Association), embora incluam como associadas universidades privadas, têm tido até agora um posicionamento em que o peso das universidades públicas estatais é quase monopolizador.

Recentemente foi criada a EUPHE (European Union of Private Higher Education), na qual a APESP (Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado e Cooperativo) tem tido um papel significativo, que procura congrega as universidades privadas europeias que, em nossa opinião, não deve ser vista em oposição à EUA, na qual cada universidade privada associada deve procurar participar ativamente (e a UAL tem-no feito, dentro das suas possibilidades, designadamente neste tempo de pandemia em que os novos desafios não distinguiram instituições e se usaram meios telemáticos para procurar dar respostas comuns a esses desafios), mas como uma entidade que coordena os esforços do Ensino Superior Privado e Cooperativo na Europa, para melhor se afirmar no contexto da própria EUA e se abrir a outras partes do mundo, uma preocupação que, em particular os países latinos, pela sua particular ligação a outras áreas do mundo, não podem nem devem esquecer.

Feita esta observação há, então, que procurar avaliar os processos de evolução da UAL neste campo da internacionalização.

Do ponto de vista da sua estrutura organizativa, não há ainda uma unidade orgânica com um serviço específico que centralize e dirija estrategicamente todas as questões que envolvam todas as conexões internacionais. Daí resulta que, neste relatório, os aspetos de internacionalização estejam repartidos por vários capítulos, desde os relativos aos estudantes, designadamente os que vêm de fora de Portugal para frequentar a UAL, até aos docentes, através das suas participações internacionais, incluindo as publicações, que estão descritas em capítulo próprio, embora longe de aí estarem refletidas todas as conexões internacionais que envolvem docentes, como é bem evidente no capítulo ligado à Investigação.

Este reconhecimento não significa que não haja já um serviço da UAL em que a Internacionalização é assumida estruturalmente através do GRI (Gabinete de Relações Internacionais), cujo relatório consta do Anexo 14 – Relatório de Atividades do GRI Gabinete de Relações Internacionais.

De notar que, entretanto, e tal como se refere no relatório que, por decisão do Conselho de Administração da CEU, o Gabinete foi dividido em dois, mantendo a designação de GRI, sob responsabilidade da Doutora Isabel Silva e o designado “Gabinete ERASMUS+ e de Mobilidades Internacionais”, sob alçada da Dra. Carolina Peralta. A atividade desenvolvida tem sido exemplar e dedicadamente exercida, com muitos bons resultados, como bem se exprime no Anexo 14, com referência a um trabalho acrescido, sendo o ano de 2019/2020 considerado “bastante positivo, não obstante a pandemia que afetou algumas atividades a partir de março de 2020”.

O Reitor, que sempre sentiu o apoio e a pronta disponibilidade nas atividades de natureza internacional em que esteve envolvido, quer manifestar o seu apreço e o agradecimento pelo trabalho desenvolvido.

Como se pode ler no relatório, as atividades concentraram-se em quatro áreas diferenciadas:

i) Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional

As principais atividades centraram-se no campo da informação, designadamente através do website da UAL, em português e inglês, com particular relevância no que respeita ao programa ERASMUS+, aos protocolos internacionais, aos estudantes estrangeiros (incluindo aulas de português, apoio ao alojamento, etc.) e, também e não menos relevantemente, na FCT e artigos científicos de vários membros dos diversos centros de investigação.

ii) Promoção de redes de investigação com parceiros

Neste campo há a referir a mobilidade de docentes e funcionários ao abrigo de protocolos e redes internacionais, tendo-se registado a presença de 6 docentes da UAL das áreas de Relações Internacionais, Ciências da Comunicação e Engenharia Informática e de Telecomunicações e Gestão do Desporto em universidades de Itália, Espanha, Reino Unido, Polónia e Bulgária.

Em sentido contrário, a UAL, através dos departamentos de Ciências Económicas e Empresariais, Ciências da Comunicação, Relações Internacionais e Psicologia, acolhem docentes provenientes de universidades estrangeiras.

Por sua vez, o Gabinete ERASMUS+, a Biblioteca e o GIP (Gabinete de Inserção Profissional) receberam a visita de funcionários de várias universidades estrangeiras.

O Reitor relewa, em particular, esta última referência, por evidenciar o nem sempre reconhecido papel que os funcionários não docentes têm no bom funcionamento de uma universidade, ao mesmo tempo que revela a competência desses funcionários da UAL pela capacidade de atração de colegas estrangeiros.

iii) Apoio ao departamento/unidades da UAL

Adicionalmente às atividades já reportadas em i) e ii), evidencia-se neste ponto a transversalidade de atuação do gabinete em toda a área da UAL e da Entidade Instituidora (CEU), designadamente em traduções, na resposta a solicitações de

recrutadores de empresas internacionais e no papel importante de confirmação das qualificações obtidas na UAL.

iv) Programa de Mobilidade Internacional/Programa ERASMUS+

Este tipo de atividades é o mais relevante no que toca à mobilidade de estudantes/docentes e funcionários, cujas vivências suscitadas por esse tipo de intercâmbios é um dos principais indicadores de internacionalização e dos seus efeitos. Daí, naturalmente, esta ser a área de maior visibilidade no campo da internacionalização, designadamente no que toca aos estudantes, que são parte muito significativa da internacionalização e, indiscutivelmente, um "investimento" para a concretização dos objetivos perseguidos pelos programas de mobilidade.

Antes de entrar na descrição dos movimentos destes programas, o Reitor tem de destacar, felicitando vivamente a Dra. Carolina Peralta, pelo facto de a UAL ter sido a única universidade privada que, em dezembro de 2019, recebeu o Prémio "Boas Práticas" pela gestão do Programa ERASMUS+ por parte da Agência Nacional, tendo conseguido na avaliação da gestão e execução do projeto 94/100 pontos. A excelência reconhecida desta pontuação resultou de uma taxa de execução de mobilidades de 150% e de execução financeira de 100%. Tendo em atenção o modo como, infelizmente, na grande maioria de programas europeus (e não só), a avaliação do "mérito" da aplicação desses programas se centra quase só na "medição" da taxa de execução, independentemente dos resultados face aos objetivos previstos, o Reitor não pode deixar de registar que, neste caso, o financiamento previsto foi gasto, mas proporcionando um resultado 50% superior aos objetivos traçados para obtenção desse financiamento.

É, então, de realçar que, mais que o mero reconhecimento das "Boas Práticas", o Gestor do Programa, na lógica de premiar quem bem usa os financiamentos (lógica nem sempre seguida em muitos programas) aumentou o financiamento ao Gabinete em 2019/2020 para 54.920 euros (mais 55,7% que no ano letivo precedente) e para 74.000 euros (mais 34,7%) para aplicar no ano letivo 2020/2021.

Este aumento de financiamento refletiu-se, naturalmente, numa maior mobilidade por parte dos estudantes, docentes e funcionários da UAL, que passaram de 21 em 2018/2019 para 29 em 2019/2020, potenciando um claro aumento para o ano letivo de 2020/2021.

É na concretização deste plano que, obviamente, se fez sentir, pois, em lugar das 29 mobilidades ligadas à proposta de financiamento, foi possível prever uma potencialização de 38 (mais 31%), mas das quais só foi possível concretizar 31, mesmo assim, acima das 29 "orçamentadas". Esses 31 distribuíram-se entre estudantes (24), funcionários (1) e docentes (6), estes últimos já referidos no ponto ii).

A única funcionária em mobilidade ERASMUS+ deslocou-se à Bucharest University of Economical Studies (ASE), já que as restantes previstas não se puderam realizar devido à pandemia.

A distribuição dos estudantes da UAL que utilizaram o ERASMUS+ mostra, um pouco à semelhança do que se passa com a mobilidade de funcionários e, em menor grau, de docentes, uma ligação a universidades de países da Europa de Leste que receberam mais de dois terços dos nossos estudantes (7 na Polónia, designadamente 3 em Gdansk (Gestão) e 3 na U. Jagiellonian (Ciências da Comunicação), 7 na Roménia, sendo 6 na Bucharest University of Economic Sciences e 3 na República Checa (Gestão do Desporto na Universidade de Pardubice).

A quase totalidade dos outros 7 escolheu Espanha (o outro, de Arquitetura, foi para Berlim University of Arts), repartindo-se pelas universidades de Castilla la Mancha em Ciências da Comunicação, Arquitetura na Escola Politécnica de Madrid e na Universidade Complutense de Madrid.

Como se pode ver no Anexo 14, o número de estudantes que se deslocou do estrangeiro para a UAL é quase triplo do verificado nas "saídas" dos estudantes da UAL, já que aos 60 alunos ERASMUS se "juntaram" 23 estudantes brasileiros (mobilidade extraeuropeia).

O maior número de alunos escolheu Arquitetura (27), sendo a maioria brasileiros (10), a que há a acrescentar 6 de Espanha (de 5 universidades diferentes), 4 de Itália e da

Noruega, 2 da Alemanha e um da Suíça, constituindo, sem dúvida, uma expressão do reconhecimento do mérito do curso de Arquitetura da UAL.

A segunda área mais procurada foi a de Gestão (16), sendo o maior número da Roménia (7), seguindo-se a Eslováquia e o Brasil (4 de cada), Bulgária e Polónia (2 de cada) e República Checa e Turquia (1, cada).

Seguem-se, ainda, com um número superior à dezena, Relações Internacionais (12), com grande predominância italiana (8), refletindo as ligações estreitas do Departamento de Relações Internacionais a universidades italianas, designadamente La Sapienza (que está presente também em Ciências da Comunicação e em Direito, com 2 estudantes em cada uma destas áreas) e de Ciências da Comunicação (11), com a Roménia (4) a apresentar o maior número de e, estando presentes ainda, o Brasil (3) e a Polónia (2).

Nas Relações Internacionais os outros quatro estudantes distribuem-se pela Roménia (2), Brasil e Turquia, 1 de cada país.

O Departamento de Direito recebeu 5 estudantes, com a curiosidade de um que veio da Alemanha e os outros 4 repartiram-se igualmente pela Itália e pelo Brasil.

Para além de um estudante italiano que procurou Psicologia e 2 polacos que frequentaram Engenharia Informática, evidenciando uma relação interessante do respetivo departamento da UAL com universidades da Polónia, há a salientar a presença de 4 estudantes brasileiros em História, como resultado natural do interesse que Portugal terá nesta área para o Brasil.

Como se pode confirmar no Anexo 14, estes estudantes são provenientes de 33 universidades diferentes, sendo do Brasil o maior número de universidades.

Tirando Arquitetura pelas razões já apresentadas, é claríssima a maior presença em quase todas as áreas de estudantes da Europa de Leste, com particular relevância para a Roménia (11 estudantes), embora sejam o Brasil (23 estudantes) e a Itália (17estudantes), os países com maior número.

No que respeita ao Brasil confirma-se o que já é sentido, como já foi descrito a propósito dos alunos "não portugueses" que frequentam os cursos conferentes de grau da UAL, ou seja, uma presença assinalável de estudantes brasileiros.

Já a presença de estudantes italianos (que são em número assinalável no curso de Arquitetura) são a exceção no campo da Europa Ocidental, pois mesmo a vizinha Espanha, com apenas 6 estudantes e todos em Arquitetura, marca presença diminuta, tal como sucede na frequência normal dos cursos da UAL.

Continuando na descrição da UAL como entidade recetora de mobilidade, há que salientar 37 pedidos de visita por parte de pessoal (docente e não docente) de universidades parceiras. Aqui a pandemia teve um efeito muito forte, pois apenas se puderam concretizar 12 (4 de docentes e 8 administrativos). Também aqui se confirma a presença quase exclusiva de universidades dos países do Leste Europeu (com a Roménia e a Polónia em maior relevo), pois só há o caso de um docente (Universidade de Oxford em Relações Internacionais) que não foi proveniente dessa zona europeia.

Tal como já se assinalou em relatórios anteriores, a mobilidade de estudantes, docentes e funcionários da UAL, com exceção da Itália e, em menor grau, de Espanha, não passa por países da Europa Ocidental, designadamente a França, o que merece alguma reflexão.

Ainda no que diz respeito à atuação do GRI, há que ressaltar a constante preocupação em emparceirar estudantes da UAL com os colegas que chegam através dos programas referidos, bem como o posterior acompanhamento, mostrando a universidade, esclarecendo dúvidas, ajudando no alojamento, numa palavra, procurando ativamente a sua integração.

E esse é um desígnio do programa ERASMUS+ que se destina a fortalecer o espírito europeu, não na defesa de uma indesejável e impossível uniformidade, mas antes promovendo uma partilha das culturas, respeitando as diferenças. E aí desempenha papel preponderante o conhecimento da língua do país a que se chega, algo que tem sido esquecido quando se entende que os estudantes ERASMUS devem ter cursos em inglês, numa altura, ainda por cima, em que os nativos de língua inglesa praticamente

desaparecem da União Europeia. Por isso mesmo, o Reitor releva o contínuo ensino da língua portuguesa (intensivo e extensivo) aos alunos ERASMUS+.

E o Reitor, ao terminar a referência ao GRI, não pode deixar de citar um ponto do relatório do Anexo 14 que evidencia bem o modo como os estudantes entendem todo este esforço de acolhimento: “A pandemia, a transição para o ensino online e o confinamento exigiram muito trabalho de apoio aos alunos, mas acabou por correr tudo bem, ao ponto de alguns alunos terem pedido para prolongar a mobilidade por mais um semestre, que foi autorizado.”

Finalmente, o Reitor entende que não pode deixar de lembrar que o nível de internacionalização da UAL não se restringe ao que é descrito neste ponto, sendo necessário ligá-lo ao que é referido quer no que toca à presença de estudantes “não portugueses”, quer das atividades internacionais dos docentes e centros de investigação, entre outros.

Esta simples referência faz apelo a um conjunto de observações que devem estimular uma aberta discussão sobre as diversas alternativas estratégicas da UAL neste campo, atendendo ao seu percurso histórico, à sua vocação e aos desafios que quer enfrentar no futuro.

Assim, não há qualquer dúvida de que uma parte muito significativa dos estudantes da UAL não tem a nacionalidade portuguesa, nem reside, habitualmente, em Portugal. Só que a grande maioria é de Angola e do Brasil e, com menor relevância, do espaço lusófono.

Isso traduz uma internacionalização, sem dúvida, mas há que reconhecer que não traduz uma “mundialização” das relações da UAL. Contudo, não fará sentido estrategicamente o fomento das relações do espaço lusófono e deste com o ibero-americano, numa expressão de vertente histórica e geográfica que caracteriza Portugal, ligando-a a uma maior presença da Europa, permitindo o leque de culturas que se encontram na UAL?

A presença nas associações universitárias europeias, designadamente a EUA, nas lusófonas, com expressão na AULP e, crescentemente, em organizações ibero-

americanas, aqui em parceria com a Espanha, não são uma expressão viva da internacionalização e, também, um encontro de culturas bem diferenciadas e defesa de idiomas partilhados, sem uma submissão ao monopólio do "inglês"?

4. A inserção dos estudantes da UAL na sociedade

Habitualmente discute-se muito (e é um dos indicadores mais usados para aferir a visibilidade e a qualidade de uma universidade) qual a empregabilidade dos estudantes e, em particular, o nível salarial que atingem.

É que a universidade tem de se caracterizar não por um processo unidirecional de ensino, mas sim bidirecional, bem traduzido pela expressão ensino/aprendizagem. Esta expressão reflete o que deve ser a interação entre quem ensina e quem aprende, de tal modo que, sobretudo à medida que se avança nos ciclos de estudos, quem ensina aprende no processo e quem aprende também ensina, designadamente quando estimula a discussão com as suas dúvidas fundamentadas que obrigam o docente, tantas vezes, a buscar novos conhecimentos e até novas abordagens.

Além disso, como a universidade não é uma "fábrica" de criação de empregos que, aí sim, justificaria o tal critério que se apresentou inicialmente, o processo de ensino/aprendizagem que tem de se incorporar, para ser completo, uma vertente crítica que acaba por apelar, se for bem conduzido, à formulação de novos problemas, caindo-se, finalmente, em ciclos mais avançados, no processo de investigação que se começa a construir no ensino/aprendizagem interativo.

Só que a universidade não é, não pode ser, uma espécie de silo, ou seja, uma comunidade fechada sobre si mesma, mas tem de se integrar na Sociedade, chamando a si o estudo e a investigação dos problemas que vão surgindo e, conseqüentemente, introduzindo os seus estudantes nesses problemas.

Por outras palavras, em meu entender, a qualidade de uma universidade deve medir-se, fundamentalmente, por ter contribuído para que cada estudante seja um melhor cidadão (aí incorporando, obviamente, a vertente do conhecimento e da capacidade de o aplicar devidamente) e a universidade se enriqueça com a sua presença e seja um elemento ativo na comunidade em que se insere.

É claro que, para se atingir isso é, em primeiro lugar, necessário que se desenvolva o trabalho de equipa, em que cada estudante aprende a cooperar com os outros,

reconhecendo as suas limitações (e as dos outros) e o valor dos outros, de modo que, conjugando esforços, isto é, aprendendo uns com os outros, o trabalho conjunto seja bem mais que o que seria a soma dos trabalhos individuais. Para isso e a níveis diversos, é fundamental também a cooperação dos professores e, em tantos casos, designadamente em áreas laboratoriais e em situações de estágio, a cooperação e a integração de outros profissionais que alargam o sentido de comunidade.

Mas a comunidade não se constrói apenas com o desenvolvimento, mesmo alargado pela cooperação, do processo ensino/aprendizagem, sendo necessário também o desenvolvimento do sentido de companheirismo dos estudantes e destes com os outros membros da universidade, criando espaço de convivência, de organizações comuns, de atividades de lazer e de diversificação de conhecimentos, sem esquecer o papel das associações de estudantes e as suas participações em órgãos da universidade, como o Conselho Pedagógico e os Conselhos Escolares dos diversos departamentos. Nestes desenvolvem o sentido da responsabilidade do que é representar um grupo, missão que tem um embrião muito relevante na função de Delegado de Turma.

Todas estas funções e atividades desenvolvem-se no âmbito da universidade, emergindo a noção de "campus universitário" como o ambiente mais propício à concretização destes objetivos.

A este propósito vem-nos à mente os magníficos e extensos "campus universitários" que se desenvolvem, sobretudo, nas universidades do tipo anglo-saxónico que contribuem, sem qualquer dúvida, para a realização destes objetivos.

Contudo, quando nos lançamos na necessária perspetiva de inserção da universidade e dos seus estudantes, ou grupos de estudantes, no ambiente social que, em geral, será a cidade, poderá haver o risco de se criar um certo isolamento (ou mesmo um certo "elitismo" quase inconsciente) dos estudantes que podem criar uma "bolha" de conforto em conjunto e, sobretudo, dificuldade na introdução da vida na cidade e, sobretudo, encarar de frente a diversidade para nela se incorporar e melhorar.

Aliás, com o desenvolvimento da digitalização e as experiências, boas e más, que a pandemia nos tem feito viver, a noção do "campus universitário" e o modo de o encarar como elemento constitutivo e construtor da cidade deve constituir hoje um bom e profundo tema de investigação.

E a construção do estudante cidadão não se fará, seguramente, sem a participação ativa na cidade, ou no bairro quando, como é a maioria dos casos, designadamente no modelo europeu, os estudantes se dispersam por bairros, individualmente, em grupos ou em residências de estudantes.

Uma das melhores expressões de inserção na cidade, que nasce do reconhecimento do valor e, também, da satisfação, da gratuidade em conjugação com a identificação de profundas desigualdades e injustiças, é o espírito de voluntariado, individual ou em grupo, gerado ou não na universidade e, em muitos casos e preferencialmente, em parceria com outras instituições ou universidades.

E para o Reitor não tem sentido olhar para este capítulo de vida dos estudantes sem estas observações iniciais, não porque ignora a importância fundamental do processo ensino/aprendizagem e da necessidade de criar competências profissionais para que, também nesse campo, os estudantes tenham a sua própria autonomia e possam contribuir para o desenvolvimento equilibrado da sociedade.

Centrando-nos, agora, na busca da caracterização do modo como os estudantes da UAL se inserem na sociedade através do exercício de uma profissão, temos, forçosamente, de ultrapassar a questão restrita, mas que é a mais intensamente usada como métrica, que é o modo como os diplomados da UAL se inserem no mercado de trabalho.

Mas esta questão tão linear tem pleno sentido quando se olha para a estrutura dos estudantes da UAL (e não só) que, aliás, vai configurando a situação tão reclamada de aprendizagem contínua ao longo da vida?

Desde logo, e a experiência começa a mostrar isso, há regressos à universidade (estamos a falar da universidade em geral e não só da UAL), simplesmente pelo gosto

e interesse em aprender algo de novo em áreas que pouco têm a ver com a atividade profissional específica que já se exerce e que não está em causa vir a ser alterada.

Há os casos dos trabalhadores-estudantes que já têm um emprego ou uma profissão e que buscam um aprofundamento de conhecimentos, uma melhor posição na empresa/instituição em que se encontram, quiçá até, numa lógica de empreendedorismo tão em foco, procuram adquirir conhecimentos e motivações para um novo caminho na sua inserção na sociedade.

Para além dos trabalhadores-estudantes, poder-se-á admitir que semelhantes considerações se poderão aplicar à generalidade dos estudantes de cursos pós-laborais e aos que procuram cursos de pós-graduação, mesmo não conferentes de grau, de que a Autónoma Academy é um exemplo paradigmático.

No fundo, a tal métrica só fará pleno sentido no perfil clássico do estudante que sai do secundário (ou da escola profissional, embora aqui com uma mudança específica) que tira o seu diploma de licenciatura e se procura lançar no mercado de emprego e que, de qualquer modo, são ainda a maioria dos estudantes universitários e que, na UAL, têm vindo a ter uma posição crescente e já maioritária.

Mas, mesmo aí, há situações diferenciadas, em que há áreas científicas que, designadamente após o processo de Bolonha, praticamente impõem a obtenção de um segundo ciclo para que a sua inserção profissional na área de escolha seja possível ou mais provável.

E, quando assim é, outra situação se pode levantar, como seja a de um estudante obter o seu diploma de licenciatura numa universidade e a do segundo ciclos (mestrado) noutra, proporcionando-lhe uma experiência diversificada que pode ser interessante. Neste caso, como medir a capacidade de inserção profissional não do estudante, mas da universidade? De qual? Daquela em que obteve o segundo ciclo? Ou daquela em que obteve o primeiro ciclo? Como conseguir responder a esta pergunta?

E já não se refiram os terceiros ciclos, onde a clivagem entre os estudantes que linearizam o seu percurso na universidade, saltando de imediato do primeiro para o segundo ciclo e deste para o terceiro, na mesma ou noutras universidades, no mesmo

país ou em países diferentes, daqueles outros que, estando inseridos na vida profissional, regressam à universidade com motivações diversas para obtenção desse grau?

E já nem se levanta a questão dos "pós-doc" que se inserem, basicamente, numa lógica de carreira de investigação que, infelizmente, em muitos casos se não concretiza.

Esta análise mais pormenorizada da situação pretende evidenciar quão difícil e exigente, mas não menos interessante e importante, se torna uma avaliação da contribuição de uma instituição universitária para a inserção profissional e de cidadania dos estudantes e, em sentido inverso, do papel transformador que os estudantes podem trazer para a instituição. Que fará mais sentido se o objetivo for otimizar esta contribuição bilateral: a linha direta ensino/aprendizagem/investigação, toda dentro da universidade (não estamos só, nem sobretudo, a referir a mesma universidade) ou uma interpolação entre ensino/aprendizagem e experiência profissional, pelo menos entre alguns ciclos de estudos e cursos de pós-graduação?

Não será esta última versão aquela que melhor traduzirá a relação universidade/instituições da sociedade, incluindo empresas, com maior partilha de interesses comuns e resultados mais úteis à sociedade?

Neste contexto há um outro "veículo" que tem tido grande apelo que é o conceito da associação dos "Alumni". Sem pôr em causa, antes pelo contrário, a sua utilidade como ligação da universidade ao exterior, bem como contribuir para a criação e manutenção de um espírito que caracteriza cada instituição, quando esse espírito existe, em que associação se deve incorporar um "ex-aluno" quando fez o seu percurso por várias instituições? Claro que pode pertencer a todas, mas faz sentido? Qual a lógica de escolha, se há alguma? Naturalmente aquela que mais o "marcou", se é que houve. Mas, infelizmente, não será aquela que lhe proporcionará melhores relações para concretização da sua vida profissional?

Este arrazoado, que já vai longo, não se destina a esconder que na UAL, apesar dos esforços e melhoria sensível, que se têm sentido nestes últimos anos, mas pelo

contrário a uma proposta de exercício de reflexão estratégica comum para melhor conseguir estabelecer canais e processo de avaliação do papel da universidade e dos seus estudantes no contexto da sociedade em que se inserem.

Em termos formais, tem-se desenvolvido na UAL o GIP – Gabinete de Inserção Profissional (ver Anexo 15 – Relatório de Atividades do Gabinete de Inserção Profissional) que tem como missão “apoiar a inserção e a adaptação à vida profissional dos finalistas e graduados da universidade”.

Tal é feito fundamentalmente através de respostas a pedidos de recrutamento, promovendo-se também a relação entre a UAL e o meio empresarial através de protocolos e da divulgação das necessidades das empresas junto dos estudantes.

O GIP tem usado variados sistemas de comunicação e divulgação, desde o “site” institucional da UAL, à sua própria conta de Facebook e uma maior proximidade aos Alumni (Facebook e LinkedIn).

Por estas vias, como se pode ver no Anexo 15, divulgaram-se 119 ofertas de emprego, celebraram-se 59 protocolos no âmbito de saídas profissionais e 58 estágios curriculares ou profissionalizantes pelos finalistas e licenciados da UAL.

O Anexo 15 apresenta a lista integral dos diferentes tipos de atividades referidas, por ordem alfabética, no caso da “Divulgação de Oferta de Empregos, Estágios Curriculares, Profissionalizantes e Profissionais” e por ordem cronológica de início no caso de “Protocolos de colaboração e de Estágios no ano letivo de 2019/2020”.

Neste último caso, verifica-se uma enorme concentração em duas das sete licenciaturas que tiveram estudantes nessa atividade. São elas a Licenciatura em Gestão do Desporto (27 estágios) e Ciências da Comunicação (290 estágios), ou seja, mais de 80% dos estágios realizados.

As menos de 20% restantes distribuíram-se por Direito (4), Gestão (3), Engenharia Informática (2), Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e Economia (1 cada).

Esta enumeração, que evidencia uma acentuada diferença entre as licenciaturas, decorre também da natureza dos diversos cursos (por exemplo, o estágio é uma das

componentes obrigatórias da Licenciatura em Gestão do Desporto), não deixa de levantar certas perplexidades relativamente ao comportamento dos diversos cursos e departamentos. Por outro lado, como já se evidenciou noutro ponto do relatório, nem todos os estágios correm por intermédio do GIP, sendo um dos casos mais evidentes os que acontecem no Departamento de Psicologia que, através de protocolos específicos, consegue obter estágios para os seus estudantes.

No que toca às ofertas de emprego, a apresentação por ordem alfabética embora possa ajudar a identificar uma desejada empresa ou instituição, torna difícil a avaliação do tipo de empresas e instituições, bem como das áreas de ensino que mais se adequam aos perfis dos estudantes da UAL, sugerindo-se antes uma organização por tipo de instituição e, no caso das empresas, por áreas de atividade.

Acresce que a indicação da instituição ou da empresa não dá qualquer referência sobre o tipo específico de emprego ou de estágio, dificultando, portanto, uma avaliação sobre as características dessas ofertas.

Por outro lado, a mistura, no mesmo quadro, de ofertas de emprego e de todas as outras alternativas, não permite distinguir a verdadeira dimensão do emprego, para estimar o nível de empregabilidade, embora se reconheça que alguns estágios possam ser, pela natureza e condições em que se realizam, uma boa porta de inserção no mercado, correspondendo, pelo menos incipientemente, a uma lógica de empregabilidade.

No entanto, em termos gerais, sem discutir a homogeneidade das referências, que nos parece não ser uma característica do conjunto das referências indicadas, reconhece-se uma grande variedade de instituições e empresas, desde entidades estatais e instituições de natureza social variada, até empresas de várias áreas de negócios, bem como de áreas ligadas a atividades de natureza mais liberal, estas com expressão particular na consultoria e advocacia

Não há, também, qualquer informação sobre os resultados dessas oportunidades, nem sobre a taxa de empregabilidade. Contudo, em certos cursos, designadamente com menos alunos que, portanto, permitem um contacto mais próximo, os

coordenadores que apresentaram os seus relatórios de coordenação, embora com conteúdos não homogêneos, nalguns casos apresentam taxas de empregabilidade que dão boas indicações. São os casos, por exemplo, de Gestão do Desporto (com taxas superiores a 85%, sendo 80% colocados na própria área), Administração de Unidades de saúde (83% em 2019/2020) e, em geral as licenciaturas do Departamento de Ciências e Tecnologias, em que se especifica que há um elevado grau de empregabilidade dos ex-alunos.

Aliás, como já se focou noutros pontos deste relatório, a inserção dos alunos da universidade e em atividades no exterior, vai muito para além do que é referido no GIP. A consulta dos diversos relatórios de coordenação evidencia várias dessas atividades, das quais destacamos a título de exemplo:

- A atividade do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais, muito ativo na criação ou participação de conferências com reconhecidas personalidades portuguesas e estrangeiras;
- Uma atividade significativa dos estudantes de Direito no Associativismo Académico, com realização de eventos de várias naturezas, desde lúdicos a debates, reflexão e visitas a entidades profissionais da área jurídica;
- A inserção de jovens arquitetos da UAL em projetos de relevância, particularmente dois deles em que 2 estudantes da UAL foram indicados para o "Prémio Jovem Talento em Arquitetura" da Fundação Mies van der Rohe;
- Intensa atividade interna e externa à UAL na área de Ciências da Comunicação com a UAL Media, Rádio Autónoma/Autónoma TV e REC (Repórteres em Construção) integrando muitos estudantes da UAL que cobrem noticiosamente a vida académica da UAL e as ligações ao exterior. Entre estas de salientar a participação da Rádio Autónoma nas campanhas promovidas pelo Banco Alimentar, bem como um programa de rádio "Páginas de Português", da Antena 1 e o programa de rádio "A Língua de Todos", da RDP África;
- Em Psicologia já foi referido a ligação ao exterior por via de estágios baseados em protocolos específicos, dos quais resultam, naturalmente, várias atividades específicas de estudantes, incluindo a área do voluntariado.

Além disso, a existência do CUPA (Centro Universitário de Psicologia de Acompanhamento) permite, além do serviço de aconselhamento à comunidade da UAL, com a integração de estudantes, em particular de mestrado, uma maior divulgação dos seus serviços, designadamente para a comunidade local, através, por exemplo, de rastreios a instituições e escolas circundantes.

Como era de esperar, é nota comum aos relatórios dos coordenadores o impacto negativo que a pandemia teve sobre estas atividades que só têm plena concretização com a presença física, mas há que salientar que há uma componente de vivência de cidadania que deve ser incrementada e mais bem divulgada.

Para isso é fundamental uma coordenação dentro da UAL para tornar mais programado e menos avulso este tipo de atividades, sendo, por isso, necessário ultrapassar a mera lógica de inserção profissional (embora seja preciso melhorar o seu acompanhamento), pondo em contacto a Associação Académica, a Associação dos Alumni, os vários núcleos existentes, aproveitando para isso os meios do Departamento de Ciência da Comunicação.

5. Avaliação/Acreditação

Este capítulo, como facilmente se reconhecerá, é já subsidiário de várias abordagens que sobre esta temática têm vindo a ser feitas ao longo dos vários capítulos, porque subjazem ao reconhecimento e ao funcionamento da universidade, em todas as áreas relevantes.

Há, contudo, uma palavra que, apesar de muito repetida, não tem a expressão devida no relatório, nem ainda, infelizmente, garantiu integral "direito de cidade" na mente e no comportamento de toda a comunidade universitária e, em particular, da UAL. Essa palavra é **QUALIDADE**.

Independentemente das várias interpretações e controvérsias sobre o conceito deste termo no campo da avaliação das instituições, dos seus ciclos de estudo, dos docentes, do nível das unidades de investigação, da organização e governação das universidades e, sobretudo, da sua acreditação, esse é o conceito que leva às decisões.

Uma das maiores controvérsias gira em torno do que, às vezes, é considerado ser dado um peso maior à "qualidade formal" que à "qualidade substantiva", quando não mesmo a "qualidade" ser "substituída" pela "quantidade" (no que respeita a ações relevantes).

Reconhece-se que esse equilíbrio não é fácil e é compreensível que os termos da "qualidade formal" podem ser claramente mais objetivos e de fácil e menos controversa avaliação do que a "qualidade substantiva", onde o elemento de subjetividade é inalienável.

Por outro lado, no campo universitário, há que tentar equilibrar a avaliação da universidade com a legitimidade da tão propalada autonomia universitária.

Um processo em curso para a ultrapassagem deste potencial conflito é a outorga de um reconhecimento de Qualidade à instituição, que, do mesmo passo, diminua a intervenção "ex ante" (portanto, com interferência na autonomia) da avaliação da qualidade de todas as situações atrás descritas, passando a haver apenas avaliações "ex post", fundamentalmente destinadas, e justamente, à verificação de que o sistema

que permitiu o reconhecimento da qualidade da universidade, continua a oferecer todas as garantias que ofereceu quando foi reconhecido.

É neste contexto que surge o Sistema Interno de Garantia da Qualidade, que tem de ser desenvolvido segundo regras claras e que, infelizmente, a UAL ainda não conseguiu concretizar. O Gabinete da Qualidade, cujo relatório se apresenta no Anexo 16 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2019/2020, que desenvolve as suas atividades no âmbito da Administração da Entidade Instituidora (CEU, em estreita cooperação com a Reitoria, tem sido incansável na busca deste desiderato.

O Reitor quer deixar aqui bem expresso o seu apreço e agradecimento ao Eng^o João Moura Ferreira e à Dra. Rita Trindade, por todos os esforços feitos neste sentido e, em particular, ao Administrador Doutor Fernando Martins, pela sua luta contínua na busca da concretização deste objetivo e pelo cuidado que tem tido na coordenação e cooperação com a Reitoria.

Também neste ponto o Reitor não quer deixar de dar uma palavra de agradecimento e de incitamento aos Diretores de Departamento e Coordenadores de Curso que, crescentemente, têm incorporado este objetivo na sua atuação, nem sempre ainda bem entendido por alguns docentes, como é fácil verificar quer nos relatórios do Gabinete da Qualidade, quer nos dos Coordenadores de Curso.

Tem de ficar claro, e todos temos de assumir essa obrigação e compromisso, de que o Sistema Interno de Garantia da Qualidade é um instrumento cuja concretização é urgente e indispensável para que a UAL possa reclamar com legitimidade a sua autonomia e possa, com isso, ter crédito nas observações e contraditórios que poderá apresentar quando entender que não está a ser devidamente avaliada nas suas atividades.

Todos sabemos, também, que há muito de burocracia na criação e manutenção destes sistemas, refugiando-nos, muitas vezes, nessa argumentação para obnubilar o interesse efetivo, em termos de funcionamento, da universidade e, assim, justificarmos não ter cumprido as exigências ditas "burocráticas" que o sistema incorpora, danificando a construção de um objetivo inalienável.

O caso mais evidente é o que está ligado ao preenchimento, correto e atempado, das FUC – Fichas de Unidade Curricular – que os docentes responsáveis devem preencher sem lacunas. É que, de facto, essas fichas representam, em tempo útil, uma informação relevante para os estudantes, evitando conflitos de última hora, designadamente no campo da avaliação dos estudantes. No fundo, essas fichas representam o compromisso do docente perante os seus estudantes e, do mesmo passo, o roteiro de obrigações daqueles.

Claro que se as FUC não forem devidamente preenchidas e, depois, desenvolvidas de acordo com o previsto, coligindo os resultados e os desenvolvimentos das atividades aí previstas, não será possível produzir os RUC - Relatório de Unidade Curricular – e, sem todos, mas todos estes estarem disponíveis, não é possível os Coordenadores de Curso apresentarem os seus relatórios aos Diretores de Departamento e ao Reitor, impedindo que, por exemplo, o Relatório do Reitor seja obtido por integração dessas informações e não por consulta de informações dispersas e incompletas com o é ainda o caso deste.

O Relatório do Gabinete da Qualidade salienta a natural dificuldade criada pela pandemia COVID19, tendo tentado minorar a situação através da elaboração de um plano de contingência interna do Gabinete da Qualidade, a criação de uma cópia remota dos documentos de trabalho e registo (repositório) e o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho remoto, dentro da equipa, de modo a manter a comunicação entre as pessoas separadas.

O relatório do Anexo 16 apresenta com grande pormenor as atividades, pelo que não se justifica no corpo deste relatório repetir tudo o que está no anexo.

Há, no entanto, algumas atividades que devem ser sublinhadas e uma preocupação que o Reitor não pode deixar em claro.

No que toca às atividades, há a salientar, pela sua novidade, a elaboração da Ficha ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) relativa à UAL para o CS11/IPQ.

Não menos relevante, pelo seu peso na avaliação, foi mantida a realização de todos os inquéritos a estudantes e docentes, em ambos os semestres que, aliás, já foram

referidos nos capítulos respetivos. Tal como aí se salientou, é fundamental, em primeiro lugar, que aumente muito o volume de respostas para que a representatividade seja conseguida e, por outro lado, mas com não menos relevância, que os resultados e as opiniões consistentes tenham consequências, sem o que a motivação para responder desaparece, legitimamente.

Daí o esforço constante do Gabinete para extrair dos inquéritos (e propor aos departamentos que façam o mesmo) questões e ocasiões de melhoria que sugere que sejam apresentadas com clareza e com propostas e datas de superação. É algo que teve poucas respostas inicialmente, mas que, sucessivamente, como é possível ver nalguns dos relatórios dos Coordenadores de curso ou nas propostas específicas de Diretores de departamento, que começa a instalar-se com normalidade. E essa é, por certo, uma das "peças" mais credíveis num Sistema Interno de Garantia da Qualidade cujo objetivo não é só, nem principalmente, controlar, mas sim, a partir desse controlo, melhorar a qualidade.

Saúda-se também a publicação regular de uma "newsletter" que deve ser adequadamente difundida e de conteúdo não só informativo, mas também desafiador e até criticamente motivador.

Em sentido oposto, e como referido, há algo que não pode passar em claro. Não cabe ao Reitor, até por não poder acompanhar, de perto e continuamente, o desenvolvimento dos processos, identificar causas de falhas e atribuir responsabilidades, mas não é possível atribuir aos docentes as que lhes não cabem, designadamente quanto aos RUC.

E, por isso, tem de se destacar, pela negativa, a seguinte frase do relatório em anexo:

"As sucessivas anomalias de funcionamento do programa informático tiveram como consequência diversos adiamentos da entrada em operação dos RUC".

É bem-sabido que todas as aplicações informáticas apresentam, por vezes, anomalias e falhas que têm de ser superadas. O que já não parece tolerável é aceitar "as sucessivas anomalias de funcionamento" (o sublinhado é meu). Que é que se fez? A quem foram pedidas responsabilidades? É que falhas sucessivas na área digital vão

minar por completo a criação e, sobretudo, o funcionamento credível de um Sistema Integrado de Controlo de Qualidade. Há que garantir um serviço de grande fiabilidade sem o que tudo estará em causa.

Entretanto, na ausência ainda deste Sistema, a UAL continua a ter de responder avulsamente, sem este respaldo institucional, aos sucessivos ciclos de reavaliação (e reacreditação dos cursos existentes), bem como a exigentes e flutuantes critérios e decisões de acreditação de novos cursos, com particular ênfase nos segundos e terceiros ciclos.

Não faz sentido voltar a insistir em todos os temas que, ao longo de vários relatórios, bem como em vários pontos deste, têm sido abordados no campo da Avaliação/Acreditação. E faz tanto menos, quanto é certo que houve uma mudança significativa na Administração da A3ES e se viveu, e vive, uma crise pandémica que abalou todos os alicerces do processo ensino/aprendizagem e menos os da investigação.

Do que não temos a menor dúvida é que todos os novos desafios têm de ser levados em conta no processo de Avaliação/Acreditação. O Reitor seguiu, atentamente, durante o ano letivo vários webinars quer de universidades dos Estados Unidos da América (em especial Harvard) e da EUA (European University Association) relativos ao modo de lidar com a pandemia e o perspetivar potenciais mudanças no futuro e o que emergiu, quase exclusivamente, foi a preocupação com o processo ensino/aprendizagem.

Não é local para fazer uma descrição e avaliação global de todas essas contribuições, mas há uma conclusão que é inequívoca; a emergência das preocupações com o processo pedagógico que tem sido, sistematicamente, obnubilado no campo académico e que é ignorado em todos os processos de avaliação/acreditação. E é evidente que este aspeto, incluindo a investigação pedagógica que a pandemia ressuscitou, é particularmente relevante nos ciclos de estudo que são constituídos, exclusivamente ou maioritariamente, por cursos como é o caso dos primeiros ciclos,

bem como, em menor grau, dos segundos ciclos, além de tudo o que são cursos de pós-graduação, em particular aqueles a que são atribuídos ECTS.

Se sempre defendi que, a haver alguma descontinuidade no processo de avaliação/acreditação, deve ser entre o conjunto dos primeiro e segundos ciclos e os terceiros ciclos, já que nestes o essencial é a investigação, que tem de conduzir a uma tese que seja um avanço no conhecimento.

Não é por acaso que os segundos ciclos são constituídos basicamente por um curso a que acresce outra prova que pode assumir três figurinos, o mais comum é a designada dissertação que, obviamente, não é uma tese. Do mesmo passo, é cada vez mais visível, na esteira do que já vem referido em relatórios precedentes, a defesa de Escolas Doutorais para funcionamento dos terceiros ciclos. E o que se busca nessas escolas é a criação de um ambiente de investigação, com a presença de seminários abertos, em que os doutorandos das várias áreas se encontram, abrindo espaço à interdisciplinaridade.

Por outro lado, a pandemia evidenciou potencialidades de ordem comunicacional e de interação que permite alargar e adaptar o processo pedagógico, designadamente nos primeiros ciclos e em boa parte dos segundos ciclos.

Daí a potencial oferta de cursos completamente presenciais, cursos híbridos, em que há simultaneidade de aulas presenciais e on-line, cursos mistos, em que há parte das aulas presenciais e parte on-line e ainda o ensino à distância.

E a avaliação dos cursos não pode ignorar, no campo pedagógico e operacional, estas alternativas. Aqui, uma vez mais, deverá funcionar a autonomia universitária, desde que ancorada numa segura acreditação da instituição. Por isso, agora, mais do que nunca, é necessário que a UAL dê esse passo em frente.

Recordemos, entretanto, que os processos de Avaliação/Acreditação continuam em funcionamento, apresentando-se no Anexo 17 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2019/2020, a situação dos cursos da UAL nessa perspetiva.

Assim, no Quadro 1 desse anexo apresentam-se os ciclos de estudos (1 Mestrado Integrado, 1 Mestrado e 3 primeiros ciclos) que são cursos em funcionamento e que

se apresentavam à altura em processo de renovação e acreditação (ACEF). No Quadro 2 apresentam-se, também, 15 processos de renovação e acreditação de cursos em funcionamento, após realização das visitas programadas, das quais, 2 (terceiro ciclo de Direito e Mestrado de Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais) perderam a acreditação. Outros 2 (segundo ciclo de Direito e primeiro ciclo de Informática de Gestão) foram acreditados por um ano a partir de 31 de julho de 2019, tendo que se apresentar relatórios de follow-up ao longo do ano letivo de 2020/2021.

Um dos cursos (primeiro ciclo de Direito) foi acreditado por 3 anos a partir de 31 de julho de 2019.

Todos os outros (10), primeiros ciclos de Engenharia Informática, Psicologia, História, Ciências da Comunicação e Relações Internacionais, segundos ciclos de Psicologia Clínica e de Aconselhamento, história, Arqueologia e Património, Comunicação Aplicada e Relações Internacionais e, ainda, o terceiro ciclos de História, foram acreditados por 6 anos.

Não vamos repetir, a propósito do terceiro ciclo de Direito, o que já foi escrito no relatório precedente, mas não podemos deixar de fazer algumas reflexões sobre o que deve ser uma verdadeira avaliação de um terceiro ciclo, atendendo ao que está legislado.

Assim, se um doutoramento é, fundamentalmente, constituído pela construção e conclusão de uma tese, então que sentido faz que o formulário que é apresentado às instituições de ensino superior não seja completamente diferenciado dos dos outros ciclos, com centrando-se basicamente no conteúdo dos cursos e características dos respetivos docentes, o que faz, obviamente sentido nos outros ciclos?

O que se deve avaliar é a disponibilidade de Orientadores capacitados e, sobretudo, da verificação da existência de um ambiente de investigação que, de facto, integre o Doutorando, colocando-o nesse espírito e ajudando-o a concretizar, com a sua autonomia crescente, a sua própria tese. Se assim fosse, a existência de uma acreditada Escola Doutoral resolveria o problema.

Mas não! O que, com a atual formulação se avalia, é o curso (que não é obrigatório do ponto de vista legal) e as publicações dos docentes envolvidos nesse curso. Ainda por cima tudo isso circunscrito à avaliação do preenchimento de um formulário. Como avaliar através disso, a existência ou não de um ambiente de investigação e das condições propícias ao desenvolvimento de uma tese?

O tão decantado Decreto-Lei nº 65/2018, que já dissecámos nos dois relatórios anteriores, de algum modo procura responder a esta preocupação. Só que o faz através de um "modelo" "sui generis", impondo, a partir do ano letivo 2022/2023, a existência de um Centro de Investigação com a classificação de "Muito Bom". Atribuído pela A3ES, ou seja, pela agência de acreditação? Não! Pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que foi criada, entre outras coisas, para financiamento das unidades de investigação. Quer dizer que o âmago do doutoramento, a criação de novo conhecimento através da investigação, não cai no âmbito da Agência de Acreditação, que se vai preocupar com avaliar, apenas, com algo que até pode não existir - um curso! E, a partir desse ano letivo, mesmo assim, só o vai fazer no caso em que a FCT "deixar", pois a proposta só pode passar para o âmbito da A3ES se a FCT tiver atribuído pelo menos "Muito Bom" ao centro de investigação que suporta o doutoramento.

Pode haver uma exceção, pois parece admitir-se que, na ausência dessa unidade, se garanta que os docentes do curso estão com uma maioria bem qualificada com investigadores integrados em unidades de investigação noutras universidades. Nessa altura, talvez possa a proposta ir diretamente à A3ES que vai avaliar a competência para criar o espírito de investigação através das disciplinas de um putativo curso.

Se isto já é preocupante pela confusão e falta de sentido, algo poderia ter sido corrigido se, ao menos, a FCT tivesse seguido as orientações do Estudo da OCDE que estavam associadas a essa opção de exigência de obtenção de uma classificação mínima de "Muito Bom" na avaliação das unidades de investigação.

Teríamos, então, uma avaliação conjunta, em que à FCT era cometida a função de verificação das exigências mínimas necessárias da área da investigação para

acreditação de um doutoramento e à A3ES, como é natural, a decisão final depois da verificação de todas as outras condições suficientes.

Só que, e aqui tenho de voltar a invocar o que ficou escrito no relatório precedente, nada disso aconteceu. A FCT continuou com a mesma estrutura e a mesma governação, não criando nem uma estrutura de governação, nem competências suficientes, como era proposto pela OCDE, pondo em causa a legitimidade científica das suas decisões.

Em particular, e no ano em causa isso foi particularmente sensível e discriminatório, a FCT não respeitou uma das condições necessárias repetidamente referidas no Estudo da OCDE, ou seja, a necessidade de separar os decisores dos processos de avaliação dos processos de financiamento.

A FCT não assumiu, pois, as suas novas funções de ser uma peça relevante na acreditação dos doutoramentos. É que, precedentemente, as suas avaliações destinavam-se, exclusivamente, a decidir a questão do financiamento dos projetos apresentados, havendo, implicitamente, uma necessidade de um cuidadoso “ranking” dos projetos, dadas as naturais restrições de financiamento.

Ora, no caso da avaliação das unidades (e não só dos projetos) de investigação não há qualquer restrição deste género, já que o que está em causa é avaliar o mérito absoluto do nível de investigação de uma universidade, ainda por cima, numa base de gradualidade, se se tiver em conta, como se impõe num contexto dinâmico, a evolução de cada uma das unidades face a uma potencial classificação em avaliação precedente.

O que se fez foi algo impensável, como se referiu nessa altura. Não só não se fez a divisão em 2 tipos como o sugerido, mas ainda por cima se fixou o financiamento e o seu montante (ou o não financiamento) a meio do processo, praticamente inibindo a segunda fase do processo que é constituído pela irrevocabilidade do (ou o que devia ser) contraditório das entidades que se sentiram mal avaliadas ou mesmo discriminadas, quando se compararam com outras.

O processo de contraditório existe formalmente, mas arrastou-se no tempo e em circunstâncias que em nada respeitam a efetividade de um contraditório. Daí que os resultados tenham sido muito contestados, sendo a UAL particularmente atingida, como se demonstrou.

Isso foi muito expressivo no caso do OBSERVARE que viu a sua classificação passar de um “Good” (quase “Very Good”) atribuído na avaliação precedente, para “Weak”, o que, em termos absolutos, é dinamicamente inaceitável, já que a sua “performance” e evolução foi significativa entre as duas avaliações e, também, em termos relativos quando se faz o confronto com outras unidades congéneres.

Isto é particularmente grave não só porque a unidade ficou sem o financiamento esperado, o que não é problema menor, mas principalmente porque pode pôr em causa a imagem e a reputação do OBSERVARE e, sobretudo, comprometer a existência futura do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, que está baseado nessa unidade.

E foi isso que levou, como já foi referido, o Reitor da UAL a uma entrevista com a Presidente da FCT, chamando a atenção específica para este último efeito e para o novo papel que a FCT teria de ter em atenção. Aparentemente as apreensões e dúvidas apresentadas foram aceites e até reforçadas, mas, inesperadamente, mais de um ano depois, e de surpresa, aparece uma decisão que nada muda à decisão inicial.

Essa situação é inaceitável e reclama uma clara definição da responsabilidade deste tipo de comportamento.

É tempo de esclarecer e definir com maior rigor todas as condições e critérios que prevalecerão a partir das datas previstas no Decreto-Lei nº 65/2018, em particular as exigências postas no campo da investigação para acreditação dos diversos ciclos de estudo, especialmente nos terceiros ciclos.

Como está, a situação é insustentável, pois o sistema de acreditação está inquinado pelo perigoso hibridismo do processo, a que se associa a incompetência da FCT para cumprir adequadamente o seu papel no campo da acreditação, a menos que, tal como se recomenda no Estudo da OCDE, mude a sua estrutura no sentido indicado.

Neste período continuam em aberto os processos de acreditação e, pelos primeiros relatórios de avaliação, nalgumas das CAE já se invocam, de algum modo, as condições exigidas pelo Decreto-Lei nº 65/2018 para o futuro.

Se temos de, com firmeza, afirmar que não há legitimidade para, nesta fase intercalar, usar esses critérios para decidir ou não a acreditação, também temos de reconhecer, numa lógica de gradualidade, que defendemos que, quando uma CAE se confronta com uma situação de existência de uma unidade de investigação recentemente classificada como “Weak”, tenha tendência legítima a considerar que, em tão pouco tempo até à próxima avaliação, essa unidade de investigação possa passar ao necessário “Very Good” para que a acreditação do terceiro ciclo possa ocorrer.

Esta é mais uma razão para pormos em causa o comportamento da FCT e o papel negativo e intensivo que tem no processo desde já.

Nesta fase, mais do que nunca, porque é uma fase de transição no que respeita às exigências de investigação, impõe-se uma avaliação em que a gradualidade esteja sempre presente. E há uma característica do processo de avaliação/acreditação que tem sido usado com bom senso e que se justifica, em particular, nesta fase, ou seja, a acreditação condicional, exigindo, no prazo adequado, o cumprimento de condições no futuro.

Todavia, é evidente que a lógica de gradualidade, ou seja, de um percurso dinâmico, não pode olhar só para a situação final a atingir, mas tem de ter em atenção também as “condições iniciais” entendidas num sentido lato. As “condições iniciais” referidas ao início da avaliação da referida globalidade apresentam situações muito diferenciadas. Assim, e reportando-nos, agora, fundamentalmente aos terceiros ciclos, em que a problemática da investigação, e bem, é crucial, há que atender à “idade” da unidade de investigação em causa, pois se já é uma unidade consolidada, impõe-se já um nível de exigência que traduza essa maturidade, enquanto a uma unidade jovem ou mesmo “recém-nascida”, há que olhar mais para a potencialidade que os seus investigadores apresentam, tendo em atenção, é claro, aquilo que é legitimamente expectável que, até esse “ponto inicial” tenha sido conseguido.

Estas considerações têm particular pertinência quando, como já se referiu, os formulários que estão à disponibilidade das CAE para avaliarem toda a estrutura e todas as condições - pedagógicas, de inovação, de investigação, de logística - que se exigem para um doutoramento, não se adequam a uma avaliação consistente com os objetivos fulcrais desse ciclo.

É que a pertinência atrás invocada decorre do facto de a UAL, correspondendo a uma preocupação estratégica da Entidade Instituidora ter apresentado para acreditação nesta fase um conjunto de terceiros ciclos que visam, naturalmente, dar consistência estratégica à oferta global da UAL.

As propostas do terceiro ciclo que se apresentam têm condições de partida e de situação formal de investigação no contexto da UAL que devem ser salientadas e que justificam as considerações precedentes.

Assim, são apresentadas propostas para acreditação de doutoramento em Arquitetura, “Business Economics”, Engenharia Informática e de Telecomunicações, Psicologia e Direito.

É de notar que as três primeiras propostas foram elaboradas na sequência do desenvolvimento natural dos três departamentos em que se inserem, assentando na qualidade dos seus docentes/investigadores e, também, nalguns casos, na prévia criação de unidades de investigação muito recentes, mas com um desenvolvimento inicial cuidado a que, no caso de “Business Economics” se associa a criação de uma revistas em língua inglesa.

A proposta de Psicologia radica numa unidade de investigação já estruturada há anos e com uma classificação de “Bom”, esperando-se um salto qualitativo que já é aguardado há mais tempo.

Finalmente, a proposta de Direito tem contornos muito especiais, já que é feita na sequência da não acreditação de um doutoramento já com grandes tradições na UAL, em condições que não importa, agora, lembrar, a que se seguiu uma renovação do corpo docente e de investigação através da contratação de doutorados mais jovens, de

claro potencial e com um nível de investigação já com algum mérito, como provam as suas publicações.

É nessa renovação que se aposta e se pede a tal gradualidade na avaliação da capacidade de investigação existente, mas que também impõe um esforço de adaptação e de conjugação das valências dos novos docentes contratados, o que nem sempre é fácil conseguir, dadas as naturais inércias das estruturas existentes.

6. Reflexão estratégica

6.1. Enquadramento

Tendo em conta que este relatório, vindo na sequência do anterior, não pode dele ser desligado porque, mais do que uma continuidade natural, há uma imersão num espaço temporal comum determinado pela Pandemia COVID19 que impõe, a meu ver, uma reflexão integrada.

Por isso mesmo mantenho neste ponto da Reflexão Estratégica o mesmo esquema os as temáticas que foram incorporadas no relatório precedente, procurando não repetir senão aquilo que considerar que não pode ser olvidado ou que ainda não foi resolvido e continua a pedir urgência de resolução.

Há, apenas, uma novidade, que já está salientada na Introdução, que é a disponibilidade da generalidade dos Relatórios de Coordenação dos vários cursos que, apesar de alguma heterogeneidade nas suas construções, apontam para situações ou problemáticas novas ou que se repetem e que, por isso, muitas delas não devem ser alienadas.

Ao longo do relatório fui-me socorrendo, salpicadamente, de algumas dessas informações que introduzo nalguns dos capítulos. Procurarei, por isso, também nesta reflexão, invocar algumas dessas informações, mas querendo deixar já aqui alguma notas de diagnóstico que enformam muitos desses relatórios.

A primeira nota não pode deixar de ir para o reconhecimento da capacidade da UAL, através de todos os membros da sua comunidade, se ter adaptado a uma situação nova, procurando, e conseguindo, diminuir os impactes negativos e encontrar novos caminhos, alguns dos quais valorizarão no futuro o ensino/aprendizagem e, sobretudo, a capacidade de comunicação, sem pôr em causa a necessidade do encontro real.

E neste particular é de louvar o papel desempenhado pelos estudantes, já que foi considerado, em vários relatórios, o papel central que eles tiveram, em particular os Delegados de Turma, designadamente na identificação de problemas e na ajuda à sua resolução. É um passo que será reavaliado mais à frente, no objetivo do Grupo de Acompanhamento para o Desenvolvimento do Processo de Bolonha que defende que o estudante deve ser o centro do processo ensino/aprendizagem.

A segunda nota vem reafirmar o que todos sentimos, apesar dos passos já dados na melhoria dos problemas, mas que é um bom sintoma de humildade que tem de servir não para “lamentações”, mas para incentivo à nossa própria superação. É a reafirmação de fragilidades nas áreas de Internacionalização, Investigação, Publicações e Gestão de Dados.

Cabe também aqui, e desde já, uma insistência na necessidade de informações (dados) para se poder gerir. E vêm, naturalmente, as referências às omissões de RUC (Relatório de Unidade Curricular) e ainda, nalguns casos, à relutância de alguns docentes no preenchimento cuidadoso e atempado, ou mesmo no não preenchimento, de algumas FCU (Fichas de Unidade Curricular), sem o que, obviamente, não é possível construir um RUC consistente. Tem, portanto, todo o cabimento, a referência de que a Coordenação dos Cursos fica em causa, já que essas ausências impedem uma apreciação integrada por parte dos coordenadores de curso.

Mas aqui o Reitor não pode senão repetir-se para salientar que o não preenchimento cuidadoso e atempado de uma FUC é inadmissível, porque representa uma rutura na relação com os estudantes, sendo uma “machadada” no processo ensino/aprendizagem, um desrespeito pelos estudantes e uma violação do objetivo do processo centrado no estudante.

Contudo, em relação às fragilidades apontadas, há indicações no sentido da sua superação através de atividades como sejam os Seminários de Investigação, os Ciclos de Conferências, as Aulas Abertas, a cooperação interdepartamental, um interessante exemplo de tutoria conjunta, a integração de mestrandos e doutorandos em projetos das unidades de investigação.

Especificamente na área da Internacionalização apontam-se os caminhos das Cátedras e, no campo mais institucional, cursos, projetos, protocolos, parcerias e conferências em comum com outras instituições de ensino superior estrangeiras.

Não deixa de ser interessante, também, a sensibilidade manifestada pela referência às ameaças que podem pairar sobre os seus cursos, salientando a potencial perda de competitividade face à concorrência acrescida. Nesta área mencionam, como relevante a dificuldade de recrutamento de doutorandos nas suas áreas e, sobretudo, da sua retenção quando contratados.

Fazendo jus ao relevante papel das áreas de suporte da UAL e, portanto, aos serviços específicos da CEU, no bom funcionamento da universidade, defendem uma ligação aprofundada entre a Secretaria de Alunos, a Secretaria de Apoio aos Docentes e o Gabinete da Qualidade.

Estas breves referências às preocupações e sugestões incluídas nos Relatórios de Coordenação de Curso são afinal consistentes e antecipam os temas de reflexão que foram abordados no relatório passado e que aqui serão retomados.

Assim, tendo em atenção o formato do relatório precedente, começar-se-á por abordar a evolução da Área Europeia do Ensino Superior (EHEA) e, nesse contexto, discutir os potenciais sobre a estratégia de organização e governação da UAL, com especial atenção ao enquadramento dos estudantes no processo ensino/aprendizagem, bem como na criação de um espírito de investigação, tendo em conta a dinâmica dos diferentes ciclos de estudos.

Ao tratar este assunto emerge, como desafio com urgência acrescida, o problema da erradamente designada “transição digital” (manter-se-á, por isso e só, o termo “digitalização”), já que se espera que não haja uma transição para o digital da sociedade e, mais especificamente, do Ensino Superior, mas uma nova transformação que a utilização de meios digitais proporciona, com melhorias acentuadas, se essa transformação se concretizar adequadamente.

E esta transformação desejável acaba por repassar os dois temas seguintes, ou seja, a “Estratégia da UAL fora da Europa”, particularmente sensível tendo em atenção a

estrutura da população estudantil da UAL e as perspetivas estratégicas que sugere e o “Ensino Superior e aprendizagem ao longo da vida” que pode ser alvo de um grande incremento e diferenciação de metodologia que os meios digitais proporcionam.

A reflexão final procurará dar nota das dificuldades postas aos desafios que “Entretanto” têm de ser respondidos.

6.2. A Área Europeia de Ensino Superior

Como já se deu indicação no relatório precedente, esta Área foi “abalada” pela pandemia de um modo inesperado e, portanto, sem ter antecipado as estratégias capazes de responder cabalmente aos desafios que lhe foram postos.

Com efeito, o Grupo de Acompanhamento de Bolonha tinha como programa de desenvolvimento estratégico a Digitalização do Ensino Superior nas “vésperas” do aparecimento da pandemia. E, repentinamente, a digitalização deixou de ser uma estratégia delineada com objetivos concretos para, num “salve-se quem puder”, aparecer como peça fundamental de resposta aos desafios, não uma resposta otimizada ou coerentemente pensada, mas numa lógica de minorar efeitos e colmatar deficiências em respostas menos coordenadas do que seria desejável. Mas, mesmo assim, há que reconhecer um papel essencial e, em particular, a CEU/UAL conseguiu ultrapassar a mera resposta “tapa-buracos”.

É evidente que o desafio ainda não acabou, mas proporcionou uma experiência e uma reflexão que aceleraram, mesmo que com “solavancos”, a tão desejada e prevista digitalização do ensino superior.

Naturalmente, do ponto de vista estratégico, há que repensar bem as correções a fazer, designadamente superando os efeitos dos “solavancos” e adaptando as potencialidades que a digitalização oferece a cada um dos contextos específicos, tema que será discutido mais adiante.

O Reitor procurou acompanhar, o mais próximo possível, o que se passou a nível europeu, bem como nos Estados Unidos da América, tendo em conta, evidentemente, a diferença de modelos de ensino superior nas duas áreas geográficas, participando em diversos webinars e outros tipos de reuniões por videoconferência, sem esquecer a informação internacional, tentando colher experiências e sugestões de aplicação, quer transitórias, para responder aos desafios imediatos, quer de mais largo prazo, numa perspetiva de transformações futuras.

Não pode o Reitor, entretanto, deixar de lembrar a “ironia” do tema de um “International Workshop” realizado em dezembro de 2019 na Fundação Calouste Gulbenkian, com o tema “Higher Education in Emergencies – Doing More, Better and Faster” cuja “concept note” de apresentação se iniciava com os seguintes termos: “Providing higher education opportunities in emergency situations and in conflict-affected societies is not only a matter of realizing rights and granting protection to the critical 18-25 year-old youth bracket. It is also a question of charting a strategic vision for the future of war-torn countries “.

E acrescentava-se: “Yet higher education in emergencies has long been a neglected sector from a policy, practitioner and financial perspective. According to UNHCR (2018 and 2019 data), just 3% of refugees can access higher education compared to 37% of global youth...”

Daí o conceito de “Rapid Response Mechanism for Higher Education in Emergencies (RRM)”, sendo que “The ultimate goal of this Workshop is to galvanize support for the RRM and generate new momentum for boosting opportunities for higher education in emergencies through concrete pledges and commitments, as a contribution to the implementation of the SDGs Agenda and the Compacts on Migrants and Refugees”.

E, quase de imediato, rompe uma emergência, a COVID19, para a qual não havia qualquer RRM, não só para emigrantes e refugiados (que o Ensino Superior não pode, nem deve esquecer), mas para toda a sociedade mundial e não só, nem talvez principalmente, para “the critical 18-25 year-old youth bracket”. E nesse ponto mais

se tornou crítica a falência de antecipação da evolução estratégica atempada de adaptação das potencialidades a digitalização.

Mas o mais interessante é que dois dos pontos propostos à discussão nesse “workshop” têm pleno cabimento na emergência sanitária:

“- What is the role of a coordination mechanism and what are its main priority tasks to enable higher education institutions to deliver a systemic response in times of crises?

- What are the sources of financing and financing models for higher education in emergencies?”

Tendo em atenção o volume (e até a contradição) de informações, experiências e decisões neste campo, seria estultícia da parte do Reitor tirar quaisquer conclusões definitivas, dado o sincretismo de ideias que pululam no seu espírito.

Há, no entanto, sobretudo tendo em conta o que se passou no ano 2020 e início de 2021, algumas observações que permitem algumas hipóteses para reflexão que nos parecem inquestionáveis.

Assim, no que diz respeito à imprensa internacional, sobretudo a anglo-saxónica (cujo modelo difere do europeu, mas cuja experiência no caso das instituições privadas, como a UAL, não é irrelevante, dada a natureza privada da generalidade das instituições desses países) a generalidade das notícias e dos comentários tem mais a ver com a educação em geral e com os seus efeitos, sobretudo nos mais jovens, designadamente com o que consideram uma irrecuperável perda de aprendizagem. Daí que a preocupação se centre muito no fecho ou na abertura das escolas, no papel da vacinação nas possibilidades de abertura, sem qualquer vislumbre de um traçado significativo de estratégia de superação. É paradigmático neste contexto um editorial em “The Economist” (18-06-2020) que titulava “The risks of keeping schools closed far outweigh the benefits”, em particular em países menos desenvolvidos em que a revista considera que “schools closure in poor countries could be devastating”.

No que toca, mais especificamente, ao Ensino Superior, a revista, ao contrário dos jornais diários, tem dado, avulsamente, alguma relevância com abordagem de alguns temas específicos. Um dos mais interessantes aparece no número de 6-08-2020, com

o título “Absent student”, que considerava um desastre financeiro para as universidades, nomeadamente em consequências das receitas proporcionadas por estudantes estrangeiros.

Só que, a par disso, insistia numa posição que constitui, a um tempo, uma crítica (certeira?) para o imobilismo ou a falta de capacidade de transformação das universidades, e conseqüentemente um desafio à transformação, agora com contornos diferentes e uma adaptação mais exigente. Aí se pode ler que “High education was in trouble even before the pandemic” e, ainda com uma proposta de desafio mais clara “Although COVID19 will be painful for universities, it also presents a chance to set things right by embracing long-needed change”.

Quem há tanto tempo vive a universidade não pode senão concordar e reforçar este ponto de vista. Estamos em mais uma situação em que se pode dizer que a COVID19 só pôs a nu aquilo que já existia e, o que é pior, nós sabíamos que existia.

Uma outra nota, já numa perspetiva de futuro e que, por certo, encontra fundamento na experiência já feita durante a pandemia, que “The Economist”, em 8-06-2020 já tinha referido relativamente aos Estados Unidos da América – “COVID19 has boosted the campaign against exams in American schools” – é retomada, como desafio no final de 2020 (28-11-2020), quando a revista titula: “The pandemic has prompted questions about high-stakes exams. But other ways of assessing the students creates new problems”.

Um tema que, obviamente, vai desafiar a imaginação e a capacidade de aplicação de novos métodos equitativos e fiáveis.

Mas voltemos à Europa e ao Espaço Europeu do Ensino Superior, cujas experiências procurei seguir com grande peso na presença na generalidade dos webinários realizados no âmbito da EUA (Associação Europeia de Universidades).

Há uma conclusão inequívoca: por uma vez, a pedagogia e o processo ensino/aprendizagem foram quase monopolistas e tiveram a atenção que nunca tinham tido. Praticamente não se falou de investigação, o mesmo tendo sucedido nos diversos webinários da Harvard University, que também procurei seguir atentamente.

exprimem a “inteligência coletiva” que se deve procurar encontrar no trabalho em grupo e na valorização de todas e de cada uma das opiniões.

E, para introduzir os reais desafios que se põem, em primeiro lugar à sociedade e, em segundo lugar, como é nosso interesse particular, ao Ensino Superior e, em especial à UAL, permito-me reproduzir três das questões que considerei mais relevantes:

- “There´s a fundamental question that sits behind all the scene: What do we (as a society) believe to be the purpose of education?”
- “We need to rethink education: Having talked to a lot of educators – and having been an educator myself – we have to acknowledge base is increasing, almost double every year. Nobody can anticipate, what will be useful in the next five to ten years in this exponential area. What should be taught then?”
- “Pre-university education needs a revamping?”.

Três perguntas que desafiam, em particular, a universidade e que esta tem de procurar responder.

A primeira desafia o âmago do ensino superior na questão nunca resolvida do equilíbrio entre a aquisição de conhecimentos que devem dar uma visão da sociedade e dos seus fundamentos, bem como a abertura à investigação e a visão mais prática e operacional de preparação do estudante do ensino superior para a sua imediata inserção na sociedade, seja através de um emprego, do exercício de uma profissão liberal, seja por iniciativa de criação de uma empresa ou de uma instituição de outra índole.

A segunda impõe uma visão estratégica embora, a meu ver, se centre, quase exclusivamente, no conteúdo das matérias a ensinar (o peso clássico do “educator” que só fala em “teach”), mas que, exatamente por causa das legítimas razões que invoca, esquece o “processo” que, provavelmente, será determinante para resolver ou, pelo menos, mitigar o problema que é posto. Daí decorre a interrogação: importa o conteúdo ou importa o processo, ou seja, está em questão saber o que ensinar ou como ensinar?

A experiência recente mostra, por um lado, a falta de legitimidade de considerar essas alternativas e, por outro, que, ao nível do ensino superior ensinar e aprender não são funções separáveis. Assim, em primeiro lugar, as questões não se podem considerar alternativas porque não faz sentido um processo sem objeto, o que impõe a escolha de um conteúdo que será, porventura, mais caracterizado por, do lado do “ensino”, princípios básicos que sustentam as várias áreas científicas e, do lado da aprendizagem, a aplicação desse princípio a temas em evolução. Em segundo lugar, esta abordagem revela o dinamismo e a inseparabilidade do ensino/aprendizagem e, por extensão, da própria iniciação à investigação, se esse processo for capaz de incentivar o espírito crítico nos estudantes e o consequente incentivo à permanente interrogação.

A terceira frase será, porventura, a mais desafiadora, até pelo equívoco que encerra, designadamente no que se refere à interface do ensino pré-universitário com o universitário.

Em bom rigor, quando se refere ao ensino pré-universitário não devemos estar a referir todo o ensino dito secundário (e o profissional?), mas aquela área que se destina a estudantes que buscam o ensino universitário. A ser assim, e não tendo a certeza de que essa é a interpretação correta da frase, ter-se-á resolvido parte do equívoco. É que, neste caso, temos de olhar para o termo “revampig” (reforma) no sentido de tornar a interface referida num espaço aberto a percorrer em conjunto e não uma “barreira” que separa ambos os lados. É um desafio comum que não pode passar só pela universidade, mas esta tem de saber de onde quer partir e onde quer chegar.

Será altura, pelo menos como transição para aligeirar essa interface e construir o tal espaço aberto, a criação (ou recriação) de um ano vestibular?

Esta opção será tanto mais razoável e até necessária, quanto mais uniformizada for a opção pelo percurso do ensino secundário.

Retomando o contexto estratégico em que estas questões se inserem, ocorreram outros webinares em que, por um lado, se discutiram estratégias para o futuro que,

de algum modo, alimentam a reflexão suscitada pela segunda pergunta colocada atrás, e por outro, temas de reconhecimento de qualificações, designadamente numa perspetiva de facilitação e de incremento da mobilidade que nos devem desafiar.

Assim, na perspetiva estratégica referida, são, em meu entender, de referir, três desafios à Universidade, dois deles que implicam a sua inalienável ligação aos problemas da sociedade e uma outra de carácter de governação interna, como resultado da experiência provocada pela COVID19.

A primeira trata da “University strategies and actors for environmental sustainability” e a segunda, de uma profundidade “arrepiente” para o comodismo instalado na universidade, “The course for democracy in Europe: what pathways for university?”

A terceira está claramente ligada ao problema do controlo de qualidade: “COVID19 and internal quality assurance: lessons learned and what to come”.

No que respeita à atrás referida mobilidade, devo relevar o tema “Smooth recognition of academic qualifications: the role of quality assurance”.

Vale a pena determo-nos um pouco mais neste último tema porque ele tem, no centro, a discussão da Autonomia Universitária.

É que este tema não diz respeito ao reconhecimento de graus académicos, muito dos quais têm reconhecimento automático, sendo este determinado em Portugal, para além dos acordos internacionais e comunitários, por uma comissão na esfera do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sem que, no entanto, as instituições de ensino superior privado em Portugal o possam fazer, apesar de o Ensino Superior Privado estar representado, por mim, nessa Comissão!!!

Tem antes a ver com a “transferência” de estudantes durante ciclos de estudos, pondo-se a questão essencialmente nos primeiros ciclos. Há critérios vários, estando os ECTS sempre presentes, bem como diferentes durações de ciclo, currículos variados para disciplinas com a mesma designação, etc.

Como é evidente, este é um tema com especial relevância para o acolhimento de estudantes estrangeiros e, conseqüentemente, para a Internacionalização das universidades.

Nesse contexto, foi relevante a posição, muito bem estruturada, de uma representante da “German Rector Conference”, aliás, em boa hora eleita para a Direção da EUA, que defendeu, com clareza, que as universidades devem fazer esse reconhecimento dentro do princípio da sua autonomia. Acrescentou, além disso, que, do ponto de vista europeu, há documentos base que são suficientes para guiar essas decisões. São eles “Lisbon Recognition Convention” (LRC) e as “European Standard Guidelines” (ESG).

Por outro lado, defendeu que a promoção da mobilidade deve permear as decisões de reconhecimento das qualificações tendo escrito, inclusivamente, que “We need to keep in mind that the (intended) result should be recognition and not exclusion”. Daí partir para três “atitudes-guia” essa decisão de reconhecimento:

- Nada de uniformidade, nem de imposição de igualdade de programas ou currículos
- Como a mobilidade é o objetivo, em princípio o reconhecimento deve ser concedido, cabendo, em caso de rejeição, o ónus da prova à instituição que rejeita
- Um dos principais critérios de decisão deve centrar-se na avaliação da perspectiva de o estudante ser capaz de concluir o seu curso, defendendo, nesse sentido, que “students can browse every model or discipline”

A opção por relevar esta posição resulta de, por um lado, entender que ela é consistente e, de algum modo, já antecipa uma tentativa de resposta aos desafios do futuro que atrás foram mencionados e, por outro lado porque ela é a expressão de uma autonomia responsável.

Aliás, a defesa da Autonomia da Universidade é transversal em todos os documentos e em todos os eventos da EUA em que participei. Sem autonomia não haverá condições para desenvolver, no futuro, uma estratégia que responda aos desafios que aqui foram relevados.

Parece claro que todas estas evoluções serão incompatíveis com a atual lógica de avaliação dos cursos universitários que tem prevalecido em Portugal, que são a negação radical da sua autonomia. Em particular, os cursos mais inovadores têm-se defrontado com a habitual resistência à mudança (aliás, bem reconhecida numa das sessões da Conferência Anual da EUA) dos professores e, portanto, dos avaliadores, que não se conseguem libertar da sua ligação às disciplinas e às áreas científicas estritas.

Assim sendo, apesar de se esperar uma mudança de critérios, torna-se crucial valorizar a chamada Avaliação Institucional que, em princípio, deverá ser o garante da Autonomia, sem o que não há qualquer condição de uma instituição se diferenciar de outras e correr o risco da inovação pedagógica.

Mais uma razão para o Reitor insistir com toda a comunidade da UAL para que contribua, urgente e decisivamente, para a concretização dessa Avaliação Institucional.

6.3. A Governação da UAL

É evidente que estas mudanças, para além das impostas pela COVID19, desafiam a atual governação da UAL.

Em primeiro lugar, há que ter em mente que a UAL é uma universidade privada, cm uma Entidade Instituidora que é responsável pelo seu funcionamento.

Como o Reitor tem repetido, sistematicamente, em todos os relatórios, e isto ainda nem foi entendido pelos organismos públicos da área do Ensino Superior, que continuam a tratar, nas suas comunicações, a UAL como universidade pública, centrando-se no Reitor todos os contactos, como se dele dependessem as decisões.

Naturalmente, a organização da UAL é diferente de uma universidade pública e as funções típicas de uma reitoria pública, com os vice-reitores, pró-reitores e condução da equipa administrativa não tem aqui qualquer sentido.

Contudo, há que reconhecer que o crescimento e a consolidação da Universidade e a sua necessidade de responder a todas as solicitações que a Internacionalização, o aumento de doutoramentos e outras atividades que exigem representação e presença podem justificar a presença de um Vice-Reitor, aliás previsto nos Estatutos da UAL.

N que toca a estes estatutos, a experiência mostra que há necessidade de algumas alterações que possibilitem um funcionamento mais consistente e estruturalmente mais adequado às exigências científicas.

Há que salientar a existência de um Conselho Científico e de um Conselho Pedagógico para toda a universidade. Tendo em atenção a dimensão da UAL e a sua organização departamental e a concentração geográfica que permite o intercâmbio entre os diversos departamentos, esta estrutura pode ser um ativo estratégico, na medida em que permite criar um ambiente em que a interdisciplinaridade pode ser mais bem concretizada, ao mesmo tempo que pode conferir uma certa unidade dos princípios que regem os diversos departamentos.

Mas, para que tal seja verdadeiramente funcional, creio que se impõe, pelo menos, duas alterações no Conselho Científico. A primeira tem a ver com a sua constituição, que está intimamente ligada ao funcionamento e à constituição das Comissões Científicas dos Departamentos. Em minha opinião, o presidente de cada uma dessas comissões não tem de ser necessariamente presidido pelo Diretor do departamento, mas sim eleito por todos os doutorados do departamento e ter lugar, por inerência, no Conselho Científico da universidade.

As razões que me levam a esta sugestão radicam na experiência de vários anos que sugerem correções que me parecem inalienáveis.

Entendo que um Diretor de Departamento deve ser fundamentalmente um gestor do departamento e, portanto, devem ser essas qualidades que devem presidir à sua escolha, enquanto o Presidente da Comissão Científica deve ser eleito pelos seus pares, como sinal de reconhecimento a sua competência científica que é aquela que justifica a sua inerência no Conselho Científico da universidade.

Uma das situações que mais apela a esta inerência é a aprovação dos júris de doutoramento e a discussão sobre projetos científicos e de ciclos de estudos nessa área científica, em que ele terá todas as condições para uma apresentação segura e fundamentada das propostas devidamente discutidas na Comissão Científica, dando segurança às decisões do Conselho Científico e, tendo em atenção o conjunto dos presidentes das comissões científicas aí presentes, garantirem um equilíbrio de critérios que confirmam uma unidade estratégica às decisões do Conselho Científico que, assim, pode dedicar-se mais às discussões estratégicas de índole científica.

Desta forma pode o Conselho Científico centrar-se e aprofundar mais algumas das suas competências de natureza científica que já figuram nos presentes estatutos, como sejam:

- Apreciar o plano de atividade científicas
- Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de unidades orgânicas da UAL
- Pronunciar-se sobre ciclos de estudos e aprovar os respetivos planos
- Apreciar o plano de atividade de investigação
- Promover, estimular e pronunciar-se sobre projetos de investigação

Pode manter-se a lógica de representação que consta do Artigo 21º dos atuais Estatutos, apenas corrigindo os números das diversas alíneas, tendo em atenção que a composição não deve exceder os 25 ou, no máximo, 30 membros.

Muitas das outras competências podem ser exercidas por uma Comissão Permanente, a eleger pelo próprio Conselho Científico e presidida pelo seu Presidente que se convocará uma vez por mês, ou quando houver qualquer urgência, e que preparará os pontos da agenda a submeter ao plenário que terá as reuniões previstas no Artigo 23º dos atuais Estatutos.

Esta lógica de funcionamento pressupõe um estreito contacto entre as Comissões Científicas dos Departamentos e o Conselho Científico, em particular com a sua Comissão Permanente, que deverão reunir com a periodicidade e o quórum

(relevante) necessário para exercer adequadamente as competências que lhe são atribuídas.

Para além das importantes competências relativamente à admissão dos candidatos aos cursos de mestrado e doutoramento, aprovação dos temas das dissertações, seus orientadores e coorientadores, numa escolha que deve ser bem fundamentada e, tanto quanto as temáticas o permitirem, equitativa e compatível com uma “carga” razoável para cada orientador, estendendo idêntica preocupação às composições dos júris de provas públicas de mestrado e doutoramento, há que dar especial atenção à competência de “propor a acreditação de unidades curriculares de cursos não conferentes de grau ao Conselho Científico”.

Esta última competência que deve ser exercida, em muitos casos, em cooperação com a Autónoma Academy, tem particular atualidade pela tendência cada vez mais marcante de criação de “microcréditos” e de diversas variedades de diplomas ligados à “aprendizagem ao longo da vida”.

As sugestões que se dão para o Conselho Científico e para as Comissões Científicas têm, *mutatis mutandis*, aplicação ao Conselho Pedagógico e aos Conselhos Escolares.

Duas preocupações estão na base destas sugestões: a primeira e prioritária é garantir a presença e ação dos estudantes nestes órgãos, pois, sem isso, não há um processo de ensino/aprendizagem verdadeiramente centrado nos estudantes, como se impõe.

Aliás, a universidade perderá muito se desperdiçar esta ação, como se provou, claramente, pelo relevante papel que os estudantes tiveram, designadamente através dos Delegados de Turma, na adaptação do ensino/aprendizagem à alteração das condições impostas pela pandemia. A segunda é, também, a necessidade e criação de uma Comissão Permanente, permitindo que o plenário do Conselho Pedagógico, com uma composição extensa, dado o crescente número de cursos (poderá haver aqui alguma reflexão do próprio Conselho sobre uma eventual redução desse número, tendo em atenção eventuais similitudes de estrutura pedagógica, designadamente interdepartamental).

Isto permitiria ao Conselho Pedagógico, único para toda a UAL, coordenar e dar unidade desejável, com respeito e até fortalecimento de naturais diferenciações, uma reflexão mais aprofundada das suas atribuições, nomeadamente sobre orientações pedagógicas e métodos de ensino e avaliação, bem com a provação do regulamento geral de avaliação de conhecimentos.

A preocupação de colocar o estudante no “centro da universidade” terá muito a ver com o adequado funcionamento destes órgãos, permitindo-me salientar duas preocupações: a primeira, e mais relevante, é de carácter pedagógico/científico, no sentido em que a universidade deve proporcionar a criação de um espírito crítico e de inovação que se deve ir desenvolvendo, com a gradualidade devida e, portanto, com as pedagogias adequadamente diferenciadas, ao longo dos três ciclos e, dentro deles, tendo em atenção as características de cada um deles.

É de esperar que quem chegue à frequência de um doutoramento já esteja habituado a discorrer sobre as matérias relevantes e atuais das áreas em que se inserem, sendo capaz de avaliar criticamente o que estuda, desejavelmente até conseguindo criar interrogações e conseqüente formulação de perguntas sobre os textos que se lhes apresentam.

Esta será função dos dois primeiros ciclos, em especial dos segundos, já que os primeiros, sem alienar a vertente crítica, num processo dialético de ensino/aprendizagem, têm também de proporcionar uma abertura à imediata integração no meio social para o exercício de uma profissão.

Claro que esta preocupação não deverá ser alheia, antes pelo contrário, aos segundos ciclos (basta verificar as exigências profissionais relativamente a mestrados), nem aos doutoramentos (veja-se o apelo crescente à inserção de doutorados as atividades económicas e sociais).

Por isso, esta deve ser uma preocupação que o Conselho Pedagógico deve assumir como tema central de reflexão.

A segunda preocupação é de natureza logística e diz respeito à necessidade de assegurar que não haja disrupções na presença dos estudantes, tendo em atenção a

representação dos estudantes dos últimos anos dos três ciclos de estudo, em particular os dos primeiros ciclos, já que nos outros dois ciclos, a presença dos estudantes na universidade, dadas as realizações das dissertações e das teses pode, sem grandes dificuldades, proporcionar uma transição mais fácil e sem hiatos.

É evidente, para além destas sugestões de governação, que elas terão de ser profundamente influenciadas, designadamente nos terceiros ciclos, pelo papel da Investigação na Universidade e pela sua organização específica.

O Reitor tem já bem expressa, ao longo dos relatórios precedentes, a opinião de que os terceiros ciclos se diferenciam dos outros dois, pois são votados à criação de teses, ou seja, de avanços nos conhecimentos ou nos processos da sua aplicação aos desafios da sociedade. Acresce que a maioria desses desafios é de natureza muito complexa e exige uma interdisciplinaridade, cada vez mais bem reconhecida como inalienável por toda a sociedade e pela comunidade académica, mas não ainda claramente assumida, nomeadamente pelas entidades de acreditação.

A opção por Escolas Doutorais que, obviamente, imporão uma alteração no sistema de governação das universidades, dada a singularidade que representam e que exigirá uma autonomia específica e uma integração com as Unidades de Investigação, parece o caminho a seguir.

Mas é necessária uma reflexão aprofundada para definir, com maior rigor, os seus contornos, dimensão e tipo de funcionamento, que não cabem, para já, neste relatório, tanto mais que se a transformação digital que se está a operar no Ensino Superior, terá papel relevante nessa reflexão.

6.4. Os desafios da transformação digital

Como se referiu no relatório precedente, esta transformação (transição na “buzzword” atual) figurava como grande objetivo do Grupo de Acompanhamento do Processo de Bolonha, quando o Ensino Superior, que não tinha, na generalidade, preparado uma

estratégia nesse sentido, se viu obrigado a reagir sem planos face a uma situação pandémica em que o “digital”, mais do que uma estratégia, passou a ser uma necessidade e um requisito inalienável.

Quando, hoje, se procura estruturar uma estratégia para o pós-COVID19, o “digital” é um instrumento imprescindível no traçado dessa estratégia, impondo-se uma prévia preparação e com uma experiência forçada e ainda não devidamente assimilada.

Neste mais de um ano de pandemia, com confinamentos grandes, alternado com algumas descompressões, o ensino on-line esteve sempre presente, enquanto o presencial foi avulso e parcelar.

No meio do sincretismo do conjunto de experiências partilhadas, há uma conclusão que parece inequívoca: a pandemia permitiu descobrir, ou pôr em evidência, a utilidade no ensino/aprendizagem, dos meios digitais, que passarão a ser parte integrante da organização futura.

Assisti a dezena de webinars de Harvard, dos Estados Unidos da América, e de outras organizações, com experiências variadas que há que digerir com cuidado, sendo também para mim evidente que, quer no que respeita às instituições, quer no que toca aos tipos de cursos, o esquema “one-fits-all” tem de estar absolutamente posto de lado. Além disso, a leitura dessas experiências sugere-me que a “imagem” e os “efeitos visuais” que a tecnologia permite, que são, muitas vezes, úteis e, se bem estruturados, excelentes meios de comunicação e de ensino/aprendizagem, podem, algumas vezes, pôr em causa o aprofundamento dos conhecimentos e a capacidade crítica, pelo efeito de atração e simplificação que transmitem.

O ditado “uma imagem vale mais do que mil palavras” não pode ser entendido como absoluto pois, como dizia o filósofo grego Sócrates, “A sabedoria começa pela exata definição dos termos”. E os termos expressam-se pelas palavras adequadas e não por imagens.

Noto, inclusivamente, que o natural aumento dos testes de escolha múltipla, ou mesmo binária, que se verificaram na avaliação on-line (e não só!), se permitem avaliar o rigor dos conhecimentos dos estudantes (mas se, e só se, estiverem

cuidadosamente construídos), não avaliam de modo alguma a capacidade de um estudante construir a sua própria resposta. Identifica muito bem, analisa muito bem, mas não “criou” nada.

Este é, meramente, um exemplo da flexibilidade e dos desafios que se colocam à organização do processo ensino/aprendizagem, usando os meios digitais em conjunção com os tradicionais ligados ao ensino presencial.

Um outro resultado da experiência que me parece indiscutível é que os meios digitais proporcionam um incremento de contactos entre professores e estudantes, estimulando novas formas de ensino mais criativas e críticas, com interações entre ambos que não têm de ser sempre, necessariamente, presenciais. Em particular é possível e, quiçá, desejável, que, sobretudo em matérias que não sejam de ensino/aprendizagem de princípios fundamentais estruturantes, que os estudantes sejam previamente informados através de pequenos textos preparados pelos professores (ou “links” de obras indicadas para consulta), para que as aulas presenciais (ou on-line, se necessário) possam ser verdadeiramente participadas e não meras transmissões de conhecimentos.

Com estes apontamentos avulsos não se pretende, obviamente, resolver o problema, nem sequer traçar as linhas de orientação para os cursos, desde presenciais a híbridos (on-line em simultâneo com presenciais), mistos ou à distância. Isso vai exigir um estudo aprofundado das circunstâncias sociais e, na ausência de condicionamentos de natureza sanitária, de que tipos de cursos, quem são os estudantes e os professores, que trabalhos de laboratório, que disponibilidade de equipamento, que condições de receção de internet, etc.

Não esquecendo, por exemplo, que uma opção por ensino híbrido geral exigirá uma estrutura tecnológica e meios suficientes em cada sala de aula, que não é questão menor.

Acresce ainda a necessidade de garantir a equidade de participação entre os estudantes. Para além destas restrições, que não podem ser esquecidas no desenho das estratégias e das condições de funcionamento dos diversos cursos, há que ter em

atenção as novas opções estratégicas que a digitalização oferece, tendo em atenção, conjugadamente, as oportunidades e ameaças.

É que se as oportunidades estão estendidas pela alteração do alcance geográfico que a digitalização proporciona, também esse novo alcance acarreta maiores ameaças, nomeadamente por um acréscimo de concorrência potencial, em especial das instituições de ensino superior internacionais com maior prestígio.

Um dos meios de combater essas ameaças, que são reais, é a criação de condições de diferenciação, com particular atenção a problemas específicos locais, regionais, nacionais ou de áreas internacionais específicas (no caso da UAL, uma atenção particular para os países lusófonos e, eventualmente, ibero-americanos).

É um “mundo novo” que hoje vive o Ensino Superior que obriga a uma reflexão profunda e cautelosa, sendo que sem uma adequada autonomia, não haverá grandes hipóteses de sobrevivência com qualidade, pois a inovação não é possível sem autonomia, exigindo-se que a garantia de qualidade, que não pode nunca estar em causa, não coarte essa inovação, por exigências burocráticas e de uniformização, como as que existem.

Uma nota particular para o ensino ao longo da vida, designadamente os cursos especiais de reciclagem e de pós-graduação, que podem responder bem às ameaças e aumentar a sua visibilidade e o alcance geográfico.

Mais do que nunca, o papel da Autónoma Academy e a sua ligação às instituições de ensino superior da CEU, são cruciais para concretizar estas potencialidades.

Uma palavra final para a relações da UAL com outras instituições. É bem reconhecido o papel que a cooperação interuniversitária, quer nacional, quer estrangeira, pode ter no desenvolvimento de cada instituição e na melhoria das condições de ensino/aprendizagem e, sobretudo, de Investigação.

Como é evidente, o uso de meios digitais pode ser um instrumento importante para acelerar o estabelecimento de relações verdadeiramente operativas, quer no estabelecimento de programas comuns (e lá temos, de novo, o problema do respeito pela autonomia universitária), quer de projetos de investigação, quer de organização

de seminários e conferências, para além da possibilidade de lançar publicações comuns ou partilhar as já existentes.

Por outro lado, a possibilidade de partilhar docentes e investigadores, utilizando a metodologia híbrida (em cursos comuns) ou mistos, no caso de cooperação avulsa de docentes (porque a presença física é sempre necessária e útil) permite perspetivar cursos, designadamente os terceiros ciclos, de um modo diferente, surgindo aqui, de novo, a ideia de Escolas Doutorais partilhadas por várias instituições, partilha essa hoje facilitada pelo aumento das possibilidades de comunicação. Mas aí entra, de novo, o problema da autonomia. Sempre a Autonomia!

6.5. Entretanto

Não faria sentido terminar este relatório sem dar conta de acontecimentos e tendências recentes e consequentes reflexões que elas suscitam, para além dos que já aí estão refletidos.

A mais preocupante, tendo em atenção a estratégia assumida pela CEU/UAL, de incrementar a investigação gradualmente e de consolidar, tanto quanto possível, as áreas científicas que tem desenvolvido, designadamente através de, na generalidade, cuidadas propostas de doutoramento, é o conjunto de propostas de decisão das CAE que, a serem confirmadas, coartam e muito os objetivos estratégicos definidos.

Já foram suficientemente enfatizadas as exigências formais relativamente à investigação que, no futuro, serão impostas às condições de investigação para que um curso de terceiro ciclo seja acreditado ou mesmo mantenha a acreditação. Acresce a isso, como também já foi suficientemente sublinhado, que o processo de avaliar essas exigências, em que intervém a FCT, são totalmente desadequadas, não tendo a FCT as condições pressupostas pela OCDE quando sugeria essas condições, nem se tem qualquer sinal que elas venham a ser concretizadas. Isso é particularmente perturbador quando é certo que as decisões até agora assumidas pela FCT têm inconsistências flagrantes, tendo-se mostrado a FCT absolutamente insensível a

qualquer contraditório, configurando uma arbitrariedade que é um desrespeito às instituições.

Por isso, a apresentação de propostas de novos terceiros ciclos no final do ano letivo 2019/2020 deveria ser sujeita a uma avaliação tendo em atenção a condições existentes e não as que constam do Decreto-Lei nº 65/2018, o que, nalguns dos relatórios já recebidos, não é tida em conta adequadamente.

Reconhece-se, naturalmente, que as propostas não podem ignorar que os ciclos a que dizem respeito estarão, no futuro, sujeitos a essas condições, se elas se mantiverem.

Por isso mesmo, não se esperariam, na melhor das hipóteses, acreditações sem condições, pois é perfeitamente legítimo o que os avaliadores tenham em atenção, por uma questão de segurança de manutenção futura dos ciclos de estudos em causa, se há condições de, gradualmente, as propostas mostrarem condições de evolução nesse sentido.

Uma análise crítica dos relatórios revela, sem ambiguidades, que não é essa, em geral, a posição das CAE que, praticamente, exigem à partida condições a atingir pelo crescimento gradual que se desenha e perspectiva nessas propostas.

É um comportamento que parece fazer parte da “cultura portuguesa”, pois embora, à semelhança de muitas outras situações, o antigo “condicionamento industrial” em que o “candidato à entrada” é obstaculizado pelos já instalados (agora designados por “incumbentes”). Com estas exigências quase “leoninas”, impede-se o nascimento e crescimento de novos cursos (novos concorrentes, afinal), particularmente quando as respostas são inovadoras. A UAL já tinha sofrido isso, há anos atrás, quando viu ser posto em causa um doutoramento em Psicologia dos Media, partilhado com o ISPA, o que sugere um “fixismo” do método de acreditação que quando (e isso sucede às vezes) reconhece que o tema é inovador, lhe aplica exigências imediatas que são incompatíveis com um processo de crescimento gradual para responder a essa mesma inovação.

O Reitor também não pode deixar de lamentar o processo meramente burocrático (e com um desajustamento formal que já foi bem salientado neste relatório) com que se

avalia uma proposta de doutoramento. Experiência vivida até agora mostra que, aquando da reacreditação de cursos já instalados, há uma visita à instituição e um diálogo da CAE com todas as entidades que entende. Quando se trata da acreditação inicial, tudo é avaliado pela leitura de um formulário, ainda por cima, no caso dos terceiros ciclos, absolutamente desadequado, que não permite avaliar com realismo se as condições existentes potenciam, ou não, um processo de doutoramento capaz de corresponder às exigências de formação de um doutor.

Em particular, é impossível que as CAE, sem as visitas, possam avaliar as condições mais relevantes para um doutoramento, isto é, a existência de um ambiente de investigação, a disponibilidade de orientadores, a existência de projetos de investigação, a organização de seminários de investigação, etc.

O Reitor sublinha, entretanto, que estas críticas se dirigem ao comportamento de algumas CAE, sem deixar de evidenciar a abertura de outras (e esta distinção não tem a ver com os “resultados”, mas com o modo de atuação) e, muito menos, ao Conselho de Administração da A3ES.

É um Conselho renovado, “apanhado” no meio de um processo em curso, havendo, por isso, esperança e confiança que a situação se possa alterar. O que não é aceitável, mesmo nas condições existentes, é que, havendo três “classificações” possíveis – Não acreditar, Acreditar com condições e Acreditar sem condições (para além da flexibilidade de o número de anos a que se refere a acreditação, com ou sem condições), se rejeite liminarmente um projeto porque, apesar de ter mérito reconhecido, tem ainda (mesmo sem conceder em tudo) algumas deficiências. Se assim, é, o resultado tem de ser a acreditação sob condição de suprir, dentro de curto prazo, as deficiências provadamente existentes.

Só que, para poder “exigir” esta atuação por parte de quem avalia e acredita, a CEU/UAL tem de fazer a sua parte e é nisso que temos de nos empenhar. É um passo urgente e inalienável, não me canso de o relevar, é construir e acreditar um Sistema Interno de Garantia da Qualidade! Para quê? Para justificarmos uma autonomia que nos permita ser inovadores e competitivos.

O Reitor

A handwritten signature in blue ink, reading 'José Manuel Amado da Silva', is centered on the page. The signature is written in a cursive style with a long horizontal stroke at the end.

José Manuel Amado da Silva

Anexo 1 – Cursos que conferem grau

Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2019/2020)

Curso	Ano Lectivo 2019/2020											Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano				
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
Administração de Unidades de Saúde	8	8		15		20						8	43
Ciências da Comunicação	76	78	7	105	6	123						89	306
Direito	129	141	32	232	12	232	5	158				178	763
Economia	12	12	8	28	5	37						25	77
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	5	7	1	8		10						6	25
Engenharia Informática	45	54	12	78	3	105						60	237
Gestão	88	89	16	150	10	231						114	470
Gestão do Desporto	32	32	6	48	2	32						40	112
História	10	12		13		17						10	42
Informática de Gestão	13	15	4	23	1	31						18	69
Psicologia	57	57	6	74	2	85						65	216
Relações Internacionais	31	34	2	34	2	47						35	115
Arquitectura	13	13	11	23		11	4	16			39	28	102
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integ)	519	552	105	831	43	981	9	174			39	676	2577

Curso	Ano Lectivo 2019/2020											Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	Inscritos c/exceção do Estágio/Projeto Dissertação
	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação					
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total				
História, Arqueologia e Património									4			4	4	
Engenharia e Tecnologia Informáticas														
Engenharia Informática e de Telecomunicações	11	11	4	11					4		15	26	22	
Gestão de Empresas	44	49	12	32					78		56	159	81	
Direito	68	81	13	23					131		81	235	104	
Psicologia														
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	29	31	21	49		1			18		50	99	80	
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica														
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações	5	7							5		5	12	7	
Comunicação Aplicada	7	18		2					2		7	22	20	
Economia das Organizações e Competitividade														
Relações Internacionais	9	13		4					4		9	21	17	
TOTAL (2º ciclo de estudos)	173	210	50	121		1			246		223	578	331	

Curso	Ano Lectivo 2019/2020											Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso			
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto			Dissertação		
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos			Total	Novos	Total
História	1	12											13	1	25	
Economia																
Direito	17	18	2	9		14						1	20	20	61	
Psicologia																
Relações Intern.: Geopolítica e Geoeconomia	8	10	1	4		1	1	3					9	10	27	
TOTAL (3º ciclo de estudos)	26	40	3	13		15	1	3				1	42	31	113	
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	718	802	158	965	43	997	10	177	1			1	288	930	3268	

Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2019-2020)

Curso	Ano Lectivo 2019/2020										Total				
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano						
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
Administração de Unidades de Saúde	3	5	4	11	6	14					43				
Ciências da Comunicação	23	55	39	66	33	90					306				
Direito	53	88	85	147	98	134	57	101			763				
Economia	6	6	12	16	23	14					77				
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	7		8		8	2					25				
Engenharia Informática	46	8	72	6	91	14					237				
Gestão	49	40	85	65	112	119					470				
Gestão do Desporto	26	6	38	10	29	3					112				
História	9	3	7	6	9	8					42				
Informática de Gestão	12	3	15	8	27	4					69				
Psicologia	10	47	17	57	24	61					216				
Relações Internacionais	17	17	15	19	20	27					115				
Arquitectura	9	4	11	12	5	6	5	11	20	19	102				
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	270	282	408	423	485	496	62	112	20	19	2577				
Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio		Trabalho		Dissertação		Total				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
História, Arqueologia e Património									2	2	4				
Engenharia e Tecnologia Informáticas															
Engenharia Informática e de Telecomunicações	10	1	10	1					2	2	26				
Gestão de Empresas	20	29	17	15					44	34	159				
Direito	47	34	8	15					69	62	235				
Psicologia															
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	5	26	9	40				1	1	17	99				
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica															
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	6	1							3	2	12				
Comunicação Aplicada	6	12		2							22				
Economia das Organizações e Competitividade															
Relações Internacionais	6	7	1	3					2	2	21				
TOTAL (2º ciclo de estudos)	100	110	45	76					1	123	123				
Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio		Trabalho		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
História	6	6											5	8	25
Economia															
Direito	12	6	9		9	5							12	8	61
Psicologia															
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	7	3	4		1		3						5	4	27
TOTAL (3º ciclo de estudos)	25	15	13		10	5	3						22	20	113
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS															3268



Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2019-2020)

Curso	Ano Lectivo 2019/2020				Total
	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	
Administração de Unidades de Saúde	4	7	7	25	43
Ciências da Comunicação	73	147	45	41	306
Direito	137	266	117	243	763
Economia	9	34	20	14	77
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	2	3	8	12	25
Engenharia Informática	33	84	37	83	237
Gestão	79	156	82	153	470
Gestão do Desporto	36	59	9	8	112
História	4	13	2	23	42
Informática de Gestão	3	18	13	35	69
Psicologia	49	70	22	75	216
Relações Internacionais	26	40	18	31	115
Arquitectura	12	27	33	30	102
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	467	924	413	773	2577
Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História, Arqueologia e Património				4	4
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações		5	11	10	26
Gestão de Empresas		13	35	111	159
Direito		5	23	207	235
Psicologia					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		24	21	54	99
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas RI		3	3	6	12
Comunicação Aplicada		7	5	10	22
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais		2	6	13	21
TOTAL (2º ciclo de estudos)		59	104	415	578
Curso	até 20 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História				25	25
Economia					
Direito				61	61
Psicologia					
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia			1	26	27
TOTAL (3º ciclo de estudos)			1	112	113
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	467	983	518	1300	3268
Percentagem	14,29%	30,08%	15,85%	39,78%	



Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2019/2020

Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Administração de Unidades de Saúde	14	11	1	1	1
Ciências da Comunicação	93	87	4	2	
Direito	121	110	6	3	2
Economia	18	16	1	1	
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	6	5	1		
Engenharia Informática	59	46	8	3	2
Gestão	178	155	16	5	2
Gestão do Desporto	19	19			
História	15	13		1	1
Informática de Gestão	11	11			
Psicologia	71	65	4	1	1
Relações Internacionais	30	29	1		
Estudos de Arquitectura	5	3		1	1
Arquitectura	8	7			1
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	648	577	42	18	11
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História, Arqueologia e Património	1				1
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações	3	1	2		
Gestão de Empresas	15	1	8	6	
História da Náutica e Arqueologia Naval					
Direito	88	45	22	11	10
Psicologia					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	10	2	6	2	
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	4		2	2	
Comunicação Aplicada					
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais	3	2		1	
Mestrado em Estudos Portugueses					
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval					
TOTAL (2º ciclo de estudos)	124	51	40	22	11
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História	1				1
Economia					
Direito					
Psicologia					
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia					
TOTAL (3º ciclo de estudos)	1				1
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	729	617	79	26	17



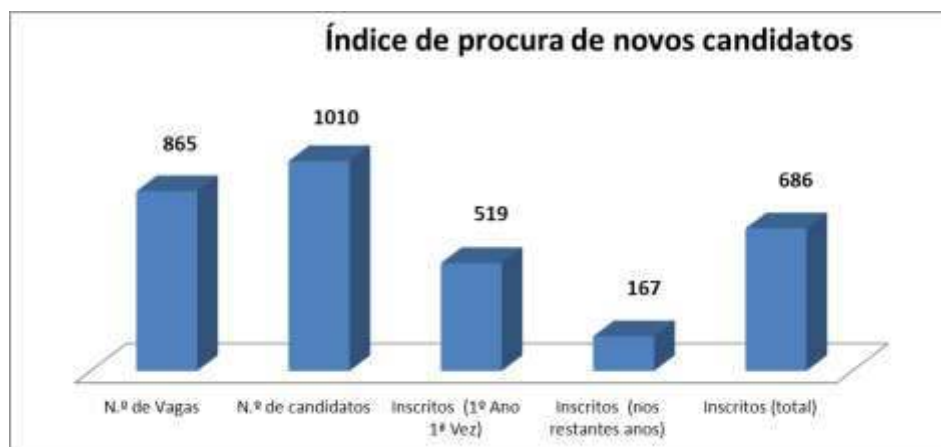
Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclo no ano letivo 2019/2020, distribuídos pelas respetivas classificações

Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
Administração de Unidades de Saúde	L1	14		2	2	2	5	2											
Ciências da Comunicação	L1	93		2	11	33	32	10	3	2									
Direito	L1	121		18	58	28	12	5											
Economia	L1	18		5	5	2	2	3	1										
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	L1	6		1	2	1	2												
Engenharia Informática	L1	59		2	10	8	12	11	12	2	1	1							
Gestão	L1	178		11	37	62	43	22	3										
Gestão do Desporto	L2	19			7	5	4	3											
História	L1	15			2	4	1	2	6										
Informática de Gestão	L1	11				3	7	1											
Psicologia	L1	71			3	6	20	19	14	7	2								
Relações Internacionais	L1	30			5	10	4	8	3										
Estudos de Arquitectura	L1	5		1		2	2												
Arquitectura	MI	8					2	4								2			
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)		648		42	142	166	148	89	43	12	5	1							
Curso	Grau	Nº diplomados	N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
História, Arqueologia e Património	M2	1					1												
Engenharia e Tecnologia Informáticas	M2																		
Engenharia Informática e de Telecomunicações	M2	3				1			1		1								
Gestão de Empresas	M2	15			2	1	3	1	7		1								
História da Náutica e Arqueologia Naval	M2																		
Direito	M2	88		1		6	11	20	33	13	4								
Psicologia	M2																		
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	M2	10					1	3	4	2									
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	M2																		
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	M2	4				1			3										
Comunicação Aplicada	M2																		
Economia das Organizações e Competitividade	M2																		
Relações Internacionais	M2	3					1		1	1									
Mestrado em Estudos Portugueses	M2																		
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval	M2																		
TOTAL (2º ciclo de estudos)		124		1	2	9	17	24	49	16	6								
Curso	Grau	Nº diploma	N.º de estudantes diplomados pela classificação final																
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20						
História	D3	1											1						
Economia	D3																		
Direito	D3																		
Psicologia	D3																		
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	D3																		
TOTAL (3º ciclo de estudos)		1											1						
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS		729		43	144	172	159	103	80	18	8	2							



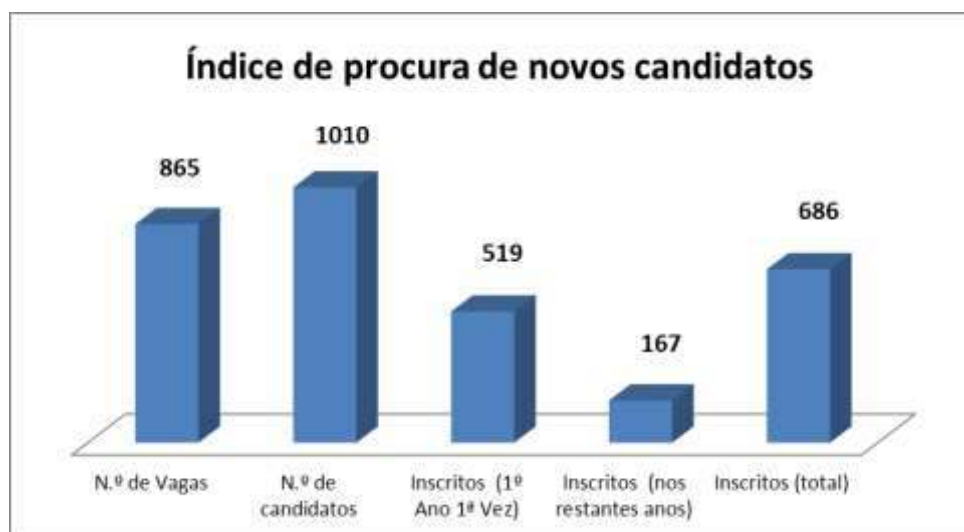
Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2019-2020)

Curso	ECTS	N.º de Vagas	N.º de candidatos	Alunos matriculados pela 1ª Vez						
				Inscritos	Inscritos	Inscritos	Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
				(1º Ano 1ª Vez)	(nos restantes anos)	(total)				
Administração de Unidades de Saúde	180	40	20	8		8	95,0	115,4	128,5	122,5
Ciências da Comunicação	180	100	111	76	13	89	95,0	101,5	163,3	125,6
Direito	180	170	249	129	49	178	95,0	106,7	158,8	131,5
Economia	180	25	29	12	13	25	95,0	108,3	158,0	137,7
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	180	60	18	5	11	16	95,0	100,0	135,0	117,9
Engenharia Informática	180	75	90	45	15	60	95,0	106,7	156,2	124,4
Gestão	180	150	184	88	26	114	95,0	101,8	166,1	127,6
Gestão do Desporto	180	45	50	32	8	40	95,0	109,9	179,7	128,6
História	180	15	19	10		10	95,0	118,1	131,3	124,2
Informática de Gestão	180	25	27	13	5	18	95,0	122,9	138,4	131,5
Psicologia	180	70	112	57	8	65	95,0	100	159,7	125,6
Relações Internacionais	180	35	73	31	4	35	95,0	117,7	163,9	131,7
Arquitetura	300	55	28	13	15	28	95,0	112,9	194,8	143,05
TOTAL		865	1010	519	167	686				



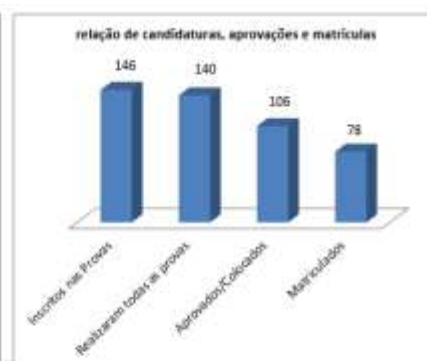
Quadro 7 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado integrado em Arquitetura (2019/2020)

Curso	ECTS	N.º de Vagas	N.º de candidatos	Alunos matriculados pela 1ª Vez			Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
				Inscritos (1º Ano 1ª Vez)	Inscritos (nos restantes anos)	Inscritos (total)				
Administração de Unidades de Saúde	180	40	20	8		8	95,0	115,4	128,5	122,5
Ciências da Comunicação	180	100	111	76	13	89	95,0	101,5	163,3	125,6
Direito	180	170	249	129	49	178	95,0	106,7	158,8	131,5
Economia	180	25	29	12	13	25	95,0	108,3	158,0	137,7
Engª Eletrónica e de Telecomunicações	180	60	18	5	11	16	95,0	100,0	135,0	117,9
Engenharia Informática	180	75	90	45	15	60	95,0	106,7	156,2	124,4
Gestão	180	150	184	88	26	114	95,0	101,8	166,1	127,6
Gestão do Desporto	180	45	50	32	8	40	95,0	109,9	179,7	128,6
História	180	15	19	10		10	95,0	118,1	131,3	124,2
Informática de Gestão	180	25	27	13	5	18	95,0	122,9	138,4	131,5
Psicologia	180	70	112	57	8	65	95,0	100	159,7	125,6
Relações Internacionais	180	35	73	31	4	35	95,0	117,7	163,9	131,7
Arquitetura	300	55	28	13	15	28	95,0	112,9	194,8	143,05
TOTAL		865	1010	519	167	686				



Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo 2019/2020

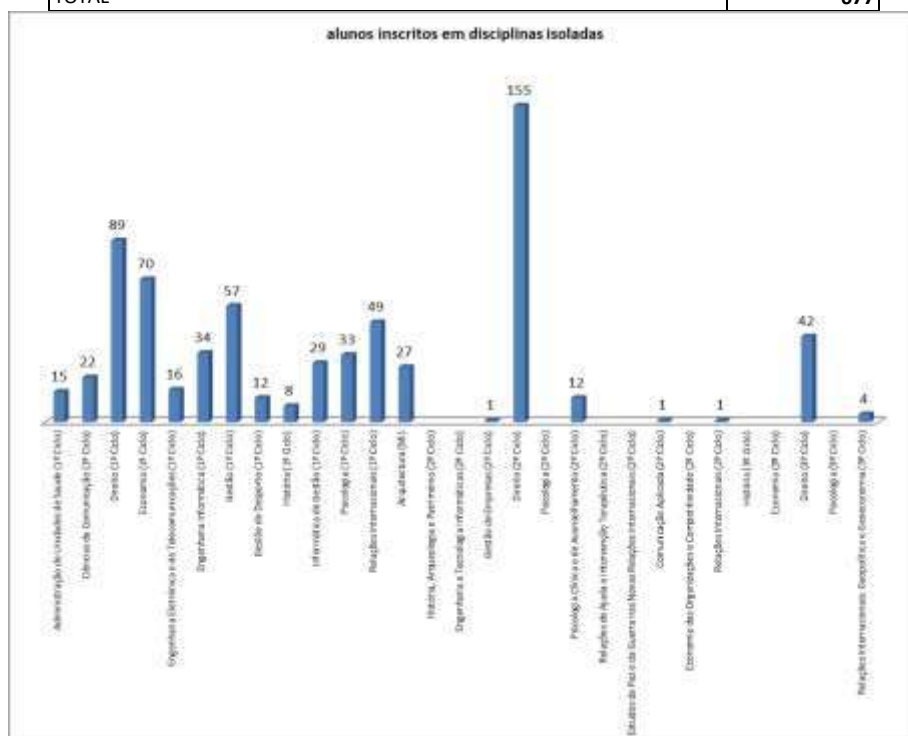
Curso	N. de candidatos Inscritos nas Provas	Nº de candidatos que realizaram todas as componentes da avaliação	Nº de aprovados (colocados)	CANDIDATOS												Matriculados		
				N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final														
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20				
Administração de Unidades de Saúde	3	3	3		1				1									2
Ciências da Comunicação	14	12	11			3	1	3										7
Direito	28	25	13			1	8	3			1							13
Economia	14	14	8		1	2	1	1	1	1								6
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	5	5	5				1	1										2
Engenharia Informática	9	9	9		2	2	1	2										7
Gestão	27	26	19	1	3	4	3	3	3									17
Gestão do Desporto	6	6	6			1	1											2
História	3	3	3					1										1
Informática de Gestão	11	11	9		1		3	3	1									8
Psicologia	10	10	6				2	1	1									4
Relações Internacionais	9	9	7				1	2	2									5
Arquitectura	7	7	7			1	2				1							4
TOTAL	146	140	106	1	8	14	24	21	8	2								78



Legenda:
Inscritos nas provas: candidatos que manifestaram vontade para realizar a prova
Realizaram todas as provas - Candidatos inscritos e que realizaram todas as componentes de avaliação (Prova Escrita | Entrevista| Avaliação Curricular)
Aprovados: Candidatos que realizaram as provas e obtiveram colocação
Matriculados: candidatos colocados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro 9- Alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos em 2019/2020

Curso	Alunos Inscritos
Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	15
Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	22
Direito (1º Ciclo)	89
Economia (1º Ciclo)	70
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1º Ciclo)	16
Engenharia Informática (1º Ciclo)	34
Gestão (1º Ciclo)	57
Gestão do Desporto (1º Ciclo)	12
História (1º Ciclo)	8
Informática de Gestão (1º Ciclo)	29
Psicologia (1º Ciclo)	33
Relações Internacionais (1º Ciclo)	49
Arquitectura (MI)	27
História, Arqueologia e Património (2º Ciclo)	
Engenharia e Tecnologia Informáticas (2º Ciclo)	
Gestão de Empresas (2º Ciclo)	1
Direito (2º Ciclo)	155
Psicologia (2º Ciclo)	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	12
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica (2º Ciclo)	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	
Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	1
Economia das Organizações e Competitividade (2º Ciclo)	
Relações Internacionais (2º Ciclo)	1
História (3º Ciclo)	
Economia (3º Ciclo)	
Direito (3º Ciclo)	42
Psicologia (3º Ciclo)	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (3º Ciclo)	4
TOTAL	677



Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2019/2020

Curso	AO	BD	BR	CA	CN	CO	CV	ES	FR	GW	IR	IT	LV	MD	MZ	PE	PT	RO	RU	SN	ST	TL	TR	UA	UY	ZA
Administração de Unidades de Saúde	7		2					1									32					1				
Ciências da Comunicação	15		8					1			1					1	278	1			1					
Direito	117		34		1		3			7		1				1	595	1			2					
Economia	34		3														40									
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	9		4														11				1					
Engenharia Informática	18		6					2				1					209				1					
Gestão	44		7	2	1		1	2	1		1	1					404	1			4			1		
Gestão do Desporto	4		2			1											105									
História																	42									
Informática de Gestão	9		5														55									
Psicologia	7		6					3	1					1			198									
Relações Internacionais	9		3				1		1								98	1			1			1		
Arquitectura	18		20						1			15				1	45						1			1
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	291		100	2	2	1	10	5	3	8	1	18		1	3	1	2112	3	1		11		1	2	1	

Curso	AO	BD	BR	CA	CN	CO	CV	ES	FR	GW	IR	IT	LV	MD	MZ	PE	PT	RO	RU	SN	ST	TL	TR	UA	UY	ZA
História, Arqueologia e Património																	4									
Engenharia e Tecnologia Informáticas																										
Engenharia Informática e de Telecomunicações	10		5							1							10									
Gestão de Empresas	32		79			1	1	1		1	1	1			2		38				1			1		
Direito	26		172				1					1					34				1					
Psicologia																										
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2		27														69	1								
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica																										
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	4		1														6					1				
Comunicação Aplicada			7														15									
Economia das Organizações e Competitividade																										
Relações Internacionais	4	1	3		1												11								1	
TOTAL (2º ciclo de estudos)	78	1	294		1	1	2	1		2	2	1			2	187	1		1	1	1	1	1	1	1	

Curso	AO	BD	BR	CA	CN	CO	CV	ES	FR	GW	IR	IT	LV	MD	MZ	PE	PT	RO	RU	SN	ST	TL	TR	UA	UY	ZA
História			3												1	21										
Economia																										
Direito	6		33														22									
Psicologia																										
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	2		7														18									
TOTAL (3º ciclo de estudos)	8		43												1	61										
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	377	1	437	2	3	2	12	6	3	10	1	20	1	1	6	1	2360	4	1	1	12	1	1	3	1	

AO Angola	PE Peru
BD Banglade	PT Portugal
BR Brasil	RO Roménia
CA Canadá	RU Rússia (Federação da)
CN China	SN Senegal
CO Colômbia	ST São Tomé e Príncipe
CV Cabo Ver	TL Timor Leste
ES Espanha	TR Turquia
FR França	UC Ucrânia
GW Guiné-Bi	UY Uruguai
IT Itália	ZA África do Sul
LV Letónia	MD República da Modávia
MZ Moçambique	

Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2019/2020

Ciclo de Estudos	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral
1º Ciclo	429	110	464	344	519	451	97	61		
2º Ciclo	93	117	204	164						
3º Ciclo	16	24	10	3	6	42		12		
Mestrado Integrado	13		23		11		16		39	



Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2019/2020

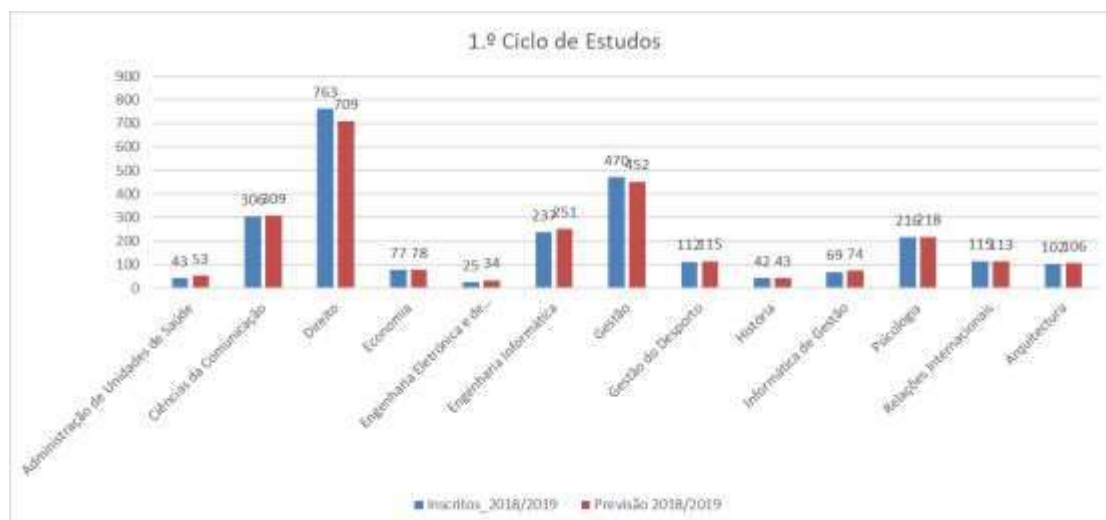
Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Administração de Unidades de Saúde	14
Ciências da Comunicação	30
Direito	128
Economia	8
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	8
Engenharia Informática	43
Gestão	95
Gestão do Desporto	4
História	4
Informática de Gestão	20
Psicologia	37
Relações Internacionais	21
Arquitetura	3
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	415
Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História, Arqueologia e Património	
Ciências Documentais	
Engenharia e Tecnologia Informáticas	
Gestão de Empresas	
Direito	2
Psicologia	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Comunicação Aplicada	1
Economia das Organizações e Competitividade	
Relações Internacionais	
TOTAL (2º ciclo de estudos)	5
Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História	
Economia	
Direito	
Psicologia	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
TOTAL (3º ciclo de estudos)	
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	420

Alunos com Estatuto Trabalhador- Estudante



Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2019/2020 versus abandono

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2018-19	Diplomados 2018-19	Inscritos 1ª Vez 2019-20	Inscritos 2019-20	Previsão 2019-20	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Administração de Unidades de Saúde	Licenciatura - 1.º ciclo	51	6	8	43	53		-18,9%
Ciências da Comunicação	Licenciatura - 1.º ciclo	272	52	89	306	309		-1,0%
Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	593	62	178	763	709		7,6%
Economia	Licenciatura - 1.º ciclo	67	14	25	77	78		-1,3%
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Licenciatura - 1.º ciclo	29	1	6	25	34		-26,5%
Engenharia Informática	Licenciatura - 1.º ciclo	236	45	60	237	251		-5,6%
Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	419	81	114	470	452		4,0%
Gestão do Desporto	Licenciatura - 1.º ciclo	87	12	40	112	115		-2,6%
História	Licenciatura - 1.º ciclo	42	9	10	42	43		-2,3%
Informática de Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	61	5	18	69	74		-6,8%
Psicologia	Licenciatura - 1.º ciclo	192	39	65	216	218		-0,9%
Relações Internacionais	Licenciatura - 1.º ciclo	98	20	35	115	113		1,8%
Arquitetura	Mestrado Integrado	91	13	28	102	106		-3,8%

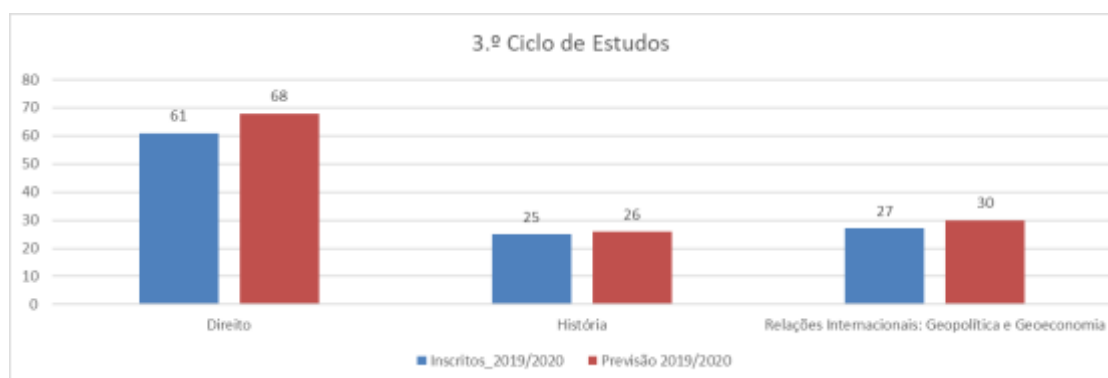


Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2019/2020 versus abandono (cont.)

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2018-19	Diplomados 2018-19	Inscritos 1ª vez 2019-20	Inscritos 2019-20	Previsão 2019-20	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
História, Arqueologia e Património	Mestrado - 2.º ciclo	6	0	0	4	6		-33,3%
Comunicação Aplicada	Mestrado - 2.º ciclo	19	3	7	22	23		-4,3%
Direito	Mestrado - 2.º ciclo	162	40	81	235	203		15,8%
Engª Informática e de Telecomunicações	Mestrado - 2.º ciclo	23	1	15	26	37		-29,7%
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas RI	Mestrado - 2.º ciclo	13	1	5	12	17		-29,4%
Gestão de Empresas	Mestrado - 2.º ciclo	121	8	56	159	169		-5,9%
Psicologia	Mestrado - 2.º ciclo	1	1	0	0	0		-
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Mestrado - 2.º ciclo	66	10	50	99	106		-6,6%
Relações Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	28	1	9	21	36		-41,7%

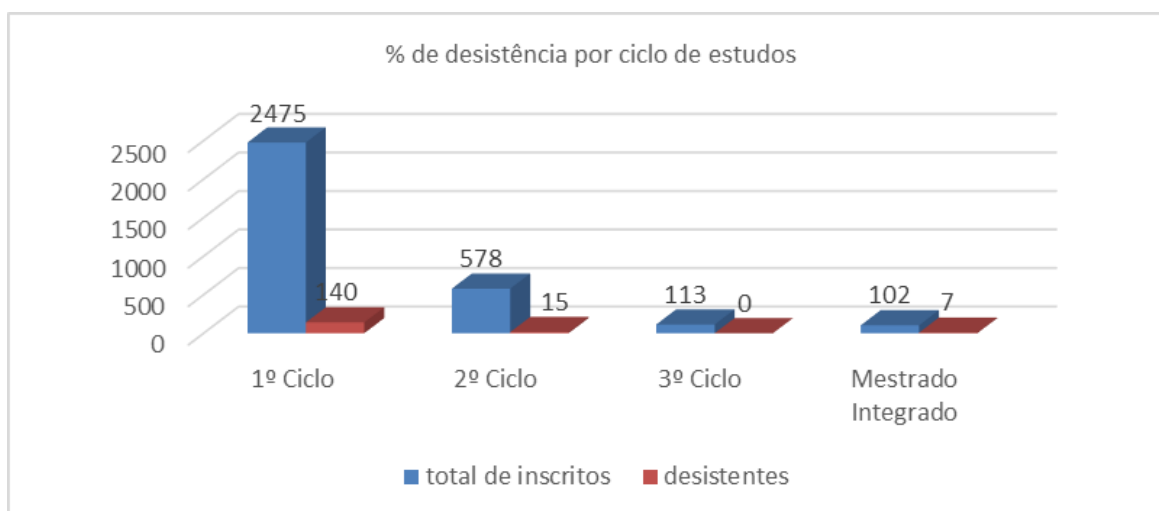


Designação do Curso	Grau	Inscritos 2018-19	Diplomados 2018-19	Inscritos 1ª vez 2019-20	Inscritos 2019-20	Previsão 2019-20	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Direito	Doutoramento - 3.º ciclo	53	5	20	61	68		-10,3%
História	Doutoramento - 3.º ciclo	26	1	1	25	26		-3,8%
Relações Intern.: Geopolítica e Geoeconomia	Doutoramento - 3.º ciclo	20	0	10	27	30		-10,0%



Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2019/2020

Grau	Curso	Nº de desistências
Licenciatura - 1.º ciclo	Administração de Unidades de Saúde	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Ciências da Comunicação	10
Licenciatura - 1.º ciclo	Direito	33
Licenciatura - 1.º ciclo	Economia	2
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Informática	10
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão	22
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão do Desporto	14
Licenciatura - 1.º ciclo	História	7
Licenciatura - 1.º ciclo	Informática de Gestão	8
Licenciatura - 1.º ciclo	Psicologia	13
Licenciatura - 1.º ciclo	Relações Internacionais	18
Mestrado Integrado	Arquitectura	7
Mestrado - 2.º ciclo	História, Arqueologia e Património	
Mestrado - 2.º ciclo	Comunicação Aplicada	
Mestrado - 2.º ciclo	Direito	3
Mestrado - 2.º ciclo	Engenharia Informática e de Telecomunicações	
Mestrado - 2.º ciclo	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	2
Mestrado - 2.º ciclo	Gestão de Empresas	6
Mestrado - 2.º ciclo	Psicologia	
Mestrado - 2.º ciclo	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2
Mestrado - 2.º ciclo	Relações Internacionais	2
Doutoramento - 3.º ciclo	Direito	
Doutoramento - 3.º ciclo	História	
Doutoramento - 3.º ciclo	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	



Anexo 2 - Cursos não conferentes grau

AUTÓNOMA ACADEMY
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - Ano letivo 2019-2020
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO - Ano letivo 2020-2021
9 de dezembro de 2020

1 Introdução

O relatório de atividades que agora se apresenta tem como principal objetivo a apresentação das atividades desenvolvidas pela equipa da Autónoma Academy no decurso do ano letivo 2019-2020, que decorreu entre setembro de 2019 e setembro de 2020, assim como a apresentação dos respetivos resultados económico-financeiros e da proposta de orçamento para o ano letivo 2020-2021.

O ano 2020 foi marcado pela conjugação de dois fortes fatores com efeitos de sinais contrários. Por um lado, foi o primeiro ano em que a Autónoma Academy pôde explorar por completo as ferramentas desenvolvidas para comunicação e promoção digital, bem como de gestão CRM de todos os contactos, graças às competências desenvolvidas pelos seus colaboradores e às funcionalidades do novo Website. Por outro, alteração extrema das condições externas de funcionamento da Autónoma Academy a partir da primeira semana de março de 2020, com o aparecimento da pandemia COVID 19.

Tentaremos retratar neste relatório a forma como beneficiou de um e se adaptou ao outro, impondo mudanças muito significativas nos cursos que estavam a decorrer no final do primeiro trimestre de 2020 e nas formas de trabalho da equipa.

À semelhança de anos anteriores, as atividades estão organizadas de forma a evidenciar os cursos abertos (onde se garantiu um número mínimo de alunos para que o resultado de cada curso fosse positivo), os cursos preparados e trabalhados, mas que não abriram por não se ter conseguido formar uma turma e, ainda, os cursos novos que estão prontos a levar ao mercado no decurso do novo ano letivo. Por último, apresentam-se os resultados económico-financeiros do período em análise, apurados com recurso a uma análise detalhada dos alunos e seus pagamentos em cada curso.

As perspetivas para o ano letivo 2020-2021 ainda são marcadas pelos efeitos da pandemia COVID 19, que esperamos conter, mas refletem acima de tudo uma enorme descontinuidade marcada pela integração de todas as ofertas não conferentes de grau da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias.

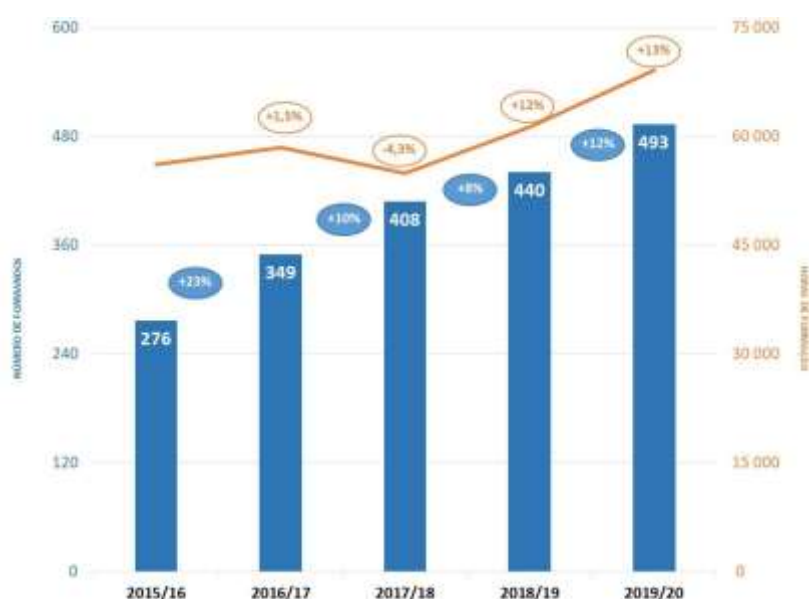
Assim, apresentaremos as projeções para o corrente ano letivo distinguindo claramente a atividade atual da Autónoma Academy da que se verificará com a integração das formações de enfermagem, a partir de janeiro de 2021, por forma a permitir comparação com o ano transato.

2 Atividades desenvolvidas no ano letivo 2019-2020

O ano em análise foi o primeiro ano completo com toda a equipa da Autónoma Academy, o que permitiu uma melhor gestão do trabalho e repartição de tarefas. Foi também o primeiro ano com todas as ferramentas de gestão da comunicação disponíveis desde o início e em que foi possível planear integradamente os cursos e a sua divulgação. Esta estabilização da equipa e das ferramentas de trabalho, contribuiu decisivamente para que se tivessem superado as metas colocadas para 2019-20, apesar da pandemia.

No final do primeiro trimestre de 2020 o número de alunos inscritos já tinha atingido o cenário mais otimista para todo o ano letivo – 500 alunos – mas mesmo não tendo concretizado a abertura de alguns cursos cujo arranque estava planeado para o período do primeiro Estado de Emergência, foi possível concluir o ano letivo muito próximo desse valor, e claramente acima dos projetados 475 alunos. Face a um crescimento previsto de 8% do número de alunos, a Autónoma Academy conseguiu um crescimento efetivo de 12% (Gráfico 1), superação que também se registou no volume de negócios e no contributo para os resultados, como adiante se mostrará.

Gráfico 1 – Atividade da Autónoma Academy



O aparecimento da pandemia COVID 19 em março de 2020 provocou um conjunto de alterações de funcionamento assinaláveis. Em primeiro lugar, todos os 14 cursos que estavam a decorrer deixaram de ter aulas em ensino presencial. Depois de uma pequena paragem das aulas em praticamente todos eles, e fruto de um trabalho conjunto entre os colaboradores da escola, a restante estrutura da CEU, os coordenadores e docentes dos cursos e, de frisar com destaque, os alunos, foi possível reiniciar as aulas em formato online e terminar todos os cursos em condições de qualidade para todos os intervenientes. Sublinha-se que só este trabalho de equipa permitiu o resultado final obtido.

Felizmente, apesar da atividade ter sofrido um impacto grande com a pandemia, que se refletiu num aumento da taxa de desistências de 9% para 13% face ao ano anterior, as suas consequências em termos de perceção dos nossos alunos e em termos financeiros não foi negativa, pelo contrário.

Todo o processo de adaptação foi feito com a equipa da Autónoma Academy em teletrabalho. Nesta segunda metade do ano, esta forma de trabalhar quase que completamente assente no meio digital, trouxe desafios de adaptação também do ponto de vista das ferramentas que permitiriam a continuação dos trabalhos. Assim, foram feitos ligeiros investimentos no website de forma a reforçar as suas funcionalidades enquanto ferramenta de trabalho em que assentávamos o trabalho global. Destaque-se a implementação dos webinars, conferências, aulas abertas e outras iniciativas que, com os desenvolvimentos feitos, foi possível fazer de forma generalizada nos cursos da Autónoma Academy, com procedimentos muito profissionais, mas de acesso muito simples para os interessados, o que levou a resultados particularmente interessantes em termos de adesão do público alvo e de conversão para alunos. Também o desenvolvimento do CRM associado ao website foi uma peça relevante. Com esta ferramenta conseguimos ter os contactos de todos os que nos procuram através do site e desenvolver estratégias de acompanhamento e contacto com esses interessados.

A conjugação destas funcionalidades com o elevado nível de desempenho de resposta do website – sempre com Score A, segundo a GTMetrix – e, ainda, com a pro-atividade da equipa da Autónoma Academy terá potenciado um aumento muito significativo de tráfego, potenciando a sua ação comercial, que tem dado frutos em termos da entrada de alunos.

Meramente a título de exemplo, assinale-se que ao longo do ano letivo 2019-20, no website da Autónoma Academy registaram-se, em média, mais de 400 novos

subscritores por mês e que a taxa de abertura do email marketing passou de cerca de 40% para mais de 70%, tendo o número de utilizadores mensais rondado os 5.600.

Apesar deste desempenho, continuaremos a trabalhar ativamente para encontrar e implementar todas as oportunidades de melhoria.

2.1 Cursos Abertos

A Tabela 1 mostra a listagem dos cursos abertos no ano letivo transato, bem como o número de alunos que efetivamente os frequentaram.

Tendo-se quase atingido os 500 alunos, um acréscimo de 12% relativamente ao ano anterior (e não fossem as não aberturas de cursos e as desistências teríamos atingido esse número na Autónoma Academy), é também de salientar a diversificação de áreas de conhecimento nas quais se realizaram curso.

De facto, a pequena estrutura da Autónoma Academy abriu e geriu 32 cursos distintos, em áreas como a gestão, a história, a psicologia, o direito, as ciências da comunicação e as ciências humanas, servindo a diversidade de públicos-alvo que nos procuram, com formações de distintas durações e adaptadas a cada situação.

A capacidade de continuamente abrir edições deve ser evidenciada, sendo que esse esforço é recompensado pela qualidade da generalidade dos corpos docentes dos cursos e pela imagem de marca da Autónoma Academy, cada vez mais reconhecida pelo mercado. Foi nesse sentido que demos mais um passo na dinamização do site ao criar a página do Docente.

Tabela 1 - Cursos Abertos no ano letivo 2019-2020

Designação do Curso	Nº de alunos efetivos
Pós-Graduação em Gestão e Direção de Segurança (Set)	35
Pós-Graduação em Gestão e Direção de Segurança (Fev)	38
Pós-Graduação em Direito do Desporto	13
Pós-Graduação em Coordenadores de Segurança de Recintos Desportivos	36
Curso de Português para Falantes de Mandarim	15
Pós-Graduação em Tradução	10
Pós-Graduação em Assessoria Política e Comunicação Estratégica	14
Pós-Graduação em Direito Fiscal	10
Pós-Graduação em Direito das Migrações	17
Pós-Graduação em Maçonaria e Sociedades Iniciáticas	11
Pós-Graduação em Religiões e Património	9
Pós-Graduação em Direito Administrativo e Urbanístico da Madeira (1ª turma)	11
Pós-Graduação em Administração Pública e Direito Administrativo	8
Pós-Graduação em Direito e Prática Notarial	9
Pós-Graduação em Arqueologia Subaquática	8
Pós-Graduação em Mindfulness e PNL (Out)	11
MBA Lisboa Atlântico	13
MBA Funchal Atlântico	9
MBA em Gestão de Projetos	13
Curso de Especialização em Higiene e Saúde no Trabalho	15
Curso de Gestão Projetos Autoridade Tributária	17
Curso Regionais RI	5
Curso de Estudos Avançados em Geopolítica da África Subsariana	26
Curso de Estudos Avançados em Geopolítica	28
Curso de Preparação para a Carreira Diplomática	10
Curso de Preparação para Inspetor da Polícia Judiciária	18
Curso de Especialização em Direito Penal	8
Curso de Especialização em Direito Processual Penal	8
Workshop Proteção de Dados	11
Workshop Legendagem	1
TOFFEL	25
IAO	18
CHC – Mestrado em Gestão	13
TOTAL ALUNOS	493

Entre estes cursos, e também demonstrativo da dinâmica de trabalho existente na Autónoma Academy, há ainda a sublinhar o trabalho desenvolvido em torno daqueles que apresentámos ao mercado ao longo do ano letivo e que foram preparados de forma a responder a necessidades efetivas de sectores específicos. São exemplos, os Cursos de Preparação para Inspetor da Polícia Judiciária e para Preparação para a

Carreira Diplomática, ou o Workshop de Proteção de Dados feito para o SUCH – Serviços de Utilização Comum dos Hospitais.

Dada a vastidão do portfolio da Autónoma Academy, no decurso do passado ano letivo houve um conjunto de cursos que não abriram, por não terem atraído o interesse de um número mínimo de alunos, apesar do esforço de comunicação e divulgação abrangentes desenvolvidos e reconhecidos pelas partes envolvidas.

A Tabela 2 mostra o conjunto de cursos nesta situação, podendo arrolar-se várias causas para o insucesso das iniciativas, que analisámos com os respetivos coordenadores. Alguns dos quais serão novamente disponibilizados ao mercado, com ligeiras afinações, no ano letivo que agora se inicia, outros foram objeto de profunda reformulação para serem relançados, mas há cursos que pela incapacidade revelada de atrair interessados ou de os reformular nesse sentido, se considerou não fazer sentido continuar a gastar recursos para os oferecer.

Tabela 2 – Cursos preparados no ano 2019-2020 que não abriram

Cursos
Talent Master em Gestão Estratégica do Capital Humano
Talent Master em Equipas e Líderes na Organização Ágil
Pós-Graduação Hospitality Management
Pós-Graduação em Alojamento Local
Pós-Graduação em Direito e Contabilidade
Pós-Graduação em Visual Merchandising
Pós-Graduação em Gestão Sindical e Relações Laborais

Desta lista destaque-se a Pós-Graduação em Gestão Sindical e Relações Laborais, que estruturámos em parceria com o SNQTB e que estava prevista abrir dia 7 de abril. Será transitada para o ano 2020-21. Em situação semelhante, embora fora desta listagem, esteve a segunda turma da Pós-Graduação em Direito Administrativo e Urbanístico da Madeira, que transitou para o corrente ano letivo.

Uma vez que todos estes cursos envolvem um esforço de conceção, preparação, comunicação, etc. sem que se traduzam em atividade de formação efetiva, temos vindo a melhorar os critérios de avaliação prévia da sua viabilidade no mercado, para reduzir a taxa de cursos preparados e não abertos. Os resultados desse esforço já são evidentes, pois o número de cursos preparados e que não funcionaram tem vindo

progressivamente a diminuir, registando uma redução de 70% face ao ano letivo de 2017-18, como ilustra a Tabela 3.

Tabela 3 – Número de cursos preparados que não abriram, por ano letivo

N.º de cursos	Ano letivo		
	<u>2017-18</u>	<u>2018-19</u>	<u>2019-20</u>
	24	16	7

Finalmente, a política de gestão de parcerias manteve-se neste período, efetuando uma gestão ativa dos protocolos existentes, tendo-se promovido novos protocolos que se revelaram úteis para desenvolvimento dos cursos a eles associados. Acrescentou-se que foi implementada uma página no site referente a parceiros e em abril de 2020 comunicámos com todos os parceiros, agradecendo a colaboração no marco de atingir os 500 alunos¹.

2.2 Comunicação

O ano letivo de 2019-2020 foi marcado por alterações significativas na área da comunicação dos diversos cursos da Autónoma Academy, fruto da implementação do novo site que gerou possibilidades novas de interação com o público alvo da escola e da comunicação devidamente estudada e formulada à medida de cada curso, onde o envolvimento dos interessados é feito de forma a converter em alunos, objetivo último da escola.

O investimento feito foi direcionado para um conjunto de cursos, quer Pós-Graduações quer MBA's, onde entendemos que havia necessidade de promover o curso para além das ferramentas de que já dispomos: o site, as brochuras, a presença em eventos com condições especiais de inscrição, as parcerias, o “passa a palavra” dos antigos alunos satisfeitos ou o atendimento dedicado que a escola faz a quem a procura.

Esta atividade de promoção de cursos foi desenvolvida por empresas especializadas nessa atividade, partiu da análise da concorrência e do estabelecimento claro da segmentação da escola e de cada curso em si. A experiência foi compensadora, pois apesar de se tratar do 1º ano em que desenvolvemos este tipo de atividades profissionalizadas, tendo sido claro que havia potencial de melhoria, abrimos cursos

¹ Era esse o número de inscritos à data, embora depois tenhamos fechado a ano com um número ligeiramente inferior devido aos efeitos da pandemia, já descritos.

que não era possível abrir nos anos anteriores, como é o caso do MBA em Gestão de Projetos, e abrimos edições com mais alunos que as anteriores, como foi o caso de da Pós-Graduação em Direito das Migrações.

De março em diante a importância desta estratégia passou a ser ainda mais compensadora. As melhorias introduzidas no site e a criação de ferramentas alojadas ou conexas ao site tornaram possível a continuação da interação com quem nos visita e procura, monitorizando todo o processo de forma contínua e com resposta imediata às várias solicitações. Tornaram, também, possível a organização de um conjunto de eventos nesse período de confinamento quase total: conferências, aulas abertas, Webinars entre outros. A título de exemplo refira-se que este tipo de atividades permitiu abrir cursos: o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática em junho e o Curso de Especialização em Geopolítica da África Subsariana em maio. Mas foi, igualmente, o ponto de partida de uma tal visibilidade da Autónoma Academy nalguns sectores específicos, como é o caso da Tradução, que levou a que abrissemos (já no corrente ano letivo) a 19ª Edição da Pós-Graduação em Tradução com 24 alunos, tendo fechado as candidaturas quase um mês antes do início do curso.

Apresentamos na Tabela 4 alguns exemplos demonstrativos da variedade de áreas de estudo envolvidas nas atividades online levadas a cabo, que envolveram mais de 1.400 participantes, para além de quase 4 mil pessoas que participaram nos Webinars de tradução.

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas online

EVENTO ONLINE	DATA	PARTICIPANTES
Lóbi em Portugal – que futuro?	15-jul-2020	92
O Poder da Decisão: Como o Neuromarketing poderá ajudar	14-jul-2020	51
Protocolo como Instrumento de Comunicação Política	24-jun-2020	83
Literacia Financeira dos Colaboradores: Que desafios e soluções para as Organizações?	24-jun-2020	27
Apresentação do livro: Da Natureza das Causas, de Paulo Finuras	17-jun-2020	42
Aula aberta "Diplomata do Século XXI"	15-jun-2020	87
Direitos Digitais: Erosão e Riscos	25-mai-2020	38
Lóbi: Da teoria à prática – Estudo de caso da lei da cópia privada	18-mai-2020	54
A Criatividade nas Campanhas Políticas: O Caso do Partido Iniciativa Liberal	11-mai-2020	63
Os Riscos da Comunicação em Situação de Risco	4-mai-2020	26
Sondagens: Informação ou Manipulação em tempo de eleições?	28-abr-2020	32
Comunicação Pública em tempo de pandemia	20-abr-2020	70
Marketing Político e Novas Tecnologias – O caso de Bolsonaro no Brasil	13-abr-2020	53
Sessão de apresentação da PG em Programação Neuro-linguística e Mindfulness	28-fev-2020	19
Unlimited Future	20-fev-2020	n.a.
Aula aberta "Política Pop: as relações entre a política e o entretenimento"	4-fev-2020	24
Direito Processual Penal em debate	28-jan-2020	32
Aula aberta "Liberté, Egalité e Fraternité"	12-nov-2019	59
Aula aberta sobre "Fraternidade, Liberdade e Igualdade"	29-out-2019	65
Conferência Diversidade Cognitiva – Pedro Ramos (DRH TAP Air Portugal)	28-out-2019	80
2ª Conferência do ciclo "Direito Penal em Debate"	24-out-2019	28
II Congresso ADSP – A Segurança em Grandes Eventos	24-out-2019	57
Tarde Africana	18-out-2019	23
Conferência "Assessoria para que te quero?"	15-out-2019	210
Conferência "Direito Penal em Debate"	7-out-2019	24
3ª Conferência Nacional do GPC-APG "Coaching: as diferentes perspetivas"	3-out-2019	71
		1 410
Webinares no âmbito da Pós-Graduação em Tradução (19 no total)		3 990

Também a contínua comunicação nas redes sociais, local onde decorrem parte das campanhas pagas que levámos a cabo, é um aspeto a ressaltar. Tendo presente os dados disponíveis quanto à forma de contacto com o mercado-alvo e à forma como os potenciais interessados acedem aos diferentes conteúdos, a presença nas diferentes redes onde se encontra a Autónoma Academy foi um facto ao longo de todo o ano, como se pode ver no Quadro 1, apresentando também alguns resultados que consideramos mostrar o caminho de ganho de notoriedade nestes ambientes digitais, tendo a escola partido, não há muito tempo, praticamente do zero.

Quadro 1 – Presença nas redes sociais



2.3 Avaliação da Qualidade

Presente a estratégia da Autónoma Academy, assente na qualidade da sua oferta formativa, foram levados a cabo várias iniciativas conducentes ao reforço da qualidade e sua permanente monitorização.

Assim, por um lado, para a totalidade das Pós-Graduações e MBA's abertos foi desenhado um inquérito simplificado de satisfação que avalia o par professor/módulo, aplicado em todas as turmas no final de cada curso, que permite verificar o nível e satisfação dos alunos e a identificação de situações menos positivas que exigem uma intervenção imediata. Esta iniciativa foi bem aceite pelos alunos e professores e já levou a algumas alterações na estrutura e equipa docente de alguns cursos.

Os inquéritos de satisfação e qualidade foram aplicados aos seguintes cursos:

- MBA Gestão de Projetos
- MBA Funchal Atlântico
- MBA Lisboa Atlântico
- Pós-Graduação em Programação Neurolinguística e Mindfulness
- Pós-Graduação em Maçonaria e Sociedades Iniciáticas
- Pós-Graduação em Direito das Migrações
- Pós-Graduação em Assessoria Política e Comunicação Estratégica
- Pós-Graduação em Direito do Desporto
- Pós-Graduação em Tradução (variante Comunicação)
- Pós-Graduação em Tradução (variante Tradução)
- Pós-Graduação em Direito e Prática Notarial
- Pós-Graduação em Direito Fiscal Empresarial
- Pós-Graduação em Administração Pública e Direito Administrativo
- Curso de Estudos Avançados de Geopolítica
- Curso especialização Geopolítica da África Subsariana
- Curso especialização Direito Penal
- Curso especialização Direito Processual Penal
- Curso preparação para Inspetor da Polícia Judiciária

Face à migração dos cursos para o regime de ensino não presencial, os inquéritos foram posteriormente adaptados a essa realidade, para os cursos seguintes:

- MBA Funchal Atlântico
- MBA Lisboa Atlântico
- MBA Gestão de Projetos
- Pós-Graduação em Maçonaria e Sociedades Iniciáticas
- Pós-Graduação em Direito do Desporto
- Pós-Graduação em Direito e Prática Notarial
- Pós-Graduação em Administração Pública e Direito Administrativo
- Pós-Graduação em Direito Fiscal Empresarial
- Pós-Graduação em Gestão e Direção de Segurança
- Pós-Graduação em Assessoria Política e Comunicação Estratégica

Apesar do acréscimo de carga de trabalho que tem representado, em especial para tentar maximizar as taxas de resposta e tirar consequências das avaliações, entendemos que se trata de uma atividade que tem grandes benefícios para a imagem externa da instituição. Porém ainda não estamos satisfeitos com as taxas de resposta, pelo que continuaremos a explorar alternativas à forma de realização destes inquéritos, nomeadamente no atual formato de ensino.

2.4 Resultados Económico-financeiros

Resultante da atividade do ano letivo transato e considerando o total dos cursos, a Autónoma Academy atingiu os 600 mil euros de volume de negócios, um valor 22% superior ao do ano anterior e 2% acima do que havíamos projetado no plano de atividades de 2019-20. Este valor inclui descontos concedidos pelo CA da CEU no valor de 18,4 mil euros a funcionários, familiares de cooperadores ou docentes.

Os custos da atividade, agora com toda a equipa integralmente afeta à Autónoma Academy, aumentaram 14% face ao ano de 2018-19, para 481 mil euros, resultado da conjugação de um aumento de 15% nos custos diretos dos cursos (mormente o pagamento aos docentes) e de 12% nos custos com FSE e custos comuns (pessoal, instalações e website).

Assim, no ano letivo de 2019-2020 o contributo da Autónoma Academy para os resultados da CEU, antes de impostos, ultrapassou os 100 mil euros, o que corresponde a um aumento superior a 50% face ao ano letivo anterior.

3 Perspetivas para o ano letivo 2020-2021

A atividade da Autónoma Academy para o ano 2020-21 deve ser encarada em duas perspetivas distintas, embora, necessariamente integradas. Por um lado, importa

perspetivar o ano letivo agora iniciado considerando o seu atual espectro de ação e os seus atuais recursos, numa linha de continuidade que vem sendo contruída ao longo dos últimos cinco anos. Por outro, há que equacionar a integração, a partir de janeiro de 2021, da atividade de formação não conferente de grau que vem sendo exercida pela Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias, bem como a colaboradora que se juntará à equipa da Autónoma Academy.

3.1 Perspetiva de “continuidade”

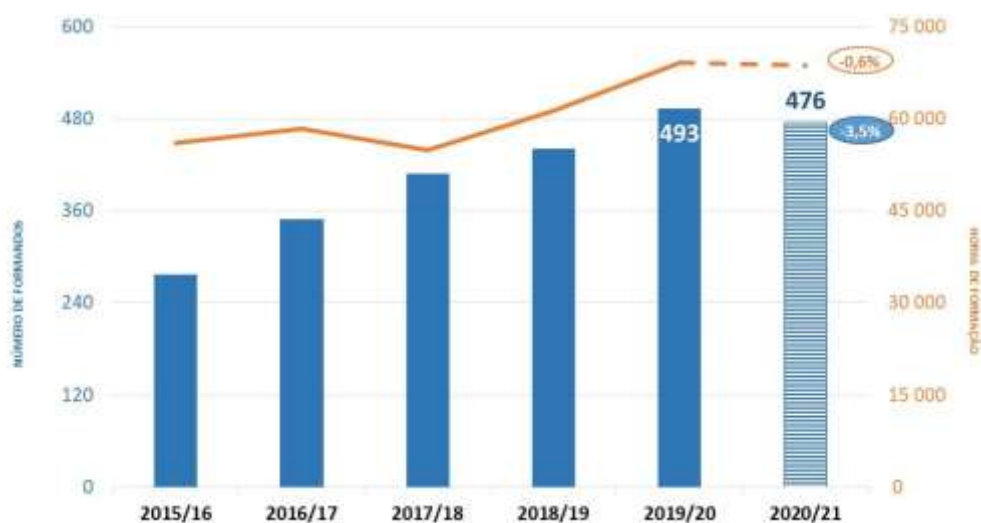
Antevê-se a necessidade de manter o foco numa gestão muito ativa da comunicação das ofertas formativas, devidamente seguida por todo o acompanhamento dos alunos, coordenadores e docentes dos cursos, para conseguirmos chegar ao mercado e efetivamente oferecermos formação de qualidade que corresponda, ou mesmo supere, as expetativas dos alunos.

A pandemia impedirá o funcionamento de alguns cursos, dificultará a abertura de outros, mas, pelo menos nalgumas áreas do saber, o ensino online também gera oportunidades, possibilitará o acesso a mercados com maior potencial do o ensino presencial. Em contrapartida, esses mercados mais alargados também são acessíveis por outras instituições de formação, aumentando a concorrência, e terão fatores críticos de sucesso distintos dos do ensino presencial, que importa rapidamente aprender e antecipar.

É um campo de ação ainda pouco amadurecido e razoavelmente novo para a Autónoma Academy e a maioria dos seus concorrentes, ainda por trilhar, com aspetos desconhecidos e fatores de risco para os quais não estaremos tão bem preparados. Mas é um campo de ação que iremos certamente explorar em busca de novas oportunidades, onde entendemos que a flexibilidade de funcionamento da escola poderá ser uma vantagem competitiva.

Face a esta nova realidade, e assumindo total inatividade Instituto de Artes e Ofícios (apesar dos esforços desenvolvidos para dar um novo impulso ao mesmo), projetamos para 2020-21 uma ligeira queda do número de alunos (-3,5%), mas a manutenção sensivelmente do mesmo nível de horas de formação (-0,6%), como se ilustra no Gráfico 2. Isto deve-se ao facto de não anteciparmos a abertura de alguns cursos com menor duração, mas reforçarmos o número de alunos em muitos dos restantes.

Gráfico 2 – Projeção da atividade, sem curso de enfermagem.



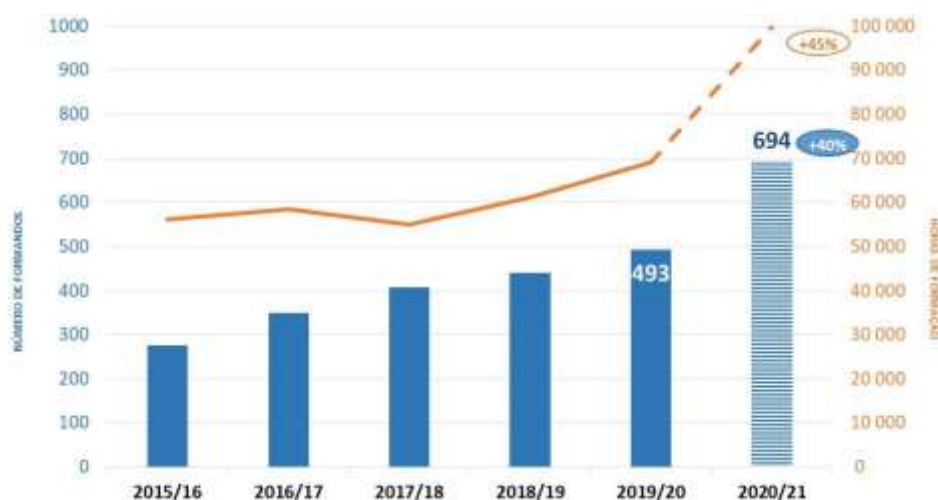
Consequentemente, antecipamos um aumento de cerca de 15% nas receitas e de 20% no contributo para os resultados da CEU, sem considerar os cursos de enfermagem.

3.2 Integração da formação em enfermagem

Encaramos com entusiasmo e entendemos que se fará com naturalidade a integração dos cursos de enfermagem. Porém, e apesar de já termos tido reuniões com os atuais responsáveis por estas formações, o facto de ainda termos algum desconhecimento sobre aspetos operacionais e específicos destes cursos gera alguma incerteza crescida no nosso planeamento.

Com a informação de que dispomos, assumindo na totalidade o número de alunos inscritos nesses cursos e a proporção do número de horas de aulas correspondente ao período Janeiro21-Julho21 no total do ano letivo Setembro20-Julho21, projetamos um aumento de atividade da Autónoma Academy de cerca de 40% no número de alunos e 45% no número de hora de aulas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Projeção da atividade, com cursos de enfermagem



A nível financeiro a incerteza é acrescida, mas assumindo os valores estimados de 225 mil euros referentes ao período Janeiro-Agosto, e somando à atividade anterior da Autónoma Academy, consideramos que o volume de negócios global no corrente ano letivo possa ultrapassar os 900 mil euros, ou seja, um crescimento de 50% face a 2019-20. Quanto ao contributo para os resultados da CEU, ao acréscimo de 20% anteriormente referido, será realista considerar-se adicionalmente mais 80% por força da integração destes cursos de enfermagem, elevando o contributo total para mais de 200 mil euros.

Nestas projeções não estamos a ter em conta qualquer ação nova da Autónoma Academy, uma vez que os cursos já estão em funcionamento ou em vias de arrancar, pelo que apenas previmos a integração dos processos de trabalho nos moldes atualmente em vigor.

Não se pretende criar qualquer descontinuidade operacional nestes cursos, mas apenas melhorar os seus processos de gestão e assegurar uma boa integração da nova colaboradora na equipa da Autónoma Academy.

Porém, julgamos haver potencial para que estes cursos possam beneficiar de toda a dinâmica de comunicação e acompanhamento da Autónoma Academy, que aparentemente não tem correspondência com as práticas que vêm sendo seguidas pela Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias. Esse trabalho será, acima de tudo, um trabalho de preparação do ano letivo seguinte, no que aos cursos de enfermagem diz respeito, e assumimos um investimento em comunicação

até ao valor correspondente ao de uma propina para cada curso, ainda durante o corrente ano letivo, como vem sendo prática na Autónoma Academy.

Por fim, consideramos ainda pertinente continuar o esforço de formação e reforço de competências dos colaboradores da Autónoma Academy, por forma a continuar a melhorar o seu contributo para a realização dos objetivos de produtividade e qualidade da escola.

4 Nota final

Naturalmente que não poderemos terminar este relatório sem enaltecer, em especial num ano letivo tão atípico e exigente, o empenho profissional e pessoal dos colaboradores Elsa Nora, Marco Mendes e André Ferreira, que contribuiu determinantemente para os excelentes resultados materiais alcançados, mas também para o desenvolvimento de um saudável espírito de equipa e interajuda.

Todos têm contribuído para a consolidação dos valores da escola, vivendo-os e implementando-os, e têm sido importantes pilares do desenvolvimento sustentável da Autónoma Academy. Os colaboradores são motivo de grande satisfação para a gestão da Autónoma Academy.

Reconhecemos, ainda, toda a disponibilidade e colaboração a que os vários departamentos da CEU e diretores de departamento da UAL nos vêm habituando.

Ao Conselho de Administração da CEU e à Reitoria da UAL reafirmamos o nosso entusiasmo e determinação em prosseguir com o projeto da Autónoma Academy, nos limites da nossa capacidade e dos recursos disponíveis, contribuindo dessa forma para a missão da CEU/UAL. Agradecemos toda a confiança que em nós têm depositado, que apenas encaramos como uma responsabilidade acrescida de corresponder às implícitas expetativas dos órgãos sociais da CEU.

Lisboa, 10 de dezembro de 2020



Prof. Eduardo Cardadeiro
Diretor da Autónoma Academy



Dr.ª Celina Luís
Diretora executiva da Autónoma Academy

Anexo 3 – Relatório de Atividades do Conselho Científico

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Ano Letivo 2019-2020

José Subtil¹

INTRODUÇÃO

As eleições para o atual Conselho Científico foram realizadas no dia 26 de julho de 2019 e a eleição do Presidente do Conselho Científico teve lugar no dia 11 de setembro. A primeira reunião ocorreu no dia 16 de outubro de 2019. O Conselho é composto por 23 conselheiros, todos com o grau de Doutor.

O presente relatório cobre, portanto, todo período referente ao ano letivo de 2019/2020 e, ainda, os meses até ao final do ano civil de 2020. Corresponde, portanto, a 13 meses de atividade uma vez que o mês de agosto é de férias académicas.

Toda a documentação e arquivo do Conselho Científico podem ser consultados na página institucional da Universidade Autónoma de Lisboa². É composta pelas seguintes séries: a) - Convocatórias; b) - Atas; c) - Deliberações; d) - Despachos; e) - Júris de Mestrado e Doutoramento; e f) - Resultados dos Processos de Creditação.

De salientar a situação de saúde pública que obrigou a que das 13 (treze) reuniões a qui referidas, só 5 (cinco) tenham sido realizadas de forma presencial sendo as restantes no ambiente Colibri Zoom.

Como Presidente do Conselho Científico quero agradecer a colaboração de todos os conselheiros, o apoio e o empenho do Reitor nas atividades do Conselho, o mesmo referirei para o Conselho de Administração, a Administração Escolar e os Presidentes das Comissões Científicas dos Departamentos.

¹ Presidente do Conselho Científico.

² Ver https://autonoma.pt/a_autonoma/conselho-cientifico/

Uma palavra de apreço pelo trabalho desempenhado pela secretária do Conselho Científico, D. Helena Silva, e pelo secretário do Conselho Científico, Doutor Bruno Henrique Prazeres de Melo e Maia.

1.- CONVOCATÓRIAS E REUNIÕES

Desde a convocatória n.º 94/2019, para a reunião de 16 de outubro, até à Convocatória n.º 106/2020, para a reunião de 16 de dezembro, o Conselho Científico realizou 13 reuniões, ou seja, exatamente uma média de uma reunião por mês. Todos os pontos da ordem de trabalhos foram cumpridos.

A média de duração das sessões foi de 2 (duas) horas e 5 (cinco), um total de 27 horas de atividade em sessão de trabalho, para além, evidentemente do tempo e trabalho gasto na preparação das reuniões.

A assiduidade foi de 19,5 conselheiros para um conjunto de 23, isto é, uma abrangência de 85%. Esta presença às reuniões é, ainda, mais significativa se dissermos que um dos conselheiros, por ser Administrador Escolar, tem preferido não participar, o que eleva o nível de assiduidade para 90%.

Estes três dados, uma reunião por mês, duas horas por sessão e uma presença quase plena dos conselheiros evidencia uma atividade de grande relevância para a vida académica da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL).

Os temas tratados nas reuniões (ver pontos das ordens de trabalho nas convocatórias) podem ser tipificados nas seguintes categorias:

- a) - apreciação de projetos de tese tendo em vista a sua aprovação, bem como a orientação e conseqüente registo no RENATES, plataforma que é gerida pelo secretariado de apoio ao Conselho Científico¹;
- b) - aprovação de admissões aos doutoramentos de candidatos sem mestrado e curriculum vitae de qualidade e interesse na área científica dos cursos;

¹ O secretariado foi e é assegurado pela Senhora D. Helena Silva de forma empenhada, dedicada e rigorosa.

- c)- aprovação de júris de provas de doutoramento e provas públicas para concursos de professor associado, catedrático e título de agregado e submissões das respetivas propostas para homologação do Reitor;
- d)- aprovação da distribuição do serviço docente;
- e) - constituição de comissões especializadas;
- f) - criação e revisão de regulamentos;
- g) - organização de seminários internacionais;
- h) - análise e apreciação sobre os semestres letivos;
- i)- recomendações estratégicas para a Reitoria e o Conselho de Administração;
- j) - monitorização dos processos de creditação e constituição dos respetivos júris por áreas científicas, e publicação trimestral dos resultados na página institucional da UAL;
- l)- Aprovação dos planos de estudo dos cursos novos com vista à acreditação e avaliação pela A3ES;
- m)- Aprovação dos ECTS e planos de estudos dos cursos não conferentes de grau;
- n) - Apreciação sobre o desempenho do corpo docente e dos centros de investigação;
- o) - Debates gerais e sectoriais sobre o projeto educativo da UAL.

2.- DELIBERAÇÕES

Da Deliberação n.º 450/2019, de 16 de outubro, até à Deliberação n.º 515/2020, de 16 de dezembro, o Conselho Científico tomou 66 (sessenta e seis) deliberações, uma média de 5 (cinco) deliberações por cada reunião e, muitas vezes, cada deliberação abrange vários atos e processos.

Das Deliberações mais representativas da intervenção estratégica do Conselho destacamos as seguintes:

- a) - Deliberação n.º 451/2019, de 16 de outubro**

Aprova as linhas gerais do programa trienal onde se destacam as correções, emendas e aditamentos aos regulamentos em vigor, o acompanhamento da investigação científica, a avaliação institucional, a distribuição do serviço docente, as áreas para a criação de cursos novos, conferências e seminários internacionais, prémios escolares e revisão do Estatuto da Carreira Docente e Avaliação do Desempenho do Corpo Docente;

b) - Deliberação n.º 452/2019, de 16 de outubro

Aprova as peças documentais para apreciação de novos cursos

c)- Deliberação n.º 461/2019, de 27 de novembro

Aprova a Comissão Permanente do Conselho Científico

d)- Deliberação n.º 470/2020, de 8 de janeiro

Aprova os conselheiros convidados nas áreas da Saúde e Turismo, respetivamente os Drs. João Varandas Fernandes e Frederico Costa

e) - Deliberação n.º 471/2020, de 8 de janeiro

Aprova a reunião de Conselhos Científicos da Universidade Autónoma de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca, Universidade de Francisco de Vitoria de Madrid e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

f) - Deliberação n.º 480/2020, de 4 de março

Contributos para o Regulamento do Desempenho dos Docentes da Universidade Autónoma de Lisboa

g) - Deliberação n.º 484/2020, de 22 de abril

Recomendações para o Segundo Semestre do ano letivo de 2019/2020

h) - Deliberação n.º 485/2020, de 22 de abril

Recomendações sobre o Ano Letivo de 2020/2021

i)- Deliberação n.º 505/2020, de 28 de outubro

Criação de uma comissão para propor um Regulamento sobre cursos de Ensino à Distância da Universidade Autónoma de Lisboa (EaD)

j) - Deliberação n.º 506/2020, de 28 de outubro

Adequação do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos com o Regulamento Geral de Avaliação

l)- Deliberação n.º 515/2020, de 16 de dezembro

Recomendações sobre o Ensino à Distância (EaD)

3.- DESPACHOS

Foram realizados 7 (sete) despachos, 4 (quatro) da competência do Presidente do Conselho Científico e 3 (três) por urgente conveniência de serviço e situação de saúde pública que foram, posteriormente, ratificados em reunião plenária do Conselho Científico.

Os despachos n.º 74/2019, de 7 de outubro e n.º 77/2020, de 4 de março, substituem os conselheiros Paulo Enes da Silveira e João Francisco Martinho Lêdo por, respetivamente, Bruno Henrique Prazeres de Melo e Maia e Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes.

O despacho n.º 75/2019, de 16 de outubro, designa o Doutor Bruno Henrique Prazeres de Melo e Maia como secretário do Conselho Científico.

O despacho n.º 76/2019, de 11 de dezembro procede a uma correção, por lapso, do texto da Deliberação n.º 414/2018, de 17 de outubro.

Os despachos n.ºs 78/2020, de 23 de março e 80/2020, de 30 de março, aprovam, por urgente conveniência de serviço e devido à situação de saúde pública, júris de provas que, posteriormente, foram ratificados por Deliberações do Conselho Científico.

E o despacho n.º 79/2020, de 24 de março, aprova um relatório de pós-doutoramento que seria ratificado em reunião do Conselho Científico

CONCLUSÃO

O Conselho Científico seguiu o rigoroso cumprimento dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa e do seu próprio Regimento que aprovou, em revisão, na reunião do dia 27 de novembro de 2019 pela Deliberação n.º 465/2019.

Para além das aprovações de projetos de tese, orientadores, admissões a doutoramento, júris de provas públicas, o Conselho Científico incluiu na sua agenda o debate sobre questões estratégicas para o projeto educativo da UAL de que resultou um conjunto de recomendações para a Reitoria e o Conselho de Administração.

Houve intervenção nalguns regulamentos em vigor e iniciaram-se os trabalhos para a elaboração de um regulamento de cursos de ensino à distância (EaD).

Analisaram-se, ainda, o desenvolvimento das atividades de investigação, os processos de ensino e aprendizagem de âmbito semestral, bem como se perspetivaram os inícios de atividades letivas.

O convite, pela primeira vez na história do Conselho Científico, feito a dois conselheiros externos para integrarem o Conselho Científico não teve, porém, grandes consequências na medida em que ambos nunca compareceram a nenhuma reunião, nem houve oportunidade para se requerer os seus contributos na área da saúde e do turismo. Esperemos que o fim da pandemia possa suscitar o debate por cursos nestas áreas científicas.

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor José Manuel Louzada Lopes Subtil

UAL, Lisboa, 4 de fevereiro de 2021

Anexo 4 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico

Conselho Pedagógico

Relatório de 2019/2020

Este ano letivo iniciou-se com as mesmas dificuldades encontradas nos anos precedentes para a renovação dos seus Conselheiros discentes, apesar das múltiplas intervenções realizadas para agilizar o processo das eleições.

Apesar das contingências o Conselho reuniu pela primeira vez no novo ano letivo, a 30 de outubro para cumprir as suas obrigações estatutárias, como por exemplo a ratificação do parecer positivo dado pelo Presidente do Conselho ao Calendário de Exames e Calendário Escolar.

Reuniu-se ainda presencialmente a 6 de dezembro de 2019 e a 15 de janeiro. Infelizmente a partir daí, a Pandemia da COVID-19 que nos assolou, colocou a academia em confinamentos sucessivos, situações de emergência e funcionamento preferencialmente, por vezes mesmo exclusivamente, em modo de trabalho a distância com utilização de plataformas de teleconferências e de *elearning*.

Na impossibilidade de reunir de novo presencialmente, o Conselho reuniu por Zoom e com a presença do Magnífico Reitor, a 7 de abril, 13 e 20 de maio. A questão das avaliações e sobretudo das avaliações finais em tempos de pandemia, foram abordadas e elaboradas com a colaboração inestimável do Magnífico Reitor, tendo finalmente sido elaboradas diretivas para o bom funcionamento das avaliações nesta situação de crise pandémica e de ensino quase que totalmente à distância.

Chegando o Conselho ao fim do seu mandato, foi solicitado ao Magnífico Reitor a 11 de maio que, tendo em consideração a dificuldade de realizar o processo eleitoral do Conselho Pedagógico no mês de Julho como previsto, por razões de pandemia, fosse prorrogada a atividade do mesmo Conselho até ao início do próximo ano letivo “*em que o processo eleitoral poderia ser mais facilmente realizável, e o Conselho ainda em função poderia se pronunciar sobre algumas medidas estatutárias importantes,*

tais como novos ciclos de estudo, horários escolares e de exames etc., que são postas habitualmente nesse momento”.

O Conselho continuou assim, em função e a 16 de outubro, o Presidente solicitou ao Magnífico um despacho sobre o processo eleitoral, continuando ainda neste momento em funções, e aguardando a realização do processo eleitoral.

O Conselho reuniu ainda a 16 de julho, 30 de setembro e 9 de novembro, em cumprimento das suas competências estatutárias.

Durante este ano letivo 2019-2020 o Conselho prestou as seguintes informações e tomou as deliberações que seguem:

- Aprovação dos Calendário de Exames e calendário Escolar.
- Discussão sobre procedimentos de avaliação de conhecimentos a adotar em função do momento de saúde pública que o País atravessa desde março de 2020.
- Incentivo e estímulo à participação da Comunidade Académica na utilização de diversas plataformas informáticas para apoio aos discentes;
- Análise para a situações de fragilidade socioeconómica, psicológica e académica dos discentes;
- Atualização dos inquéritos sobre os questionários de Autoavaliação aos alunos considerando as alterações do sistema de aprendizagem em consequência do momento de saúde pública
- Informações sobre Visita da CAE aos 1º 2º ciclos em Informática de Gestão e Engenharia Informática, Psicologia, Ciências da Comunicação e Relações Internacionais.

O Conselho aprovou ainda a proposta dos novos cursos seguintes:

- Doutoramento em Economia de Gestão Empresarial
- Doutoramento em Engenharia Informática e de Telecomunicações
- Doutoramento em Psicologia
- Doutoramento em Arquitetura
- Doutoramento em Direito
- Mestrado em Direito Empresarial
- Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais
- Mestrado em Política Internacional

Apesar da situação difícil que a pandemia ocasiona, o Conselho teve sempre quórum para funcionar com uma participação paritária e fortemente interventiva, cumprindo fielmente os seus deveres e exercendo as suas competências estatutárias.

Não podemos também deixar de assinalar as excelentes relações de colaboração com o Provedor do Estudante, assim como a sua presença nos trabalhos do Conselho sempre que lhe foi possível.

Lisboa, 30 /11/2020

O Presidente do Conselho Pedagógico

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'João Hipólito', is centered below the text.

Professor Doutor João Hipólito

Anexo

1. Reuniões

30 outubro 2019
6 de dezembro de 2019
15 janeiro de 2020
7 de abril de 2020 (c/presença Reitor)
13 de maio de 2020 (c/presença Reitor)
20 de maio de 2020 (c/presença Reitor)
16 de julho de 2020
30 de setembro de 2020
9 de novembro de 2020

2. Deliberações e Informações

2.1- Aprovação dos Calendário de Exames e calendário Escolar.

2.2 Discussão sobre procedimentos de avaliação de conhecimentos a adotar em função do momento de saúde pública que o País atravessa desde março de 2020.

2.3. Incentivo e estímulo à participação da Comunidade Académica na utilização de diversas plataformas informáticas para apoio aos discentes;

2.4 Análise para a situações de fragilidade socioeconómica, psicológica e académica dos discentes;

2.5 Atualização dos inquéritos sobre os questionários de Autoavaliação aos alunos considerando as alterações do sistema de aprendizagem em consequência do momento de saúde pública

3. Aprovação sobre Novos Cursos propostos para acreditação:

Doutoramento em Economia de Gestão Empresarial

Doutoramento em Engenharia Informática e de Telecomunicações

Doutoramento em Psicologia

Doutoramento em Arquitetura

Doutoramento em Direito

Mestrado em Direito Empresarial

Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais

Mestrado em Política Internacional

4. Informações sobre Visita da CAE aos 1º 2º ciclos em Informática de Gestão e Engenharia Informática, Psicologia, Ciências da Comunicação e Relações Internacionais.

Obs. Final. Sendo este o meu último relatório como Presidente do Conselho quero sublinhar a notável qualidade da colaboração que o Conselho estabeleceu com o Magnífico Reitor assim, como com o Conselho Científico e seus sucessivos Presidentes. De mesmo não posso deixar de assinalar a colaboração e presença nos trabalhos, sempre que lhe foi possível, do Provedor do Estudante e finalmente agradecer às Conselheiras e aos Conselheiros, que tanto deram de si-mesmos para responder às solicitações estatutárias que lhe foram feitas, e muito especialmente à Conselheira Prof.^a Dr.^a Telma de Mattos Ruas, que secretariou o Conselho, na quase totalidade do tempo, e que foi a peça indispensável e inestimável no eficiente funcionamento do Conselho. Foi um prazer servir a Universidade com uma tal equipa.

Anexo 5 - Relatório de atividades do Provedor do Estudante

Relatório das Atividades do Provedor do Estudante respeitante ao período de 1 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020

No período em apreço, cumpre distinguir o ano letivo em dois períodos: o primeiro semestre e o segundo.

Com efeito, se no primeiro os assuntos tratados pelo signatário foram os habituais, no segundo, coincidente com o aparecimento do Covid19, os temas suscitados foram outros e só surgiram em junho/julho de 2020.

De todas as questões suscitadas, merece destaque a participação de dois Alunos de Engenharia Informática, a propósito de um trabalho de grupo que mereceu a intervenção do Pai de um deles junto de autoridades académicas.

Do processo resultou, claramente, que os dois Alunos num grupo de Quatro nada contribuíram para o trabalho em avaliação.

Esta questão é velha nestes casos: uns trabalham outros assinam.

Só que, no caso em apreço, o Grupo dividiu-se e zangaram-se as “comadres”.

Para que haja, doravante, uniformidade de critério e garantias de que todos participam nos trabalhos, levei o assunto à apreciação do Conselho Pedagógico, nos termos do Regulamento da U.A.L. do RJIES.

De resto, o habitual.

- Equivalências;
- Publicitação atrasada das avaliações;
- Atraso injustificado da marcação de prova oral;
- O mesmo quanto a uma mestranda.

Relatório do Reitor 2019/2020



N.º Registo	Nome	Curso	Ano	Diurno/ Pós-laboral	Data	Assunto	Observações
01/20		Direito	3º	Pós-laboral	20/01/20	Equivalências	Assunto tratado com o Diretor do Departamento de Direito
02/20		Relações Internacionais		Pós-laboral	01/02/20	Publicitação de avaliações	Assunto remetido ao Doutor Reginaldo de Almeida
03/20		Psicologia			12/06/20	Reclamação do docente Tito Laneiro	Assunto com conhecimento ao Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida. Dr. Ruy Seabra falou com a Aluna ao telefone.
04/20		Direito			11/09/20	Exame online, Direito Penal Especial, docente Prof. Doutor Fernando Silva	
05/20		Direito			21/09/20	Mestrado em Direito - contactos com o Orientador Prof. Doutor Fernando Silva	Enviado e-mail ao Prof. Fernando Silva em 21/09/20.
06/20		Direito		Pós-laboral	25/09/20	Exame de recurso oral, Direito Penal II, data de marcação, Prof. Doutor Fernando Silva.	Dra. Ana Matos falou com a Aluna.
07/20		Direito			26/10/20	Atribuição notas, exames e pagamentos	Assunto com conhecimento da Secretária do Docente e Diretor do Departamento.

A estes casos foi dado o encaminhamento julgado conveniente, junto dos Docentes visados, com conhecimento ao Magnífico Reitor e o Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida.

Após a primeira fase da pandemia, refiro que as outras questões respeitaram a propinas em atraso, avaliações incorretas no entender dos reclamantes.

Dado o teor: assuntos de ordem administrativa ou sob reserva da autonomia pedagógica, enviei apenas ao conhecimento do Administrador acima referido e do Magnífico Reitor.

Aproveito para agradecer a todos a quem foram solicitados a prestar colaboração ao Provedor do Estudante e à Exma. Administração, na pessoa do seu Ilustre Presidente e ao Magnífico Reitor, Presidente do Conselho Pedagógico, pela forma exemplar como, na prática, prestigiaram a entidade orgânica Provedor do Estudante.

Lisboa, 17 de novembro de 2020.

Ruy Seabra
Provedor do Estudante

Anexo 6 – Relatório das atividades da Biblioteca

Relatório Anual 2019/2020 & Plano de Atividades 2020/2021

1 - RELATÓRIO ANUAL 2019/2020

No final do ano letivo 2019/2020 podemos dizer *Missão Cumprida!*

A Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa fechou as portas à comunidade académica no início de março de 2020. Contudo, a adaptação às novas dinâmicas foi natural, fruto do trabalho de formação dos recursos humanos, da promoção dos recursos eletrónicos e do acesso remoto realizado nos últimos anos.

O período de confinamento permitiu realizar tarefas no módulo de circulação e empréstimo – retirada de leitores inativos e caducados – que nunca tinham sido executadas e parametrizar o EDS - sistema de pesquisa integrada.

O segundo semestre começou com o ensino e formação de utilizadores à distância, assim como com a adaptação do espaço físico e dos recursos humanos a esta nova realidade.

A promoção do *webinar - Pesquisas básicas e avançadas no EBSCO Discovery Service: um contributo para a mais alta qualidade do ensino e excelência da investigação* - permitiu aprofundar o conhecimento sobre o *software* de pesquisa integrada e promover o desenvolvimento de competências de pesquisa, localização, seleção, gestão e avaliação da informação científica e académica (Literacia da Informação), independentemente da área científica, no âmbito dos processos de ensino/aprendizagem e de investigação, com um grande impacto na consulta e download de artigos, e-books, dissertações/teses cujo número triplicou em relação ao ano anterior.

A reabertura do serviço de empréstimo domiciliário em regime *take-away* permitiu complementar e reforçar o apoio ao processo de ensino/aprendizagem.

Ao nível do apoio à investigação, continuou a procura do serviço de empréstimo interbibliotecas e de pedidos de disponibilização de artigos por parte dos docentes/investigadores – a Biblioteca respondeu a mais de 100 pedidos de livros e

artigos - o que revela a sua importância no processo de investigação e mais ainda em contexto de pandemia. Continuou ainda, o pedido de criação de DOI – serviço que a Biblioteca desempenha no apoio aos serviços editoriais e que no ano letivo 2019/2020 atribuiu 64 DOI.

A formação contínua e especializada na área das Bibliotecas e no contexto do ensino superior nacional e internacional continuou a ser uma prioridade com o objetivo de melhorar o desempenho dos profissionais e dos serviços prestados à comunidade académica num contexto desconhecido para todos nós.

2 - PLANO DE ACTIVIDADES 2020/2021

Na continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e sendo a Biblioteca Universitária uma estrutura fundamental da universidade que visa garantir o sucesso académico e a inclusão da sua comunidade, promover as relações interpessoais e comunicar o que é produzido pelos professores/investigadores, elaborámos este plano com cinco objetivos e cujas atividades a desenvolver pretendem ir ao encontro das exigências internas e externas:

1 - Apoiar a investigação

- Aquisição bibliográfica de acordo com os projetos em curso;
- Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objetivo de satisfazer as necessidades de informação dos professores/investigadores e alunos;
- Promoção/divulgação da Ciência Aberta e do Repositório Institucional;
- Realização de tarefas de apoio ao Auto Arquivo;
- Realização e divulgação de ações de formação/*webinars* no âmbito da investigação;
- Apoio à elaboração de bibliografias.

2 - Apoiar o ensino & aprendizagem

- Promoção do novo espaço e ferramentas destinadas a alunos com necessidades educativas especiais.
- Formação de utilizadores em contexto de sala de aula e através da plataforma zoom;
- Formação de bases de dados em contexto de sala de aula e através da plataforma zoom;
- Formação e promoção do *Curriculum Builder* - ferramenta de grande utilidade para apoiar os docentes na criação de listas bibliográficas no e-learning;
- Apoio à elaboração de bibliografias;

- Divulgação do manual de apoio à elaboração de referências bibliográficas;
- Promoção do EIB - Empréstimo Interbibliotecas, com o objetivo de satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores;
- Difusão seletiva de informação - novidades bibliográficas e de serviços.

3 - Adequar e desenvolver o fundo documental e o espaço físico

- Verificação dos documentos desatualizados e em mau estado;
- Aquisição bibliográfica de acordo com o programa das cadeiras e com as exigências das entidades de avaliação;
- Renovação e assinatura de publicações periódicas de acordo com a utilização e com as exigências dos programas e das entidades de avaliação.

4 - Promover a Biblioteca digital

- Renovação do site da Biblioteca e participação nas redes sociais.
- Divulgação das Bases de Dados assinadas pela Universidade;
- Promoção da utilização dos recursos da biblioteca virtual, através da realização de ações de formação.

5 - Promover parcerias departamentais e institucionais

- Contacto com os diretores de departamento, com o objetivo de promover a cooperação e articulação das necessidades institucionais;
- Parceria com o GAID na divulgação de ações a desenvolver para e com os Docentes/Investigadores;
- Apoio aos processos de avaliação interna e externa - SIGQ; MCTES; A3ES;
- Realização de parcerias institucionais, com o objetivo de isentar o serviço de EIB - Empréstimo Interbibliotecas;
- Realização de parcerias institucionais, com o objetivo de implementar novos serviços.

Catarina Figueirinha Lopes

Anexo 7 – Relatório de Atividades dos Serviços Editoriais e atividades de extensão

Serviços Editoriais

Relatório 2019/2020

Plano de atividades 2020/2021

1ª Parte – Relatório de Atividades

Nota prévia

A pandemia que caracterizou 2020 afetou os trabalhos editoriais, reduzidos ao máximo por motivos logísticos da organização das tarefas, uma vez que não há pessoas afetas exclusivamente a esta atividade, e os colaboradores centraram toda a atenção na missão de assegurar o funcionamento do ano letivo na vertente ensino-aprendizagem.

1. Serviços Editoriais

Tendo a CEU/UAL decidido pela manutenção de Serviços Editoriais, em detrimento da existência de uma Editora em si, não obstante ter-se mantido a chancela Edidual, estes serviços atuam essencialmente de duas formas:

- a) Como facilitadores na relação autor-editora comercial, procurando as empresas mais adequadas em função da temática, para que os autores possam editar em papel, mediante um subsídio atribuído pela CEU.
- b) Fomentando a edição em Acesso Aberto, através do Repositório Institucional, com todos os requisitos de um livro e com a chancela Edidual, cumprindo assim os desígnios da FCT.

Em ambos os casos, desenvolvem-se contactos com autores e tradutores, revisão e edição de textos, recolha de imagens, emissão de pedidos, gestão administrativa de pagamentos, etc.

1.1. Apoio personalizado a docentes

- a) Aconselhamento sobre a melhor forma de edição, reimpressão, nova edição, etc.
- b) Demonstração da visibilidade da edição em Acesso Aberto

1.2. Conselhos Editoriais

A gestora dos Serviços Editoriais é membro dos Conselhos Editoriais das seguintes publicações:

- a) Janus.net, Observare, UAL
- b) Psique, CIP, UAL
- c) Estudo Prévio, CEACTION, UAL

1.4. Representações externas

Secretária da Direção da APEES, Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior

1.5. ERC, Entidade Reguladora para a Comunicação Social

A ERC tem como principais atribuições e competências a regulação e supervisão dos meios de comunicação social.

Algumas das nossas publicações periódicas estão abrangidas pela sua tutela e a gestão das mesmas é morosa, complicada e objeto de constante correspondência.

1.6. Plataformas online

Criação da revista ERBE, European Review of Business Economics

Produção de e-books

Paginação da PSIQUE

Manutenção do site do Centro de Investigação em Psicologia

Apoio à estruturação do site do Centro de Investigação em Economia

Apoio ao NIPC@M

1.7. Edições em curso

	Título/Tema
1.	Comunicação, cultura e jornalismo cultura, NIP-C@M
2.	Um mundo de incertezas: as leituras possíveis de um tempo pandémico – NIP-C@M
3.	Atas do Colóquio "Imprensa Nacional: 250 anos de História", em parceria com INCM
4.	Monografia sobre o Palácio (coord. Miguel Figueira de Faria)
5.	Norte Júnior (coord. José Manuel Fernandes)
6.	Manuel da Maia (coord. Miguel Figueira de Faria), em colab com DGPC
7.	Galileu, Revista de Direito e Economia – impresso e e-book

1.8. Edições concluídas

	Título	Editor
1	<i>O futuro já não é o que era, mas terá de ser melhor do que promete</i> Onésimo Teotónio Pereira	e-book
3	Estudo Prévio (Departamento de Arquitetura)	Online
4	Janus.net (Departamento de RI)	Online

2ª Parte – Plano Anual: Perspetivas Estratégicas e Ações a Desenvolver

1. Perspetivas Estratégicas

Aumentar o acesso à produção científica dos docentes e investigadores da UAL, através de novas edições.

Continuar a por em prática as recomendações da FCT sobre Ciência Aberta.

Continuar a insistir na indexação das nossas publicações.

2. Ações prioritárias a realizar no ano letivo 2019/2020

Sabendo que 2020-2021 continua a ser fortemente afetado pela pandemia, inibindo uma série de ações e priorizando o trabalho dos colaboradores envolvidos, apenas consideramos conseguir iniciar o processo de migração das nossas publicações para o Open Journal System.

Mestre Madalena Romão Mira

Coordenadora dos Serviços Editoriais

Anexo 8 – Relatório de Atividades das Unidades de I&D

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES do GAID

Outubro 2019 - Setembro 2020 (resumo)

1. Actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento

No âmbito das principais actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Investigação e Desenvolvimento (GAID), destacam-se entre outras, as seguintes acções:

- a) Acompanhamento das diversas actividades desenvolvidas no âmbito dos Planos de Actividades de I&D dos Centros como seja, os procedimentos intrínsecos à participação virtual dos Docentes/Investigadores que ocorreram em variados eventos científicos nacionais e internacionais;
- b) Auxiliou nos procedimentos necessários para a submissão das candidaturas levadas a cabo pelas Unidades de I&D a distintos concursos promovidos por instituições públicas e privadas, sendo responsável pela gestão financeira daqueles que obtiveram financiamento, em estreita ligação com os Serviços Administrativos e Financeiros.
- c) Junto da FCT, o GAID continuou como elo de ligação, com destaque, entre outros assuntos, para aqueles que directamente dizem respeito às 3 Unidades de I&D avaliadas por aquela Instituição, como seja a sua gestão financeira. Ao presente apenas o CIP possui financiamento atribuído na sequência da classificação de *Bom* decorrente do último processo de avaliação, sendo essa gestão financeira levada a cabo pelo GAID em permanente sintonia com os Serviços Administrativos e Financeiros. Importa realçar que a gestão do financiamento atribuído pela FCT aos Centros de I&D, nos últimos 5 anos, tem sido concretizada com uma taxa de execução de 100%.
- d) Em Abril de 2020, o GAID elaborou e submeteu, o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN19) solicitado pela DGEEC que envolve todo o corpo docente da UAL.

- e) Em Julho do corrente ano, o GAID desencadeou os procedimentos concursais necessários para a contratação de 2 bolseiros de investigação (FCT) para o CIP.
- f) Em Setembro, o Gabinete levou a cabo o Inquérito à Produção Científica Docentes/Investigadores, procedimento anual, com vista à atualização da respectiva produção científica desenvolvida pelos Docentes/Investigadores da UAL, entre 2019-2020.
- g) O GAID recebeu e encaminhou ao GRI vários pedidos de Docentes/Investigadores para tradução de capítulos de livros e artigos científicos para publicação em revistas indexadas no País e no estrangeiro.

O GAID acompanhou e deu suporte nos procedimentos necessários das candidaturas aos concursos conforme seguem:

2. Participação da CEU/UAL em concursos promovidos pela FCT

As Unidades de I&D e Docentes, por via da CEU/UAL, neste ano Lectivo 2019-2020, corresponderam à chamada a *calls* dos concursos seguintes:

- a) Em Março de 2020, foi submetida 1 candidatura ao “Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual” por parte de uma investigadora que tinha o Observare como Instituição de Acolhimento. Apesar da boa pontuação, infelizmente, não foi selecionada para financiamento.
- b) Em Abril o GAID acompanhou e levou a cabo os procedimentos necessários com vista à submissão de 2 candidaturas ao concurso “RESEARCH 4 COVID-19”, promovido pela FCT, a saber: um sob coordenação da Professora Rute Brites, do CIP, e outra sob coordenação da Professora Denise Santos. Apesar da boa pontuação, infelizmente, não foram selecionados para financiamento.
- c) Ainda em Abril, o GAID deu suporte à submissão de 6 candidaturas por via dos Centros de I&D ao concurso Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos promovido pela FCT, a saber: 1 Candidatura do CIP, sob coord. da Professora Rute Brites, e em que a CEU é a Instituição Proponente; 1 Candidatura que integra o CEACTION, por via da Professora Filipa Ramalhete, num projecto submetido pelo CICS.Nova, em que a CEU é Instituição Participante; 2 Candidaturas que integra o CICEE, por via do Professor Mário Coutinho dos

Santos, submetidas pela Universidade Católica do Porto, em que a CEU é Instituição Participante; 1 Candidatura que integra o OBSERVARE, por via do Professor Ricardo Sousa, submetida pela CEI-IUL (Centro de Estudos Internacionais/ISCTE), em que a CEU é Instituição Participante e 1 Candidatura que integra o OBSERVARE, por via da Professora Luisa Godinho, num projecto com o Instituto da Defesa Nacional (IDN) em que a CEU é Instituição Proponente. Apesar da boa pontuação, infelizmente, não foram selecionados para financiamento.

d) Em Setembro, o GAID acompanhou 1 candidatura sob coord. da Professora Sandra Figueiredo, do CIP, ao Concurso promovido pelo Observatório Social da Fundação “la Caixa”, com a finalidade de apoiar projetos de investigação sobre o impacto social da COVID-19.

1. Participação da CEU/UAL em concursos promovidos por outras entidades públicas:

a) Em Dezembro de 2019, por via da CEU/UAL, enquanto Instituição Proponente, foi submetida 1 candidatura ao concurso “Apoio à organização de conferências e seminários e à realização de estudos 2020” para a cofinanciamento, promovido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, por parte do Observare com o projecto: *IV Congresso Observare*, sob coord. do Professor Luis Moita, tendo sido aprovado para cofinanciamento.

b) Em Abril de 2020, por via da CEU/UAL, enquanto Instituição Proponente, foi submetida 1 candidatura ao concurso “Concessão de subsídios a projetos de interesse para a Defesa Nacional”, promovido pelo Ministério da Defesa Nacional, por parte do Observare com o projecto: *«O país que somos, o(s) mundo(s) que temos: um roteiro para o conceito estratégico na próxima década»*, sob coord. da Professora Ana Xavier, tendo sido aprovado para cofinanciamento.

Actividades científicas concretizadas pelas equipas de investigadores dos Centros de I&D.

Importa ressaltar que, para o período em análise, não obstante as circunstâncias e consequências conhecidas e provocadas pela pandemia COVID-19, que coincidiram precisamente e praticamente com todo o ano lectivo 2019-2020, os Docentes/Investigadores não deixaram de dar continuidade às suas actividades de I&D, bem como em participar em distintos congressos/conferências de referência, nacionais e internacionais. Neste caso, a participação deu-se em formato virtual, onde puderam, de igual modo, apresentar os resultados finais e/ou *working progress papers* subjacentes aos projectos de I&D que desenvolvem. Ao nível das publicações, também não deixaram os investigadores de as levar a cabo e submeter, quer em revistas indexadas científicas nacionais como internacionais, como em revistas indexadas, como seja Web of Science e Scopus. De referir que, não obstante esta “nova realidade”, à qual também os Docentes/Investigadores dos Centros de I&D se adaptaram, o apoio da CEU/UAL manteve-se inalterável com vista à realização das mais diversificadas actividades de I&D que foram sendo executadas.

Nesse contexto, e no quadro iniciativas concretizadas pelos Centros de I&D, neste período, destacam-se, sumariamente, as acções seguintes:

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores (Director: Prof. Luís Tomé).

- Em Jan. de 2020, o Observare, por via da CEU/UAL, integrou um consórcio com vários parceiros internacionais, coordenado pela Sapienza de Roma, em que apresentaram uma candidatura transnacional à Marie Curie Innovative Training Networks (Comissão Europeia): *PACTS-Peace and Religious Cohabitation through Times and Spaces. From the Great Empires of the Past to Present Times*, porém como os concursos da Comissão Europeia, designadamente no âmbito da Marie Curie, são extraordinariamente competitivos, infelizmente, a esta candidatura não foi concedido financiamento.

- Em Set. de 2020, o Observare, por via da CEU/UAL, submeteu uma candidatura ao concurso promovido pela CEPOL – “Call for Establishing Framework Partnership Agreements 2021-2024”, tendo sido aceite por aquela agência da EU. Foi, entretanto, assinado um Acordo Quadro de Parceria com a CEPOL para o período 2021-2024, tendo em Dez. 2020 submetida uma proposta/orçamento para a concretização de acções e/ou projectos a serem aprovados, para execução a partir de Julho de 2021.

- O Observare foi co-organizador da *7th International Conference on Eurasian Politics and Society* (IEPAS 2020), que se realizou entre 23-25 de Set., em formato online. O OBSERVARE está já a trabalhar com os parceiros CESRAN International e CEI-ISCTE/IUL para a IEPAS 2021, que se espera possa vir a ter lugar na UAL, em setembro do próximo ano.

- Com o objectivo de divulgar os resultados dos projectos em curso, o Observare organizou vários seminários e conferências em formato virtual, na UAL, facilmente consultáveis no site do Centro, e os seus investigadores participaram activamente, em modo virtual, em diversos eventos científicos nacionais e no estrangeiro, alguns por convite. A equipa de investigadores do Observare organizou webinars, publicou livros e capítulos de livros, bem assim, artigos em revistas indexadas a nível nacional e internacional.

- Programa na TVI 24 em parceria com o Observare: a atualidade internacional todas as semanas, com os melhores especialistas em Relações Internacionais. Francisco Seixas da Costa, Carlos Gaspar e Luís Tomé analisam as principais tendências da política internacional.

CIP - Centro de Investigação em Psicologia (Director: Prof. João Hipólito; Coordenação Científica: Prof.ª Odete Nunes)

- Os investigadores do CIP mantiveram os objectivos quanto à concretização de *outputs* científicos e divulgação dos resultados dos projectos de I&D que têm em curso. Em formato virtual, foram realizadas várias comunicações quer em eventos científicos nacionais como internacionais. Ao nível de publicações, foram submetidos vários artigos em revistas científicas nacionais e internacionais da especialidade com revisão por pares. Alguns artigos estão em fase de submissão em revistas indexadas. Ao longo deste período, a equipa de investigadores continuou a organizar seminários e conferências na UAL, facilmente consultáveis no site do Centro.

- No âmbito dos distintos projectos de I&D em curso, os investigadores do CIP desencadearam colaborações com colegas de universidades internacionais com vista à publicação de artigos.

- Investigadores do CIP submeteram alguns projectos a concursos promovidos por Instituições públicas e privadas, como seja a submissão de 1 projeto à comissão de Ética do Hospital Beatriz Angelo; 1 projecto ao Concurso promovido pelo Observatório Social da Fundação “la Caixa”, com a finalidade de apoiar projetos de investigação sobre o impacto social da COVID-19; 1 candidatura ao concurso Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos, promovido pela FCT.

- Com vista a uma melhor adequação de leitura, consulta e visibilidade, o CIP levou a cabo uma reestruturação do respectivo site, assim como o site da Revista Psique online.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas (Director: Prof. Ruben Bahamonde)

- Os investigadores do Ratio Legis participaram em vários e distintos eventos científicos nacionais e internacionais, quer como oradores principais, quer por convite de Universidades e Instituições estrangeiras. De destacar também os vários seminários e conferências, em formato virtual, organizados pela equipa de investigadores, na UAL, sobre os mais variados temas, facilmente consultáveis no site do Centro. A equipa de investigadores publicou livros, e capítulos de livros, bem assim, artigos em revistas a nível nacional e internacional.

- Inserção do Ratio Legis e da UAL no VI Congreso Internacional: *Criminalidad Organizada Transnacional – Una Amenaza a la Seguridad de los Derechos Democráticos* – realizado pelo OCOT da Universidade de Salamanca, em outubro de 2019.

- No âmbito do projecto *Corpus Delicti* – Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional: foram integradas teses de doutoramento dentro projeto, bem como a publicação dos Volumes I e II da coleção, pela Editora Almedina: *Criminalidade Organizada Transnacional Corpus Delicti – I, e Os Desafios do Direito do Século XXI. Violência, Criminalização, Consenso, Tutela Digital e Laboral*. Encontra-se em elaboração um plano estratégico de modo a implementar uma rede internacional com centros de I&D e Instituições de Ensino Superior nacionais e estrangeiras – Espanha, Itália, Alemanha, Inglaterra, Brasil, Chile, Estados Unidos de América – que já têm ou estão a implementar observatórios e linhas de investigação científica sobre o tema do projecto.

- Considerando as circunstâncias derivadas do Covid-19, outras atividades científicas que estavam previstas para este ano não puderam concretizar-se, como seja o SIECO II, a realizar-se em Maio de 2021.

- Neste período o Ratio Legis procedeu à realização de novas parcerias, e novos contactos com outros centros de investigação e associações científicas de repercussão mundial, alinhamento da equipa de investigação, inclusão de alunos nas investigações, bem como a criação de novos objectivos, e linhas e projetos de Investigação

CEACT - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território (Directora: Prof^a. Filipa Ramalhete)

- Foi publicada a obra *Atlas Almirante Reis*, através da editora Tinta-da-china. Um trabalho de grande morosidade e complexidade, que retrata o eixo da Avenida Almirante Reis, correspondente a uma área de expansão da cidade do século XX.

- Foi publicado o livro *INSITU - Laboratórios de Intervenção em Arquitectura (2012-2019)* que congrega uma síntese de tudo o que foi realizado e alcançado nas nove edições realizadas. Trata-se de uma edição da UAL, com distribuição da editora

Monade. A pandemia Covid-19 não permitiu a organização de uma exposição acerca do mesmo, foi produzido o documentário *O que fica*, concluído em Set. de 2020.

- Outros projectos planeados pelo CEACT foram adiados e/ou suspensos face às restrições decorrentes da pandemia provocada pela COVID-19, como seja o projeto “100 anos da Cova do Vapor” em que não está previsto o seu arranque enquanto a situação não se normalizar; o projeto ASSIM - Activating Service-Sharing at InterMunicipal Scale, cujo relatório final acerca do levantamento de projetos de referência e com potencial intermunicipal, não foi possível apresentar e discutir presencialmente, tendo sido enviado a todos os municípios, e na mesma senda o projeto da nova edição “Bairros em Lisboa”.

- Lousal - Continuou o projeto de Arte Pública Colaborativa, na sequência do sucesso do projeto Monumento à Multiculturalidade (Almada), e que resultará na instalação na aldeia de 3 peças escultóricas. A primeira peça foi inaugurada a 12 de dezembro de 2019 e as próximas serão colocadas em 2021 e 2022.

- Revista Estudo Prévio - Foram lançados os números 16 e 17. No n.º 16 foi entrevistado o arquiteto Giorgio Santagostino e no n.º 17 o arquiteto Ricardo Bak Gordon, mantendo a lógica de ter em cada ano uma entrevista a um arquiteto estrangeiro. Foi também criado um novo site para alojar a revista, com um novo design e também com melhores funcionalidades e flexibilidade em termos de gestão e carregamento dos conteúdos. Em formato ainda presencial e virtual, foram realizadas várias comunicações quer em eventos científicos nacionais como internacionais por parte dos investigadores do CEACT.

Autónoma TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias (Director: Prof. Mário M. da Silva).

- Os investigadores do Autónoma TechLab promoveram a realização de distintos seminários e conferências em formato virtual, na UAL, proporcionando à comunidade académica a apresentação e discussão entre outros temas no âmbito das Linhas de Investigação, mas também com a finalidade de divulgar os resultados (quer teóricos, quer práticos) dos *working papers* dos respectivos projectos que têm em curso subjacentes às Linhas de Investigação activas: Big data e Programação e Tecnologias Web; Sistemas Autónomos e Inteligência Artificial; Redes de Comunicação e Internet das Coisas; Inteligência Artificial e Sistemas Autónomos.

- Não obstante as circunstâncias derivadas do Covid-19, o Autónoma TechLab concretizou distintos *outputs* científicos, como seja capítulos de livros e artigos em revistas indexadas a nível nacional e internacional, tendo participado em eventos científicos nacionais e estrangeiros, porém, em formato virtual, sendo que alguns estavam agendados há já bastante tempo e que, entretanto, tiveram que realizar-se online.

CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas (Directora: Profª. Maria H. C. Coelho)

- Os investigadores do CICH desencadearam distintas actividades em torno dos projectos subjacentes às suas quatro linhas de investigação: História da Arte e do Urbanismo; História e Cultura das Organizações. Passado, Presente e Futuro; Arqueologia; História e Sociedade (séculos XIV-XVIII).

- Da investigação levada a cabo pela equipa de investigadores destaca-se a publicação das obras: "A Previdência Portuguesa: 90 anos em prol da solidariedade (1929-2019)", 2019; Guia de História Financeira Portuguesa: Banca e Seguradoras - Séculos XIX e XX, INCM, 2020; "1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase global" no livro "História Global de Portugal", Círculo de Leitores, 2020.

Os investigadores do CICH levaram a cabo a publicação de vários capítulos de livros, bem assim, artigos em revistas a nível nacional e internacional; a publicação do estudo *Humanos modernos chegaram à zona onde hoje é Portugal 5000 anos antes do que se pensava*, na revista Proceedings of National Academy of Sciences; realizou-se a Exposição 'A Evolução Humana', no átrio da Biblioteca da UAL; o webinar "O legado da Expedição Científica à Serra da Estrela 1881" na primeira sessão das Conferências da Estrela de 2021; realizou-se o colóquio "Imprensa Nacional: 250 anos de história. O livro, os saberes e o estado".

- Na Transmissão e disseminação do conhecimento, os investigadores do CICH participaram em várias conferências nacionais, e no estrangeiro.

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social (Director: Prof. Arlindo Alegre Donário).

- No âmbito da linha de investigação – Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito –, em Nov. de 2019, foi publicada a 2.ª edição da obra *Economia com Destaque para a Microeconomia: Uma Visão Crítica*, da autoria dos Professores Arlindo Donário e Ricardo Borges.

- Foi também lançada a 2ª edição do livro *Microeconomia – Exercícios Propostos e Resolvidos*, da autoria dos Professores António Duarte Santos e Sandra Ribeiro. Também estes investigadores publicaram um paper em revista indexada internacional.

- O Prof. António D. Santos apresentou uma comunicação, online, na Conferência t-Forum 2020 Global Conference, Nov. 2020, e na 9th International Conference on Business Sustainability, Dez. 2020. Resultou da Conferência Mundial t-Forum.priemira a publicação de um paper no "*Book of Abstracts*" (ISBN 978-989-9023-38-3).

- O Prof. António Cabeças apresentou uma comunicação, online, na 10th International Conference on Technology, Science and Society, Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), Out. 2020, e na 9th International Conference on Business Sustainability, Dez. 2020. Foi publicado o *paper* na "International Journal of Finance, Insurance and Risk Management", Volume 8, em conjunto com o Prof. António D. Santos; e publicado o artigo no Global Knowledge Academics na "TECHNO REVIEW. International Technology, Science and Society Review", em conjunto com o Prof. Mário Marques da Silva.

NIP@COM - Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas Digitais (Directora: Prof^a. Paula Lopes).

- Os investigadores do NIP@COM prosseguiram as actividades de I&D em torno do projecto *Práticas, consumos e riscos digitais dos jovens de Angola* subjacente à Linha de Investigação *Práticas e competências mediáticas digitais*. Continuou a aplicação de inquéritos, compostos por 27 perguntas, a uma amostra de 1868 alunos angolanos; deu-se continuidade à construção de uma base de dados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). A equipa participou em congressos, simpósios e encontros nacionais e internacionais no âmbito dos estudos do fenómeno digital, bem como deu continuidade na elaboração de artigos académicos, para submissão a revistas indexadas, nacionais e internacionais. Com o presente projeto conseguiu-se mapear tendências de práticas e comportamento de risco no âmbito da usabilidade digital juvenil, bem como tem permitido a identificação de situações de risco e vulnerabilidades no mundo digital, como o *ciberbullying*, o roubo de perfis e de dados nas redes sociais.

Em curso estiveram igualmente os trabalhos inerentes aos ao projecto *Práticas, consumos e riscos digitais dos jovens de Moçambique*. Foi aplicada a pesquisa empírica com a aplicação de um inquérito extensivo por questionário, composto por 27 perguntas, a uma amostra de alunos moçambicanos. Também aqui foram identificadas situações de risco e vulnerabilidades no mundo digital, como o *ciberbullying*, o roubo de perfis e de dados nas redes sociais e exposição a conteúdos violentos e/ou sexualmente explícitos. Os resultados do trabalho servirão para o desenho de políticas públicas no âmbito das práticas digitais juvenis. A investigação resulta de um contacto realizado pelos coordenadores do NIP-C@M com o Prof. João Miguel, da Universidade Eduardo Mondlane.

Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais (Director: Prof. Mário Coutinho dos Santos).

- Os investigadores do CICEE prosseguiram com a série de working papers, a identificação e discussão da literatura relevante, bem como a identificação de base de dados da área científica. Para o período em apreço, a equipa de investigadores continuou com a produção de artigos, da série de working papers, tendo como objectivo a difusão dos resultados subjacentes aos vários projectos de I&D que o Centro tem em curso.

- Com vista à divulgação das actividades distintas, eventos e *outputs*, foi criado o site do CICEE.

- O CICEE criou, igualmente, a revista de investigação científica, online, ERBE - *European Review of Business Economics*, nos domínios das ciências económicas e empresariais que tem, entre outros, o objetivo de promover a publicação da investigação científica original, fundamental e aplicada desenvolvida, nomeadamente, a desenvolvida no âmbito do CICEE.

- Investigadores do CICEE, em parceria com a Universidade Católica do Porto, submeteram duas candidaturas ao concurso - Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos 2020, promovido pela FCT.
- No âmbito dos distintos projectos de I&D, os investigadores do CICEE têm vindo a desencadear formas de colaboração com colegas de universidades internacionais.

Obs.: Dada a impossibilidade de neste espaço descrever, de forma exaustiva as actividades científicas desenvolvidas por cada Centro, a informação encontra-se, na íntegra, em Relatório constituído pela totalidade do Formulário I&D (Anexo n.º 1) e documentos anexos, relativos às mesmas.

GAID, 30 de Dezembro de 2020.

Cristina Dias

Anexo 9 – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2019/2020

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Arquitetura	Doutor	Protecção do ambiente	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Arquitetura	Doutor	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Ciências Físicas	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Arquitectura e Construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Arquitectura e Construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Arquitectura e Construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
	Arquitetura	Mestre	Arquitectura e construção	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista c/grau Mestre	Arquitectura e Construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar c/Agregação	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Arquitectura e Construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitectura e Construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitectura e construção	Prof. Associado s/Agregação	Colaboração
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitectura e Construção	Professor Associado	Tempo completo
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista c/grau Licenc.	Arquitectura e Construção	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo e reportagem	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Mestre	Jornalismo e reportagem	Professor Assistente	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências da Comunicação	Especialista c/grau Licenc.	Informação e Jornalismo	Prof. Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Artes	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Especialista c/grau Licenc.	Artes	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Especialista c/grau Mestre	Informação e Jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Humanidades	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo e reportagem	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e Jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar Convidado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Informação e jornalismo	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Especialista c/grau Mestre	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Formação profes/formadores e ciências da educação	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Especialista c/grau Mestre	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Licenciado	Engenharia e técnicas afins	Monitor	Colaboração
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências e Tecnologias	Mestre	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Mestre	Informática	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Matemática e estatística	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Licenciado	Engenharia e técnica afins	Monitor	Colaboração
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e Técnicas Afins	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Matemática e Estatística	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências e Tecnologias	Especialista c/grau Licenc.	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Mestre	Matemática e estatística	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências e Tecnologias	Doutor	Informática	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Catedrático	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Saúde	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências sociais e do comportamento	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Serviços pessoais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Matemática e Estatística	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista c/grau Licenc.	Saúde	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Informação e Jornalismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Associado c/Agregação	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências empresariais	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Matemática e Estatística	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Catedrático	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista c/grau Mestre	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista c/grau Mestre	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Engenharia e técnicas afins	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Serviços pessoais	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências Empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Assistente Convidado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Serviços pessoais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Serviços pessoais	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Física	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Licenciado	Ciências empresariais	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Serviços Pessoais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista c/grau Licenc.	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Serviços pessoais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Mestre	Saúde	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Especialista c/grau Mestre	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências Empresariais	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Direito	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Direito	Especialista c/grau Mestre	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo integral
	Direito	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Direito	Mestre	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Especialista c/grau Mestre	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Direito	Licenciado	Direito	Professor Convidado	Colaboração
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Direito	Mestre	Direito	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Professor Associado	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
	História	Licenciado	Ciências Físicas	Professor Auxiliar	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Especialista c/grau Mestre	Informação e Jornalismo	Professor Auxiliar	Tempo parcial
	História	Mestre	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar c/Agregação	Tempo parcial
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo integral
	História	Doutor	Humanidades	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Artes	Professor Catedrático	Tempo completo
	História	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo parcial
	História	Doutor	Humanidades	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Especialista c/grau Mestre	Matemática e Estatística	Professor Auxiliar	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Associado s/Agregação	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Saúde e Ciências sociais e do comportamento	Professor Catedrático	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Psicologia	Mestre	Ciências sociais e do comportamento	Assistente Convidado	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Especialista c/grau Licenc.	Saúde	Professor Convidado	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Investigador auxiliar	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista c/grau Licenc.	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências sociais e do comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista c/grau Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Auxiliar	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista c/grau Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliar s/Agregação	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Professor Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Humanidades	Professor Catedrático	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista c/grau Licenc.	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Catedrático Convidado	Docente Carreira

Relatório do Reitor 2019/2020



Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliares/Agregação	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliares/Agregação	Tempo completo
	Relações Internacionais	Mestre	Ciências Sociais e do Comportamento	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências Sociais e do Comportamento	Prof. Auxiliares/Agregação	Tempo completo

Anexo 10 – Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações

Anexo 11 – Representações do Reitor

Representações do Reitor no ano letivo 2019/2020

Data	Evento	Local
03/10/2019	Visita da Delegação da Xi'an Siyuan University	UAL
10/10/2019	Conferência "Ameaças ao Estado de Direito Democrático no Século XXI"	UAL
10/10/2019	Receção por ocasião da Festa Nacional de Espanha	Embaixada de Espanha
18/10/2019	Intervenção na "Tarde Africana", organizada pela Associação dos Estudantes Africanos	UAL
22/10/2010	Congresso anual CIP "Portugal: Crescimento ou estagnação?"	Centro de Congressos do Estoril
22/10/2019	Gala da Autónoma - entrega de diplomas	Teatro Tivoli
30/10/2019	Sessão de informação - Programa-Quadro Europeu	UAL
06/11/2019	Cerimónia comemorativa do 30.º aniversário da ANACOM	Fundação Portuguesa das Comunicações
06/11/2019	Abertura da Conferência "Terrorismo e Novas Ameaças"	UAL
14/11/2019	Receção por ocasião do Dia Nacional da República da Coreia	LX Factory
18/11/2019	Intervenção na Ronda Final da 1ª Edição do "ELSA Moot Court Competition"	UAL
21/11/2019	Conferência Internacional das Línguas Portuguesas e Espanhola (CILPE2019)	Fundação Calouste Gulbenkian
22/11/2019	"Lição inaugural" da edição 2019-2020 do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	UAL
26/11/2019	Participação em "Escutar o Impacto - Economia do Papa Francisco"	Universidade Católica Portuguesa
28/11/2019	Intervenção no Colóquio "Imprensa Nacional: 250 anos de história - o livro, os saberes e o Estado"	UAL
04/12/2019	Lançamento do livro do Dep. Arquitetura DA/UAL20 em simultâneo com a comemoração dos 20 anos do curso de Arquitetura	UAL
05/12/2019	Cerimónia entrega Prémio Santander Voluntariado Universitário 2019	Banco Santander
05/12/2019	Aula Aberta dos Profs. Arlindo Alegre Donário e Ricardo Borges dos Santos e lançamento do livro "Economia - com destaque para a Microeconomia"	UAL
09/12/2019	Entrega do certificado à equipa vencedora do ELSA UAL	UAL
13/12/2019	Intervenção na Celebração do 34º Aniversário da UAL	UAL
13/12/2019	Cerimónia de inauguração do Edifício dos Leões - Espaço Santander	Banco Santander
16/12/2019	Cerimónia de Tomada de Posse da Reitora da Universidade Aberta	Pavilhão do Conhecimento
19/12/2019	Apresentação da obra "Contributos para a história da regulação das comunicações em Portugal" - Anacom	INCM
07/01/2020	Receção/abertura dos Encontros Regionais com as Instituições de Ensino Superior A3ES	UAL
13/01/2020	Almoço com representantes da UTANGA - Universidade Técnica de Angola	UAL
24/01/2020	Participação na 1ª reunião do Conselho Coordenador do Ensino Superior	Teatro Thalia
04/02/2020	Almoço com Reitor da Universidade Europeia	Universidade Europeia
07/02/2020	Reunião com Presidente da A3ES	A3ES

Data	Evento	Local
11/03/2020	Reunião e almoço com representantes da CPLP	UAL
16/03/2020	Sessão solene de apresentação e abertura do 3º ciclo "Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa"	UAL
27/05/2020	Reunião com Reitor da Universidade Europeia	Vídeo conferência
16/06/2020	Webinar Programa de afiliação com o CFA Institute, no âmbito da Universia	Vídeo conferência
23/06/2020	Intervenção na 2.ª edição do webinar "A Dimensão Externa da Segurança Interna", em parceria com ISCPSI	Vídeo conferência
24/06/2020	Webinar "Surviving the Disruption and Uncertainty in Higher Education: A Conversation with Michael Horn and Dr. Paul LeBlanc" (Harvard)	Vídeo conferência
09/07/2020	Participação na Reunião da Comissão de Acompanhamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021	Vídeo conferência
23/09/2020	Intervenção na abertura da 7th International Conference on Eurasian and Politics (IEPAS 2020)	Vídeo conferência
25/09/2020	Intervenção no Encerramento da 7th International Conference on Eurasian and Politics (IEPAS 2020)	Vídeo conferência
29/09/2020	EUA webinar series: Towards the Bologna Process Ministerial Meeting	Vídeo conferência

Anexo 12 – Protocolos, convénios e parcerias

Protocolos, convénio e parcerias - 2019/2020

Celebrados com entidades nacionais

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
11/09/2019	Dep. Psicologia	Hospital Beatriz Ângelo	Cooperação tendo em vista o aproveitamento recíproco das respetivas potencialidades científicas, técnicas e humanas para a realização de estágios curriculares	um ano, renovável
07/10/2019	CEU/UAL	Fundação Calouste Gulbenkian	Atribuição de subsídio para implementação e avaliação do projeto selecionado no âmbito do concurso Academias Gulbenkian do Conhecimento tendo em vista a promoção de competências sociais e emocionais em crianças e jovens	até à conclusão do projeto
09/10/2019	Dep. Psicologia	Exército Português	Cooperação institucional nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais e áreas de intervenção comum às duas instituições (estágios)	ano letivo, renovável
11/10/2019	Dep. Psicologia	CRIA - Centro em Rede de Investigação em Psicologia	Cooperação no âmbito do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comum (estágios)	um ano, renovável
21/10/2019	Dep. Psicologia	Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Humanitário de Lisboa	Cooperação no âmbito do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comum (estágios)	um ano, renovável
19/11/2019	CEU/UAL	Instituto Cervantes	Cooperação bilateral no âmbito dos similares interesses de ambas as partes em relação aos alunos efetivos da UAL	um ano, renovável
18/11/2019	Dep. História	Direção-Geral do Património Cultural	Publicação em edição bilingue, português e inglês, da obra "Dissertação sobre a renovação de Lisboa", de Manuel da Maia.	
21/11/2019	CEU/UAL	Alto Comissariado para a Migrações	Cooperação recíproca com vista à promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do direito das migrações	um ano, renovável
30/11/2019	Centro de Arbitragem	APDCA - Associação Portuguesa do Comércio Automóvel	Cooperação no que respeita às atividades desenvolvidas em matérias de MARL e ao desenvolvimento de outras atividades conjuntas relevantes	um ano, renovável

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
30/01/2020	Dep. Psicologia	Ordem dos Psicólogos Portugueses	Compromisso de cooperação da OPP com as IES com vista à criação de um Fórum Nacional de Psicologia	até à conclusão do projeto
06/02/2020	Dep. Ciências da Comunicação	Fundação Altice Portugal	Desenvolvimento de atividades conjuntas e modos recíprocos de colaboração em diferentes domínios e através de projetos específicos	1 ano
18/02/2020	Dep. Direito	Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa	Ações de formação complementar para alunos de Direito	período do plano curricular
06/03/2020	Dep. Psicologia	FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia	Execução do financiamento atribuído pela FCT à unidade de I&D CIP	até à conclusão do projeto
08/04/2020	Dep. Ciências Económicas e Empresariais	Hospital Garcia de Orta, EPE.	Realização de estágios, bem como outras cooperações de carácter científico, técnico e pedagógico com eles relacionados	um ano, renovável
17/04/2020	Dep. Ciências Económicas e Empresariais	Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, EPE.	Realização de estágios destinados a diplomados em Administração de Unidades de Saúde	1 ano
14/05/2020	Dep. Ciências e Tecnologias	EXTIA Portugal	Fostering bilateral co-operation between the 2 institutions at academic, scientific research and cultural fields	3 anos, renovável
14/05/2020	CEU/UAL	Plano Nacional de Leitura 2017-2027	Cooperação institucional nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comum às duas instituições	3 anos, renovável
25/06/2020	Dep. Ciências e Tecnologias	Leitek Innovative Solutions, Lda.	Cooperação institucional nos domínios do ensino, da investigação e na articulação do ensino com a aprendizagem e o exercício de atividades profissionais em áreas de intervenção comum às duas instituições (estágios)	um ano, renovável
03/07/2020	CEU/UAL	NI - Agência Nacional de Inovação, SA	Envolvimento concertado e consolidação de sinergias na concretização conjunta da iniciativa "Born from Knowledge - BFK Ideas", que tem como objetivo principal premiar e capacitar as melhores ideias de negócio de base científica e/ou tecnológica de cada IES parceira da iniciativa	um ano, renovável

Celebrados com entidades estrangeiras

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
18/02/2020	CEU/UAL Autónoma Academy	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Promover a cooiperação técnica, cinetífica e educacional através de intercâmbio para o desenvolvimento de atividades relacionadas à formação, ensino e pesquisa em saúde. Estas têm como finalidade a qualificação de profissionais e estudantes da área saúde e a elaboração de produtos de interesse entre as partes	
03/10/2019	CEU/UAL	Xi'an Siyuan University	Establish an academic link between the institutions for mutual benefits in a spirit of friendship and co-operation	3 anos
02/03/2020	Dep. Direito	Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro	Mútua cooperação académica e técnica com a finalidade de integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades académicas e culturais conjuntas, nomeadamente fóruns, eventos, conferências, seminários encontros, debates, workshops, estudos, concursos e palestras, destacando-se a pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimentos jurídicos e afins	2 anos

Anexo 13 – Doutoramentos na UAL (2019/2020)

Doutoramentos na UAL no ano letivo 2019/2020

Data	Doutoramento	Candidato	Tese	Nota
23/jun/2020	História	Raquel Luz de Medina Garção Cabeças	Teatro como Palco de uma Sociedade e Transformador de Espaço Público. O Teatro Público do Século XVII	19

Anexo 14 – Relatório de Atividades do GRI Gabinete de Relações Internacionais

Gabinete de Relações Internacionais (GRI)

Relatório de Atividades 2019-2020

No ano letivo 2019-20, o Gabinete de Relações Internacionais foi dividido em dois por decisão do Conselho de Administração. O GRI encontra-se sob a responsabilidade da Doutora Isabel Silva e o Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais sob a minha alçada. O ano 2019-2020 foi bastante positivo, não obstante a pandemia que afetou algumas atividades a partir de março de 2020. Em janeiro de 2020, o gabinete passou a contar com a colaboração de Mónica Andrade, antiga aluna de Ciências da Comunicação da universidade, devido ao grande volume de trabalho do gabinete. Cumpriram-se os objetivos propostos.

1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Atualização constante da informação sobre o Gabinete e respetivas atividades no *website* da UAL, em português e inglês, sobre: Erasmus+, atribuição da Carta Erasmus 2014-2020, Declaração de Compromisso Institucional, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, informação diversa destinada a alunos *incoming* tanto das universidades europeias como das brasileiras (mobilidade extraeuropeia) (aulas de português, alojamento, sistema de *buddies* etc.). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de candidaturas à A3ES, FCT, e artigos científicos de membros dos vários centros de investigação.

2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+.

A universidade Autónoma de Lisboa recebeu o prémio de Boas Práticas pela gestão do programa Erasmus por parte da Agência Nacional em Dezembro de 2019, sendo a única universidade privada a ganhá-lo.

No relatório final institucional Erasmus+ que o Gabinete preencheu e submeteu à Agência Nacional/Comissão Europeia em novembro de 2019 relativamente ao ano anterior, a gestão e execução do projeto obteve uma pontuação de 94/100 pontos, considerada excelente, com uma taxa de execução de mobilidades de 150 % e de execução financeira de 100%. No ano letivo 2019-20, o financiamento obtido foi de **€54 920** para um total de **29** participantes (€35.270 Euros/21 participantes em 2018-19). Com base nos bons resultados dos anos anteriores, o financiamento obtido para o corrente ano de 2020-21 excede os **74.000 euros**. Realizaram-se 31 mobilidades, estando mais 7 previstas que não se concretizaram devido à pandemia e impossibilidade de sair do país. Registou-se um aumento das mobilidades *incoming* (83 alunos, dos quais 60 Erasmus e 23 Brasil), e dos 37 pedidos de visita por parte de pessoal de universidades parceiras. Contudo só 12 se puderam concretizar (4 professores provenientes das seguintes universidades: SNSPA, Roménia para C.C., Uskudar, Turquia, para Psicologia, Bucharest University of Economic

Studies, Gestão, e Oxford University para RI.; 8 administrativos provenientes de universidades na Polónia, Macedónia e Roménia) por motivos da pandemia. O número dos protocolos subiu de 53 para 55. Foi selecionado um aluno da UAL para fazer uma mobilidade na PUC Rio ao abrigo das bolsas Santander, cujo programa é igualmente gerido pelo gabinete, mas a mesma foi cancelada pela pandemia. Continuação do projeto *buddies* para facilitar a integração de alunos *incoming*, e das aulas de português. Continuação da vitrine Erasmus+ e do mapa de internacionalização da UAL. As 41 mobilidades outgoing distribuem-se da seguinte forma: 24 estudantes, dos quais 6 foram para Espanha (3 de Ciências da Comunicação para as universidade de Castilla La Mancha, 2 de Arquitetura para a Escola Politécnica de Madrid, 1 para a Complutense); 1 foi para a Alemanha (University of the Arts, Berlim, Arquitetura), 7 foram para a Roménia (1 SNSPA, 6 para a Bucharest University of Economic Studies, Gestão), 3 foram para a República Checa (Universidade de Pardubice, Gestão do Desporto), 7 foram para a Polónia (3 Gdansk Academy of Banking, Gestão; 1, AGH University of Science and Technology, Eng. Informática; 3 Jagiellonian, C. Comunicação.). Registaram-se 19 desistências entre os alunos inscritos para fazer uma mobilidade Erasmus.

Apenas uma funcionária da UAL fez mobilidade Erasmus+ (Bucharest University of Economic Studies (SASE)). As restantes que estavam previstas não se realizaram devido à pandemia. Seis professores (1 de Ciências da Comunicação, 3 de Relações Internacionais, 1 de Telecomunicações, 1 de Gestão do Desporto) deslocaram-se em missão de ensino às Universidades La Sapienza, Itália, Oxford, R.U, University of National and World Economy (Bulgária) e Bilbao (Espanha). O relatório final institucional a enviar à Agência Nacional/CE ainda está a ser elaborado (para entrega até 30 de novembro), pelo que a avaliação final sobre a execução do projeto só está prevista para o início de 2021. Demos continuidade ao sistema interno de recrutamento de *buddies* entre os nossos alunos, que ajudam os alunos *incoming* antes da sua chegada e durante a sua estadia (esclarecer dúvidas, mostrar a universidade, ajudar a encontrar casa etc.) a integrar-se na nossa comunidade e em Lisboa. Continuámos a ministrar aulas de português (intensivo e extensivo) aos alunos *incoming*, e manteve-se a vitrine expositora no corredor antes do Gabinete Erasmus com souvenirs oferecidos pelos visitantes *incoming*, assim como o mapa mundo da mobilidade no gabinete. Os estudantes de Ciências da Comunicação realizaram entrevistas ao Gabinete para posterior divulgação na UAL Media. Também com o objetivo de incentivar a mobilidade e consequente internacionalização da UAL, fizeram-se apresentações sobre o programa Erasmus+ e a mobilidade extraeuropeia nas salas de aula do primeiro ano. A pandemia, a transição para o ensino online e o confinamento exigiram muito trabalho de apoio aos alunos, mas acabou por correr tudo bem, ao ponto de alguns alunos terem pedido para prolongar a mobilidade mais um semestre, que foi autorizado.

3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras.

Seis professores realizaram mobilidades “out” em universidades em Itália, Espanha, Reino Unido, Polónia e Bulgária (Relações Internacionais, Ciências da Comunicação, Telecomunicações, Gestão do Desporto). Os Departamentos de Gestão, Ciências da Comunicação, Relações Internacionais, Psicologia, o Gabinete Erasmus, a Biblioteca, e o GIP acolheram docentes e funcionários *incoming*, respectivamente. O Gabinete realizou

traduções científicas para os seguintes departamentos e/ou centros de investigação: CIP, OBSERVARE e RATIO LEGIS.

4. Apoio aos departamentos/unidades da UAL.

O Gabinete respondeu aos pedidos de tradução, entre outros, solicitados pela Administração, Centros de Investigação, Departamentos e Secretaria da UAL. O Gabinete desempenhou um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais. O Gabinete participou no processo de acreditação da UAL junto da A3ES (tradução de textos).

Estudantes em Mobilidade Erasmus+ na UAL em 2019-20

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade		
Espanha	Valladolid	1	F	9	Arquitetura	Estudos		
	Granada	2	F/M	0				
	ETSAM	2	F/M	9				
	Alcala	1	M	8				
Alemanha	Arts Berlin	2	1F/1M	9				
Noruega	NTNU	4	3 F/1M	9				
Itália	POLIMI	3	1F/2M	5				
	IUAV	1	M	9				
Suíça	USI	1	M	5				
Brasil	FAINOR	5	F	5				
	UFSM	4	F	5				
	Escola da Cidade	1	F	5				
República Checa	Pardubice	1	F	5			Gestão	Estudos
Eslováquia	Nitra	4	2M/2F	5				
Roménia	SNSPA	7	2M/5F	5				
Turquia	Bulent	1	F	5				
Bulgária	UNWE	2	F	5				
Polónia	Szczecin	2	F	5				
Brasil	PUC Campinas	1	M	5				
	UCAM	1	M	5				
	UFSM	2	F	5				
Brasil	UNIVAP	2	F	9	C. Comunicação	Estudos		
	FAINOR	1	F	5				
Polónia	Jagiellonian	2	F	9				
Roménia	SNSPA	4	F	5				
Itália	La Sapienza	2	F	9, 5				
Itália	La Sapienza	2	1F/1M	9			Direito	Estudos
Alemanha	Hamburgo	1	M	5				
Brasil	FAINOR	1	F	5				
	UNISC	1	F	5				
Brasil	FAINOR	1	M	5	História	Estudos		
	USP	3	3 F/1M	5				
Polónia	PJAIT	2	M	5	Eng. Informática	Estudos		
Itália	UNITO	1	F	5	Psicologia	Estudos		
Itália	La Sapienza	4	2F/2M	9,5	R. Internacionais	Estudos		
	La Campania	4	F	5				
Brasil	PUC Rio	1	F	5				
Roménia	ASE	1	M	5				
	SNSPA	1	F	5				
Turquia	Karadeniz	1	M	5				

Total de alunos *incoming* (Erasmus+ e Brasil): 83 (88 em 2018-19; 68 em 2017/18; 61 em 2016/17 e 60 em 2015-2016)

Legenda:

- ETSAM Madrid (Escuela Superior de Tecnologias de Arquitectura de Madrid)
- PUCRS (PUC Rio Grande do Sul)
- UFSM (Universidade Federal de Santa Maria)
- UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul)
- USP (Universidade de São Paulo)
- IUAV (Universidade de Veneza)
- POLIMI (Politécnico de Milão)
- UNITO (Universidade de Turim)
- SNSPA (National School of Political and Administrative Studies)
- UNWE (University of National and World Economy)
- USI (Università della Svizzera Italiana)
- UNISAL (Centro Universitário Salesiano de São Paulo)
- PJAIT (Japanese-Polish Academy of Technology)
- NTNU (Norwegian University of Science and Technology)
- Zonguldak Bulent Ecevit University
- Uskudar University in Istanbul
- Slovak Uiversit of Agriculture in Nitra
- Szczecin University in Poland
- ASE (Bucharest University of Economic Studies)
- Karadeniz Technical University in Turkey
- FAINOR (Universidade Independente do Nordeste)
- UCAM (Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro)
- Jagiellonian University in Cracow, Poland

Número de alunos por curso e por país de origem

Curso	Nº de alunos	Principal País de Origem
Arquitectura	27	Brasil
C. Comunicação	12	Roménia
Gestão	16	Roménia
Direito	5	Espanha
Psicologia	1	Itália
Relações Internacionais	12	Itália
Engenharia Informática e Tel.	2	Polónia
História	4	Brasil

Carolina Peralta
 Responsável pelo Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais
 11 de novembro de 2020

Anexo 15 – Relatório de Atividades do Gabinete de Inserção Profissional

Relatório de Atividades do GIP - Gabinete de Inserção Profissional ano letivo 2019/2020

O GIP – Gabinete de Inserção Profissional da Autónoma tem como missão apoiar a inserção e a adaptação à vida profissional dos finalistas e graduados da Universidade, respondendo aos diversos pedidos de recrutamento, promovendo assim a ligação entre o mundo Académico e Empresarial, através da celebração de Protocolos e da divulgação das ofertas das empresas junto do respetivo público-alvo.

No ano letivo em análise, o GIP divulgou no site institucional da UAL, Facebook do GIP, Facebook dos Alumni e LinkedIn dos Alumni, cerca de 119 ofertas de emprego, estágios profissionais, estágios curriculares e ou profissionalizantes, estágios de verão e programas de formação avançada.

Celebraram-se 59 protocolos no âmbito das saídas profissionais, tendo-se realizado 58 estágios curriculares e ou profissionalizantes pelos finalistas e licenciados da UAL.

DIVULGAÇÃO DE OFERTAS DE EMPREGOS, ESTÁGIOS CURRICULARES, PROFISSIONALIZANTES E PROFISSIONAIS
360IMPRIMIR BIZAY - Gráfica online
A2000 – Associação de apoio ao desenvolvimento
ABREU ADVOGADOS – Sociedade de advogados
ACTUAL TRAINING – Formação em tecnologias de informação
AKADEUS – Agência de recrutamento
ANJINHOS DIVERTIDOS – Centro de estudos
APULIA PRAIA HOTEL – Unidade Hoteleira
ASA - ACCENTURE STUDENT AMBASSADOR - Soluções e serviços nas áreas de estratégia, consultoria, digital, tecnologia e operações
ASSOCIAÇÃO SPIN - Intercâmbio, Formação e Cooperação entre os Povos
AUCHAN - AUCHAN RETAIL PORTUGAL – Hipermercados, Supermercados
BANCO MONTEPIO - Instituição Bancária
BEE ENGINEERING - Consultora de tecnologias de informação
BEHOME - Empresa de Administração de Património Imobiliário
BET.PT / BET ENTERTAINMENT TECHNOLOGIES LIMITED - Jogo online (<i>gambling</i> e apostas desportivas)
BETABRAND - Desenvolvimento, produção e implementação de soluções de Imagem Corporativa e Mobiliário Comercial
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
CDK GLOBAL - Sistemas informáticos de gestão integrada para o setor de distribuição automóvel
CENSUS - Consultoria e planeamento estratégico, contabilidade e formação
CENTAURO RENT A CAR – Aluguer de carros
CIREP - Centro de Informação e Relações Públicas
CLUBE INTERCULTURAL EUROPEU - Mobilidades internacionais e intervenção comunitária
CONTACTUS S.A - Consultadoria em Sistemas de Informação
CORE ARCHITECTS – Empresa de arquitetura
DGAL - DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS
DLL IBERIA - Soluções de financiamento para empresas e particulares

DNA CASCAIS – Empreendedorismo e comércio
EDP – Eletricidade de Portugal
EGOR – Recrutamento, Consultoria, Formação, Trabalho Temporário, Outsourcing, <i>Coaching</i>
ELEVUS - Consultoria e Gestão Integrada de Recursos Humanos
ESCRITA DIGITAL – Soluções para interne e gestão de clientes
FIVE THOUSAND MILES - Fornecimento de informações e serviços de pré-venda
FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE - Apoio ao Emprego Jovem
GAMALIFE – Grupo Novo Banco
GFI - Serviços de Tecnologias de Informação e Transformação Digital
GFS – Serviços médicos do coração
GRUPO IPG - Negócio do Ambiente, Engenharia, Consultoria de Gestão e Imobiliário
GRUPO NOVO BANCO – Seguros Vida / Gamalife
GRUPO RENASCENÇA MULTIMÉDIA – Rádio Renascença
GRUPO SOUSA - Operador marítimo-portuário, de logística, energia e turismo
GRUPO YOUR - Auditoria, Consultoria Fiscal e Financeira
HOME HUNTING - Agência Imobiliária
HRB SOLUTIONS - Recrutamento e Selecção
INFORMA D&B - Serviços De Gestão de Empresas
INIZIOMEDIA – Produções audiovisuais
INLIFE PORTUGAL - <i>Start-up</i> de apoio a estudantes e profissionais para encontrar alojamento
INNOENERGY – Indústria, pesquisa e educação em energias renováveis
JERÓNIMO MARTINS - Distribuição alimentar e retalho especializado
LAPO – Café, loja, restaurante com palco para atuações de artistas
LEROY MERLIN - Rede de lojas de materiais de construção, acabamento, decoração, jardinagem e bricolagem
LIDEL - Publicação de livros técnicos e científicos
LIDL - Multinacional do ramo retalhista

LINK CONSULTING – Tecnologias de informação
LISPREMIUM SOLUTIONS - Consultoria de Gestão e Contabilidade
LONGO PRAZO - Consultores de Gestão
LOPES BARATA & ASSOCIADOS - Sociedade de Advogados
MAAT - Museu, Arte, Arquitetura e Tecnologia
MARIA DE FÁTIMA PIRES - Advogada
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – Instituto diplomático
MISSÃO EMPREGO – Emprego, currículo, entrevistas, networking, marketing para procurar emprego
MOBIPIUM - <i>Mobile Performance Advertising</i>
NEWREST - Serviços de Catering à aviação
NIBW – New Insurence Broken Web – Corretor de Seguros
NOVAGAMA S.A. - Consultoria na área das Tecnologias de Informação
OLX GROUP - Negócios de classificados
PAYROLL OFFICE – Agência de recrutamento
PCB – Informática e serviços Lda
PICA ARQUITECTOS - Atelier de Arquitetura
PRECISE - Consultoria de Recursos Humanos
PRIVATE EQUITY INSIGHTS - <i>Private Equity networking platform</i>
PROCHILD COLAB - Laboratório colaborativo contra a Pobreza e a Exclusão Social na Infância
PWC – <i>Auditoria, consultoria e fiscalidade</i>
QIBIT - <i>Consultora de Recrutamento e Seleção (TIC)</i>
RANDSTAD – Consultora, Recrutamento e Seleção
REAL REC SOLUTIONS – Agência de recrutamento
REDE UNIVERCIDADE – Agência de Marketing Universitário
ROCHE PHARMA PORTUGAL - Farmacêutica
RYB-RAISE YOUR BUSINESS - Prestação de serviços de consultoria em engenharia civil
SHIFT CONSULTING – Soluções para negócios baseadas na <i>cloud</i>
SLB – Sport Lisboa e Benfica

SOCOGEF – Contabilidade, consultoria e formação profissional
SPARK AGENCY - Agência de recrutamento e gestão de talento
SPARK CAPITAL – Agência de Consultoria
TEATRO NACIONAL D. MARIA II
TEIXEIRA, PINTO & SOARES S.A. - TPS – Engenharia e Construção
TIMECC CONSULTING, LDA - Contabilidade e Auditoria; Consultoria Fiscal
TIMWETECH - Empresa de telecomunicações
THE KEY TALENT - Consultora de recursos humanos e transformação digital
TPS – Engenharia e construção
TREND4IT - Desenvolvimento de software e transformação digital
UNIPLACES - Plataforma de arrendamentos a estudantes
UPPER SIDE – Consultoria e aconselhamento de Gestão de Carreiras
VITÓRIA SEGUROS - Setor segurador
VIVA TRANSLATIONS – Traduções
WE TRANSLATE ON TIME – Traduções
ZAGOPE – Construção e Engenharia
ZERO A OITO - Editora de livros, revistas e <i>custom publishing</i>

PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO E DE ESTÁGIOS - ANO LETIVO 2019/2020						
Data de Início	Data de Termo	Empresas	Nome do(a) Aluno(a)	Cód. Aluno	Cursos	Funções
02/09/2019	30/09/2019	DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	JÉSSICA OLIVEIRA VIEIRA	20160341	Uc. Direito	Apoio Administrativo
02/09/2019	01/12/2019	COFINA MEDIA, S.A.	RITA DE SOUSA COTRIM	30001059	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
02/09/2019	31/03/2020	PANORÂMICA 35 - PROD. DE FILMES, LDA	JOANA RITA MOLEIRO MONTEIRO	20160603	Uc. Ciências da Comunicação	Assistente de Produção
02/09/2019	01/12/2019	GRUPO IMPRESA	VAISHALY AMÉRICA FUNEZ CAMÕES	20160082	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo - Parlamento Global
02/09/2019	01/12/2019	GRUPO IMPRESA	DAINFELA FILIPA RODRIGUES MADEIRA	20140611	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo - Parlamento Global
02/09/2019	31/10/2019	RTP - RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA	CAROLINA NASCIMENTO QUINTAS SANTOS E SANTOS	20160281	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
04/09/2019	03/12/2019	COFINA MEDIA, S.A.	MARTA ANTUNES MENDONÇA PROENÇA FORTUNA	20160011	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
09/10/2019	08/12/2019	RTP - RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA	SOFIA CORRÊA FIGUEIRA	30000775	Uc. Ciências da Comunicação	Desenvolvimento de Conteúdos
14/10/2019	03/03/2020	GRUPO IMPRESA	ANA SOFIA MENDES MARQUES	20160569	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
15/10/2019	14/04/2020	STRONG CHARON	INÊS FILIPA DUARTE PEDROSO	20160517	Uc. Gestão	Gestão de Processos da área de Controlo de Crédito
21/10/2019	20/01/2020	SIC-SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO, S.A.	MARGARIDA BORGES MARTINS	20160217	Uc. Ciências da Comunicação	Edição de imagem
01/11/2019	30/11/2019	RTP - RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA	CAROLINA NASCIMENTO QUINTAS SANTOS E SANTOS	20160281	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
04/11/2019	03/04/2020	GRUPO IMPRESA	CAROLINA NASCIMENTO QUINTAS SANTOS E SANTOS	20160281	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
04/11/2019	31/01/2020	PESTANA MANAGEMENT- SERV. DE GESTÃO, S.A.	GONÇALO GRADE COSTA CAMPOS	20150173	Uc. Engenharia Informática	Troinee em IT
11/11/2019	08/02/2020	SANTANDER UNIVERSIDADES	RUI MIGUEL COELHO POUDDO	20151089	Uc. Gestão e Lic. Economia	Apoio Administrativo
19/11/2019	18/02/2020	COFINA MEDIA, S.A.	GONÇALO DA SILVA RODRIGUES	20160275	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
19/11/2019	18/02/2020	COFINA MEDIA, S.A.	GONÇALO DA SILVA RODRIGUES	20160273	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
20/11/2019	19/02/2020	COFINA MEDIA, S.A.	ANA CATARINA MARGARIDO PILÃO MALTA	20160739	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
02/12/2019	01/03/2020	COFINA MEDIA, S.A.	CAROLINA SOFIA DE ANDRADE DIAS	20160074	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
02/01/2020	01/04/2020	SANTANDER UNIVERSIDADES	DIANA DIAS BRITO GASPAR	20160023	Uc. Gestão	Apoio Administrativo
28/01/2020	19/06/2020	ALL UNITED SPORTS	TIAGO OLIVEIRA ANTUNES	30001290	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
03/02/2020	03/03/2020	DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	JÉSSICA OLIVEIRA VIEIRA	20160341	Uc. Direito	Apoio Administrativo
03/02/2020	30/04/2020	PESTANA MANAGEMENT- SERV. DE GESTÃO, S.A.	GONÇALO GRADE COSTA CAMPOS	20150173	Uc. Engenharia Informática	Troinee em IT
29/02/2020	31/08/2020	PUMA IBERIA, S. L.U.	MADALENA DE ALMEIDA BARROS	30001151	Uc. Gestão	Departamento Financeiro
02/03/2020	30/06/2020	LH CONSULTORIA E ACESSORIA EM GESTÃO DESPORTIVA, L	CARLOS DANIEL MARTINS MASSANO	30001073	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
03/03/2020	19/06/2020	GO FIT OLIVAIS	FRANCISCO JOSÉ SANCHO GASPAR	30001209	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
03/03/2020	19/06/2020	IPDJ - INSTITUTO PORT. DO DESPORTO E DA JUVENTUDE	GUILHERME SOUZA GOMES	30000675	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	CLUBE FUTEBOL "OS BELENENSES"	JÓRI DIOGO AUGUSTO PARRERA	20160453	Uc. Gestão do Desporto	Planeamento e Gestão de Equipas e Redes Sociais
09/03/2020	19/06/2020	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO DESPORTIVO	ALEXANDRE LDBO SERRA NEVES GORDO	20160160	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
09/03/2020	19/06/2020	COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL	ANDRÉ MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA	30001650	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	SPORTING CLUBE DE PORTUGAL	BRYAN ALEXANDRE FERREIRA DOS SANTOS RODRIGUE	30001689	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO DESPORTIVO	BRYAN ANDRÉS TAPIA GILVO	20160335	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
09/03/2020	19/06/2020	COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL	CAROLINA MANTUA TAVARES QUEDES	30000857	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	FOOTPRESTIGE, LDA	DANIEL ALEXANDRE GOMES DELGADO	30000625	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
09/03/2020	19/06/2020	ESTORIL PRAIA FUTEBOL, SAD	DUARTE NUNO CASACA VENTURA FERREIRA	30000543	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	SPORT LISBOA E BENFICA	DIOGO MIGUEL LOUREIRO MORGADO ALVES	30000841	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
09/03/2020	19/06/2020	SIDELINE EVENTS, LDA	HILGO PEREIRA AMARAL	30000825	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	16/06/2020	SPORTING CLUBE DE PORTUGAL	JOÃO MIGUEL GIL PACHECO	30001473	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	IPDJ - INSTITUTO PORT. DO DESPORTO E DA JUVENTUDE	JOÃO ANDRÉ MOURA DE CARVALHO MARQUÊS	30000926	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	AQUAFINNESS HEALTH CLUB - MARISOL	JOÃO PEDRO MELD ARAÚJO	30001197	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
09/03/2020	19/06/2020	THE CODE - HEALTH AND FITNESS CLUB, LDA	LINO MIGUEL FERREIRA ROSADO	30001179	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
09/03/2020	19/06/2020	GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS	LEONOR JACIRA SIMÃO SICATO	30002098	Uc. Gestão do Desporto	Apoio Administrativo
09/03/2020	19/06/2020	SPORTING CLUBE DE PORTUGAL	MANUEL MARIA PEREIRA CHAIÑHO DE MELO MONTEIR	30001152	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	RACKETS PRO	MIGUEL FILIPE MATOS	20160418	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	CLUBE VII, EXPLORAÇÃO DE HEALTH CLUBS, SOC. UNIPesso	MIHAI ZGARBUR	30000539	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	SPORT LISBOA E BENFICA	PEDRO GUERREIRO COSTA	30001208	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
09/03/2020	19/06/2020	PUMPADDICTED - ELITE COACHING, LDA	TOMÁS ABREU CHICHARO CORREIA GOMES	30001025	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
26/05/2020	21/06/2020	OCEANIC SOUL, PRODUÇÕES, LDA	IRINA PEREIRA VERDE	30001240	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
02/06/2020	01/09/2020	E-COMMERCE NEWS PORTUGAL	DAVID JOSÉ GUEDES RIBEIRO	20160053	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
20/06/2020	31/08/2020	MUNICÍPIO DE CASCAIS	AFONSO JOSÉ DA SILVA MACHADO DE MAGALHÃES	30000866	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
20/06/2020	31/08/2020	MUNICÍPIO DO SEIXAL	ANDRÉ ALEXANDRE DE BRITO FONSECA	30001235	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
22/06/2020	21/09/2020	OBSERVADOR ON TIME, SA	IRINA PEREIRA VERDE	30001240	Uc. Ciências da Comunicação	Atualização de Notícias
01/07/2020	30/09/2020	PURE PLASTIC SURGERY ART, LDA	IASMINA MUDAVA	30002865	Uc. Ciências da Comunicação	Marketing e Comunicação
15/07/2020	15/09/2020	COMISSÃO CULTURAL DA MARINHA	ANA INÊS RODRIGUES DE OLIVEIRA	20160261	Uc. Direito	Apoio Administrativo
15/07/2020	14/10/2020	PRESEPIO DE PORTUGAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL UNIPesso	LAURA NDVO DAS NEVES SIMÕES	30003601	Uc. Ciências da Comunicação	Jornalismo
15/07/2020	15/08/2020	NUNO SOUSA & LLÉS TIMÓTEO - SAÚDE E BEM ESTAR, LDA	TOMÁS ABREU CHICHARO CORREIA GOMES	30001025	Uc. Gestão do Desporto	Gestão Desportiva
15/07/2020	15/09/2020	MARINHA PORTUGUESA	ANA INÊS RODRIGUES DE OLIVEIRA	20160261	Uc. Direito	Apoio Administrativo
30/07/2020		JOÃO MATA CORRETORES E CONSULTORES DE SEGURO, LDA	CELU/LUAL - Protocolo de colaboração			
10/08/2020	09/09/2020	CORFICAB - COMPANHIA DE FIOS E CABOS, LDA	GABRIELA TOMÁS RODRIGUES	30001618	Uc. Engenharia Eletrónica e Tel	Innovation Projects

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS AO ABRIGO DO PROGRAMA DE BOLSAS SANTANDER UNIVERSIDADES

NOME	CÓD. ALUNO	CURSO	FUNÇÕES	DATA INÍCIO	DATA FIM
RUI MIGUEL COELHO POLIDO	20151089	LIC. EM GESTÃO	ADMINISTRATIVO	11/11/2019	07/02/20
DIANA DIAS BRITO GASPAR	20160023	LIC. EM GESTÃO	ADMINISTRATIVO	02-01-2020	01-04-2020

ESTÁGIOS REALIZADOS POR ÁREA DE FORMAÇÃO

<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Ciências da Comunicação • Licenciatura em Direito • Licenciatura em Gestão • Licenciatura em Gestão do Desporto • Licenciatura em Eng^a Electrónica e Telecomunicações • Licenciatura em Economia • Licenciatura em Eng^a Informática 	20 estágios 4 estágios 3 estágios 27 estágios 1 estágio 1 estágio 2 estágios
---	--

Lisboa e UAL, 10 de dezembro de 2020
 Cecília Dias

Anexo 16 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2019/2020

Gabinete da Qualidade

Resumo Geral da Atividade em 2019/2020

O ano lectivo de 2019/20 foi um ano inesperado, pela chegada da pandemia COVID-19. Tal originou que o Gabinete da Qualidade tenha estado a trabalhar em modo remoto desde março de 2020, e durante todo o restante ano lectivo.

Como preparação para este isolamento, e face a todas as incertezas dessa época, foram tomadas 3 medidas importantes:

- A elaboração de um plano de contingência interno do Gab. da Qualidade, de modo a poder continuar a assegurar o funcionamento com três, duas ou só uma pessoa;
- A criação prévia de uma cópia remota dos documentos de trabalho e registos (repositório), de modo a poder assegurar o trabalho remoto, por qualquer dos membros da equipa da Qualidade.
- A terceira medida esteve relacionado com o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho remoto, dentro da equipa, de modo a manter a comunicação entre pessoas fisicamente separadas, e de modo a assegurar a informação mútua:
 - entre os membros da Equipa da Qualidade;
 - e com os restantes órgãos de gestão e entidades da UAL.

Específica desta época da transição foi a colaboração, com o SAD – Secretariado de Apoio aos Departamentos, na definição de um novo processo de registo dos sumários e aulas dadas. Foi necessário substituir o anterior processo, em que os Docentes se deslocavam presencialmente aos “Livros de Sumários”, no início e no fim da aula, de modo a comunicarem os sumários e assiduidade dos Alunos.

Em termos de ferramentas informáticas, continuou a implementação, desenvolvimento e *debug* das aplicações FUC – Ficha de Unidade Curricular, e RUC – Relatório de Unidade Curricular, do fornecedor Digitalis.

As sucessivas anomalias de funcionamento do programa informático tiveram com consequência diversos adiamentos da entrada em operação do RUC.

Foi mantida a realização de todos os Inquéritos a Estudantes e Docentes, em ambos os semestres. Os resultados do tratamento dos inquéritos foram enviados ao Magnífico Reitor, à Administração Escolar, e foi dado conhecimento a cada Departamento, dos respectivos resultados. Foi solicitado a todos os departamentos a realização de Acções de Melhoria, decorrentes dos resultados dos Inquéritos.

Lista das principais actividades realizadas:

- FUC 19-20 – monitorização da actividade, elaboração do material de apoio;
- Preparação para a pandemia – Elaboração Plano de Contingência do Gabinete da Qualidade, preparação da partilha remota de documentos, para permitir a continuação do trabalho, em ambiente remoto;
- Recolha de Sumários das aulas remotas: acompanhamento e definição do processo de registo dos sumários das aulas remotas, com Livros de Sumários / Jorge Guimarães, em colaboração com Administração Escolar e SAD – Secretaria de Apoio aos Departamentos;
- RUC 19-20 – Relatório de Unidade Curricular:
 - Configuração do modelo 19-20, elaboração do material de apoio, realização de testes;
 - Elaboração do Manual de Apoio para Docentes (Diversas edições, acompanhando a evolução da aplicação);
 - Longo processo de debug da aplicação, juntamente com o fornecedor da aplicação, a Digitalis;
- Inquéritos 19-20 Sem. 1 – aplicação e análise dos resultados;
- Inquéritos 19-20 Sem. 2 - Alteração dos questionários para inquéritos a estudantes e docentes – adaptação ao contexto de ensino remoto;
- Inquéritos 19-20 Sem. 2 – aplicação e análise dos resultados; Preparação da divulgação dos resultados à Administração Escolar e Magnífico Reitor, e preparação dos conjuntos de divulgação para os Departamentos;
- Documentos.net - apoio à configuração da aplicação, destinada a permitir o acesso remoto de Alunos a requerimentos e formulários da Secretaria dos Alunos;

- @Doc – Análise, com Digitalis, sobre esta aplicação, e sobre o modo de configurar as grelhas de avaliação. Esta ferramenta será utilizada para a realização da Avaliação do Desempenho de Docentes;
- FUC 20-21 – lançamento do modelo 20-21;
- Definição de uma ferramenta query, para análise da situação global das FUC, que foi elaborada por Marta Gomes;
- Elaboração de diversos pontos de situação periódicos da situação das FUC, com detalhe ao nível do Departamento;
- Newsletter GQ – lançados os números 00 (em junho de 2020) e 01 (em novembro 2020);
- Revisão, aprovação e operacionalização (em curso) do RADD – Regulamento de Avaliação do Desempenho de Docentes. Foi feita uma exaustiva pesquisa das melhores práticas em universidades portuguesas de referência, e esses ensinamentos foram adaptados à realidade da UAL;
- Reformulação do modelo base para todos os Procedimentos. Foi iniciada a revisão de toda a documentação do Sistema da Qualidade;
- Elaboração da proposta “Princípios base para a Gestão das FUC”, necessária para definir as linhas directoras de criação e gestão de FUC;
- Elaboração da Ficha ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável), relativa à UAL para o CS 11 / IPQ;
- Acompanhamento da ferramenta MetaRed – elaboração de comunicação para o Corpo Docente.

Anexo 17 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2019/2020

Situação dos Cursos Conferentes de Grau junto da A3ES

Quadro I - Processos de Renovação e Acreditação dos Cursos em Funcionamento

Cursos	Ciclos de Estudos	Data da Submissão dos Processos	Estado
Arquitectura	Mestrado Integrado	21 de Dezembro 2018 (765 dias)	ACEF submetido em apreciação liminar
Gestão	1º Ciclo	23 de Dezembro de 2019 (502 dias)	ACEF em Análise
Administração de Unidades de Saúde	1º Ciclo	23 de Dezembro de 2019 (481 dias)	ACEF em Análise
Gestão de Empresas	2º Ciclo	23 de Dezembro de 2019 (464 dias)	ACEF em Análise
Economia	1º Ciclo	23 de Dezembro de 2019 (398 dias)	ACEF submetido em apreciação liminar

Quadro II - Processos de Renovação e Acreditação dos Cursos em Funcionamento – após realização das visitas

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das Comissões de Avaliação Externa	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	
Direito	1º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Acreditar por 3 anos a partir de 31-07-2019	
Direito	2º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Acreditar por 1 ano a partir de 31-07-2019	Entrega de Relatório de Follow-Up (janeiro 2021)
Direito	3º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Não Acreditar	
Informática de Gestão	1º Ciclo	3 e 4 de Outubro de 2019	Entregue em 21 de Fevereiro 2020	Apresentada pronúncia em 12 de Março de 2020	Acreditar por 1 ano a partir de 31-07-2019	Entrega de Relatório de Follow-Up (junho 2021)
Engenharia Informática	1º Ciclo	3 e 4 de Outubro de 2019	Entregue em 21 de Fevereiro 2020	Apresentada pronúncia em 12 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
Psicologia	1º Ciclo	13 e 14 Novembro	Entregue em 19 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 30 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2º Ciclo	13 e 14 Novembro	Entregue em 19 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 30 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
História	1º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 8 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
História, Arqueologia e Património	2º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 8 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
História	3º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Não apresentou pronúncia	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
Ciências da Comunicação	1º Ciclo	9 e 10 de Dezembro	Entregue em 6 de Abril 2020	Apresentada pronúncia em 20 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
Comunicação Aplicada	2º Ciclo	9 e 10 de Dezembro	Entregue em 6 de Abril 2020	Apresentada pronúncia em 22 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
Relações Internacionais	1º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de Novembro de 2020	Não foi apresentada pronúncia. Comunicação à A3ES 20-11-20	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
Relações Internacionais	2º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de Novembro de 2020	Apresentada pronúncia em 20 de Novembro de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31-07-2019	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas RI	2º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de novembro de 2020	Apresentada pronúncia em 25 de Novembro de 2020	Não Acreditar	

Quadro III – Submissão de Cursos Novos

Cursos	Ciclos de Estudos	Data da Submissão dos Processos	Estado	
				Em 2 de Fevereiro
Psicologia	3º Ciclo	14 de Outubro de 2020 (102 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES
Eng ^a Informática e Telecomunicações	3º ciclo	14 de Outubro de 2020 (102 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE em Análise
Direito	3º ciclo	15 de Outubro de 2020 (101 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES Nomeada CAE
Direito Empresarial	2º ciclo	15 de Outubro de 2020 (101 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES PAPNCE em Análise
Direito, Ciências Jurídico-Policiais	2º ciclo	15 de Outubro de 2020 (101 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES PAPNCE em Análise
Economia da Gestão Empresarial	3º Ciclo	15 de Outubro de 2020	PAPNCE em correcção – solicitação em 21 de Janeiro 2021	PAPNCE corrigido e enviado à A3ES PAPNCE em Análise
Arquitectura	3º ciclo	15 de Outubro de 2020	CAE nomeada – informação em 21 de Janeiro 2021	Nomeada CAE PAPNCE enviado à Comissão de Avaliação Externa
Política internacional	2º Ciclo	13 de Novembro de 2020 (72 dias)	PAPNCE submetido em apreciação liminar	

Quadro IV – Processos PERA – Pedido Especial de Renovação da Acreditação de Ciclos de Estudos não-alinhados

Cursos	Ciclos de Estudos	Estado	Data Limite para submissão
Engenharia Informática e Telecomunicações	1º Ciclo	PERA em preenchimento	5 de Março de 2021
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	3º ciclo	PERA em preenchimento	5 de Março de 2021